

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
LINHA DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LIPED)

**CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (1930-2017) DAS ENTIDADES
NACIONAIS E DAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE**

JÔNATAS GOMES DE OLIVEIRA

SÃO PAULO

2023

JÔNATAS GOMES DE OLIVEIRA

**CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (1930-2017) DAS ENTIDADES
NACIONAIS E DAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE**

Relatório de pesquisa apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Carlos Bauer.

São Paulo – SP

2023

JÔNATAS GOMES DE OLIVEIRA

**CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO
DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (1930-2017) DAS ENTIDADES
NACIONAIS E DAS REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE**

Presidente: Prof. Carlos Bauer, Dr. – orientador, UNINOVE

Membro titular: Prof. Ricardo Pires de Paula, Dr. – UNESP

Membro titular: Profa. Patrícia Ap. Biotto, Dra. – UNINOVE

Membro suplente: Prof. Celso Carvalho, Dr. – UNINOVE

Membro suplente: Prof. Amarílio Ferreira Jr., Dr. – UFSCar

São Paulo – SP

2023

Gomes, Jônatas.

Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação (1930-2017) das entidades nacionais e das regiões Centro-Oeste e Norte/ Jônatas Gomes de Oliveira. 2023.

290 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Bauer.

Revisor: Prof. Dr. Eduardo Santos.

1. Associativismo dos trabalhadores em educação. 2. Sindicalismo dos trabalhadores em educação. 3. Cartografia histórica. 4. História da educação.

I. Bauer, Carlos. II. Título.

CDU 37

Ofereço este estudo histórico educacional aos meus progenitores (*in memoriam*) e à minha companheira. Minha mãe, Josefa da Costa Oliveira, tinha como sonho ser professora, mas, infelizmente, por motivos diversos, só pôde cursar até a antiga quarta série da escola primária. Meu pai, Jaime Gomes de Oliveira, foi um grande incentivador em todo o meu percurso formativo.

À minha companheira, Camila Pascoal Geciani de Oliveira, agradeço por todo o seu apoio e estímulo aos meus estudos.

Igualmente, dedico este trabalho a todos os professores e professoras da rede estadual de São Paulo, meus eternos companheiros de caminhada e luta. Agradeço a todos pelo seu comprometimento e dedicação à educação, os quais inspiraram e influenciaram diretamente o desenvolvimento desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Nove de Julho, pela concessão da bolsa de estudos e da oportunidade formativa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa de estudos.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), que ofereceram a sua contribuição com a coleta de informações e dados documentais que subsidiaram o presente estudo.

Aos professores do Programa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), especialmente ao professor Carlos Bauer, pela orientação a este trabalho.

RESUMO

Propomos como objetivo específico de estudo produzir uma cartografia do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação em nível nacional e nas regiões Norte e Centro-Oeste. Para tanto, adotamos uma cronologia que se inicia com o surgimento dos primeiros sindicatos na década de 1930, seguindo com as associações que se constituíram na década de 1950, as quais se transformaram em sindicatos no final da década de 1980, culminando no ano de 2017, marcado por uma reforma trabalhista. Além disso, definimos os seguintes objetivos específicos: diagnosticar a trajetória histórica e traçar um perfil conciso das entidades regionais, estaduais e nacionais, bem como elaborar um banco de dados que permita a realização de pesquisas a partir de tal acervo. A pesquisa foi conduzida com uma abordagem qualitativa e fundamentada no materialismo histórico-dialético como referencial teórico. A obtenção de dados primários ocorreu por meio de entrevistas, enquanto os dados secundários foram coletados em análise documental e revisão bibliográfica. Adicionalmente, a pesquisa concentrou-se na análise da tensão entre as tendências de unificação e fragmentação presentes no movimento sindical educacional, abrangendo tanto o setor público quanto o privado da rede básica de ensino, professores universitários e trabalhadores técnico-administrativos do sistema educacional. Em última análise, pode-se afirmar que o cenário político atual das associações e sindicatos de trabalhadores em educação revela indefinições, unificações e fragmentações.

Palavras-chave: Associativismo dos Trabalhadores em Educação. Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Cartografia Histórica. História da Educação.

ABSTRACT

We propose, as a specific objective of the study, to produce a cartography of workers' associativism and unionism in education at the national level and in the North and Central-West regions. To do so, we adopt a chronology that begins with the emergence of the first unions in the 1930s, followed by the associations that were formed in the 1950s, which later transformed into unions in the late 1980s, culminating in the year 2017, marked by labor reform. In addition, we have defined the following specific objectives: to diagnose the historical trajectory and outline a concise profile of regional, state, and national entities, as well as to develop a database that enables research based on this collection. The research was conducted with a qualitative approach and grounded in historical-dialectical materialism as the theoretical framework. Primary data were obtained through interviews, while secondary data were collected through document analysis and literature review. Additionally, the research focused on analyzing the tension between the trends of unification and fragmentation present in the educational labor movement, encompassing both the public and private sectors of the basic education network, university professors, and technical-administrative workers in the educational system. Ultimately, it can be stated that the current political landscape of education workers' associations and unions reveals uncertainties, unifications, and fragmentations.

Keywords: Associativism of Education Workers. Trade Unionism of Education Workers. Historical Cartography. History of Education.

RESUMEN

Proponemos como objeto de estudio la realización de una cartografía del asociacionismo y sindicalismo de los trabajadores en el ámbito de la educación. Basándonos en este enfoque, adoptamos una cronología que comienza con los primeros sindicatos que surgieron en la década de 1930, seguidos por las asociaciones que se formaron en la década de 1950, las cuales luego se transformaron en sindicatos a finales de la década de 1980, culminando en el año 2017, marcado por una reforma laboral. El objetivo general de este estudio es mapear estas entidades a nivel nacional y en las regiones Centro-Oeste y Norte. Además, hemos definido los siguientes objetivos específicos: diagnosticar la trayectoria histórica y proporcionar un perfil conciso de las entidades regionales, estatales y nacionales, así como crear una base de datos que permita la investigación basada en esta recopilación. La investigación se realizó utilizando un enfoque cualitativo y fundamentado en el materialismo histórico-dialéctico como marco teórico. Los datos primarios se obtuvieron a través de entrevistas, mientras que los datos secundarios se recopilaron mediante análisis de documentos y revisión bibliográfica. Además, la investigación se centró en analizar la tensión entre las tendencias de unificación y fragmentación dentro del movimiento sindical educativo, abarcando tanto el sector público como el privado de la red de educación básica, profesores universitarios y trabajadores técnicos administrativos en el sistema educativo. En última instancia, se puede afirmar que el panorama político actual de las asociaciones y sindicatos de trabajadores de la educación revela incertidumbres, unificaciones y fragmentaciones.

Palabras clave: Asociativismo de los Trabajadores de la Educación. Sindicalismo de los Trabajadores de la Educación. Cartografía Histórica. Historia de la Educación.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ACP/MT - Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública
- ADCAC - Associação dos Docente do Campus Avançado de Catalão
- ADCAJ - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Jataí
- ADLeste - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - Região Leste Sul-Matogrossense
- ADP - Associação Douradense de Professores
- ADUA - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas
- ADUCB - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Católica de Brasília
- ADUEG - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás
- ADUEMS - Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Mato Grosso
- ADUFAC - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre
- ADUFDOURADOS - Sindicato das Professoras e Professores da Universidade Federal da Grande Dourados
- ADUFCAT - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Catalão
- ADUFG - Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás
- ADUFMAT - Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso
- ADUFMAT-ROO - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso, Campus Rondonópolis
- ADUFMS - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- ADUFPA - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará
- ADUFRA - Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia
- ADUFRGS - Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre, Osório e Três Passos
- ADUFSCAR - Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos
- ADUNB - Associação dos Docentes da Universidade de Brasília

ADUNEMAT - Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso

ADUNIR - Associação de Docentes da Universidade Federal de Rondônia

ADURN - Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Rio Grande do Norte

AMP - Associação Mato-Grossense de Professores

AMPE - Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação

AMPP - Associação Mato-Grossense de Professores Primários

ANDES/SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários De História

APA - Associação dos Professores do Amapá

APAIMA - Associação dos Professores de Roraima

APEM - Associação dos Professores do Ensino Médio

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APESNOESP - Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo

APEPA - Associação dos Professores do Estado do Pará

APETEFEGO - Associação dos Professores da Escola Técnica Federal de Goiás

APPMG - Associação de Professores Públicos de Minas Gerais

APP - Associação dos Professores Primários

APPA - Associação dos Professores Primários do Amapá

APPAM - Associação Profissional dos Professores do Amazonas

APPDF - Associação Profissional dos Professores do DF

APPESP - Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília

APPM - Associação Profissional dos Professores de Manaus

APTEE-MS - Associação Profissional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul

APUG - Associação dos Professores Universitários de Gurupi

ASPAC - Associação dos Professores Primários do Estado

ASSUFGD - Associação dos Servidores da Universidade Federal da Grande Dourados

ASSUMT - Associação dos Servidores da Universidade Federal de Mato Grosso

ASTUEG - Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Estadual de Goiás

ASUFEGO - Associação dos Servidores da Universidade Federal de Goiás

ATA-FUB - Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade de Brasília

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCT - Convenção Coletiva de Trabalho

CEA - Confederação dos Educadores Americanos

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CPPE - Centro dos Professores Primários Estaduais

CPERS/Sindicato - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CSP-CONLUTAS - Central Sindical e Popular Conlutas

CONTEE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CPG - Centro de Professores de Goiás

CPD - Centro Pedagógico de Dourados

CPLP-SE - Sindical de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EBSERH - Empregados Públicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

EAFM - Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM

FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi

FATRAEEP/Centro-Norte - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Rondônia e do Distrito Federal

FENASEFE - Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus

FEPER - Federação de Professores do Estado de Rondônia

FEPROSUL - Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul

FETEMS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

FISE - Federação Internacional de Sindicatos de Educadores

FITEE - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

FITRAE/BC - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central

FITRAE MTMS - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino nos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso

FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNSPRO - Federação Unitária dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Rondônia

FUNPEA - Fundação de Apoio à Pesquisa

FTRAE-BC - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central

GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos

GRUPHIS - Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” Faculdade de Educação da UNICAMP

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IE - Internacional da Educação

IES - Instituições de Ensino Superior

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

LIPED - Linha de Pesquisa Políticas Educacionais

MEC - Ministério da Educação

MPG - Mobilização dos Professores de Goiás

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NUPPs/USP- Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCU - Projeto do Plano de Cargo Único

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

PROIFES - Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

PSNP - Piso Salarial Nacional Profissional

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCT - Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores

RBHE - Revista Brasileira de História da Educação

REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RJU - Regime Jurídico Único

SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação

SAE - Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal

SAEP/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal

SEDUFMS - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria

SESDFIMES - Seção Sindical dos Docentes da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior na Cidade de Mineiros

SESDIFMT - Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

SESDUEG - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Anápolis

SESDUF/RR - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima

SESDUFT - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins

SESDUNICERRADO - Seção Sindical dos Docentes do Centro Universitário de Goiatuba

SIMSED - Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia

SIMTED de Aquidauana - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Aquidauana

SIMTED de Dourados - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados

SINAAE/GO - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SINASEFE/ARAGUATINS - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Araguatins

SINASEFE/BRASÍLIA - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Brasília

SINASEFE/CÁCERES-MT - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso de Cáceres

SINASEFE/COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Colégio Militar de Brasília-DF

SINASEFE/COLORADODOESTE - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Colorado do Oeste

SINASEFE/IFRR - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Roraima

SINASEFE/IFTO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Tocantins

SINASEFE/JI-PARANÁ - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Ji-Paraná

SINASEFE/LUZIÂNIA - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Luziânia-GO

SINASEFE/MANAUS - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Manaus

SINASEFE/MORRINHOS-GO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Morrinhos

SINASEFE/MS - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

SINASEFE/MT - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso

SINASEFE/PA - Seção Sindical do Instituto Federal do Pará, Escola Tenente Rêgo Barros e do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar/PA

SINASEFE/PIMENTA BUENO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Pimenta Bueno

SINASEFE/PORTO VELHO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Porto Velho

SINASEFE/RIO BRANCO - Seção Sindical dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Rio Branco/AC

SINASEFE/RIO VERDE-GO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Rio Verde

SINASEFE/SÃO VICENTE DA SERRA-MT - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso de São Vicente da Serra-MT

SINASEFE/RONDONÓPOLIS-MT - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso de Rondonópolis-MT

SINASEFE/VILHENA - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Vilhena

SINASEFE/URUAÇU-GO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Uruaçu

SINASEFE/URUTAÍ-GO - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Urutaí

SINASEFE/VALPARAÍSO DE GOIÁS - Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Valparaíso de Goiás

SINDCEFET-GO - Seção Sindical dos Docentes do CEFET - Goiás

SINDEPES - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos Particulares do Ensino Superior do Distrito Federal

SINDIEDUTEC-Sindicato - Sindicato dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Paraná

SINDIFAP - Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

SIND-UEA - Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas

SINDUEAP - Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá

SINDUEPA - Seção Sindical dos Docentes da UEPA

SINDUEPG - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa

SINDUERR - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima

SINDUFAP - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amapá

SINDUNIFESSPA - Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SINDUFOPA - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

SINDTIFES/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará

SINEPE/DF - Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal

SINEPE/RR - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia

SINEP/TO - Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Tocantins

SINPMA - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis

SINPROANA - Sindicato dos Professores de Anápolis

SINPROACRE - Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Acre

SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal

SINPRO/GO - Sindicato dos Professores no Estado de Goiás

SINPROIFES/PA - Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Bragança e Cametá

SINPRO-PA - Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará

SINPROR - Sindicato dos Professores de Anápolis e Região

SINPRO-RO - Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado de Rondônia

SINPROEP/DF - Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal

SINSEPEAP - Sindicato dos Servidores Públicos do Amapá

SINTEAC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre

SINTEAP - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Amapá

SINTEAM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas

SINTED - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica - Três Lagoas e Selvíria

SINTEEP/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação dos Estabelecimentos Particulares do Estado de Rondônia

SINTEERV - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde

SINTEF - Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais

SINTEEA - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Anápolis e Região

SINTEF/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás

SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás

SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso

SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Pará

SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores das Escolas Particulares de Palmas e Região

SINTEPET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Particulares do Tocantins

SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima

SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia

SINTESAM - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas

SINTEST/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Acre

SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

SINT-IFESGO - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás

SINTFUB - Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília

SINTRAE/MS - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Mato Grosso do Sul

SINTRAE/MT - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado Mato Grosso

SINTRAE/PANTANAL - Sindicato dos Trabalhadores de Ensino da Região Oeste do Estado Mato Grosso do Sul

SINTRAE-SEMT - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sudeste Mato Grosso

SINTRAE/SUL - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul do Mato Grosso do Sul

SINTRAE/VAMT - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Vale do Araguaia, Estado de Mato Grosso

SINTUFPA - Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Pará

SINTUNIR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia

SINTUF/MT - Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso

SISTA/MS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Institutos Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul

UEAP - Universidade do Estado do Amapá

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso

UEPA - Universidade do Estado do Pará

UERR - Universidade Estadual de Roraima

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFCAT - Universidade Federal de Catalão

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UNB - Universidade de Brasília

UNEDS - Unidades de Educação Descentralizadas

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

UNIRG - Universidade de Gurupi

UNINOVE - Universidade Nove de Julho

UPPE/SINDICATO - União dos Professores Estaduais

UPPE - União dos Professores Primários Estaduais

UPPEA - União dos Professores Primários do Estado do Acre

UEM - Universidade Estadual do Maringá

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	26
1.1. Revisão da literatura	29
1.2. Percurso metodológico da pesquisa.....	45
1.3. Concepções sobre cartografia.....	48
1.4. Concepções teóricas e fundantes do associativismo e do sindicalismo.....	52
1.5. Persistência da visão segregadora: reflexões sobre a educação ao longo dos séculos XX e XXI no Brasil	57
2. DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO: PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA E MARCOS POLÍTICOS E SOCIAIS	61
2.1. Primeiras tentativas de organização dos professores no Brasil	68
2.2. Aspectos gerais do neoliberalismo e o seu impacto no mundo do trabalho no Brasil	72
3. EM BUSCA DE UMA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO	76
3.1 Entidades nacionais dos trabalhadores em educação: mapeamento e origem histórica	79
3.1.1 As origens históricas da CNTE	80
3.1.2 Nota histórica da CONTEE	87
3.1.3 Presença histórica da FASUBRA	90
3.1.4 A gênese do PROIFES	95
3.1.5 Historicidade e importância política do ANDES/SN	98
3.1.6 Breve história do SINASEFE	103
3.2 Apontamentos sobre as entidades nacionais.....	106
4 ASPECTOS GERAIS DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO NORTE.....	108
4.1 Caracterização do estado do Acre	110
4.1.1 Informações gerais sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado do Acre.....	112
4.2 Raízes e desenvolvimento do estado do Amapá.....	117
4.2.1 Informações sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação do estado do Amapá.....	119
4.3 Informações básicas sobre o estado do Amazonas	122

4.3.1	Sindicalismo dos trabalhadores em educação do estado do Amazonas	124
4.4	Características do estado do Pará	131
4.4.1	Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado do Pará	132
4.5	Nota explicativa do estado de Rondônia	141
4.5.1	Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Rondônia	141
4.6	Caracterização do estado de Roraima	150
4.6.1	Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Roraima	151
4.7	Caracterização do estado de Tocantins	155
4.7.1	Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Tocantins	156
4.8	Algumas considerações sobre o associativismo e sindicalismo educacional na região Norte	161
5	ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	165
5.1	Associações, sindicatos e o panorama educacional em Brasília	166
5.1.1	O papel das associações e sindicatos em Brasília	167
5.2	Breve história da educação em Goiás e a origem das primeiras associações e sindicatos no estado	176
5.2.1	Associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Goiás	178
5.3	Conciso histórico sobre a educação no Mato Grosso	196
5.3.1	Associações e sindicatos em Mato Grosso na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação	199
5.4	A educação no Mato Grosso do Sul: desafios e perspectivas	210
5.4.1	Sindicalismo educacional no Mato Grosso do Sul	212
5.5	Exposição geral sobre o associativismo na região Centro-Oeste	235
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
	REFERÊNCIAS	246
	APÊNDICE 1	268
	APÊNDICE 2	280
	ANEXOS - MAPAS	282

FIGURAS

Figura 1 - Normalistas no final do século XIX 71

Figura 2 - Manifestação docente da Rede Pública Estadual Paulista..... 72

QUADROS

Quadro 1 - Primeiras associações (1974-1930)..... 69

Quadro 2 – Sindicatos filiados à CNTE 82

Quadro 3 - Sindicatos dos docentes da educação básica de MS 213

MAPAS

Mapa 1 - CNTE: entidades e filiadas..... 86

Mapa 2 - CONTEE – entidade nacional e filiadas 89

Mapa 3 – FASUBRA: entidade nacional e filiadas 94

Mapa 4 - PROIFES: entidade nacional e filiadas 97

Mapa 5 - ANDES e entidades filiadas 101

Mapa 6 - SINASEFE entidade nacional e filiadas 105

Mapa 7 - Entidades da região Norte 163

Mapa 8 - Entidades da região Centro-oeste..... 238

1. INTRODUÇÃO

Esta investigação tem como finalidade a construção de um mapeamento da organização dos trabalhadores em educação nas regiões Centro-Oeste e Norte. Utilizamos como base uma periodização que se inicia com os primeiros sindicatos surgidos na década de 1930, passa pelas associações criadas ao longo dos anos de 1950, sua transformação em sindicatos no final dos anos 1980 e se estende até o ano de 2017, marcado por uma reforma trabalhista.

Nesse contexto histórico, a análise do movimento sindical e associativo dos trabalhadores educacionais no Brasil assume um papel de suma importância na contextualização da trajetória da educação e das batalhas sociais dentro do país. É inegável que a história é moldada pela ação das pessoas, e suas lutas e conquistas desempenham um papel crucial na edificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao debruçarmo-nos sobre o movimento sindical e associativo dos trabalhadores em educação, somos brindados com uma compreensão mais profunda das demandas e obstáculos que permeiam a vida dos profissionais do setor educacional. Ademais, torna-se evidente a relevância das suas lutas na concretização de uma educação pública de excelência e na preservação dos seus direitos laborais.

Defendemos que o sindicalismo na esfera educacional pode ser uma ferramenta poderosa na garantia da qualidade do ensino, sob um prisma crítico e orientado para o bem-estar social. Isso pode ser alcançado por meio de ações de mobilização e da pressão exercida sobre os governos e as instituições de ensino, com o intuito de assegurar investimentos substanciais na área educacional e a preservação dos direitos trabalhistas dos educadores.

Adicionalmente, sustentamos que a temática referente ao movimento sindical e associativo dos trabalhadores em educação no contexto brasileiro é indiscutivelmente fundamental para a compreensão abrangente da história da educação e das lutas sociais no país.

Do ponto de vista que adotamos, os objetivos gerais da cartografia são realizar um diagnóstico da trajetória histórica e do perfil sucinto das entidades regionais, estaduais e nacionais, além de elaborar um banco de dados que permita a realização de pesquisas a partir deste acervo. Nesta pesquisa, identificamos artigos, dissertações e teses que

possibilitaram o conhecimento das entidades mencionadas, abrindo oportunidades para que outros pesquisadores interessados na temática possam conduzir novas investigações.

Como proposta inicial, o estudo almejava contemplar todas as regiões brasileiras; no entanto, devido à quantidade de entidades e à dificuldade em concluir uma tarefa tão ampla nos prazos de uma dissertação de mestrado, optamos por utilizar um recorte regional, abrangendo as regiões Centro-Oeste e Norte. Ao consultar os catálogos de dissertações e teses, verificamos que essas regiões e suas entidades de representação dos trabalhadores são pouco estudadas, o que justifica a relevância de localizarmos tais entidades.

Concomitantemente, nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, observamos uma menor quantidade de entidades sindicais representativas dos trabalhadores em educação, na comparação com outras regiões do país. Isso pode ser exemplificado pela ampla disponibilidade de fontes e conhecimentos sobre a área em algumas regiões como o Sudeste. Em outras paragens, no que tange às organizações sindicais em educação, o conhecimento é limitado e está distante de dispor de um mínimo de conhecimentos empíricos que possibilitem generalizações, construções teóricas e de proposições que favoreçam o desenvolvimento ulterior de estudos e de pesquisas acadêmicas sobre essa temática. Uma das razões para essa disparidade é a vasta extensão territorial e a distribuição populacional menos concentrada, se comparadas com regiões como o Sudeste e o Sul. Em todo caso, é importante ressaltar que a menor quantidade de entidades sindicais não implica a ausência de lutas e reivindicações dos trabalhadores em educação nessas regiões.

A produção de uma cartografia histórica do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil é de grande relevância para a compreensão da história da educação e das lutas sociais no país. O movimento sindical e associativo dos trabalhadores em educação possui uma trajetória longa e complexa, marcada por desafios e conquistas que contribuíram para a construção da educação brasileira. Ao mapear as entidades que representam esses trabalhadores há décadas, é possível visualizar a distribuição geográfica e as mudanças nas formas de organização e representação desses profissionais. A cartografia histórica permite uma análise mais detalhada das demandas e lutas dos trabalhadores em educação nos diferentes momentos da história brasileira.

O presente estudo está amparado em pesquisas empíricas e na fortuna documental produzida no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e nos trabalhos da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (REDE ASTE), organização acadêmica criada com o objetivo de contribuir com a qualificação das pesquisas sobre o tema. A pesquisa em questão foi organizada da seguinte maneira:

Na seção introdutória, foi realizado um levantamento de pesquisas correlatas sobre as entidades, subdivididas por região. Foi detalhado o percurso metodológico da pesquisa que descreve cada etapa realizada. Em seguida, fazemos uma discussão das concepções teóricas e fundantes do associativismo e sindicalismo.

Na segunda seção – *Do associativismo ao sindicalismo: periodização histórica e marcos políticos e sociais* – situamos historicamente o objeto da pesquisa: desde a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, passando pela década de 1950, com a criação das primeiras associações, a ditadura civil-militar de 1964 e o período da redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988; por fim, chegamos ao ano de 2017, com a reforma trabalhista que alterou drasticamente a legislação que vigorava desde os idos das décadas de 1930-40. Igualmente, é realizado um quadro com as primeiras tentativas de organização dos professores no Brasil, ademais de uma breve discussão sobre o neoliberalismo no Brasil.

A terceira seção – *Em busca de uma cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação* – versa sobre a periodização histórica do associativismo ao sindicalismo tratada nesta cartografia.

Na quarta seção – *Entidades nacionais dos trabalhadores em educação: mapeamento e origem histórica* - tratamos da origem e trajetória histórica das entidades que possuem representatividade nacional, com recorte histórico no período de sua gênese, na década de 1930, à reforma trabalhista de 2017. Devido à amplitude da pesquisa não foi possível a realização de pesquisas *in loco*. Os dados bibliográficos foram extraídos de periódicos, dissertações e teses, cujas informações são limitadas, evidenciando a importância desta pesquisa para auxiliar futuros pesquisadores na área; a dimensão documental da pesquisa foi baseada em material disponível nas entidades investigadas,

dados que, por serem escassos, foram complementados com informações de seus sítios eletrônicos e de consulta às suas redes sociais.

Na quinta seção – *Associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação na região Norte* – é apresentado um mapeamento das entidades localizadas na região Norte do Brasil, identificando sua origem e propondo uma breve história.

Na sexta seção – *Associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação na Região Centro-Oeste* – é apresentado um mapeamento das entidades localizadas nessa Região. Nessa parte, procuramos apresentar as entidades, sua origem e uma breve história delas.

Nas Considerações Finais apresentamos alguns apontamentos sobre a importância do estudo realizado e destacamos a relevância de se utilizar a cartografia como uma ferramenta norteadora para aqueles que buscam compreender as entidades sindicais dos trabalhadores em educação em suas dimensões histórica, política e social.

Com isso, em virtude do avanço das proposições historiográficas preocupadas com os mecanismos de organização dos trabalhadores em educação, numa época marcada pela intensa fragmentação e pulverização política das entidades que os representam, o estabelecimento de um diálogo crítico com a Geografia se mostrou profícuo e necessário. Essa premissa se assenta na concepção de que o espaço, para além de suas delimitações naturais, é construído socialmente, refletindo características, tensões e formas pelas quais são produzidos e assimilados os valores culturais reinantes no seio da sociedade (HARVEY, 2005; SANTOS, 2001).

As fotografias utilizadas, ao longo destas páginas, embora tragam muitas possibilidades interpretativas e reflexões históricas educacionais, tem caráter ilustrativo.

1.1. Revisão da literatura

A revisão da literatura é uma etapa fundamental no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, uma vez que permite conhecer o que já foi produzido sobre o objeto de estudo e quais as referências teóricas utilizadas por outros pesquisadores.

O objetivo desta subseção é apresentar uma revisão da literatura sobre o tema desta investigação, buscando identificar pesquisas correlatas e verificar a existência de lacunas no conhecimento. Para tanto, foram utilizados os bancos de dados da Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para trabalhos de mestrado e doutorado, e Base Scielo, para artigos científicos, no uso das palavras-chave: cartografia histórica e o nome das entidades.

Para garantir a atualidade e abrangência da revisão, foram estabelecidos critérios de tempo, buscando-se essas palavras-chave nos últimos trinta e dois anos (1990-2022). Para alguns sindicatos, por escassez de dados, foi considerado um período maior. Para cada banco de dados, foram utilizadas diversas palavras-chave relacionadas ao tema em questão, como associativismo e sindicalismo educacional, trabalhadores em educação, cartografia histórica do associativismo e sindicalismo no campo educacional e o nome das entidades que compunham o estudo. Desse modo, buscou-se abranger um conjunto amplo e diversificado de referências teóricas relevantes para a pesquisa.

Houve uma busca específica por dissertações, teses e estudos correlatos sobre a cartografia histórica do associativismo e sindicalismo no campo educacional. Os resultados obtidos indicaram trabalhos relevantes sobre cartografia em educação, porém, não foi identificado nenhum trabalho correlato sobre a cartografia histórica do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação. Essa lacuna na literatura torna mais relevante a presente pesquisa, pois buscou preenchê-la e, assim, contribuir para o avanço do conhecimento nessa área.

O levantamento realizado nos bancos de dados revelou que existem estudos sobre sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação, embora em número reduzido. Entretanto, esses estudos não incluem todos os sindicatos e associações, uma vez não foi possível localizar quaisquer menções, em teses ou dissertações, acerca dessas entidades. A pesquisa foi conduzida no período de 1990 a 2020 e abrangeu tanto entidades nacionais quanto aquelas da região Norte e Centro-Oeste. O nome das entidades foi obtido com o auxílio de consulta ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e no sítio eletrônico das confederações e federações.

Sobre as entidades nacionais, foram encontrados poucos trabalhos, por essa razão, não foram delimitados por período. Os resultados indicam estudos sobre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino

Superior (ANDES/SN). Sobre as entidades Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) não foram encontrados trabalhos correlatos.

A propósito da CNTE, foram encontrados 5 trabalhos: Silva (2003), Costa (2010), Gouveia (2015), Both (2016) e Pereira Filho (2019). Os estudos utilizam-se dos referenciais teóricos pautados numa epistemologia materialista histórica e dialética.

Silva (2003), em *Formulação, implementação e resultados do FUNDEF: um estudo acerca das orientações da CNTE*, o autor realiza uma revisão bibliográfica sobre a temática e apresenta alguns dados e informações referidos à evolução do financiamento da educação no Brasil e aos principais aspectos da política educacional brasileira, bem como sobre a atuação da CNTE e a construção do FUNDEF. Na mesma proporção, são analisados os resultados do incremento do FUNDEF, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino, à valorização dos profissionais da educação e à gestão escolar.

Costa (2010), em *Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala: Uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina*, analisou os sistemas de avaliação de Brasil e Argentina, tendo em conta a formação da organização docente, e realizou mapeamento de suas principais lutas, no que tange a uma escola pública, democrática e popular. Utilizou-se de uma perspectiva pautada na triangulação entre as metodologias dialética e comparatista, ambas de abordagem qualitativa. Com relação à coleta de dados, utilizou-se de pesquisa *in loco*, análise documental e entrevistas semiestruturadas com dirigentes dessas entidades sindicais.

Em *Saúde como direito social na pauta sindical de professores da rede básica de ensino*, Gouvêa (2015) analisou como a questão da saúde foi incorporada na pauta sindical dos professores. O estudo utilizou-se de análise qualitativa, produzindo uma pesquisa documental e empírica por meio de entrevistas semiestruturadas com voluntários.

Both (2016), em *A Política de Formação da CNTE em face aos desafios da luta*

de classes, utilizou-se do método materialista dialético; com relação à coleta de dados, a pesquisa baseou-se em análise documental centrada nos fascículos produzidos para a realização do Programa de Formação da CNTE. Nesse passo, identifica os limites e possibilidades da política de formação da CNTE.

Pereira Filho (2019), no trabalho intitulado *Da confederação de professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991)*, utilizou-se de revisão da literatura sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores da educação no Brasil. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e a coleta de dados fundou-se em entrevistas semiestruturadas realizadas com dirigentes sindicais e políticos que atuaram durante aquele período.

A respeito da FASUBRA, foi encontrado um único estudo: *Da presença da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras [FASUBRA] na luta por um projeto de universidade para a classe trabalhadora (1978-1995)*, no qual Freitas (2023) tomou como foco compreender o papel desempenhado pela FASUBRA na defesa dos interesses dos técnico-administrativos das universidades públicas federais e como a atuação da entidade contribuiu para o desenvolvimento do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. A pesquisa é qualitativa e utiliza fontes primárias, como entrevistas com dirigentes da federação, e fontes secundárias como documentos do Arquivo Nacional, matérias de jornal, panfletos e legislação educacional. Os autores marxistas do campo educacional são adotados para compreender as reformas neoliberais.

No que se refere à ANDES/SN, foram encontrados 5 trabalhos: Fernandes (2021), Santos (2015), Souza (2016), Buiar (2019) e Sales (2019). Há predominância do referencial teórico materialista histórico-dialético; quanto ao tipo de metodologia, todas as pesquisas utilizaram uma abordagem qualitativa; na coleta de dados predominam as análises documentais, pesquisas bibliográficas e entrevistas semiestruturadas.

Fernandes (2021), em *Organização sindical docente e lutas (inter) nacionais em educação*, é abordada a origem das organizações sindicais nacionais em educação, a saber: CNTE, ANDES/SN e CONTEE. A abordagem da pesquisa é qualitativa e se utiliza da dialética como referência teórico-metodológica; como categorias analíticas: totalidade,

mediação e contradição. A coleta de dados foi estruturada em duas etapas: levantamento documental e entrevistas virtuais semiestruturadas.

No texto *O trabalho docente no campo da educação a distância no ensino superior público: o discurso do ANDES/SN e de professores sindicalizados*, Santos (2015) teve como finalidade analisar o ANDES/SN e os professores sindicalizados em relação ao trabalho docente e à educação a distância no ensino superior. Os conceitos norteadores da pesquisa foram a práxis, conforme proposto por Karl Marx; a noção de trabalho no campo do pensamento marxista e o conceito de campo em Pierre Bourdieu. Utilizou-se do referencial teórico materialista histórico-dialético, pautando-se na análise crítica do discurso e na técnica de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa documental.

Souza (2016), em *As mulheres e o feminismo no movimento sindical: um estudo das experiências do ANDES/SN*, analisou a participação das mulheres no ativismo sindical que se desenvolve no âmbito do ensino superior, mormente o da área pública brasileira. Do ponto de vista teórico, utiliza-se o materialismo histórico-dialético e o debate feminista, pontuando as lutas das mulheres que compõem a classe trabalhadora.

Em *A Produção de conteúdos jornalísticos publicados no Facebook e Web site eletrônico do ANDES/SN, SINDUEPG E SEDUFMS no ano de 2016*, a pesquisa de Buiar (2019) aborda a produção de conteúdo das assessorias de imprensa do ANDES/SN, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (SEDUFMS) e Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (SINDUEPG). Para isso, a pesquisa se utiliza de duas metodologias: análise de conteúdo e análise de cobertura jornalística, portanto, sob abordagem quantitativa.

Sales (2019), em *Princípios neoliberais na política de expansão do ensino superior: as posições do ANDES/SN e da ANDIFES sobre o REUNI*, a pesquisa analisou a expansão do ensino superior brasileiro promovida pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e sua relação com o Banco Mundial e o neoliberalismo; ao final, analisa como se posicionaram o ANDES/SN e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Para isso, a pesquisa se utiliza de pesquisa bibliográfica e documental, numa abordagem qualitativa.

Na Região Norte, localizamos um estudo feito no Acre e no Pará e dois estudos em Rondônia; nos estados do Amapá, Amazonas, Roraima e Tocantins não localizamos estudos. Esses estudos serviram de aporte teórico para as análises que virão.

A partir da pesquisa realizada sobre a produção acadêmica no estado do Acre, foi identificado apenas um trabalho: uma dissertação de mestrado de Souza (2019) que analisou as políticas educacionais do governo do estado durante a gestão de Sebastião Viana (2011-2018), relacionando com o SINTEAC e o Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Acre (SINPROACRE). A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de uma pesquisa de natureza documental, baseando-se na legislação nacional que trata da valorização dos docentes como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, a Lei 11.738/08 que criou o Piso Salarial Nacional Profissional (PSNP) e a legislação acreana. Sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Acre (SINTEST/AC), Seção Sindical dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Rio Branco/AC (SINASEFE/RIO BRANCO) e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC) não foram localizados resultados.

Em relação ao estado do Amapá, não foram encontrados trabalhos relacionados ao Sindicato dos Servidores Públicos do Amapá (SINSEPEAP), à Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (SINDIFAP), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP) e à Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá (SINDUEAP).

No estado do Amazonas não foram encontrados trabalhos relacionados à Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA), ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (SINTESAM), ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Manaus (SINASEFE/MANAUS), Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas (SIND-UEA) e à Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia (ADUFRA).

No estado do Pará foi encontrado apenas um trabalho acadêmico relacionado ao tema, que é uma dissertação sobre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Pará (SINTEPP/PA). Oliveira (2019) desenvolveu o estudo

intitulado *Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP/PA*, que tinha como objetivo investigar a participação dos professores da rede municipal de Castanhal-PA nas atividades do sindicato, analisando sua identificação como classe social e o posicionamento da direção diante do refluxo no movimento docente. A pesquisa utiliza análise de documentos, aplicação de questionários e entrevistas para identificar as motivações e limites da participação dos docentes no sindicato, bem como os desafios enfrentados pela direção para fortalecer a participação da base. O estudo aponta a importância do fortalecimento da participação dos trabalhadores para que os sindicatos possam articular ações ofensivas de lutas reais que convirjam com a emancipação da classe trabalhadora.

Em relação às outras entidades do estado do Pará, não foram localizados trabalhos correlatos sobre a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará (SINDUFOPA), Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (SINDUNIFESSPA), Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará (SINPRO-PA), Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Bragança e Cametá (SINPROIFES/PA), Seção Sindical do Instituto Federal do Pará (IFPA), Escola Tenente Rêgo Barros (ETRB) e do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar/PA (CIABA) (SINASEFE/PA), Seção Sindical dos Docentes da UEPA (SINDUEPA) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará (SINDTIFES/PA).

No estado de Rondônia, não foram encontrados trabalhos correlatos sobre o Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado de Rondônia (SINPRO/RO), Sindicato dos Trabalhadores em Educação dos Estabelecimentos Particulares do Estado de Rondônia (SINTEEP/RO), Sindicato dos Professores e Professoras no Estado de Rondônia (SINPROF/RO), Associação de Docentes da Universidade Federal de Rondônia (ADUNIR), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Colorado do Oeste (SINASEFE/COLORADO DO OESTE), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Ji-Paraná

(SINASEFE/JI-PARANÁ), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pimenta Bueno (SINASEFE/PIMENTABUENO), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Vilhena (SINASEFE/VILHENA), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Porto Velho (SINASEFE/PORTOVELHO) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (SINTUNIR).

Por sua vez, sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), foram encontrados dois trabalhos correlatos: uma dissertação e um artigo. A dissertação escrita por Cruz (2017), intitulada *A história do SINTERO e o seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista*, versa sobre a história do SINTERO e o seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista. O referencial teórico utilizado foi o materialismo histórico-dialético e incluiu análise qualitativa e quantitativa, bem como análise documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e questionários.

Já o artigo *Valorização docente e luta sindical na rede estadual de ensino básico em Rondônia (2017 a 2020)*, escrito por Faria et al (2021), analisa a relação entre a categoria docente e sua entidade de classe na busca por garantias de direitos para o estabelecimento de condições materiais de existência, entre 2017 e 2020, na rede estadual de ensino básico em Rondônia.

A propósito de Roraima, em pesquisa realizada sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER/RR), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Roraima (SINASEFE/IFRR), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima (SINDUERR) e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SESDUF/RR) não foram localizados trabalhos correlatos.

Sobre o Tocantins, em pesquisa realizada sobre a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT), Sindicato dos Trabalhadores das Escolas

Particulares de Palmas e Região (SINTEPP), Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET/TO), Associação dos Professores Universitários de Gurupi (APUG), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Araguatins (SINASEFE/ARAGUATINS), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Tocantins (SINASEFE/IFTO) e o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Particulares do Tocantins (SINTEPET/TO), não foram localizados trabalhos relacionados.

Na Região Centro-Oeste, a busca por trabalhos correlatos não utilizou o filtro por data. Dada a baixa quantidade de estudos, foi priorizada a busca por trabalhos que abordassem a história das associações e sindicatos na região. Localizamos duas dissertações sobre o SINPRO/DF, cinco estudos sobre o SINTEGO, dois artigos e uma dissertação sobre a FETEMS e três dissertações sobre o SINTEP/MT.

Sobre as entidades de Brasília, não foram localizados trabalhos correlatos sobre a Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB), Sindicato dos Professores em Estabelecimento Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINPROEP), Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB), Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE), Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal (SAEP-DF), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Brasília (SINASEFE/BRASÍLIA), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Colégio Militar de BRASÍLIA-DF (SINASEFE/COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Católica de Brasília (ADUCB) e o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINEPE/DF).

A respeito do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF) foram localizadas duas dissertações. Souza (2017), em *Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal*, analisou como as professoras e os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal enfrentam o Estado para assegurar os seus direitos. O autor utilizou-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, realizando entrevistas semiestruturadas com três militantes da categoria docente. Souza (2019), em

Formação sindical do SINPRO/DF com a CUT: processo histórico de construção de uma hegemonia, propõe identificar a concepção política de sociedade do Programa de Formação do SINPRO/DF e quais outras concepções já foram executadas ao longo de sua história. O autor utilizou-se da metodologia de pesquisa participante, coletando dados em reuniões de discussão/definição de políticas no âmbito do Sindicato, ademais de entrevistas, questionários e registros históricos no Centro de Documentação do SINPRO/DF. A orientação epistemológica da pesquisa pautou-se no materialismo histórico-dialético.

Em pesquisa realizada sobre as entidades de Goiás, não foram localizados trabalhos correlatos sobre o Sindicato dos Professores no Estado de Goiás (SINPRO/GO), Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia (SIMSED), Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESGO), Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG), Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Estado de Goiás (SINAEE/GO), Sindicato dos Servidores em Instituições Federais de Educação Tecnológica no Município de Goiânia (SINTEF-GO), Associação dos Docentes da Universidade Federal de Catalão (ADUFCAT), Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Estadual de Goiás (ASTUEG), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FITRAE/BC), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Anápolis e Região (SINTEEA), Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis (SINPMA), Sindicato dos Professores de Anápolis e Região (SINPROR), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Águas Lindas de Goiás-Go (SINASEFE/ÁGUASLINDAS), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Águas Lindas de Formosa-GO (SINASEFE/FORMOSA), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Águas Lindas de Itumbiara-GO (SINASEFE/ITUMBIARA), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Águas Lindas de Jataí-GO (SINASEFE/ÁGUASLINDASDEJATAÍ), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Luziânia-GO (SINASEFE/LUZIÂNIA), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Morrinhos

(SINASEFE/ MORRINHOS-GO), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Rio Verde (SINASEFE/ RIO VERDE-GO), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Uruaçu (SINASEFE/ URUAÇU-GO), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Urutaí (SINASEFE/URUTAÍ-GO), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Valparaíso de Goiás (SINASEFE/VALPARAÍSO DE GOIÁS), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás (ADUEG), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Anápolis (SESDUEG), Seção Sindical dos Docentes do CEFET – Goiás (SINDCEFET-GO), Seção Sindical dos Docentes do Centro Universitário de Goiatuba (SESDUNICERRADO), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Jataí (ADCAJ), Seção Sindical dos Docentes da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior na Cidade de Mineiros (SESDFIMES) e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde (SINTEERV).

No que tange ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) foram localizados cinco estudos: Ataides (2005), Rodrigues (2006), Araújo Junior (2013), Oliveira (2017) e Passos (2018).

Em *SINTEGO: Lutas, vitórias e derrotas na década neoliberal*, Ataides (2005) analisa a trajetória e luta desse Sindicato perante as reformas neoliberais, no período histórico de 1992 a 2002. A metodologia utilizada nessa pesquisa se divide entre as perspectivas bibliográfica e de campo, nesta com o uso de entrevistas.

Rodrigues (2006), em *As mudanças no mundo do trabalho e a ação sindical dos trabalhadores em educação*, analisa a ação sindical dos trabalhadores em educação a partir da reorganização do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) entre os anos de 1988 e 2004. A metodologia utilizada pautou-se em análise documental e entrevistas com dirigentes sindicais e trabalhadores da educação pública de Goiás.

Araújo Junior (2013), em *O trabalhador da educação e a acumulação flexível do capital: um estudo do posicionamento do SINTEGO frente à política educacional de Goiás*, analisa o posicionamento do Sindicato em relação às mudanças no trabalho pedagógico a partir da implantação do “Pacto pela Educação: um futuro melhor exige

mudanças”, no estado de Goiás. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas e pesquisa bibliográfica.

Oliveira (2018), em *A greve de 2012 e os usos do facebook pelo grupo Mobilização dos Professores de Goiás (MPG)*, analisa a resistência dos professores estaduais com o auxílio da criação de um grupo denominado Mobilização dos Professores de Goiás, criado no Facebook entre os meses de fevereiro e março de 2012 para exercer resistência às reformas educacionais.

Passos (2018), em *Mudanças e permanências na organização dos trabalhadores na rede básica pública em Goiás: o SINTEGO*, analisa a organização dos trabalhadores em educação da rede básica pública desse estado. O método utilizado pautou-se em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com trabalhadores em educação da rede básica pública de Goiás que participavam do Sindicato.

Em exame realizado sobre as entidades do Mato Grosso, não foram localizados estudos correlatos sobre a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (ADUFMAT), Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (ADUNEMAT), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Mato Grosso (SINTRAE/MT), Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso (SINTUF/MT), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (FITRAE/MTMS), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Vale do Araguaia, Estado de Mato Grosso (SINTRAE/VAMT), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso de Cáceres-MT (SINASEFE/CÁCERES-MT), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Rondonópolis-MT (SINASEFE/RONDONÓPOLIS-MT), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso de São Vicente da Serra-MT (SINASEFE/SÃO VICENTE DA SERRA-MT), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso (SINASEFE/MT) e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sudeste do Mato Grosso (SINTRAE-SEMT).

Sobre o SINTEP/MT foram localizados três estudos: Alencar (2013), Silva (2019) e Leoni (2023). Em *A atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT: uma análise sócio-histórica (1988-2012)*, Alencar (2013) analisa a atuação do sindicato dos trabalhadores em educação de Mato Grosso. Sobre os procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e análise documental, com o uso das atas das assembleias gerais da categoria, além de entrevistas realizadas com dirigentes e ex-dirigentes do SINTEP/MT. Silva (2019), em *O SINTEP/MT como locus de formação dos profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso*, analisa como as atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT têm contribuído para o processo formativo de seus filiados. A abordagem da pesquisa é qualitativa e de caráter bibliográfico, documental e vazada em entrevistas semiestruturadas. Leoni (2023), em *História e memória do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (1979-1989)*, analisa a atuação do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, sua história e luta. É uma pesquisa de abordagem qualitativa que coletou dados por meio de depoimentos e entrevistas com os protagonistas do Sindicato, pesquisando e anexando também fotografias, jornais, atas, panfletos, cartazes e demais documentos.

Em pesquisa realizada sobre as entidades do Mato Grosso do Sul, não foram localizados estudos correlatos sobre o Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Mato Grosso do Sul (SINTRAE/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTED), Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Aquidauana (SIMTED de Aquidauana), Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (SIMTED de Dourados), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Institutos Federais de Ensino do Mato Grosso do Sul (SISTA/MS), Seção Sindical Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul do Mato Grosso do Sul (SINTRAE/SUL), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS), Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Mato Grosso (ADUEMS), Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (SINTEF), Sindicato das Professoras e Professores da Universidade Federal da Grande Dourados (ADUFDOURADOS), Associação dos

Servidores da Universidade Federal da Grande Dourados (ASSUFGD), Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (SESDIFMT), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso, Campus – Rondonópolis (ADUFMAT-ROO), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - Região Leste Sul-Matogrossense (ADLeste) e o Sindicato dos Trabalhadores de Ensino da Região Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul (SINTRAE/PANTANAL).

Sobre a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) foram localizados dois artigos: Correa; Souza e Silva (2018) e Rocha et al (2014), e uma dissertação: Miguel (2012). Em artigo de 2018 intitulado *Federação dos trabalhadores em educação de Mato Grosso do Sul: 40 anos em defesa da valorização dos trabalhadores em educação*, Correa, Souza e Silva analisa a atuação da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul na defesa da política de valorização dos trabalhadores em educação (2012-2018). O artigo resulta de pesquisa bibliográfica e documental. Rocha *et al* (2014), em *Federação dos trabalhadores em educação de Mato Grosso do Sul: 40 anos em defesa da valorização dos trabalhadores em educação*, analisa a luta da Federação dos Trabalhadores de Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) pelo cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Sua fonte de pesquisa foram as atas das Assembleias Gerais da FETEMS. Na dissertação *Educação e sindicalismo: a FETEMS e a luta pela valorização do magistério do Estado de Mato Grosso do Sul (1980-2010)*, de Miguel (2012), não foi possível encontrar o arquivo digital do trabalho, visto que a pesquisa foi realizada anteriormente à existência da Plataforma Sucupira.

Em poucas palavras, pode-se perceber que as dissertações e teses obtidas nos bancos de dados desempenharam um papel fundamental na elaboração do presente trabalho. As referências dos autores citados na revisão da literatura contribuíram para embasar nosso estudo, de modo que procuramos utilizá-las devidamente na dissertação. Assim, autores como Engels (2010 e 2012), Marx (2007) e Thompson (1987 e 2012) foram utilizados por grande parte dos estudos como referencial teórico-conceitual; Saviani (1980, 1991, 1999, 2001, 2009 e 2011), Saviani e Duarte (2012) e Frigotto (1995) e Cunha (2007) são amplamente utilizados como referência crítica no campo educacional;

Boito Jr (1999 e 2007), Harvey (2004 e 2008) e Anderson (1998) são autores frequentemente utilizados como referência crítica ao neoliberalismo. Sobre a gênese da organização sindical, do sindicalismo operário e não docente, a principal referência é Antunes (1985 e 1999); sobre o sindicalismo docente, a principal referência é Dal Rosso (2011), que realizou estudos sobre a organização dos trabalhadores em educação em suas entidades regionais e estaduais.

Dentro dos estudos sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, destacam-se as pesquisas e publicações da Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras Sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE). A Rede foi criada em 2007 e, desde então, tem contribuído para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as organizações de luta dos trabalhadores da educação.

No livro *Associativismo e sindicalismo em educação*, organizado por Sadi Dal Rosso, o autor fala sobre a origem da Rede Aste:

Uma breve análise do estado dos estudos e pesquisas sobre organizações de luta do sindicalismo docente conduziu à conclusão de que eram perceptíveis lacunas enormes não só na pesquisa empírica, na teoria, no método e nos conceitos, como – e especialmente – na comunicação de resultados entre pesquisadores, seja de um país seja do exterior. A Rede preenche um espaço de pesquisa que se desenvolve à medida que a transformação da sociedade o permite. A narrativa é de outra ordem quando se desce ao terreno das informações mais triviais e cotidianas (DAL ROSSO, 2011, p. 15).

Dal Rosso destaca que, ao analisar brevemente o estado atual dos estudos e pesquisas sobre organizações de luta do sindicalismo docente, foi possível identificar grandes lacunas tanto na pesquisa empírica quanto na teoria, no método e nos conceitos, além da falta de comunicação de resultados entre pesquisadores, tanto dentro quanto fora do país. Nesse sentido, a Rede ASTE surge como um importante preenchimento para essa lacuna na pesquisa. Em todo caso, são necessários esforços mais duradouros para que tenhamos uma contribuição maior de trabalhos correlatos.

Para futuras pesquisas sobre entidades não investigadas, a localização das entidades mencionadas neste estudo pode ser um ponto de partida, da mesma forma que os estudos da Rede ASTE foram significativas para nossa pesquisa, pois algumas publicações de seus pesquisadores fundamentaram teórica e historicamente nosso trabalho, enquanto outras foram consultadas para ajudar na compreensão das temáticas.

Destacam-se as pesquisas de Bauer (2013, 2015, 2017 e 2019), quatro volumes organizados na forma de livro com o título *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*; e a obra de mesmo tipo de Dal Rosso (2011), *Associativismo e sindicalismo em educação. Organização e lutas*, com a organização de diversos artigos que versam sobre a temática. As teses de Ferreira Jr. (1998) e Gindin (2011) foram encontradas no sítio eletrônico da Rede Aste.

O estudo de Gindin e Melo (2011) foi localizado no livro *Associativismo e sindicalismo docente em educação. Organização e lutas*, organizado por Sadi Dal Rosso. Os autores realizaram um mapeamento da produção acadêmica relacionada ao sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. Os autores não tinham a pretensão de realizar um estado da arte, pois consideravam que isso excederia suas possibilidades. A pesquisa foi realizada entre 1980 e 2010 e incluiu países latino-americanos, além do Brasil.

Ferreira Jr (1998), em *Sindicalismo e proletarização: A saga dos professores brasileiros*, versa sobre a trajetória sindical dos professores da educação básica com a ajuda da Confederação de Professores do Brasil durante a ditadura civil-militar.

Lança e Bauer (2019), em artigo do livro *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil*, realizam uma síntese dos estudos acadêmicos no campo do associativismo e do sindicalismo educacional abrangendo Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal. Na primeira etapa, eles mapearam algumas associações científicas, acadêmicas e grupos de trabalho como a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), responsável pela publicação da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE); o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação, da Universidade Estadual de Campinas (HISTEDBR); o Grupo de Trabalho História da Educação (GT 2) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e o Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), pertencente à Linha de Pesquisa Políticas Educacionais (LIPED) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Em uma segunda etapa, realizaram uma pesquisa sobre os trabalhos relativos ao sindicalismo e ao associativismo no campo educacional. Conforme os autores:

Localizamos 46 pesquisas, entre teses e dissertações. Um material bastante amplo, que pretendemos apresentar nos parágrafos a seguir em ordem cronológica, com as principais características de cada um. Importante destacar que não tivemos a pretensão de construir um estado da arte, mas apenas de reconhecer os caminhos e as categorias que as últimas pesquisas se utilizaram. Todos os trabalhos foram apreciados de forma satisfatória, o que tornou possível traçar e apresentar um quadro informativo e conceitual bastante ampla (LANÇA; BAUER, 2019, p. 195).

Dos 46 trabalhos analisados, 18 são teses de doutorado e 28 são dissertações de mestrado. Os trabalhos possuem abordagem qualitativa, são predominantemente no campo da educação e os estudos estão apoiados teoricamente no materialismo histórico-dialético.

Poucos estudos tratam dos trabalhadores técnico-administrativos. Há um predomínio da abordagem qualitativa nas produções estudadas. São poucas as pesquisas com abordagem quantitativa, basicamente divididas em diversas áreas das humanidades, com destaque para a sociologia, a história, a ciência política e a educação.

Em suma, os estudos realizados por Gindin e Melo (2011) e Lança e Bauer (2019) demonstram a importância do sindicalismo e do associativismo no campo da educação e a necessidade de investigação e reflexão sobre essas temáticas. Enquanto Gindin e Melo (2011) se dedicaram a um mapeamento da produção em torno do sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina, Lança e Bauer (2019) alcançaram uma síntese sobre os estudos acadêmicos no campo do associativismo e sindicalismo educacional.

Ambos os estudos ressaltam a predominância da abordagem qualitativa e a escassez de pesquisas com abordagem quantitativa, além da importância de abordar os trabalhadores em educação nos trabalhos de pesquisa. O reconhecimento desses caminhos e categorias pode contribuir para aprimorar e ampliar as investigações futuras nesse campo, fornecendo subsídios para a formulação de políticas educacionais e sindicais mais eficazes.

1.2. Percurso metodológico da pesquisa

O estudo do movimento sindical e associativo dos trabalhadores em educação no Brasil é de extrema relevância para a compreensão da história da educação e das lutas

sociais no país. Afinal, a história é feita pelas pessoas e suas lutas e conquistas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao analisar o movimento sindical e associativo dos trabalhadores em educação, podemos entender melhor as demandas e desafios enfrentados pelos profissionais da educação, bem como a importância das lutas que empreendem em prol de seus direitos trabalhistas e da construção de uma educação pública de qualidade.

Opinamos que o sindicalismo em educação pode ser uma forma de garantir a qualidade do ensino, de caráter crítico e socialmente referenciada. Isso pode ser feito com a ajuda de mobilizações e pressão sobre governos e instituições de ensino para que sejam mantidos investimentos em educação e garantidos os direitos dos trabalhadores.

Arguimos, ainda, que a temática do movimento sindical e associativo dos trabalhadores em educação no Brasil é fundamental para a compreensão da história da educação e das lutas sociais no país.

Não à toa, os procedimentos de investigação utilizados nesta pesquisa se basearam na consulta a materiais, digitais ou impressos, produzidos por associações e sindicatos docentes, seus estatutos, panfletos, jornais e revistas. Numa segunda etapa, foi realizado um levantamento de artigos, dissertações e teses que tratam da temática do associativismo e sindicalismo na área de educação.

A abordagem adotada na pesquisa é qualitativa, devido à complexidade sociocultural e política da temática e do objeto sob investigação. Nessa perspectiva, o pesquisador busca descrever, interpretar e analisar os dados, levando em conta diferentes variáveis.

Os dados são coletados a partir de diversas interações sociais, refletem subjetividades (visões e experiências interpretadas por aqueles mesmos que as viveram) e são analisados, também subjetivamente, pelo pesquisador, o qual buscará compreender as particularidades do objeto de estudo, levando em conta os contextos social, histórico e cultural nos quais ele está inserido (APPOLINÁRIO, 2011).

Em sua obra *Metodologia do trabalho científico* (2007), Antônio Joaquim Severino apresenta uma reflexão sobre a pesquisa qualitativa, destacando sua importância para a compreensão profunda e significativa da realidade investigada. Segundo o autor,

essa abordagem metodológica valoriza as perspectivas subjetivas dos sujeitos envolvidos no fenômeno estudado e busca compreender as particularidades do objeto de estudo no âmbito desses contextos.

A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação que valoriza a subjetividade, a diversidade e a complexidade dos dados coletados, contrapondo-se à pesquisa quantitativa, que tem como objetivo medir, classificar e generalizar dados. A pesquisa qualitativa é mais adequada para estudos que demandam compreensão da complexidade dos fenômenos investigados na medida em que propõe a identificação de nuances e detalhes que não seriam capturados pela pesquisa quantitativa: trata-se de perspectivas subjetivas dos sujeitos envolvidos no fenômeno estudado que permitem a compreensão das particularidades do objeto de estudo em seus contextos específicos.

Portanto, a abordagem qualitativa adotada na pesquisa em questão se alinha à perspectiva apresentada por Severino (2007): compreender de forma profunda e significativa a complexidade do objeto pesquisado, levando em consideração variáveis diversas e valorizando perspectivas subjetivas dos sujeitos envolvidos nas diferentes interações sociais estudadas.

Na primeira etapa desta investigação acadêmica, realizamos: i) um amplo levantamento bibliográfico, que nos deu acesso à fortuna crítica da produção acadêmica – teses, dissertações, artigos; e ii) recolhemos uma vasta e significativa fortuna documental, esta mormente constituída de materiais digitais produzidos por associações e sindicatos docentes, jornais e revistas espalhados por todas as regiões do país, além dos eventuais materiais impressos de mesmo tipo.

Para obter a localização das entidades, realizou-se uma consulta ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sítio eletrônico das federações e confederações, para identificar as entidades que serão mapeadas. Para essas consultas eletrônicas, recorreremos à *netnografia*. Trata-se de uma forma especializada de etnografia que se vale das comunicações mediadas por computador como fonte de dados primária, direcionando sua atenção para o estudo e a representação etnográfica de fenômenos culturais no ambiente digital. Em consonância com sua natureza flexível e adaptativa, a *netnografia* é especialmente adequada para investigar e compreender profundamente a dinâmica de comunidades virtuais e interações sociais que ocorrem em plataformas como fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais e outros espaços online (KOZINETS,

2014).

Na segunda etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico, particularmente em artigos que tratam do associativismo e sindicalismo no campo educacional, com objetivo de fundamentar, teórica e metodologicamente, a presente proposta de estudo.

Na terceira etapa, foi realizada consulta aos portais de programas de pós-graduação da Área da Educação; ao BDTD, catálogo digital de dissertações e teses da Capes; à Base Scielo e ao indexador Scopus, utilizando a palavra-chave: sindicalismo docente, com o objetivo de acessar teses, dissertações e artigos que tratassem do tema da pesquisa que estávamos desenvolvendo.

Na etapa conclusiva da pesquisa, foi conduzida uma entrevista semiestruturada com o professor Ricardo Pires de Paula, com ênfase na preservação da memória e das vozes dos indivíduos que desempenharam um papel relevante no campo de estudo do associativismo e sindicalismo docente. A utilização da história oral como abordagem permitiu a documentação das narrativas e experiências pessoais desses atores, enriquecendo a compreensão dos processos históricos e sociais relacionados ao tema em estudo (FREITAS, 2002).

As seções sobre a cartografia histórica foram divididas conforme a regionalização do país estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a saber: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, para localização das federações e das entidades nacionais. Esse procedimento permitiu estruturar a dissertação em seis subseções preocupadas em oferecer informações pertinentes ao mapeamento das associações e dos sindicatos dos trabalhadores em educação.

Nesta dissertação, só foi possível incluir a pesquisa envolvendo as entidades nacionais e as regiões Centro-Oeste e Norte, as duas últimas sendo as regiões com o menor número de entidades cadastradas no Ministério do Trabalho. Por essa lógica, pesquisas ulteriores poderão abarcar as outras regiões brasileiras, Nordeste, Sudeste e Sul, constituindo futuros trabalhos do GRUPHIS.

1.3. Concepções sobre cartografia

Realizamos uma revisão conceitual e metodológica das concepções teóricas sobre o conceito “cartografia”, explorando autores que abordam a história e a origem dessa ciência e suas modalidades: cartografia do tempo presente e cartografia crítica. Em nossas seções sobre as entidades, confeccionamos mapas que representam a abrangência das

entidades, baseados nos dados cadastrados no MTE e nos portais das federações e confederações.

Ao longo dos séculos, desde as primeiras representações desenhadas pelos antigos gregos e romanos até os elaborados atlas renascentistas, os mapas têm sido ferramentas essenciais para compreender a geografia e a história do mundo. A cartografia é a ciência dedicada ao estudo dos mapas e suas representações do mundo ao longo do tempo. Por sua vez, traçar a origem dos primeiros mapas é uma tarefa complexa, dada a variedade de representações, das contemporâneas às mais rudimentares, que sempre acompanharam a humanidade. Exemplificando, pode-se citar as pinturas pré-históricas (HARLEY, 1991).

A história da cartografia teve início com os primeiros relatos concretos e tangíveis das primeiras formas de representação, ou seja, “o fato de desenhar um mapa sobre o primeiro suporte disponível, dando existência concreta a antiga abstração” (HARLEY, 1991, p. 5). No século XIX, surgiram disciplinas modernas que constituíram a cartografia, mas isso não impediu que os mapas anteriores, que precedem a notação matemática e a escrita, remontem sua história às raízes de antigas culturas (HARLEY, 1989). Como exemplo ilustrativo, o mapa mais antigo de que se tem notícia é um exemplar datado de cerca de 6.000 a.C., descoberto em 1963 na Turquia, que representa o povoado neolítico de Çatal Hoyuk (HARLEY, 1991).

A cartografia histórica é uma área específica de estudo dentro da cartografia que se concentra na análise e interpretação de mapas antigos e históricos. Diversos autores abordam o tema, como Bricker (1969), que examina a influência dos grandes cartógrafos da história como Ptolomeu, Mercator e Ortelius, e a contribuição de cartógrafos de diferentes países e culturas. Essa obra é um estudo abrangente da história da cartografia, dos primeiros mapas conhecidos até o século XX, que analisa as diferentes técnicas e métodos utilizados pelos cartógrafos ao longo do tempo, incluindo o uso de astrolábios, bússolas, sextantes e outras ferramentas de navegação.

Outros autores que escrevem sobre cartografia histórica incluem J.B. Harley, um dos principais estudiosos da história da cartografia, cujos trabalhos abrangem desde a Antiguidade até a Era Moderna, e D. Woodward, que escreveu sobre a história da cartografia, com destaque para o período medieval e renascentista.

Em síntese, a técnica da cartografia é a representação gráfica e sistemática de informações geográficas ou espaciais em mapas ou cartas. Ela permite visualizar e

analisar diferentes aspectos do espaço como a localização de objetos, as características físicas e socioeconômicas de uma área, as conexões entre diferentes regiões e a distribuição de recursos naturais e humanos.

O presente estudo propõe a representação e localização das associações e sindicatos no tempo presente. A cartografia histórica do tempo presente se refere ao processo de mapear os eventos históricos contemporâneos e as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram durante um período recente. É uma maneira de examinar as causas e consequências dos eventos atuais e como eles se relacionam com o passado. Ao mapear o tempo presente, é possível compreender e cotejar as forças que moldam a sociedade contemporânea e as tendências que influenciam o futuro.

Para isso, utilizam várias fontes, incluindo documentos oficiais, mídia, dados estatísticos e histórias pessoais, para mapear os padrões e tendências do passado recente. É uma abordagem interdisciplinar que envolve a colaboração de historiadores, sociólogos, cientistas políticos e outros especialistas.

Para tratar do conceito de tempo-presente, utilizamos como referência autores como François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*; Michel de Certeau, *A escrita da história*, e Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: o breve século XX*.

Hartog (2013), sobre o tempo presente, salienta que vivemos em um presente que é cada vez mais dominante em relação ao passado e ao futuro; argumenta que essa situação está relacionada ao fato de que as mudanças aceleradas na sociedade contemporânea tornam o futuro cada vez mais incerto e instável, o que faz com que muitas pessoas se concentrem cada vez mais no presente. Ele chama essa perspectiva de “presenteísmo”.

Certeau (2011) argumenta que é importante que os historiadores sejam capazes de refletir sobre o momento histórico em que vivem e sobre como ele influencia sua própria perspectiva e entendimento da história. O autor enfatiza a importância de considerar as vozes e perspectivas de grupos marginalizados na escrita da história, especialmente aqueles que foram silenciados ou excluídos dos registros históricos.

Hobsbawm (1995), quando analisa o século XX, período em que o autor presenciou os eventos ocorridos no período que vai da Primeira Guerra Mundial ao

colapso da União Soviética, que ele chamou de “breve século XX”, marcado por grandes transformações sociais, políticas e culturais. O historiador explora como esses eventos moldaram o mundo atual e como as sociedades mudaram radicalmente durante esse período, salientando que essas mudanças influenciaram significativamente na política, na economia, na cultura e nas relações internacionais, muitas das quais estão sendo sentidas hoje.

Outra abordagem utilizada é o conceito de cartografia crítica, visto que os sujeitos envolvidos em nossa investigação, em uma perspectiva sociológica, são considerados parte de um extrato social subalternizado na conjuntura da sociedade burguesa, os “de baixo”. A cartografia crítica é uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender e analisar a realidade social a partir da perspectiva dos sujeitos sociais e das relações de poder presentes na sociedade. É uma abordagem da cartografia que se concentra em como os mapas são usados para refletir e reforçar as relações de poder na sociedade (CRAMPTON; KRYGIER, 2008). Essa abordagem considera que a produção do conhecimento é uma atividade política e, portanto, não pode ser neutra, devendo estar comprometida com a transformação da sociedade em direção a uma perspectiva mais justa e igualitária.

Fernandes (2020) salienta a importância da representatividade que as classes populares têm de lutar por transformações sociais e pela construção de uma sociedade mais democrática e justa. As classes subalternas são os sujeitos ativos da construção da sociedade, e não meros objetos passivos das ações das classes dominantes. Há uma relação estreita entre a cartografia crítica e a visão de Fernandes (2020) sobre os “de baixo”, na medida em que ambas buscam compreender a realidade social a partir da perspectiva dos sujeitos subalternos e das relações de poder presentes na sociedade. Por essa lógica, a cartografia crítica pode ser uma ferramenta útil para dar visibilidade às perspectivas e demandas das classes populares, contribuindo para o fortalecimento de suas lutas e para a construção de uma sociedade com justiça social.

A cartografia crítica se propõe a produzir um conhecimento situado e comprometido com a transformação social, enquanto a visão de Florestan Fernandes sobre “os de baixo” enfatiza a importância das classes populares na luta por mudanças sociais e na construção das mudanças sociais na direção da justiça e da igualdade. Destarte, a cartografia crítica se preocupa com a produção de mapas alternativos que

possam ser usados para desafiar e transformar as relações de poder na sociedade. Esses mapas alternativos incluem mapas participativos, que são produzidos em colaboração com comunidades locais, e mapas subversivos, que questionam a narrativa dominante sobre o espaço e o território.

1.4. Concepções teóricas e fundantes do associativismo e do sindicalismo

O estudo do sindicalismo, essencialmente as teorias dos fundadores, epistemologicamente tem origem na gênese e no desenvolvimento da própria ciência social, mormente na teoria das relações industriais, na teoria dos formuladores revolucionários do socialismo e, no que diz respeito ao desenvolvimento do presente estudo, a abordagem crítica da educação (ANTUNES, 1985).

Algumas terminologias clássicas tais como sindicato, associação, união, grêmio e outras originaram-se das críticas sociais realizadas a partir do exame das condições de penúria e de aviltante exploração a que os trabalhadores eram submetidos na época histórica em que se produziu a chamada revolução industrial no mundo ocidental. Tal situação foi profundamente examinada e duramente criticada pelos formuladores do socialismo científico, Marx e Engels, que apesar de terem tecido suas ideias em séculos anteriores mantêm-se atuais, já que, na luta de classes, permanece subjugada a classe trabalhadora. Essas considerações ressaltam a atualidade do pensamento materialista, histórico e dialético formulado por tais autores.

Na sociedade contemporânea, as formas associativas dos trabalhadores auxiliam os trabalhadores a se organizarem e a envidarem formas mais justas e valorizadoras do trabalho (DAL ROSSO, 2011). Uma vez reconhecidos na Carta Magna do país (BRASIL, 1988), os sindicatos são entidades que têm poder de representação legal dos trabalhadores. Eles possuem a capacidade de negociar e firmar acordos coletivos com empregadores, além de promover ações judiciais em nome dos seus filiados.

Por um lado, os sindicatos são compostos de profissionais de uma determinada categoria e têm uma atuação mais ampla, representando trabalhadores de uma determinada área ou ramo de atividade; por outro, as associações são organizações formadas por profissionais que se unem voluntariamente com o objetivo de promover interesses comuns. As associações podem atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores, porém, sua representatividade legal é limitada em comparação com os sindicatos. Ambas as entidades desempenham um papel importante na luta pelos direitos dos profissionais.

Enquanto os sindicatos têm uma representação legal mais ampla e podem negociar em nome dos trabalhadores, as associações fornecem um espaço de união e fortalecimento da categoria, promovendo atividades que contribuem para o desenvolvimento profissional e bem-estar dos seus membros.

Entretanto, no que tange à sociedade brasileira, nos últimos anos, em face da reforma trabalhista de 2017, alguns dos direitos foram *flexibilizados*, quando não eliminados, ressaltando a importância das associações e dos sindicatos na luta por condições justas de trabalho.

O que convencionamos chamar de materialismo histórico e dialético está firmado em obras como *A ideologia alemã*, de Marx e Engels (2019), na qual os pensadores elucidam suas concepções teóricas e conceituais, endereçando suas críticas ao idealismo de Hegel e aos jovens hegelianos¹. O materialismo histórico e dialético propõe análises amparadas nas condições materiais, sociais e históricas, consideradas centrais no debate social e político, tecendo críticas à perceptiva idealista que considera a ideologia apenas em si mesma. A epistemologia materialista foi gradativamente elucidada ao longo das obras de Marx e Engels e nos pensadores denominados marxistas que se seguiram. Ela ajuda a fundamentar a análise e o estudo das associações e dos sindicatos organizados pela classe trabalhadora na sociedade capitalista. Por esse prisma, o estudo da obra marxiana e marxista nos ajuda a fundamentar epistemologicamente o presente estudo. Como exemplo de tais trabalhos, destaca-se *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels, obra clássica da tradição socialista revolucionária e referência imprescindível na fortuna bibliográfica das ciências humanas e sociais.

A origem da terminologia sindicato remonta ao período da revolução industrial europeia, período histórico no qual a classe trabalhadora se organizou como movimento em prol dos seus interesses mais sentidos. Em sua obra, Engels (2010) procura estabelecer o recorte temporal em que surge a noção, o papel político e a importância histórica do

¹ Escrita entre os anos 1845-1846, a obra *A ideologia alemã* representa a primeira exposição estruturada da concepção materialista da história e é o texto central dos autores acerca da religião. Nela eles concluem um acerto de contas com a filosofia de seu tempo - tanto com a obra de Hegel quanto com os chamados 'hegelianos de esquerda', entre os quais Ludwig Feuerbach. Esse ajuste passou antes pelos *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A sagrada família* e *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (esta, exclusiva de Engels), para alcançar em *A Ideologia alemã* sua primeira formulação articulada como método próprio de análise. A crítica - quase toda em tom sarcástico - dos dois filósofos ridiculariza o idealismo alemão e articula as categorias essenciais da dialética marxista como trabalho, modo de produção, forças produtivas, alienação e consciência, constituindo assim um novo corpo teórico.

movimento operário e dos sindicatos:

em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes. Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (trade unions), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse*, como força, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo de trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não a respeitassem (ENGELS, 2010, p. 250, grifo do autor).

Conforme informado por Engels, os movimentos sindicais passaram a atuar no interior da legalidade burguesa a partir de 1824, momento histórico em que os operários britânicos conquistaram o direito à livre associação, tornaram-se fortes e expandiram-se por toda a Inglaterra, constituindo agremiações em praticamente todos os ramos de trabalho com o objetivo de conquistar direitos e negociar suas reivindicações com os representantes da burguesia.

Engels não foi o único a relatar e a tratar as condições dos trabalhadores. Diversos intelectuais abordaram a questão, como ressalta Costa (2021, p. 23) em o *Jovem Engels: vida e obra*.

a ‘questão social’ vivida na Inglaterra sobretudo das décadas de 1830 e 1840. Importa aqui sublinhar, como fizeram outros, o dado de que o trabalho do jovem Engels não fora o primeiro nem o último a tratar das condições da classe trabalhadora inglesa de então, já que uma profusão de panfletos, livros e pesquisas (oficiais ou não oficiais), escritos por intelectuais dos mais variados matizes, tratavam da ‘questão social’ não só inglesa como da Europa Ocidental em geral.

Desse modo, a análise realizada a partir da situação dos trabalhadores da Europa ocidental nos ajuda a compreender as primeiras conquistas da classe operária, configurando-se esta classe como o motor de propulsão para os sindicatos contemporâneos. Diante disso, uma série de derrotas seguida de vitórias nos remonta à história dessas associações (ENGELS, 2010).

Na sociedade atual, podemos entender que as lutas e ações dos sindicatos materializam a construção de movimentos históricos coletivos, entre eles os educacionais. Por conseguinte, mesmo que os escritos marxianos do século XIX tenham retratado a Europa Ocidental e não terem abordado os sindicatos no campo educacional, suas formulações nos ajudam a entender a realidade social dos trabalhadores em educação,

sobretudo as obras de Marx e Engels, visto que a educação é um dos elementos para a tomada de consciência de classe.

Karl Marx e Friedrich Engels, a partir da década de 1840, formulam as primeiras análises científicas materialistas da trajetória da humana em paralelo com a dinâmica de funcionamento do capitalismo. Na obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de 1880, Engels faz a distinção entre o socialismo científico², construído por ele e por Marx, e as concepções de pensadores do início do século XIX como Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858), formuladores do que se convencionou nominar como socialismo utópico³. Tais pensadores realizaram formulações socialistas anteriores a Marx e Engels.

Engels vê o socialismo utópico como uma formulação sem fundamento na materialidade do real, um lugar que não existe, logo, utiliza o termo utópico para diferenciar da formulação científica do socialismo. A teoria política marxista, se assim se pode dizer, é apresentada na obra *O Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels. Seguidores do marxismo como Lênin, Trotsky e Gramsci são de fundamental relevância para a compreensão da classe trabalhadora: “Lenin pela importância decisiva na revolução de 1917; Trotsky pela importância como oposição ao stalinismo (e não só); e Gramsci pela contribuição ao marxismo com a elaboração de novas categorias de análise” (ARAÚJO FILHO, 2015.p.24).

A Revolução Russa de 1917 irá influenciar de forma marcante as organizações dos trabalhadores que surgiram nas diversas sociedades nacionais, inclusive na brasileira. Os *soviets*, no início do século XX, demonstraram o nível de organização que a classe trabalhadora já havia alcançado de fato, e tal protagonismo materializou, pela primeira vez na história, o momento em que o proletariado chegou ao poder. Por sua vez, de um ponto de vista mais geral, a influência direta da revolução na sociedade brasileira foi limitada. Em 1917, o Brasil era um país em desenvolvimento, com uma economia agrícola baseada na exportação de café. A sociedade brasileira era fortemente dividida

² Corrente de pensamento que surgiu na metade do século XIX, com os trabalhos de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), e que tem esse nome por estudar, com rigor científico, os mecanismos de produção e exploração capitalista de um ponto de vista histórico, filosófico, social e econômico, com o objetivo de construir formulações para a superação do capitalismo; marxismo. Disponível em< <https://www.dicio.com.br/socialismo-cientifico/>> Acesso em: 28. fev. 2023.

³ Corrente filosófica que surgiu no início do século XIX e cujo maiores representantes são Owen, Saint-Simon e Charles Fourier. Os defensores do socialismo utópico acreditam na criação de uma sociedade ideal, a ser alcançada de forma pacífica. Suas ideias foram consideradas fantasiosas ou irrealistas por seus críticos, entre eles os marxistas que, por oposição, se autodenominavam socialistas científicos. Disponível em< <https://www.dicio.com.br/socialismo-utopico/>> Acesso em: 28. fev. 2023.

entre a elite agrária e os trabalhadores rurais e urbanos que sofriam com a falta de direitos trabalhistas e sociais. Embora houvesse movimentos socialistas e anarquistas no país, eles não tinham uma base ampla o suficiente para liderar uma revolução (SAVIANI, 2011).

Apesar disso, a Revolução russa, ao inspirar movimentos de esquerda em todo o mundo, teve um impacto indireto na sociedade brasileira, uma vez que contribuiu para o surgimento de partidos políticos socialistas e comunistas no país. Tais ideias terão grande impacto no movimento operário brasileiro, sobretudo na criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922 (BAUER et al, 2013).

No campo educacional, uma forte influência marxista é Gramsci, cujas novas categorias analíticas terão grande impacto na educação brasileira. Sua análise sobre o sistema escolar dualista, isto é, as duas formas distintas de educação: uma escola “interessada” voltada para o mercado de trabalho e uma escola “desinteressada”, com vasto domínio de uma cultura universal desprendida do imediatismo do mercado de trabalho, influenciará de forma marcante as análises educacionais brasileiras (NOSELLA; DE AZEVEDO, 2012). Como solução pedagógica revolucionária a tal modelo, a escola unitária, que Gramsci (2004, p. 40) sugere,

significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e empregando-lhes um novo conteúdo.

Tais afirmações demonstram o modelo educacional dual, muito presente na educação brasileira, que opõe uma educação para a burguesia a outra para os trabalhadores, com forte influência técnico-profissionalizante e um currículo pragmático e empobrecido. Gramsci propôs a escola unitária, “desinteressada” para todos, dotada de uma cultura geral humanista e formativa, um equilíbrio entre os saberes voltados para o trabalho e as capacidades intelectuais (GRAMSCI, 2004).

O argumento gramsciano prescrevia que as mudanças necessárias deveriam acontecer, não somente pela força do Estado, e sim pela educação e a cultura, capazes de realizarem uma verdadeira mudança, haja vista que a escolarização é um meio de formação de cidadãos e quadros dirigentes.

1.5. Persistência da visão segregadora: reflexões sobre a educação ao longo dos séculos XX e XXI no Brasil

No pensamento educacional brasileiro, ao longo dos séculos XX e XXI, esteve presente a ideia de que em toda sociedade bem administrada deveriam coexistir dois modelos de educação. Um primeiro modelo, para aqueles que deveriam dirigir a sociedade e que deveriam permanecer por longos períodos na escola, e um segundo modelo, aligeirado, rápido, para aqueles que não poderiam perder tempo na escola, destinados que estavam ao duro ofício do trabalho.

Durante a Reforma Capanema ⁴, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, de 1942, era nítida tal concepção de educação promovida pelo Estado, como constata (SCHWARTZMAN et al, 2000, p.225):

A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos, assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande 'exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação' e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, 'realidade moral, política e económica' a ser constituída.

Frigotto (1995) faz uma análise crítica da Reforma Capanema como um marco histórico na educação brasileira, que introduziu novas perspectivas e concepções educacionais no país. Destaca que a Reforma se baseou em uma concepção de educação voltada para o desenvolvimento nacional e a formação do trabalhador, mas que não conseguiu superar as desigualdades sociais e econômicas que marcaram a história do país. O autor aponta para o fato de que essa reforma não conseguiu lidar adequadamente com questões como a democratização do acesso à educação e a valorização do trabalho docente.

⁴ Ao longo do chamado Estado Novo (1937-1945), a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, o que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação entre 1934 e 1945, durante os governos Vargas. Disponível em: [https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/reforma-capanema#:~:text=Durante%20o%20Estado%20Novo%20\(1937,como%20tamb%C3%A9m%20trouxe%20mudan%C3%A7as%20no%20Acesso](https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/reforma-capanema#:~:text=Durante%20o%20Estado%20Novo%20(1937,como%20tamb%C3%A9m%20trouxe%20mudan%C3%A7as%20no%20Acesso) em: 02.abr. 2023.

Outro período da história da educação brasileira no qual notamos um forte apelo para a educação imbuída do espírito acrítico foi durante a ditadura civil-militar. Para Saviani (2011), a educação no período 1964-1985 foi utilizada como um instrumento de dominação e controle social, com o objetivo de manter a ordem política e social estabelecida pelo regime. Esse autor ainda aponta que as políticas educacionais adotadas durante a ditadura foram marcadas pela ideologia da segurança nacional, que buscava moldar a educação para atender às necessidades do Estado e do capitalismo. Nesse contexto, a escola foi vista como um meio de formar cidadãos disciplinados, obedientes e conformados com a ordem estabelecida, reprimindo o pensamento crítico e as expressões de dissidência. Saviani analisa as reformas educacionais ocorridas durante o período da ditadura civil-militar: a Reforma Universitária de 1968 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1971, destacando que elas buscaram reorganizar o sistema educacional para atender às demandas do mercado de trabalho e do Estado, em detrimento da formação de cidadãos críticos e reflexivos.

No geral, Saviani (2011) aponta que a educação nos anos ditatoriais no Brasil foi marcada pela subordinação da escola aos interesses do Estado empresarial e do capitalismo, e pela restrição à liberdade e à pluralidade de ideias e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a produção acadêmica e científica no campo da educação foi severamente restringida, impedindo o desenvolvimento de pesquisas e debates críticos sobre a realidade brasileira. Predominou um modelo de educação pautado em uma escola tecnicista que enfatizava a aprendizagem profissional, com o objetivo de fornecer mão de obra para o mercado, e instituiu-se, em 1969, a educação moral e cívica como disciplina obrigatória que visava ensinar valores “pátrios” de respeito à autoridade e de combate ao comunismo, ministrada nas escolas por militares e com forte viés doutrinador, o que reforçava o controle do Estado sobre a vida dos cidadãos. Por esse viés, a escola tecnicista formava trabalhadores especializados para a indústria, enquanto a educação moral e cívica buscava doutrinar os estudantes com os valores do regime autoritário.

Embora existam algumas semelhanças entre a educação na Reforma Capanema e a da ditadura civil-militar no Brasil, as diferenças entre esses dois momentos históricos são muito mais significativas. Durante a Reforma Capanema, foram criados órgãos para administrar a educação como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); foram estabelecidos currículos

nacionais e um sistema de avaliação das escolas, a fim de garantir que os alunos recebessem um ensino padronizado em todo o país.

Já na ditadura civil-militar, que durou de 1964 a 1985, a educação brasileira sofreu uma série de mudanças drásticas. O regime civil-militar controlava estritamente a educação e utilizava as escolas como um meio de doutrinação política e ideológica. Os livros didáticos foram censurados e muitos professores foram demitidos ou perseguidos por se oporem ao regime. Ao contrário da Reforma Capanema, que buscava modernizar e padronizar a educação de forma centralizada, a ditadura civil-militar tentava controlar e moldar a educação de acordo com seus próprios interesses e ideologias. A ditadura civil-militar privilegiava a educação técnica em detrimento das humanidades, buscando formar uma mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, mas negligenciando a formação crítica e cidadã dos estudantes.

Após a ditadura civil-militar e com o avanço das políticas privatizantes, estabeleceu-se o projeto neoliberal dos anos 1990, pelo qual se propaga e se acentua uma visão utilitária de educação, levando à implantação de propostas de política educacional pautadas na privatização dos sistemas escolares, na introdução de incentivos financeiros para as escolas e professores com base no desempenho dos alunos em testes padronizados, na promoção de parcerias público-privadas, entre outras iniciativas.

Harvey (2008) argumenta que essas políticas têm levado a uma série de consequências negativas para a educação e para a sociedade como um todo. A modo de ilustração, a privatização da educação pode levar a uma maior desigualdade na distribuição dos recursos educacionais, já que as escolas privadas tendem a ser acessíveis apenas para as famílias mais ricas. Como não bastasse isso, a ênfase na preparação para o mercado de trabalho pode levar a uma educação superficial e orientada para a reprodução de desigualdades sociais, em vez de uma educação crítica e emancipatória que promova a cidadania ativa e a participação democrática.

Por essa razão, ao longo do final do século XX e início do XXI, em diversos momentos o projeto burguês de educação retorna com uma nova roupagem. A visão segregadora de educação sempre está na ordem do dia, com seus novos figurinos. Essa realidade se materializa quando analisamos a reforma do Ensino Médio de 2017. Frigotto (2016) afirma que tais políticas trazem de volta o “obscurantismo de autores como Destutt de Tracy que defendia, ao final do século XIX, ser da própria natureza e, portanto,

independente da vontade dos homens, a existência de uma escola rica em conhecimento, cultura [...]” (FRIGOTTO, 2016. p. 330).

Em suma, podemos concluir que a visão de uma educação de caráter segregador continua arraigada na sociedade e vai se adaptando às mudanças temporais. A defesa da existência de uma escola privilegiada em conhecimento e cultura como algo intrínseco à própria natureza, independente da vontade humana, reflete a persistência do projeto burguês de educação. Mesmo diante dos avanços e transformações sociais, esse projeto perpetua desigualdades e segregação, moldando as políticas educacionais de acordo com as circunstâncias. Essa constatação nos convida a refletir e buscar alternativas que promovam uma educação mais inclusiva e igualitária, capaz de superar as barreiras impostas pelo legado segregador do passado.

2. DO ASSOCIATIVISMO AO SINDICALISMO: PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA E MARCOS POLÍTICOS E SOCIAIS

As origens das primeiras formas de organização associativistas docentes se localizam nos fins do século XIX e procuraram se desenvolver desvinculadas da tutela e do controle estatal nas diferentes localidades brasileiras. Esse período marca um momento importante, embora pouco estudado, da organização dos trabalhadores em educação, em especial dos professores vinculados às instituições particulares de ensino, visto que, na maioria dos casos, os pesquisadores se debruçaram sobre a organização do movimento operário, desde as viragens do século XIX para o século XX (VICENTINI; LUGLI, 2011).

Por sua vez, a organização das primeiras formas de luta dos trabalhadores no Brasil teve como marco principal o surgimento das sociedades mutualistas⁵ e das associações operárias, as quais desempenharam um papel fundamental no fomento a diversas greves. Entre essas organizações, destacam-se a Liga Operária e a União Operária, ambas estabelecidas por volta de 1880. Já em 1890, ocorre o primeiro Congresso Socialista Brasileiro, embora tenha tido uma representatividade limitada na época. No segundo Congresso Socialista Brasileiro, realizado em 1902, dá-se a fundação do Partido Socialista Brasileiro, e no ano seguinte, a União dos Operários Estivadores e a Sociedade União dos Foguistas. Posteriormente, em 1906, foi estabelecida a Federação Operária do Rio de Janeiro e nesse mesmo ano realiza-se o primeiro Congresso Operário Brasileiro, marcando o início da Confederação Operária Brasileira (COB) (BAUER et al, 2013). Em 5 de Janeiro de 1907, em virtude da promulgação do Decreto n. 1637, surgem vários sindicatos, os quais viriam a sofrer, em seu período inicial, perseguições tanto pelo governo quanto pelos empregadores.

Em 1917, tem-se o primeiro grande movimento grevista da história sindical brasileira, cujo início se deu em São Paulo e rapidamente se espalhou por estados como

⁵ No Brasil, o mutualismo refere-se a um movimento social e econômico baseado na cooperação mútua entre os participantes. O mutualismo no país tem raízes históricas nas associações de trabalhadores, cooperativas e sociedades de auxílio mútuo que surgiram no final do século XIX e início do século XX. O mutualismo brasileiro tem como princípio fundamental a solidariedade e o auxílio entre os membros. Essas associações mútuas podem abranger diferentes áreas, como saúde, educação, crédito, habitação e agricultura. Os participantes contribuem financeiramente e, em troca, recebem benefícios e serviços que atendem às suas necessidades.

Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O movimento teve grande influência das experiências europeias, sobretudo dos trabalhadores estrangeiros que vieram para o Brasil no século XIX. Destacam-se os trabalhadores italianos e espanhóis, grandemente identificados com os ideais políticos anarquistas e anarco-sindicalistas (OLIVEIRA, 2017). No ano de 1922, inspirados na Revolução Russa de 1917, surge o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que terá importante contribuição na história do movimento operário no país (SAVIANI, 2011).

No campo educacional, as primeiras formas de lutas dos trabalhadores, iniciaram-se com a criação de sindicatos no ensino privado, originados com a criação das primeiras leis trabalhistas⁶ e das associações de professores primários da rede pública (SAVIANI, 2011). No período, o Decreto 1637, de 1907, só permitia a criação de sindicatos envolvendo a iniciativa privada. A título de ilustração, podemos citar o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal, atual Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO-RIO), criado em 31 de maio de 1931, e o Sindicato Mineiro dos Professores, atual Sindicato dos Professores de Minas Gerais (SINPRO-Minas).

É importante ressaltar que esses sindicatos foram criados no contexto das transformações políticas e sociais do país na década de 1930, que resultaram na consolidação do Estado nacional e na ampliação dos direitos trabalhistas (VICENTINI; LUGLI, 2009). Nessa década, como vimos anteriormente, o Governo Federal criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1931, por meio do Decreto n. 19.770, regulamentou a sindicalização das classes patronais e operárias, marcando o início do período conhecido como sindicalismo varguista e a promulgação da primeira lei sindical brasileira. O Decreto, ao estabelecer o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, vinculou-as à estrutura estatal, transformando-as em pessoas jurídicas de direito público diretamente ligadas ao governo. Isso resultou no fato de que

⁶ Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e do Comércio, pelo decreto n. 19.433, de 26 de novembro de 1930 e a assinatura do Decreto n. 19.770, em 1931, amplamente conhecida como sendo a Lei de sindicalização e de uma série de leis trabalhistas, surgiram às bases legais para o surgimento e a regulação da sindicalização das classes patronais e operárias, com isso os trabalhadores em educação que atuavam no ensino privado também passaram a se organizar seguindo essas normas.

os movimentos trabalhistas no setor público passaram a atuar à margem da legislação (BAUER et al, 2013).

O sindicalismo varguista, movimento sindical que se desenvolveu no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, está intrinsecamente ligado à criação do Estado Novo, um regime autoritário implantado por Vargas em 1937. Durante o período, o governo buscava controlar e cooptar os sindicatos, estabelecendo uma estrutura sindical corporativista na qual a organização dos trabalhadores se via subordinada ao Estado (CAMPINHO, 2006). Nesse contexto, instituiu-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, que foi durante décadas a principal legislação trabalhista no Brasil. A CLT trouxe avanços importantes para os trabalhadores como a regulamentação da jornada de trabalho, férias remuneradas e descanso semanal; em contrapartida, o modelo sindicalista de Vargas se via fortemente controlado pelo Estado em razão de uma estrutura sindical corporativista pela qual se retirava a autonomia de organização dos sindicatos e permitia a repressão de movimentos grevistas e a perseguição de lideranças sindicais consideradas contrárias aos interesses do governo (BATISTELLA, 2015).

Após a queda do Estado Novo em 1945 e o retorno do regime democrático, o sindicalismo varguista passou por transformações significativas, na busca de conquistar maior autonomia e liberdade sindical. Nesse estado de coisas surgem diversas entidades representativas como a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP), fundada em 13 de janeiro de 1945, em São Carlos, atual Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Do ponto de vista histórico, é importante lembrar que, durante as décadas de 1940 e 1950, foram estabelecidas as primeiras associações de professores primários do setor público no Brasil. No estado do Rio Grande do Sul, a entidade pioneira foi o Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE), fundado em 1945. Na atualidade, essa associação é denominada Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato). Na região Centro-Oeste, a Associação dos Professores Primários de Goiás (APP), criada em 1956, atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Após um período de intensa mobilização e organização dos trabalhadores, ocorreu o golpe de 1964, marcando o início de uma ditadura civil-militar no Brasil. Esse momento

foi caracterizado por uma repressão política intensa e perseguição aos sindicatos e movimentos trabalhistas. Na arguta análise de Dreifuss (1981), o golpe foi resultado de uma articulação entre diferentes setores da sociedade brasileira, incluindo militares, elites empresariais e apoiadores estrangeiros. O objetivo central desse movimento era interromper o avanço dos movimentos sociais e reforçar o poder da elite econômica e política. Uma das principais estratégias adotadas pelos governantes golpistas foi a perseguição a sindicatos e trabalhadores organizados: os sindicatos foram considerados uma ameaça ao regime, pois eram vistos como possíveis focos de resistência e mobilização popular. Do mesmo modo, as instituições democráticas foram abaladas, especialmente com o intuito de desmobilizar as organizações sociais e políticas dos trabalhadores, limitando suas formas de representação. O regime imposto foi caracterizado por medidas de exceção, resultando na violação de direitos fundamentais, com os trabalhadores sendo alvos de grande violência (GORENDER, 1987).

Embora o golpe de 1964 tenha deixado um legado de repressão e violação dos direitos humanos, também gerou um movimento de resistência e luta pela redemocratização do país. Os sindicatos, ao longo dos anos, foram reconquistando sua força e importância na defesa dos interesses dos trabalhadores, contribuindo para a consolidação da democracia no Brasil. Os efeitos da ditadura civil-militar sobre a educação brasileira não desapareceram, mesmo após muitos anos da conquista do Estado de Direito e o estabelecimento de práticas democráticas na condução da vida política do país. Isso se deve, em parte, ao fato de que durante esse período a educação passou a estar sujeita à ideologia tecnocrática subjacente às políticas educacionais emanadas do Estado, a partir da destituição do presidente João Goulart.

Essas políticas e práticas desenvolvidas pelo Estado, na época, provocaram mudanças significativas na educação brasileira, algumas das quais estão visivelmente presentes no panorama atual. Elas incluem a ênfase no tecnicismo, a expansão quantitativa da escola pública de 1º e 2º graus, muitas vezes à custa da qualidade, e o aumento da participação da iniciativa privada no ensino superior (FERREIRA JR, 2006).

O estudo do período mencionado revela-se importante, uma vez que a origem das entidades e suas formas de luta fazem parte do processo de surgimento das associações que, gradualmente, se transformariam em sindicatos durante o período de redemocratização. Portanto, para uma compreensão completa da gênese dessas entidades,

especialmente no contexto educacional, é fundamental o estudo e a contextualização dos períodos históricos nos quais as entidades em questão desenvolveram suas ações. Na conjuntura atual, observa-se a existência de lacunas significativas em relação a pesquisas empíricas que abordem esse período histórico e a transição das associações em sindicatos. Esses estudos poderiam fornecer compreensões valiosas sobre a evolução das entidades representativas dos trabalhadores na educação e seu papel na sociedade (FERREIRA JR, 1998).

É importante estabelecer umnexo, uma relação entre a atuação política, social, cultural, econômica, educacional e corporativista, desempenhada pelas entidades que se produzem nesse tempo, pois nessa relação as associações e sindicatos foram parte importante na constituição de sujeitos coletivos desses processos históricos de fundamental importância para a história da educação brasileira.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, frequentemente chamada de ‘Constituição Cidadã’, marcou o início do período democrático no país nos anos subsequentes. Durante os anos da transição democrática da ditadura civil-militar até a promulgação da atual Carta Constitucional, funcionários públicos federais, estaduais e municipais não tinham permissão para se organizar em entidades sindicais. A partir desse momento, foi concedida essa faculdade aos funcionários públicos, não apenas aos trabalhadores em educação, mas a todos os funcionários públicos que atuavam em outras esferas. Isso resultou em uma transformação de suas associações, que passaram a se configurar como sindicatos (BAUER, 2012).

Entretanto, mesmo sem possuírem características sindicais reconhecidas do ponto de vista jurídico, político e social, muitas dessas entidades já se organizavam como associações e atuavam nesse formato durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Esse período foi marcado pela ação golpista conduzida por agentes civis e militares, não só, mas principalmente pelas forças armadas, marinha, exército e aeronáutica. Tal período é comumente denominado ditadura civil-militar devido ao seu envolvimento com setores da sociedade civil, especialmente grupos empresariais, que desempenharam um papel significativo naquele contexto histórico (MELO, 2012).

O golpe que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart (1961-1964), em 31 de março de 1964, marcou o início de duas décadas sob um regime ditatorial arbitrário que controlou as instituições. Esse período é de grande importância para os

estudos relacionados às associações e sindicatos atuantes na esfera educacional, pois representa o surgimento de importantes entidades de defesa dos trabalhadores e registra a presença de indivíduos ativos que desempenharam papéis essenciais nesse processo. Essas entidades e personagens também desempenharam (e desempenham) um papel crucial na caracterização histórica de um tempo marcado por intensa repressão e, correspondentemente, de forte resistência. Aqueles que foram muitas vezes genericamente chamados de “subversivos” eram, na realidade, pessoas que ousaram desafiar o regime ditatorial. Os ditos subversivos não eram apenas militantes da chamada esquerda, ou militantes de partidos políticos; eles representavam a vanguarda da classe operária e do campesinato, que por ousarem se opuser ao regime ditatorial sofreram dura perseguição, foram presos de forma arbitrária, torturados e, muitas vezes, mortos. Diversas famílias, na atualidade, ainda não conseguiram obter notícias sobre o paradeiro de seus entes (PERNAMBUCO, 1995).

Uma das primeiras medidas do regime ditatorial civil-militar que se estabeleceu a partir de abril de 1964 foi a proibição da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa entidade desempenhou um papel significativo na defesa da educação pública, gratuita e acessível a todos, e acabaria também desempenhando um papel fundamental na resistência e luta pela redemocratização do país. No entanto, durante esse período, a UNE operava na clandestinidade. Outra ofensiva repressiva se deu em relação à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), importante entidade da sociedade civil que teve atuação em prol da luta com a opressão (GONÇALVES, 2004).

Muitas associações e sindicatos dos trabalhadores em educação realizaram memorável atuação contra o regime civil-militar. As pessoas que participaram daqueles dias estão vivas e podem contribuir para nos legar suas histórias de luta e resistência, demonstrando o protagonismo dos agentes históricos que, geralmente, eram chamados de subversivos, ou mortos por intermédio de muita tortura. Não se tratava apenas de uma perseguição aos militantes da chamada esquerda, mas de diversos trabalhadores da classe operária, camponeses e membros da sociedade civil que foram perseguidos, presos de forma arbitrária e muitos, mortos.

O regime democrático, tal qual conhecemos hoje, é fruto desse período pós-ditadura, pois, durante a vigência do regime repressivo, a organização política, não só dos trabalhadores em educação, mas de todas as categorias de trabalhadores em nível federal,

estadual e municipal foi drasticamente afetada. Como os trabalhadores não podiam se organizar em sindicatos, organizavam-se em associações. No período posterior ao ditatorial, os trabalhadores do setor público e de outras esferas puderam operar, transformando-se em sindicatos, porém, não tinham características sindicais específicas nos âmbitos jurídicos, político e social.

O interregno repressivo não foi capaz de silenciar e barrar as formas legítimas de organização, que passam a se organizar e projetar novas formas de intervenção sindical, as quais viriam a se mobilizar novamente com a participação orgânica das tendências de esquerda que se reorganizaram depois da derrota da luta armada contra a ditadura civil-militar. Em 1983, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fruto das novas aspirações (FREITAS; BAUER, 2019). No final da década de 1980, gradualmente, após um duro período de instabilidade política, torturas e ações golpistas, o país retomaria o processo de redemocratização social e política, vivendo, então, no início da década de 1990, um momento de transição política turbulenta, principalmente no que tange aos aspectos econômicos.

Freitas e Bauer (2019) retratam o cenário da luta sindical na ocupação da Alesp pela APEOESP em *Conflito, resistência e solidariedade na história da educação pública paulista: um estudo sobre a ocupação da Alesp pelos professores durante a greve de 1993*. O estudo abarcou o período inicial das reformas neoliberais, retratando a desvalorização e o prejuízo social causado pela crescente perda da autonomia dos professores em seu trabalho, e ainda apontou as contradições e disputas dentro do sindicato, resultado da fragmentação em grupos políticos e sindicais. A pesquisa traduz bem o cenário político e econômico vivido no início da década de 1990, notadamente marcado por fortes tensões e choques políticos, os quais eram percebidos mais sensivelmente pela classe trabalhadora.

Paiva (2016) aborda que, no último quarto de século, houve quatro ocasiões em que a educação foi debatida em nível nacional: Constituição de 1988, Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e os planos nacionais de educação de 2001 e 2014. Nesse período, as entidades dos trabalhadores em educação defenderam e construíram propostas abrangentes para a educação.

O maior golpe para os trabalhadores ocorreu em 2017, com a aprovação da reforma trabalhista. De acordo com Paula *et al.* (2019), essa reforma foi denominada de ‘reforma antitrabalhista’ devido à precarização que ocorreu após a aprovação da Lei

13.467. Outros autores, como Antunes (2018), utilizam o termo ‘contrarreforma trabalhista’, pois foram revogados mais de 70 anos de legislação trabalhista em apenas 7 meses, quando de sua aprovação no primeiro semestre de 2017, durante o governo Temer. Ela trouxe modificações profundas no direito do trabalho, no Poder Judiciário e na estrutura sindical, sem ter sido discutida pela sociedade. Em linhas gerais, suas principais mudanças foram: redução do poder da Justiça do Trabalho e limitação do acesso aos sistemas de justiça, precarização dos contratos de trabalho e enfraquecimento da estrutura sindical.

Em relação à precarização das relações de trabalho, a reforma incluiu a ampliação da jornada em tempo parcial para até 32 horas, a inclusão da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso na CLT, a contratação de trabalhadores autônomos, o trabalho intermitente, a terceirização, o teletrabalho e mudanças nas condições de trabalho para gestantes e lactantes. No que diz respeito à estrutura sindical, o objetivo era enfraquecer a mobilização e a luta dos trabalhadores, por intermédio da extinção do imposto sindical, da representação da negociação dentro das empresas e da retirada da obrigatoriedade de homologação da rescisão pelo sindicato, entre outras alterações (DI BENEDETTO, 2017).

As mudanças alteraram significativamente as esferas do mundo do trabalho, impactaram a dinâmica das relações, atingiram a capacidade de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, limitaram a luta sindical e flexibilizaram o trabalho conforme as práticas neoliberais no âmbito dos setores produtivos. Desse modo, abriram-se as portas para a acentuação da exploração por parte de corporações nacionais e mundiais que visavam obter lucros com base no rebaixamento das condições de trabalho (ANTUNES; PRAUN, 2019).

2.1. Primeiras tentativas de organização dos professores no Brasil

O surgimento das formas embrionárias de organização e a gênese das primeiras associações de professores remontam ao final do século XIX e início do século XX, quando se tornam visíveis os vestígios históricos do processo de proletarização dos professores no Brasil (GABRIEL; BAUER, 2022). Isso se deu ao mesmo tempo em que os imigrantes europeus chegaram ao país em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Eles traziam consigo experiências e referências de movimentos sindicais e operários que já existiam em seus países de origem,

principalmente na Europa Ocidental. Com o passar do tempo, esses trabalhadores começaram a se organizar coletivamente, influenciados por essas referências sindicais europeias. A história da formação dos sindicatos no Brasil é fortemente influenciada pela vinda desses trabalhadores (BIONDI, 2008).

Nesse período, duas importantes mudanças ocorreram: a abolição da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República⁷, em 1889. A abolição da escravidão trouxe uma nova dinâmica para o mercado de trabalho, uma vez que a mão de obra escrava, que sustentava a economia agrária, foi substituída pelo trabalho assalariado. A Proclamação da República, por sua vez, estabeleceu um novo sistema político no país, rompendo com a monarquia e trazendo à tona questões de representatividade e direitos (FAUSTO, 1994).

É nesse cenário que surgem, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, as primeiras associações, enquanto em São Paulo elas virão a existir somente no início do século XX. Essas primeiras entidades organizativas constituíram formas embrionárias de mobilização, que posteriormente evoluíram e se expandiram como entidades sindicais de ampla representatividade.

Quadro 1 - Primeiras Associações (1874-1930)

Estado/Cidade	Período	Entidade
RJ	[1874] – [1875]	Sociedade Beneficente Instituto dos Professores da Corte
RJ	1875	Caixa Beneficente da Corporação Docente do Rio de Janeiro
RJ	[1877]	Associação dos Professores Públicos da Corte
PE	[1879]	Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco
RJ	1881	Grêmio dos Professores Primários da Corte
SP	1901 - 1919	Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo
PR	[1906]	Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná
RJ/DF	1909	Associação dos Professores do Brasil
RJ/DF	[1928]	Confederação do Professorado Brasileiro
SP	1930 -	CPP - Centro do Professorado Paulista

Fonte: Adaptado de Vicentini e Lugli (2009)

O Quadro 1 foi adaptado de Vicentini e Lugli (2009), com as autoras nos oferecendo um conjunto de preciosas informações de caráter cronológico, nomenclatura e localização socioespacial de algumas formas organizativas pioneiras. Nele estão

⁷ Com a Proclamação da República, o país passou por diversas transformações políticas, sociais e econômicas. O novo regime trouxe consigo um modelo de governo baseado no federalismo, com um presidente como Chefe de Estado e de governo, um Congresso Nacional responsável pela elaboração das leis e um Judiciário encarregado dos processos de julgamento.

indicadas, para o período 1874-1930, as primeiras associações de defesa dos professores; elas funcionavam como um lugar para que esses profissionais da docência pudessem discutir o que pensavam e encaminhar propostas de valorização social e organização da categoria profissional.

A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, que esteve em funcionamento entre 1902 e 1918, constitui umas das primeiras iniciativas de organização do professorado. Em 1930, com a fundação do Centro do Professorado Paulista (CPP), o patrimônio da associação beneficente do professorado público de São Paulo foi incorporado ao CPP (VICENTINI, 2005). Acrescentamos que o CPP iniciou suas atividades como uma associação de professores primários, tendo como objetivo principal fornecer apoio aos educadores. Por intermédio desse apoio, o CPP buscava promover a união da categoria profissional, propiciando que os professores se identificassem como um grupo coeso capaz de reivindicar melhores condições de trabalho e de buscar o desenvolvimento de suas carreiras. A atuação do CPP foi essencial para fortalecer a voz dos professores primários, ampliando sua representatividade e influência. Ao unir os educadores em torno de questões comuns, tornou-se um espaço de apoio mútuo, troca de experiências e articulação política.

Na década de 1930, outras entidades surgiram, entre elas a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG), fundada a 27 de agosto de 1931, hoje Associação de Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG). Demonstrando sua determinação desde cedo, obteve sua primeira grande conquista já em 1932, ao difundir e garantir o direito ao voto feminino, um marco significativo na história da democracia em nosso país. Mesmo com apenas um ano de existência, a APPMG⁸ deixou claro seus objetivos e propósitos. A partir da conquista do voto feminino, a Associação não cessou seus esforços e engajou-se em grandes mobilizações, na capital e no interior, construindo uma história que enaltece a importância do magistério em Minas Gerais.

Outras entidades surgiram nas décadas seguintes. Em 1945, no estado do Rio Grande do Sul, foi fundado o Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE), que na atualidade é conhecido como Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato). No mesmo ano, no Rio de Janeiro, é criada outra associação de professores denominada União dos Professores

⁸ Informação consultada no sítio eletrônico da APPMG. Disponível em:< <http://www.appmg.org.br/nossa-historia>> Acesso em: 09.mai. 2023.

Primários Estaduais (UPPE), que nos dias de hoje é a União dos Professores Primários Estaduais (UPPE/SINDICATO).

Dentre as entidades citadas anteriormente, o CPP adquiriu grande destaque. Durante a década de 1950, alcançou um sucesso extraordinário, tornando-se uma das maiores associações da América Latina e chegando a ocupar a posição de segunda maior. Esse feito destacou a influência e a importância do CPP na defesa dos interesses dos professores primários e no avanço das pautas relacionadas à educação. A atuação associativista e as negociações eram realizadas diretamente com o governador ou o secretário de educação, sendo articuladas pelos líderes da associação. Contudo, em certo momento, essas negociações perderam efetividade, levando-os a se mobilizarem em passeatas. Essas manifestações foram motivadas pelo aumento acentuado da inflação na época.

Figura 1 - Normalistas no final do século XIX



Fonte: Arquivo do Colégio Caetano de Campos

Em poucas décadas e de forma acelerada, a imagem da professora cordata, aprumada e redentora da nação, paciente, ideológica e politicamente construída no imaginário social, seria substituída pelo seu ímpeto organizativo, o envolvimento nas lutas sociais e no questionamento das autoridades por causa da contumaz negligência com a educação pública no Brasil.

Figura 2 - Manifestação docente da rede pública estadual paulista



Fonte: Acervo do professor Carlos Bauer

Na contemporaneidade, essas transformações que se produziram na forma pela qual as pessoas que se dedicam ao magistério e demais atividades próprias do mundo do trabalho educacional trouxeram um forte movimento organizativo, de engajamento político e social, mas não deixaram de sofrer as consequências dos processos de precarização do trabalho que se desenvolveram celeremente nessa etapa do capitalismo impulsionada pelo ideário do chamado neoliberalismo.

2.2. Aspectos gerais do neoliberalismo e o seu impacto no mundo do trabalho no Brasil

Desde os últimos decênios do século XX, as reformas neoliberais têm impactado as condições de vida dos trabalhadores, mormente daqueles que atuam no exercício do magistério, precarizando as diversas formas de contratação das pessoas que atuam no universo da docência pública, confessional e privada. De fato, do ponto de vista mais geral, tais medidas abalaram mais as condições de vida da classe trabalhadora, entre outras coisas subtraindo direitos sociais, reduzindo as garantias via justiça do trabalho e enfraquecendo a estrutura sindical vigente no país.

O sindicato surge, então, como um dos mecanismos de resistência às formas mais avançadas do capital em sua fase neoliberal e almeja condições de vida mais justas para os trabalhadores. Todavia, tem encontrado dificuldade de se organizar perante as

vertiginosas alterações econômicas e financeiras, políticas e sociais dessa etapa histórica do processo de mundialização do capital. O neoliberalismo, como descrito por seus principais teóricos: Hayek (1985, 1987) e Friedman (1977, 1980), surge como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social (ANDERSON, 1996). Tal reação pautou, nos países centrais do capitalismo, os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América (EUA); suas origens, no entanto, podem ser localizadas após a II Guerra Mundial (1939-1945), na Região Oeste da Europa e da América do Norte, como alternativa à crise fordista da década de 1960 e dos fins da década de 1970. Para os seus principais formuladores, a lógica do mercado deveria se sobrepôr à do Estado, logo, só o mercado seria capaz de regular a economia. Essa premissa será inspiração para as políticas mercadológicas em educação, em curso na atualidade, que no Brasil serão introduzidas em massa a partir da década de 1990 (GENTILI, 1995).

Por conseguinte, logo nos primeiros anos após a Constituição Federal de 1988 e durante todo o processo de luta pela redemocratização, os primeiros ataques aos trabalhadores começam a se desenhar, consolidando-se, na década seguinte, a introdução das medidas neoliberais que seriam responsáveis pela mobilização das mais variadas categorias sindicais, principalmente dos trabalhadores vinculados aos serviços públicos. Pode-se mencionar como exemplo de tais políticas as privatizações, a austeridade fiscal, a desregulamentação e os cortes em despesas governamentais (BOAS; GANS-MORSE, 2009). Nas formulações dos ideólogos do neoliberalismo, a existência de um Estado de bem-estar social é uma das principais responsáveis pela crise sistêmica que se verificou no seio da sociedade capitalista a partir da primeira metade da década de 1970, preconizando que as instituições estatais deveriam atuar de maneira mínima e, na contraface, superestimando o mercado e aderindo às privatizações, à abertura comercial e à desregulamentação financeira e do trabalho (BOITO JUNIOR, 2002).

Em pouco tempo, no início da década de 1990, como parte da resistência promovida pelo movimento sindical do magistério estadual paulista contra a introdução e o desenvolvimento do modelo neoliberal pelos governantes, ocorreu uma ação grevista que culminou com a ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em 1993. Esse fato é emblemático e elucida o colapso da crise estrutural do sistema educacional brasileiro naquele momento da história (FREITAS; BAUER, 2019).

Boito Jr. (2003) ressalta o quanto as condições de vida dos trabalhadores têm se degradado. O autor argumenta que países do hemisfério norte se enquadram em uma situação muito diferente, pela qual os modelos de Estado de bem-estar social fomentaram políticas educacionais eficazes que estruturaram um sistema estatal, gratuito, público e laico. No Brasil, contudo, não possuímos um sistema único de educação, mas uma complexa mescla de relações laborais que envolvem o público e o privado, o comunitário e o confessional.

No solo brasileiro, as reformas neoliberais tiveram início já durante o período da ditadura civil-militar. No entanto, elas ganharam ímpeto significativo durante o governo de Collor de Melo, que logo após tomar posse, em março de 1990, adotou de forma enfática o discurso em favor da abertura econômica e do processo de privatização de empresas estatais. Durante seu mandato, houve duras críticas aos serviços públicos, que ele considerava como o principal responsável pela grave crise que o país enfrentava.

As políticas neoliberais retornariam com força em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, travestidas no discurso de uma pretensa racionalização dos recursos fiscais, mas que, objetivamente, acabaram se mostraram um conjunto de medidas responsáveis por promover a desindustrialização do país e a precarização das condições de trabalho (HIDAKA, 2013). Nessa época, o modo de gestão empresarial e a ideia de produtividade foram defendidos pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPs/USP) e pelos ministros Paulo Renato Souza e Luís Carlos Bresser Pereira, então, respectivamente, da Educação e da Administração Federal e Reforma do Estado. Bresser Pereira, aliás, foi o dileto responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (BRASIL, 1995), que seria executado nessa década.

As medidas descritas constituem aspectos de continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais, conforme orientados pelas diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), entre outros organismos multilaterais que passaram a exercer crescente influência nos governos de então e trouxeram uma série de modificações nas formas de organização, atuação e resistência dos trabalhadores no cenário internacional (BOITO JR, 2003).

Em conclusão, é inegável que as reformas realizadas ao longo dos anos precarizaram as formas de contratação dos trabalhadores em educação e reduziram os direitos sociais, enfraquecendo a estrutura sindical. Infelizmente, esse cenário resultou na

degradação das condições de vida dos trabalhadores, sobretudo diante da complexa mescla de relações laborais que envolvem o público e o privado, o comunitário e o confessional no Brasil. É importante ressaltar que tais reformas neoliberais tiveram início na ditadura civil-militar, mas foram impulsionadas pelo governo Collor de Melo, que defendeu e procurou exercitar a abertura econômica e o processo de privatização de empresas estatais.

3. EM BUSCA DE UMA CARTOGRAFIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

A cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil que aqui realizamos busca constitui um mapeamento das associações e sindicatos construídos pelos trabalhadores da educação, com uma indicação do período da existência, da localização geográfica e de algumas das principais características sociais e políticas das entidades. Visam fornecer subsídios básicos e informações elementares para auxiliar pesquisadores e demais interessados na construção de estudos ulteriores em torno dessa temática.

Devido à dificuldade de cotejar as informações produzidas por uma gama infindável de entidades, visto que elas se metamorfoseiam ao longo da história, e do fato de o Brasil possuir dimensões continentais e de essas formas organizativas se mostrarem presentes em todas as regiões do país, a pesquisa objetivou trazer uma visão panorâmica das entidades, reunindo e produzindo os subsídios basilares para futuras pesquisas e o estudo aprofundado das organizações por nós localizadas.

Os subsídios que tornaram possível esses escritos foram reunidos pelos integrantes do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). A coleta de informações foi estruturada sob a coordenação dos professores Jônatas Gomes de Oliveira, Carin Sanches de Moraes, Cássio Diniz, Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira, Fernanda Batista Alves, André Luís Gabriel, Luís Paiva, Héliida Lança, Viviane Freitas, Cacau Pereira e Carlos Bauer, e por meio de teses, dissertações, artigos e documentos das entidades, panfletos, atas, boletins e especialmente os estatutos.

O estudo se propôs a levantar informações elementares sobre as entidades associativas e sindicais federativas, locais, estaduais e nacionais, localizando-as no tempo e no espaço segundo a divisão regional do país adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No IBGE, a agregação de unidades federadas em grandes regiões definidas foi reelaborada em 1970 como consequência das transformações ocorridas no espaço geográfico brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, e se mantém em vigor na atualidade, dividida pelas características físicas do território brasileiro de acordo

com as denominações regionais: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (IBGE, 2010).

A tarefa de produzir uma cartografia histórica das associações e dos sindicatos dos trabalhadores em educação apresenta alguns desafios e fragilidades, sobre as quais Paula (2022) ressalta:

Uma primeira sugestão, que me ocorre, é justamente delimitar melhor esse recorte espacial. Então, a gente vai abranger estados. Bom. Ao abranger estados, tem que ter clareza que dentro dos estados há organizações que são municipais ou regionais, sem contar aquelas que envolvem a iniciativa privada. Então, além das estaduais, além das municipais e regionais, existem as federações, a própria confederação. Então é um leque bastante grande e variados de entidades que podem ser aqui buscadas, analisadas, e situadas nesse recorte espacial e temporal. Então, quando se faz, quando se tem um sindicato, cuja base é municipal, é mais fácil de você mapear isso. Agora, quando você tem uma entidade que abrange uma região, conjunto de municípios, é mais difícil porque você tem que, também, identificar esses municípios. Se você tem uma entidade estadual, ótimo, você tem o Estado todo, é mais fácil de ser mapeado, aqui usando o linguajar dos nossos amigos geógrafos. Então, essa perspectiva tem que estar presente quando se arrisca a desenvolver uma pesquisa como essa abrangência toda que se coloca.

Em entrevista que nos foi concedida, Paula (2022) trouxe alguns comentários sobre a importância da pesquisa e estabeleceu um juízo crítico pertinente aos seus principais desafios, entre outros argumentando sobre as dificuldades de mapear as entidades em nível municipal e estadual, sem contar as entidades do setor privado. Depois de ponderar a respeito das dificuldades de situar o objeto em um recorte espacial e temporal tão amplo, que percorre a década de 1930 e vai aos primeiros decênios do século XXI, mais precisamente até o ano de 2017, ressaltou a dificuldade de cotejar e identificar entidades municipais nas localidades, dado que existem poucas informações a respeito.

Sobre como a existência de uma cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil poderá colaborar com o avanço e valorização das pesquisas sobre sindicalismo educacional, mencionou o ineditismo de estudos como esse nas pesquisas acadêmicas brasileiras e ressaltou que

esse é o trabalho que não temos no Brasil ainda. Então, veja, ele tem uma importância para que nós pesquisadores consigamos entender melhor, ter esse panorama, histórico, espacial dessas entidades todas, dentro dessa periodicidade que vocês estão propondo. De repente isso pode ser completado para entidades anteriores, anteriores a essa temporalidade que vocês estão

propondo, e, também, vai servir de referência para os próprios Sindicalista, isso vai servir de referência, é, para os próprios professores, educadores de modo geral, trabalhadores da educação... vão ter a possibilidade de se ver, ao longo dessa cronologia, que vai ser construída pela própria pesquisa. Para os próprios trabalhadores da educação se sentirem pertencentes a história, da luta da sua categoria [...] junto a outras categorias, e, além disso. Então uma coisa, é, esse conhecimento gerado a partir dessa cartografia que vai ser, digamos, [...] servir então de referência interna. Mas ao elaborar uma cartografia com esse viés, com essa abrangência pretendida, a gente também passa a ter instrumentos passíveis de estudos comparativos com outros países. (PAULA, 2022)

Do ponto de vista que acalentamos, a cartografia se propõe a realizar um diagnóstico da trajetória histórica e um perfil sucinto das entidades regionais, estaduais e nacionais, bem como elaborar um banco de dados que permita a realização de pesquisas que dele se desdobrem, informações cruciais que coletamos e sistematizamos. Todavia, estamos cientes de que,

para este tipo de empreitada, convém levantar inicialmente os documentos que são, digamos, as certidões de nascimento dessas identidades para vocês irem colocando isso já numa perspectiva temporal e ao mesmo tempo já situando ele nesse espaço que vocês estão querendo dar conta. Então, no primeiro ponto seriam essas certidões de nascimento dessas entidades. É, agora, um segundo ponto, importante, também, para a gente caracterizar essas entidades seria se debruçar sobre as campanhas, porque vocês vão encontrar entidades com caráter bastante variado, desde aquelas que tem um perfil menos combativo, digamos, mais de colaboração, de manutenção de acordos, ou mesmo, de poucas ações efetivas para representar sua base. Mas também, por outro lado, vocês vão encontrar entidades bastante combativas, vocês vão encontrar entidades que tentam se manter próximo, e lado a lado da categoria que representa. Então, seria legal, buscar, além portanto, desses documentos de origem das entidades as campanhas das quais essas entidades se envolveram. Para caracterizar um pouco o perfil de atuação de cada uma delas. E dentro, lógico, desse arcabouço de ações as greves são aquelas que são mais conhecidas, que são, que dão maior visibilidade [...] (PAULA, 2022).

Para o professor Paula, é crucial levantar a certidão de nascimentos das entidades, sua origem, no uso de pesquisa documental, e as campanhas nas quais as entidades se envolveram, levantando suas principais greves e lutas travadas no decorrer de sua história.

Em contrapartida, algumas entidades carecem de informações e algumas delas estão disponíveis apenas em redes sociais. Pode-se tomar como exemplo as entidades de cuja existência e campanhas sabemos de maneira informal apenas pelas fotos postadas em suas redes sociais. Por essa razão, a pesquisa visa localizar, no tempo e no espaço, tais entidades, para caracterizá-las quanto a seu perfil político e social. Não se trata somente

de um mapeamento, mas, sim, de um estudo sobre a luta concreta na qual os trabalhadores se põem como sujeitos da história, não os ditos grandes heróis da historiografia tradicional (GOETTERT, 2014). Logo, por meio da práxis, unidade indivisível entre teoria e prática, é possível fornecer subsídios que permitem aliar experiências concretas dos trabalhadores com a teoria educacional emancipadora, visando promover a organização coletiva da classe trabalhadora em face dos avanços da política neoliberal.

3.1 Entidades nacionais dos trabalhadores em educação: mapeamento e origem histórica

As entidades nacionais dos trabalhadores em educação, desde a sua gênese na segunda metade do século XX até o presente período histórico, pautaram suas lutas na busca da qualidade das relações de ensino e aprendizagem, na defesa da escola pública e de melhores condições de vida aos trabalhadores em educação. Para tanto, suas bandeiras ressaltam a educação como direito das famílias e responsabilidade do Estado; almejam uma educação democrática e de qualidade, e poderá se dar mediante a rede privada de educação sob a regulação e controle estatal.

Em grande parte, sua gênese se deu a partir das mobilizações pelo fim da ditadura civil-militar (1964-1985), época em que estudantes universitários, sindicalistas e acadêmicos foram atores que tiveram papel importante, no campo progressista e na frente ampla que se formou contra a ditadura, mobilizando-se em prol da resistência contra o regime autoritário que se instalava no país, segmentos sociais que, inclusive, também haveriam de ter um papel fundamental no período da redemocratização brasileira.

Até a promulgação da Carta constitucional de 1988 e a superação da chamada transição democrática da ditadura civil-militar, os funcionários públicos federais, estaduais e municipais não podiam se organizar em sindicatos. A partir desse período, foi facultado aos funcionários públicos, não somente aos da educação, essa prerrogativa legal (SAVIANI, 2020). Ocorre que, objetivamente, mesmo sem ter características sindicais, mas sendo reconhecidas do ponto de vista jurídico e formal, muitas dessas entidades cumpriam um importante papel político e social ao se organizarem na forma de associações, na medida em que atuavam como entidades representativas e mediadoras de conflitos, mesmo sob a vigência da ditadura civil-militar.

A presente subseção trará um mapeamento da organização dos trabalhadores em educação das entidades nacionais, procurando descrever a história e transformação das associações docentes em entidades sindicais. Como no restante do país, antes das possibilidades de organização das associações do setor público, com a nova Constituição, seu protagonismo sindical se fez sentir.

Nesse âmbito, destaca-se a atuação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a partir do debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no final da década de 1980, anteriormente CPB. A CNTE seria fundada apenas em 1990, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello, e antes disso, a FASUBRA, fundada em 1978, conduziu uma intensa mobilização e resistência por parte dos trabalhadores das universidades, os quais enfrentavam condições de trabalho precárias, baixos salários e falta de reconhecimento profissional. Posteriormente, em 2004, o PROIFES-Federação foi criado com o objetivo de fortalecer a luta pelos direitos dos professores federais e promover a valorização do magistério superior. Essa entidade reúne sindicatos de docentes de universidades e institutos federais, atuando como uma instância de representação e articulação em nível nacional. Já o SINASEFE surgiu em 1988, em um período marcado por transformações no sistema educacional brasileiro e pela luta dos trabalhadores em torno das mesmas bandeiras de luta: melhores condições de trabalho e valorização profissional.

Desde então, as entidades têm formulado propostas visando à valorização profissional, mecanismo indissociável da formação inicial e permanente, da carreira, jornada e condições de trabalho no universo escolar do país.

3.1.1 As origens históricas da CNTE

A história da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) remonta à década de 1940, quando associações de professores do ensino primário público começaram a se formalizar, participando do movimento pela escola pública e gratuita em 1948. Nessa época, foi enviado ao Congresso Nacional o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Em 1959, cerca de onze estados brasileiros já tinham associações de professores, e em 1960, na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, foi criada a primeira Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Vinte anos depois, em 1979,

a CPPB ampliou sua representação, passando a incluir professores do ensino secundário, conhecido à época como ginásio, e mudou sua nomenclatura e estatuto, tornando-se a Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Essa expansão foi fundamental para fortalecer a articulação nacional e consolidar o movimento docente em todo o país. Nos anos 80, a CPB se tornou a principal organização sindical dos professores da educação básica do Brasil, mesmo em um contexto em que a sindicalização de servidores públicos era proibida. Enfrentando a repressão da ditadura militar, a entidade lutou por melhores condições de trabalho, salários justos e uma educação pública de qualidade (FERREIRA JR, 1998).

Data de 1988 a filiação da CPB à Central Única dos Trabalhadores (CUT), como forma de fortalecer a atuação do movimento sindical dos professores no país. Dois anos depois, em 1990, a confederação mudou seu nome para Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em um congresso extraordinário que contou com a filiação de 29 entidades e mais de 700 sindicalizados (PEREIRA FILHO; BAUER, 2020). A mudança de nome teve como objetivo unificar diversas federações e organizações setoriais da educação em uma única entidade nacional, com o mesmo fim de favorecer a ação dos trabalhadores em educação no país. Esse processo ocorreu em um momento histórico de grande efervescência política, contestação dos sindicatos oficiais e eclosão de greves em massa.

A CNTE preconizou a unificação dos diversos segmentos que compõem o mundo do trabalho educacional como professores, funcionários de escola e gestores, com o objetivo de construir uma luta mais unificada e efetiva pelos direitos desses trabalhadores. A Confederação se destacou por seu compromisso com a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, bem como pela defesa dos interesses dos trabalhadores em educação. A mudança de nome e a unificação de várias federações setoriais da educação em uma única entidade nacional foram marcos importante na história da luta dos trabalhadores em educação no Brasil.

Em consulta ao sítio eletrônico da entidade, em 2022, verifica-se que a CNTE conta com 55 entidades filiadas de todas as regiões do país, são elas:

Quadro 2 – Sindicatos Filiados a CNTE

Região	Estado	Sindicato
Região Norte	Acre	SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
Região Norte	Amapá	SINSEPEAP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá
Região Norte	Amazonas	SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
Região Norte	Pará	SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
Região Norte	Rondônia	SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
Região Norte	Roraima	SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
Região Norte	Tocantins	SINETET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins
Região Centro Oeste	Distrito Federal	SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
Região Centro Oeste	Distrito Federal	SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
Região Centro Oeste	Goiás	SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
Região Nordeste	Alagoas	SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
Região Nordeste	Bahia	APLB/BA - APLB Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
Região Nordeste	Bahia	ASPROLF - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas/Bahia
Região Nordeste	Bahia	SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso – Bahia
Região Nordeste	Bahia	SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari
Região Nordeste	Bahia	SIMMP/VC/BA - Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista – Bahia
Região Nordeste	Bahia	SINDTEC/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Correntina – BA
Região Nordeste	Ceará	SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
Região Nordeste	Ceará	APEOC/CE - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais Ceará
Região Nordeste	Maranhão	SINDEDUCAÇÃO/MA - Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís
Região Nordeste	Maranhão	SINPROESEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
Região Nordeste	Maranhão	SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon/MA

Região Nordeste	Paraíba	SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
Região Nordeste	Paraíba	SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
Região Nordeste	Pernambuco	SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
Região Nordeste	Pernambuco	SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
Região Nordeste	Pernambuco	SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
Região Nordeste	Pernambuco	SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
Região Nordeste	Pernambuco	SINPC/PE - Sindicato dos Professores do Cabo de Santo Agostinho
Região Nordeste	Piauí	SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
Região Nordeste	Rio Grande do Norte	SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
Região Nordeste	Sergipe	SINTESE/SE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
Região Nordeste	Sergipe	SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
Região Sudeste	Espírito Santo	SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
Região Sudeste	Minas Gerais	SIND-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
Região Sudeste	Minas Gerais	FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
Região Sudeste	Minas Gerais	SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
Região Sudeste	São Paulo	AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
Região Sudeste	São Paulo	APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Região Sudeste	São Paulo	SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Região Sudeste	São Paulo	SINTEFRAMO/SP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Francisco Morato
Região Sul	Paraná	APP/PR - APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
Região Sul	Paraná	APMC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo
Região Sul	Paraná	SISMMAR/PR - Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
Região Sul	Paraná	SISMMAP - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá/PR
Região Sul	Rio Grande do Sul	CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

Região Sul	Rio Grande do Sul	SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
Região Sul	Rio Grande do Sul	SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria / RS
Região Sul	Rio Grande do Sul	APMI/RS - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Ijuí / RS
Região Sul	Rio Grande do Sul	SINPROCAN/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Canoas / RS
Região Sul	Rio Grande do Sul	SINTRAEDS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sapiranga/RS
Região Sul	Santa Catarina	SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina

Fonte – Sítio eletrônico da CNTE (2022)

Na essência dessa formidável organização de base, capilarizada e politicamente articulada em nível nacional, temos reivindicações e permanente e incansável luta empreendida pela valorização dos trabalhadores em educação, pautando-se na mobilização pela profissionalização, carreira, piso salarial profissional nacional, garantia dos direitos sociais, ampliação dos espaços de cidadania e pela defesa da escola pública, gratuita e laica para todos.

Conforme registrado em seus estatutos, a direção da CNTE está estruturada da seguinte forma: Presidência, Vice-Presidência, Secretaria-Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria de Assuntos Educacionais, Secretaria de Imprensa e Divulgação, Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Políticas Sindicais, Secretaria de Relações de Gênero, Secretaria de Formação, Secretaria de Assuntos Previdenciários, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Legislação, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Projetos e Cooperação e Secretaria de Direitos Humanos; além dessas, somam-se mais quatro secretarias adjuntas e dois departamentos setoriais, sendo eles: o Departamento de Especialistas em Educação, que faz parte da Secretaria de Assuntos Educacionais, e o Departamento dos Funcionários em Educação, vinculado à Secretaria de Política Sindical (CNTE, 2022).

A CNTE realiza congressos a cada três anos, nos quais ocorrem eleições para a direção da entidade, palestras e debates sobre as questões que permeiam a educação no país. Mais tarde são publicadas no Caderno de Resoluções indicando as temáticas abordadas e discutidas durante o evento, a fim de conduzir a indicação de políticas a serem pautadas pelos trabalhadores das escolas públicas, na luta por um projeto de país que contemple a educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente

referenciada como alternativa estratégica para o processo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Anualmente, a CNTE publica a Revista *Mátria e Retratos da Escola*, para realizar estudos no âmbito educacional que tem subsidiado importantes documentos produzidos pela entidade. Essas pesquisas iniciaram em 2008 e estão publicadas, principalmente, nas páginas do periódico chamado sugestivamente de *Retratos da Escola*. Sua finalidade é dar suporte teórico e conceitual à luta dos trabalhadores em educação por políticas públicas focadas nas reais e urgentes necessidades do ensino público. São feitos inquéritos sobre saúde e condições de vida dos educadores, análise crítica do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e das condições dos trabalhadores aposentados, dentre outras temáticas de interesse mais geral da área educacional, que se expressam em publicações como artigos e livros e são disponibilizadas no sítio eletrônico da Confederação.

A CNTE é uma das principais entidades sindicais de representação dos trabalhadores em educação no Brasil. É filiada à Internacional de Educação (I.E), organização que representa milhões de professores e trabalhadores da educação em todo o mundo. Igualmente, é filiada à Confederação de Educadores Americanos (CEA), que é a organização que representa os trabalhadores em educação estadunidenses e canadenses. Mediante essa filiação, a entidade busca estabelecer uma rede de solidariedade entre os trabalhadores em educação e lutar por melhores condições de trabalho e qualidade da educação. Essas filiações mostram a importância da CNTE como entidade representativa dos trabalhadores em educação e sua atuação em âmbito nacional e internacional, buscando garantir os direitos dos trabalhadores e a melhoria da educação em todo o mundo.

Mapa 1 - CNTE: entidades e filiadas

Fonte: CNTE, 2022. Organização dos dados e elaboração do mapa: GOMES, Jônatas e IAMONTI, V. Z. (2023)

O Mapa 1 representa a atuação da CNTE no Brasil. Em termos quantitativos, seu campo de atuação se encontra mais capilarizado nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul; em contrapartida, é importante destacar que existem disparidades regionais e desigualdades internas no país que afetam a representatividade da CNTE em algumas regiões, especialmente no Centro-Oeste e no Norte, onde ela enfrenta o desafio da menor quantidade de entidades filiadas em comparação com outras regiões. Essa disparidade pode ser atribuída a diversos fatores como a concentração populacional, a concentração demográfica, a infraestrutura educacional e as condições socioeconômicas dessas áreas.

No Centro-Oeste, por exemplo, é notável a presença de grandes extensões territoriais com baixa densidade populacional. Essa realidade pode dificultar a organização dos profissionais da educação e a criação de sindicatos e associações que

possam se filiar à CNTE. De igual importância, as peculiaridades socioeconômicas da região, como a predominância do agronegócio, podem influenciar na menor representatividade sindical.

Já no Norte, a vasta extensão territorial e a presença de áreas remotas e de difícil acesso podem impactar a organização sindical e, conseqüentemente, o número de entidades filiadas à CNTE. Além do mais, questões relacionadas às desigualdades sociais, econômicas e educacionais, presentes em algumas áreas dessa região, podem afetar a mobilização dos trabalhadores da educação.

É importante ressaltar que a CNTE reconhece essas disparidades regionais e desigualdades internas no Brasil e busca, dentro de suas possibilidades, ampliar sua atuação e representatividade em todas as regiões do país. A Confederação trabalha em parceria com os sindicatos e associações locais para fortalecer a organização dos profissionais da educação e ampliar as adesões nessas regiões menos representadas.

3.1.2 Nota histórica da CONTEE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) foi criada em 1990, na cidade de Praia Grande (SP). Trata-se de uma entidade associada à rede particular de ensino cuja origem remonta ao período em que o país vivia grande efervescência política, com multidões indo às ruas e palavras de ordem eram bramiadas contra os ataques aos trabalhadores. O governo respondia com bombas de gás lacrimogêneo e o presidente à época, Collor de Mello, introduzia medidas de um projeto neoliberal no país, o projeto Brasil Novo (CONTEE, 2021).

A CONTEE é uma entidade sindical de terceiro grau⁹ que, segundo dados do sítio eletrônico da entidade consultados em 2022, congrega 88 sindicatos e 10 federações de professores e técnicos-administrativos do setor privado de ensino, de todas os níveis de ensino da educação básica, perfazendo na atualidade a representação de 1 milhão de trabalhadores da educação.

A cada três anos é realizado o Congresso Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONATEE), dos quais resultam resoluções que

⁹ Na estrutura sindical brasileira, as entidades de terceiro grau ocupam o mais alto grau. Para a criação de uma confederação, é necessário que haja, no mínimo, três federações com registro sindical da categoria que pretende ser representada. Além disso, é importante ressaltar que a legislação exige que a sede da confederação esteja localizada na capital do país, em Brasília, DF.

estabelecem diretrizes para os anos seguintes. Uma questão presente em todos os documentos é a defesa da unicidade sindical. Em seus fóruns coletivos e democráticos, seus militantes mais participativos afirmam que sempre foram rejeitadas as propostas de “sindicalismo orgânico”¹⁰ e “pluralismo sindical”.¹¹ Prevaleceu a concepção de que o sindicalismo não deve ser apenas instrumento de reforma do capitalismo, antes, um sindicalismo classista que lute pelos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores e que, acima de tudo, busque a transformação social (CONATEE, 2012).

Deste modo, a concepção e a responsabilidade do movimento sindical consistem na luta econômica, política e ideológica. A Confederação combate a mercantilização e a desnacionalização da educação, além de lutar pelo desenvolvimento do país baseado nos princípios da justiça social e da soberania nacional. No bojo das políticas defendidas pela entidade estão: o princípio de que a educação é direito do cidadão e bem público de responsabilidade do Estado; o fortalecimento da educação pública, democrática e de qualidade; o estabelecimento da educação como direito passa pela regulamentação do setor privado de ensino, com o cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais (FERNANDES, 2021).

A direção da entidade organiza-se por meio de uma Diretoria Executiva que integra: Coordenação Geral; Secretaria Geral; Secretaria de Finanças; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Assuntos Educacionais; Secretaria de Formação; Secretaria de Políticas Sociais; Secretaria de Organização Sindical; Secretaria de Políticas Sindicais; Secretaria de Assuntos Jurídicos; Secretaria de Assuntos Institucionais; Secretaria de Gênero e Etnia; Secretaria de Políticas Internacionais; Secretaria da Saúde do Trabalhador e Secretaria de Juventude.

¹⁰ O sindicalismo orgânico é um modelo sindical que se baseia na unicidade e na representação exclusiva de uma única entidade sindical por categoria profissional. Nesse sistema, apenas um sindicato é reconhecido e legalmente autorizado a representar os trabalhadores de uma determinada categoria em uma região específica. Esse modelo pressupõe a existência de um sindicato forte e centralizado, capaz de representar e defender os interesses de todos os trabalhadores de uma categoria, evitando assim a fragmentação e a concorrência entre sindicatos.

¹¹ O pluralismo sindical é um modelo que reconhece e permite a existência de múltiplos sindicatos representando os trabalhadores de uma mesma categoria profissional em uma mesma região. Nesse sistema, os trabalhadores têm a liberdade de escolher a qual sindicato desejam se filiar e ser representados. Dessa forma, podem existir diferentes sindicatos competindo entre si para representar os interesses dos trabalhadores de uma mesma categoria.

A CONTEE é filiada à Confederação dos Educadores Americanos (CEA), à Sindical de Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), à Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE) e à Internacional da Educação (IE). A participação da CONTEE nessas organizações sindicais internacionais permite que ela esteja conectada com as lutas, demandas e experiências de trabalhadores em educação dos diferentes países, fortalecendo sua capacidade de atuação e ampliando sua voz em defesa dos direitos dos profissionais da educação no âmbito global.

A CONTEE possui a maior quantidade de sindicatos filiados, o que a torna a maior entidade em termos quantitativos (vide Mapa 2).

Mapa 2 - CONTEE – Entidade nacional e filiadas



Fonte: CNTE, 2022. Organização dos dados e elaboração do mapa: GOMES, Jônatas e IAMONTI, V. Z. (2023).

O **Mapa 2** apresenta as entidades filiadas à CONTEE, oferecendo uma visão abrangente das regiões onde a entidade está presente e, assim, permitindo propor uma análise geográfica. O Mapa revela a extensão da atuação da CONTEE, ao mesmo tempo que evidencia as diferenças regionais existentes no Brasil. Podemos perceber a capilaridade da CONTEE, com entidades filiadas distribuídas por todo o território nacional. Em contrapartida, é possível identificar as disparidades regionais que marcam o país, posto que algumas regiões apresentam uma maior concentração de entidades filiadas, enquanto outras exibem uma presença mais limitada.

Ao analisarmos o mapa das entidades filiadas à CONTEE, é possível verificar que as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul concentram a maior quantidade de entidades filiadas à organização. Essas regiões demonstram uma maior capilaridade da CONTEE, com uma presença mais expressiva de entidades filiadas. De outra forma, nas regiões Nordeste e Norte observa-se uma quantidade relativamente menor de entidades filiadas. Essa disparidade na distribuição das entidades filiadas pode ser atribuída a diversos fatores. A distribuição geográfica do país, por exemplo, influencia a presença das entidades em diferentes regiões. Outrossim, as condições socioeconômicas e o desenvolvimento educacional de cada região desempenham um papel importante. É importante destacar que essas diferenças regionais podem refletir desigualdades no acesso à educação e na valorização dos profissionais da área.

Ao contrário, é importante ressaltar que a atuação da CONTEE não se limita apenas à quantidade de entidades filiadas em cada região: a Confederação tem como objetivo promover a defesa dos direitos dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino em todo o país, buscando melhorias nas condições de trabalho, salário digno e uma educação de qualidade para todos.

3.1.3 Presença histórica da FASUBRA

A Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA), “fundada em 19 de dezembro de 1978, é um órgão sindical que congrega sindicatos de trabalhadores em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) sob quaisquer denominações, em todo o território nacional” (FASUBRA, 2018, p. 3).

Mergulhada no contexto histórico de repressão da ditadura civil-militar no Brasil, a criação da FASUBRA foi uma resposta à necessidade de organização e luta dos trabalhadores das IES para realizar o enfrentamento da repressão e a ausência de democracia no país. O movimento sindical dos trabalhadores em geral estava bastante enfraquecido na época, com muitas lideranças presas, exiladas ou mortas, mas a luta dos trabalhadores em educação continuou; conseqüentemente, nasceu a FASUBRA como uma entidade sindical independente em relação ao Estado, aos patrões e às administrações universitárias (SADER, 2010).

É crucial compreender criticamente o período histórico e o processo de lutas sociais que ocorreram durante a retomada da democracia brasileira. Diante do controle do regime, muitas categorias de trabalhadores criaram associações, o que era permitido pelas leis vigentes e representava uma forma de escapar da repressão. Esquemáticamente, podemos distinguir duas categorias de entidades: as combativas, que questionavam o sistema político e lutavam por transformações estruturais no país, e aquelas que se concentravam em questões corporativas, assistenciais e imediatas de seus representados (FREITAS, 2022).

Podemos inferir que a luta dos trabalhadores em educação foi fundamental para a formação da FASUBRA como entidade sindical independente, em meio a um período histórico marcado pela repressão e enfraquecimento do movimento sindical. Igualmente, a diferenciação entre entidades combativas e corporativas mostra a diversidade de atuações dentro do movimento sindical e a importância de se pensar em estratégias coletivas para alcançar transformações estruturais no país.

Desde o início da década de 1980, a entidade vem ganhando espaço e procurando participar continuamente na construção das pautas governamentais voltadas para o ensino superior, apresentando proposições e apoiando os embates que culminaram em significativas conquistas para a categoria dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das universidades brasileiras. Em 1986, participa dos movimentos em defesa da universidade pública e gratuita contra os setores governamentais que defendiam sua privatização, ajuda a organizar a greve dos servidores administrativos e, no mesmo ano, filia-se à CUT. Já em 1987, por pressão do movimento, foi implantado o Plano Único de Classificação e Reestruturação de Cargos e Empregos (PUCRCE).

Em 1988, o movimento dos trabalhadores técnico-administrativos em educação participou dos atos em defesa da participação popular na constituinte organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e apresentou sua proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, no Congresso Nacional, se transformaria no PL 1258/88. Uma vez promulgada a nova Constituição Nacional, ficou “garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”, conforme o Art. 37.

Durante os anos de 1989 e 1990, integrada a outras entidades da área da educação e movimentos sociais, a federação desenvolveu um amplo processo de mobilização pela aprovação da LDB, construída coletivamente e democraticamente pelo movimento em defesa da escola pública. Mas, como sabemos, essa proposta foi vencida no Congresso Nacional pelo substitutivo do Senador Darcy Ribeiro.

A década de 1990 foi marcada pela instalação da Agenda Autonomia Universitária, com a participação da FASUBRA, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e Ministério da Educação (MEC). A Federação, com outras entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), participaram da construção do Plano de Ação para disputar o Plano Nacional de Educação (PNE). Na mesma década, a FASUBRA promoveu encontros e desenvolveu atividades com militantes do movimento antirracismo, que puseram a entidade na vanguarda na discussão sobre a questão do negro e a educação, sendo a primeira federação a instituir, em suas instâncias, uma coordenação para trabalhar temáticas antirracismo. Em 1995, intensificou-se o debate sobre a construção do projeto de Universidade Cidadã para os trabalhadores; em 1997, a FASUBRA lançou os alicerces do Projeto Memória, que busca resgatar a história de lutas e os acontecimentos que constituem o patrimônio sociopolítico da Federação; em 1998, na luta em defesa da universidade pública, por pressão do movimento foi derrotada no Congresso Nacional e retirada do cenário nacional a PEC 370, que tratava da autonomia universitária com uma visão privatista.

É assim que, ao longo dos anos, a FASUBRA vem participando ativamente de diversas iniciativas como a Agenda Autonomia Universitária, o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores, a luta em defesa da autonomia universitária e o Plano Nacional de Educação (PNE), além da questão do racismo na educação. De acordo com

as informações do sítio eletrônico da entidade, tais iniciativas foram concebidas com o envolvimento de todos os agentes envolvidos no processo educacional, visando garantir inclusão e relevância social para estabelecer uma educação emancipatória. Embora tenha origem sindical, essa proposta não é de natureza corporativista, são manifestações em favor de uma universidade voltada para os interesses dos trabalhadores e de uma educação pública de qualidade e socialmente comprometida.

Outra das importantes iniciativas da Federação é a do Plano de Cargo Único (PCU), o qual serviu de base para a elaboração do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) instituído pela Lei 11.091/2005. Além do mais, está em desenvolvimento o Projeto Memória, que tem como objetivo resgatar a história de luta e os eventos que constituem o patrimônio sociopolítico da federação, iniciativa que visa facilitar o trabalho de pesquisadores interessados em estudar temas sindicais.

Em 2011, a FASUBRA e o SINASEFE iniciaram uma das maiores greves por melhorias no plano de carreira e por um investimento de 10% do PIB na educação. Não houve acordo para um reajuste salarial naquele ano e o movimento grevista acabou sendo frustrado. Já em 2012, a greve nacional continuou com a mesma pauta anterior e, dessa vez, foi possível chegar a um acordo para três reajustes salariais em 2013, 2014 e 2015.

O Mapa 3, *FASUBRA - Entidade nacional e filiadas*, revela a configuração geográfica da presença dessa entidade em todo o território nacional. Ao observar atentamente o mapa, podemos verificar como a Federação se distribui e identificar as características particulares de sua representação em diferentes regiões do país, sob uma perspectiva crítica.

Mapa 3 – FASUBRA: entidade nacional e filiadas

Fonte: CNTE, 2022. Organização dos dados e elaboração do mapa: GOMES, Jônatas e IAMONTI, V. Z. (2023)

Por sua vez, na região Centro-Oeste, observamos uma quantidade mais modesta de entidades filiadas à FASUBRA, cenário que pode ser compreendido tendo em consideração as especificidades da estrutura produtiva e da relação de classes nessa região. O Centro-Oeste, caracterizado por uma forte presença do agronegócio e pela exploração intensiva dos recursos naturais, tende a gerar relações de trabalho mais fragmentadas e precarizadas, o que pode impactar a organização sindical dos trabalhadores técnico-administrativos.

Na região Norte, chama a atenção a ausência de filiação da FASUBRA em estados como Roraima, Amapá e Tocantins. Essa ausência pode ser interpretada à luz das desigualdades regionais resultantes do processo de acumulação capitalista, que privilegia determinadas regiões em detrimento de outras, e à falta de infraestrutura e investimentos

estatais no setor de ensino superior, o que acaba limitando as oportunidades de emprego e o engajamento sindical dos trabalhadores técnico-administrativos.

Já na região Nordeste observamos a presença de pelo menos uma entidade filiada em cada estado. Esse padrão pode ser explicado pelo histórico de lutas e mobilizações populares na região, marcado por movimentos sociais e sindicais que buscaram combater as desigualdades socioeconômicas. Essa presença sindical significativa reflete a resistência e a organização dos trabalhadores técnico-administrativos, que encontram na FASUBRA um espaço para unir forças e lutar por seus direitos em um contexto de intensificação da exploração capitalista.

Por fim, na região Sul encontramos a filiação de uma entidade no Paraná e em Santa Catarina, além de notáveis cinco entidades filiadas no Rio Grande do Sul. Essa concentração pode ser entendida à luz da história da luta de classes nessa região, que teve uma forte presença de movimentos operários e organizações sindicais desempenhando papel fundamental nessa região do Brasil.

Em síntese, o papel da FASUBRA na luta por melhorias para a categoria dos trabalhadores técnico-administrativos em instituições de ensino superior públicas do Brasil tem sido significativo. Suas conquistas e participações em iniciativas como a Agenda Autonomia Universitária e o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores são exemplos da sua importância na construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade, e de conexão com as lutas populares por direitos e inclusão.

Pode-se concluir que o estudo da história e das lutas – assim como das conquistas e derrotas – da FASUBRA é fundamental para se compreender a importância das lutas sociais na retomada da democracia brasileira, das estratégias utilizadas pelos trabalhadores para escapar da repressão e da diversidade de agenda e modos de atuação do movimento sindical.

3.1.4 A gênese do PROIFES

A Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES) nasceu de um grupo dissidente de professores das instituições do ensino superior público federal, que estava insatisfeito com a representação da ANDES/SN. Logo, criaram uma seção ligada a uma entidade diferente, gerando uma situação de docentes de uma mesma instituição de ensino serem representados por mais

de um sindicato. A Associação surgiu a partir de um fórum de docentes criado em 2004 e que posteriormente, em 2011, se transformou em federação (DUTRA; CASTIONE, 2020). Assim, ANDES/SN e PROIFES são entidades que representam a mesma categoria, mas têm diferenças significativas em suas formas de organização e atuação, como também de convicções ideológicas.

Dutra e Castione (2020) ressaltam que as divergências entre ANDES/SN e PROIFES se intensificaram principalmente na discussão e elaboração de dois programas de educação: Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Plano Nacional de Educação (PNE), programas que impactavam diretamente o ensino superior e, particularmente, o trabalho docente. Sobre as principais divergências sobre a elaboração do PROUNI, os autores salientam que:

no período de elaboração e implantação do REUNI, houve muita resistência por parte do ANDES – protestos, palavras de ordem e ocupação de reitorias fizeram parte das formas de resistência à expansão do ensino superior público. Desta maneira, representantes do PROIFES acusaram o ANDES de usar a entidade para fortalecer o movimento contrário ao REUNI, via financiamento das ocupações [...] não é de se estranhar que tais palavras tenham aguçado os ânimos entre os integrantes de ambas as entidades, tornando-se uma das fases mais acaloradas das discussões (DUTRA; CASTIONE, 2020, p. 177).

O PROIFES, apesar de tecer críticas a alguns pontos do REUNI, “particularmente quanto a projetos correlatos que impediam o aumento de gastos de pessoal para dar conta da expansão” (DUTRA; CASTIONE, 2020, p.178), atuou pela aprovação.

Outra discordância se deu durante a elaboração do PNE. Os mesmos autores avaliam que ela

decorreu durante a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e das respectivas conferências municipais, estaduais e nacional, a CONAE, de 2010, que deu origem ao PNE. Primeiro o ANDES foi contrário à participação, embora tenha integrado as primeiras discussões, em 2009 (DUTRA; CASTIONE, 2020, p.178).

Mesmo que houvesse desacordo, o PNE foi aprovado depois de tramitar no Congresso Nacional por quatro anos.

Ainda hoje temos um contexto de críticas recíprocas e acusações de ligação das entidades sindicais aos interesses dos governos. A ANDES/SN se mantém com maior número de associados, embora olhares atentos analisem como mais legítimos os

interesses defendidos pelo PROIFES. Todavia não há consenso e o movimento dos trabalhadores em educação permanece dividido no setor do ensino superior.

Mapa 4 - PROIFES: entidade nacional e filiadas



Fonte: CNTE, 2022. Organização dos dados e elaboração do mapa: GOMES, Jônatas e IAMONTI, V. Z. (2023)

No Mapa 4, podemos visualizar a localização das entidades filiadas ao PROIFES por todo o país e, por meio dessa representação, identificar a distribuição geográfica dessas instituições. O PROIFES tem entidades filiadas em diversas regiões do Brasil, o que reflete a abrangência nacional dessa federação e a representação dos professores de instituições federais de ensino superior nas diferentes partes do país.

Entre as entidades filiadas ao PROIFES, destacam-se o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos (ADUFSCAR), localizado em São Carlos, São Paulo, e o Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre,

Osório e Três Passos (ADUFRGS), sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Essas entidades demonstram a presença do PROIFES nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, onde existem importantes instituições de ensino superior e um histórico de mobilização dos docentes.

Existem outras entidades filiadas que estão localizadas em diferentes regiões do país, como o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG), em Goiânia, Goiás; o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Rio Grande do Norte (ADURN), em Natal, Rio Grande do Norte, e o Sindicato dos Docentes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Paraná (SINDIEDUTEC-Sindicato), em Curitiba, Paraná. Essas entidades representam a presença do PROIFES nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul, respectivamente.

A presença do PROIFES em diferentes regiões do país é relevante para garantir a representatividade dos professores das instituições federais de ensino superior em todo o território nacional.

3.1.5 Historicidade e importância política do ANDES/SN

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) surgiu em um contexto específico da história do Brasil, mais precisamente durante a abertura democrática, por volta de 1971, com os primeiros Encontros Nacionais das Associações Docentes (ADs) (LEHER, 2021). Em 1981, várias dessas associações se uniram e formaram a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que posteriormente se tornou o ANDES/SN. Vale destacar que, na época, o sindicalismo era proibido para funcionários públicos, mas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a ANDES/SN se tornou um sindicato. No contexto do regime ditatorial, fazia-se necessário criar um sindicato que pudesse reivindicar melhores condições de vida e trabalho, bem como direitos dos cidadãos. (DONATONI, 2000)

Os movimentos sociais que surgiram nesse período passaram a ter protagonismo na história da educação brasileira. O ANDES/SN surgiu nessa conjuntura social, econômica e política, em meio às lutas por condições dignas de trabalho e pela democratização do país. As questões relativas às condições dignas, que antes estavam definidas por concepções abstratas, passam a ter materialidade enquanto realidade concreta. Por esse motivo, os movimentos sociais que surgiram no período foram protagonistas importantes da história da educação brasileira.

Essa postura sindical introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que desde o final da década de 1970 e início da década de 1980 voltou-se à construção de espaços de discussão do sindicalismo e da organização dos professores. Espaços esses que vão além, incluindo questões ligadas a temas mais gerais como terra, classe, gênero e etnia. Sobre esse momento histórico é importante destacar que:

Todas essas manifestações populares do final da década de [19]70 e início da década de [19]80 contribuíram para significativas mobilizações sociais, em especial nos sindicatos, que se reorganizam e realizam inúmeras greves, a exemplo do ABC Paulista – maio de [19]78/80. A retomada do crescimento dos sindicatos rurais, a reorganização dos trabalhadores fabris, a criação das Centrais sindicais, são tantas outras transformações que também ocorrem neste período (DONATONI, 1999, p.29).

Não é de outra maneira que o movimento docente se constituiu na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros. Dentre as suas inúmeras bandeiras de luta, a entidade reivindica: manutenção e ampliação do ensino público gratuito; autonomia e funcionamento democrático das universidades públicas; estabelecimento de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior; estímulo à pesquisa e à criação intelectual nas universidades; carreira única para os docentes das instituições de ensino superior; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; criação de condições de adequação da universidade à realidade brasileira; garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade e no exercício das funções e atividades acadêmicas; garantia do direito à liberdade de organização sindical em todas as instituições de ensino superior.

O ANDES participou, com outras entidades, da criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que apresentou proposições para a Constituinte de 1986-88, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e posteriormente atuou na elaboração do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE).

Com base nessa configuração, a entidade rompeu com a estrutura sindical autoritária implantada no Brasil na década de 1930 e se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho e como entidade autônoma em relação a partidos políticos. Sua estrutura contempla uma diretoria geral, diretorias regionais e seções sindicais. As

seções sindicais possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria. Todas as decisões são deliberadas pela base, que elege democraticamente todos os dirigentes. O Sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem determinar a cobrança de quaisquer taxas sindicais compulsórias. O ANDES/SN possui seções em todo o país, representando aproximadamente 70 mil filiados de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e particulares. É importante ressaltar que o Sindicato, que é nacional, não cobra taxas compulsórias de seus filiados regionais e locais. As informações atualizadas sobre o ANDES/SN podem ser encontradas em seu sítio eletrônico, com dados disponíveis até o ano de 2022. Desde sua criação, o ANDES/SN tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos docentes e na luta por melhores condições de trabalho e ensino. Sua atuação abrange questões relacionadas a salários, carreira, formação docente, financiamento da educação, entre outros temas de relevância para a categoria.

É importante ressaltar que, até 2022, o ANDES/SN esteve vinculado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS), uma entidade que reúne diversos sindicatos e movimentos sociais em defesa dos direitos trabalhistas e das lutas populares. Essa filiação foi deliberada durante o 26º congresso do ANDES/SN, realizado na cidade de Campina Grande (PB), em março de 2007. Essa decisão fortaleceu as articulações e ações do sindicato, possibilitando maior representatividade e união dos docentes em âmbito nacional.

O ANDES/SN tem desempenhado um papel importante na defesa da educação pública e gratuita, da valorização dos profissionais da área e da qualidade do ensino. No exercício de sua atuação sindical, promove mobilizações, negociações coletivas, debates, campanhas e ações em prol dos interesses dos docentes, sempre buscando uma educação mais inclusiva, crítica e democrática. Sua atuação abrange diversas frentes, visando à valorização dos profissionais da educação e à promoção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. A filiação à CSP-CONLUTAS fortalece suas ações, propiciando maior articulação e união dos docentes em prol de seus direitos e de uma educação justa e igualitária.

filiadas ao ANDES/SN na região Norte é relativamente baixo em comparação com outras regiões do país.

Ao analisarmos os estados individualmente, podemos destacar, de um lado, que alguns possuem apenas uma entidade filiada, casos de Acre e Roraima. Esses estados enfrentam desafios adicionais como a geografia desfavorável e a falta de recursos financeiros para promover o fortalecimento do ensino superior. Contrariamente, outros estados da região Norte possuem duas ou mais entidades filiadas ao ANDES/SN, o que demonstra a existência de iniciativas locais para a promoção da educação e a defesa dos direitos dos profissionais do ensino.

Já na região Nordeste encontramos uma quantidade considerável de entidades filiadas ao ANDES/SN, realidade que pode ser atribuída, em parte, ao histórico de lutas e mobilizações sindicais na região, bem como ao reconhecimento da importância da educação como instrumento de desenvolvimento social e econômico. Os estados nordestinos têm investido em políticas públicas voltadas para a expansão e fortalecimento do ensino superior, o que contribuiu para a maior presença de universidades e, conseqüentemente, para o aumento do número de entidades filiadas ao ANDES/SN.

Situação semelhante ocorre na região Centro-Oeste, onde é possível observar uma quantidade significativa de entidades filiadas ao ANDES/SN. A região tem se destacado pelo crescimento econômico e pela expansão do ensino superior nos últimos anos. A presença de universidades federais, estaduais e particulares tem impulsionado a criação e o fortalecimento de entidades sindicais na área educacional.

Não obstante, é no eixo Sudeste/Sul que observamos a presença mais expressiva do ANDES/SN. Essa disparidade pode ser explicada por uma série de fatores, incluindo o adensamento populacional nessas regiões, que concentra uma parcela significativa da população brasileira. Ademais, no cômputo geral do país, além desses aspectos demográficos, o Sudeste e o Sul têm uma longa tradição de investimentos em educação, com a presença de renomadas universidades e centros de pesquisa. Essa infraestrutura sólida e o maior número de oportunidades de emprego no setor educacional contribuem, de maneira objetiva, para a maior quantidade de entidades filiadas.

3.1.6 Breve história do SINASEFE

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) inicia sua trajetória a partir da Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus (FENASEFE), no ano de 1988, em Salvador, Bahia, após a promulgação da Constituição Cidadã que consolidou o direito de sindicalização dos servidores públicos. A entidade origina-se com o intuito de defender a categoria que representa e luta em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada.

Durante os anos iniciais de sua formação sofreu diversas modificações nominais. Com a ampliação do campo de atuação, passou a congrega os trabalhadores da rede federal da educação básica, profissional, científica e tecnológica, quando anteriormente restringia-se apenas ao 1º e 2º graus, como consta em seu estatuto: “Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica” (SINASEFE, 2019.p.1). Sobre as suas principais prerrogativas:

Art. 6º. O SINASEFE tem como objetivos fundamentais organizar, representar e dirigir a luta dos servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, em caráter sindical, numa perspectiva classista, autônoma, democrática e participativa, por melhores condições de vida e de trabalho, a partir de seus interesses imediatos e históricos e dentro dos limites deste Estatuto. (SINASEFE, 2019, p.2)

Conforme consta em seu sítio eletrônico, consultado em 2022, a entidade elenca suas principais bandeiras: educação pública, gratuita, de qualidade, laica, com referência social e em consonância com os interesses da classe trabalhadora; por uma sociedade sem exploração; pela democratização das Instituições Federais de Ensino (IFEs); pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial; por reajustes lineares e constantes da remuneração, não permitindo a redução salarial pela corrosão inflacionária; por uma carreira única dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação; pela paridade entre ativos e aposentados; contra todo tipo de discriminação e/ou intolerância racial, LGBTfóbica, de gênero, e pela autonomia da classe trabalhadora frente ao Estado.

O Sindicato possui uma estrutura organizacional composta das seguintes coordenações: Geral, Administração e Finanças, Pessoal, Comunicação, Políticas

Educacionais e Culturais, Formação Política e Relações Sindicais, Jurídica e Relações de Trabalho. A Direção Nacional é formada por um colegiado de 27 membros, dos quais 17 são titulares e 10 são suplentes, e eles ocupam seus cargos por um período de dois anos (SINASEFE, 2022). A Plenária Nacional, denominada PLENA, segunda instância de decisão do SINASEFE foi criada no 3º CONSINASEFE no ano de 1992, na cidade de Aracaju (SE). Podem convocar a PLENA: a coordenação geral, a direção nacional ou o conselho fiscal com deliberação unânime dos seus integrantes. CONSINASEFE é o nome dado para a maior instância de decisões do sindicato. As decisões tomadas nessa instância são soberanas e somente pelas disposições estatutárias ou pela composição da direção nacional poderá ser modificada. O SINASEFE está organizado em 96¹² seções sindicais, oferecendo cursos de formação política, sindical e a realização de encontros, fóruns e seminários regionais e nacionais com regularidade. (SINASEFE, 2022)

Como vimos ao longo desta seção, a gênese e a luta das entidades nacionais acompanham todo o arcabouço histórico educacional brasileiro. Os personagens que fizeram parte dessa luta nos legaram os seus feitos e teceram os fios da memória graças aos embates, lutas e conquistas que protagonizaram.

Destarte, para o final da década de 1970 e início da década de 1980, período final da ditadura civil-militar, começam a se instituir espaços destinados à discussão do sindicalismo e da organização dos professores que culminarão com as Diretas Já, a anistia aos presos e exilados políticos e a Assembleia Nacional Constituinte 1986/88. Em 1988, o movimento dos trabalhadores em educação terá participação efetiva nos movimentos de defesa da participação popular na Constituinte, nas discussões do FNDEP e na proposta da LDB. Em meados da década de 1990, tais entidades farão o combate ao avanço das ideias neoliberais reinantes durante o governo Collor. No bojo das políticas defendidas, manteve-se uma permanente e incansável luta pela valorização dos trabalhadores em educação; pela defesa da educação como direito e bem públicos, democrática e de qualidade, e de responsabilidade do Estado. Entende ainda que o estabelecimento da educação como direito se dará graças a regulamentação do setor privado de ensino.

¹² Dados disponíveis no sítio eletrônico da entidade. Disponível em [https://sinasefe.org.br/sítio eletrônico/secoes-sindicais/](https://sinasefe.org.br/sítio_eletrônico/secoes-sindicais/) Acesso em: 06. nov. 2022.

Mapa 6 - SINASEFE entidade nacional e filiadas



Fonte: CNTE, 2022. Organização dos dados e elaboração do mapa: GOMES, Jônatas e IAMONTI, V. Z. (2023)

O **Mapa 6**, intitulado *SINASEFE - Entidades Nacionais e Filiadas*, fornece uma visão ampla do âmbito de atuação do SINASEFE. Ao analisar esse mapa, torna-se evidente a relevância de se estabelecer uma conexão entre a geografia e a educação. Nesse contexto, assim como ocorre com outras organizações, a concentração de sindicatos e associações está vinculada aos fatores de desenvolvimento local e regional.

Percebe-se que a região Norte, seguida pela região Centro-Oeste, apresentam uma menor capilaridade de entidades, e as regiões Nordeste, Sudeste e Sul se destacam pelo maior número de entidades presentes. A maior representatividade sindical nessas regiões pode ser atribuída a uma série de fatores como a concentração populacional, o desenvolvimento econômico, a diversidade de instituições de ensino básico, profissional

e tecnológico e um maior número de universidades, institutos federais e escolas federais, o que naturalmente influencia a presença e a atuação das entidades sindicais.

Importante ressaltar que a menor quantidade de entidades em determinadas regiões não diminui a importância de seu campo de atuação e das lutas empreendidas. Cada entidade sindical tem seu papel específico na defesa dos direitos dos servidores da educação e na promoção de uma educação pública de qualidade em todas as localidades do país. É notável, entretanto, a menor quantidade de unidades de institutos de ciência e tecnologia e universidades federais nas regiões com menor capilaridade sindical. Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos na educação pública federal, visando a ampliação da oferta de ensino superior público nessas regiões, que conseqüentemente fortalecerá as entidades sindicais que representam os servidores dessas instituições.

Investir na educação pública federal é fundamental para garantir o acesso igualitário à educação e promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas. De igual importância, é graças a esses investimentos que as entidades sindicais se fortalecem e podem se postar na defesa dos direitos e da melhoria das condições de trabalho dos servidores, e, assim, criar as condições de possibilidade para a construção de uma educação de qualidade em todo o país.

Essa entidade é filiada à Confederação dos Educadores Americanos (CEA) e a CSP-CONLUTAS, conforme consta em seu sítio eletrônico.

3.2 Apontamentos sobre as entidades nacionais

As entidades dos trabalhadores em educação surgiram no final do século XIX e início do século XX, lideradas por professores primários de escolas públicas dos diferentes estados do país. E com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, foram estabelecidos os primeiros sindicatos de professores no setor privado. A compreensão histórica do papel dessas organizações ainda recebe poucos estudos, como pudemos ver na realização de pesquisas correlatas, mas é crucial para a valorização e o reconhecimento social dos trabalhadores.

Durante as discussões em torno da primeira LDB, surge a CPPB, que posteriormente dará origem à CNTE. Durante a ditadura civil-militar, formas embrionárias de luta foram criadas, fruto da forte oposição dos trabalhadores, e entidades como a FASUBRA, em 1978, e a ANDES/SN, em 1981, foram criadas. Em 1988, após a

promulgação da Constituição Cidadão, tem-se a criação do SINASEFE, enquanto a CONTEE nasce na década de 1990, no auge das lutas contra as reformas neoliberais do governo Collor. Já o PROIFES surgiria em 2004, como dissidência do ANDES/SN. O fato é que essas entidades surgem em um contexto de ondas contestatórias que se levantaram no país nas décadas de 1970 e 1980, exigindo o fim da ditadura civil-militar. Essas ondas de protesto atingiram seu ápice durante a campanha das Diretas Já para presidente da República, tornando-se um dos maiores movimentos políticos e sociais da história contemporânea brasileira.

A análise crítica da atuação dos dirigentes e ativistas dessas entidades não pode desconsiderar as diversas disparidades políticas, econômicas e sociais existentes em um país continental como o Brasil. O campo do trabalho educacional está longe de ser homogêneo, exigindo a superação de grandes dificuldades de organização. Em decorrência disso, é importante reconhecer que o esforço político e organizacional dessas entidades está intimamente ligado ao processo histórico de consolidação da democracia, de valorização social da educação e de conquista da cidadania em nosso país.

Na próxima seção, apresentaremos o mapeamento das associações e sindicatos dos trabalhadores em educação da região Norte do Brasil (1930-2017), acompanhado de um panorama geral da literatura que trata dos trabalhadores em educação dessa região.

4 ASPECTOS GERAIS DO ASSOCIATIVISMO E DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO NORTE

Na região Norte, a organização dos trabalhadores em educação tem seus primórdios pouquíssimo conhecidos, com referências mais substanciais de sua trajetória produzidas a partir do período da ditadura civil-militar. Essa estratégia foi pautada na existência de associações que colocavam na ordem do dia a exigência de melhores condições de vida e de trabalho dos seus representados e de defesa da escola pública e gratuita como um direito inalienável da cidadania.

Em fins da década de 1980, com a promulgação de uma nova Carta constitucional, os servidores públicos alcançaram o pleno direito de efetivar sua sindicalização. Dessa forma, contribuíram significativamente para a ampliação do movimento sindical e na sintonia de suas lutas com os movimentos que eclodiam e se desenvolviam pelas demais regiões do país.

Na região Norte, destaque-se o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre (SINTEAC), que congrega os docentes e demais funcionários da educação básica pública. No período inicial de sua transformação em sindicato, em fins da década de 1980, havia uma discussão sobre a fragmentação da classe trabalhadora, situação que dificultava as negociações e articulações do sindicalismo docente; conseqüentemente, o SINTEAC optou por incluir todos os profissionais da educação que não eram do quadro do magistério, mas que, todavia, queriam que seus interesses fossem defendidos por uma categoria e uma entidade organizadas (SOUZA, 2019).

Pudemos verificar outros casos de sindicatos que congregam todos os trabalhadores em educação, entre eles o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP/PA), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER/RR) e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINETET/TO).

Outra tendência, iniciada a partir de 2003 e marcada pela chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, com a emblemática vitória de Luís Inácio Lula da Silva, foi a desfiliação de algumas correntes de esquerda da CUT. Logo, passamos a ter um maior campo de disputa por poder no âmbito dos movimentos de trabalhadores, registrando-se, então, o surgimento de novos agrupamentos sindicais, com destaque para

o CSP-CONLUTAS (BAUER; GINDIN, 2021). No ensino superior, a região Norte congrega algumas seções sindicais do ANDES/SN, hoje filiadas ao CSP-CONLUTAS, após as entidades terem deixado a CUT.

O estudo da formação associativa e sindical que realizamos desta região do país não tem o condão nem a pretensão de rever ou questionar quaisquer decisões históricas, mas, sim, de reunir subsídios que possam contribuir com a formulação de propostas de pesquisas para o tempo presente.

A fragmentação sindical tem cada vez mais dividido a categoria, impulsionada, muitas vezes, por razões ideológicas e por acesso ao imposto sindical. Cedo surgem sindicatos diversos que abarcam a educação básica e superior, mormente dos professores das capitais. Na região Norte, constata-se essa situação, assim como nas outras regiões do Brasil (RÊSES, 2008).

No que se refere aos professores, o estudo histórico das associações e sindicatos da educação não trata somente de uma mera análise de caráter institucional, de distribuição de poderes voltada ao seu público interno: visa a socialização das novas gerações e a transformação da sociedade e do trabalho docente, implicando questões que vão além dos limites da instituição e da categoria. (DAL ROSSO, 2011)

Nas próximas páginas traremos informações pertinentes à gênese e formação das associações e dos sindicatos da região Norte país, marcada por seus contrastes. Citando caso parecido, registramos a presença de um ente federativo com o 27º Produto Interno Bruto (PIB) e a menor população (450 mil hab.), Roraima, e de outro que lidera a economia regional, o Pará, integrado à economia mundial pela calha do rio Amazonas.

Apresentamos aqui a relação das principais entidades sindicais docentes, distribuídas pelos sete (7) estados que constituem essa região, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com as respectivas sinopses de seu surgimento, suas principais lutas e formas de organização. Em alguns casos, trata-se de sindicatos únicos que congregam as diferentes categorias profissionais da educação, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP/PA).

4.1 Caracterização do estado do Acre

O território do Acre, historicamente, pertencia à Bolívia. Aos poucos, começou a ser povoado por brasileiros devido à expansão das atividades extrativistas, especialmente a exploração da borracha. Essa situação gerou vários conflitos armados entre os países. Após intensas disputas, o governo brasileiro negociou a compra do território. Por essa razão, em 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis¹³, pelo qual o Acre se torna território do Brasil (DAMASCENO, 2010). Em 1962, pela Lei nº 4.070, assinada pelo Presidente João Goulart, ocorre sua elevação a Estado.

A região do Acre apresenta características geográficas marcantes, sendo notável a influência das atividades extrativistas e das disputas territoriais ao longo da história do estado. Com uma extensa faixa de terras na Amazônia, o Acre tem sido motivo de disputa devido às suas riquezas naturais. Segundo Guerra e Carvalho (1960, p. 37), “a colonização do Acre foi uma consequência da migração nordestina à procura da borracha.”

O estado do Acre está localizado na parte mais ocidental do Brasil, possuindo uma extensão territorial de 164.221,36 km quadrados. Com capital na cidade de Rio Branco, faz divisa interna com os estados do Amazonas e Rondônia e fronteiras externas com Bolívia e Peru.

A história da educação no Acre está intrinsecamente ligada à sua história política e econômica, uma vez que o desenvolvimento do sistema educacional do estado refletiu as mudanças sociais e políticas ao longo dos anos. As características geográficas da região influenciaram a educação no estado, resultando em desafios na oferta de professores devido às dificuldades enfrentadas tanto na atração de profissionais para trabalhar no Acre quanto na formação desses profissionais. Como resultado, parte dos professores atua de forma excepcional, sem possuir a formação mínima exigida por lei (CARNEIRO, 2017).

A situação atual na oferta de professores contrasta com a educação pré-colonial na região. Antes da chegada dos colonizadores, os povos originários já tinham seu próprio sistema educacional, baseado na transmissão oral de conhecimentos e tradições. A

¹³ “Com a intervenção do diplomata Barão do Rio Branco e do embaixador Assis Brasil, houve a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, durante o governo do Presidente Rodrigues Alves. Naquela época, a região do Acre, pertencente à Bolívia, era ocupada por seringueiros brasileiros e não demorou muito para que houvesse diversos conflitos com os bolivianos. Esse tratado pôs fim ao litígio com a Bolívia, garantindo o efetivo controle e a posse das terras e florestas do Acre por parte do Brasil” (D’AGOSTINI, S. *et al*, 2003, p.3).

educação era um processo contínuo e estava integrado à vida cotidiana: habilidades e conhecimentos eram transmitidos de geração a geração pelo uso de práticas culturais, rituais, histórias e mitos. Muito diferente da educação europeia, que enfatiza a separação entre ser humano e natureza, a educação tradicional dos povos indígenas é baseada na interconexão entre todos os seres vivos (KRENAK, 2019).

Com a chegada dos colonizadores, a educação no Acre começou a ser moldada pela cultura e tradições europeias. Durante o período colonial, o processo educacional era basicamente voltado para a formação religiosa dos missionários e a catequização dos povos indígenas. Foi somente no final do século XIX que a educação formal começou a ser implantada no estado.

No início do século XX, o governo do Acre, em parceria com a Igreja Católica, criou as primeiras escolas públicas do estado. Em decorrência disso, o sistema educacional era muito precário e voltado apenas para a elite econômica da região. Na década de 1940, com a expansão da borracha na região, houve um grande fluxo de migrantes para o Acre, o que levou a um aumento da demanda por educação. Nessa época, foram criadas escolas rurais e urbanas para atender a essa demanda, mas o sistema educacional do estado carecia de recursos (GUERRA; CARVALHO, 1960).

Em 1974, com a criação da Universidade Federal do Acre¹⁴ e a implantação do Plano Nacional de Educação, a educação estadual começou a se desenvolver mais rapidamente. A criação de novas escolas e universidades e a formação de professores capacitados contribuíram para a melhoria da qualidade da educação no estado.

Na atualidade, o estado conta com diversas escolas e universidades públicas e privadas, além de programas de alfabetização e educação básica para adultos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 o estado do Acre alcançava uma taxa de taxa de escolarização, da faixa de 6 a 14 anos, da ordem de 88,3 %, menor índice da região Norte. Em 2021, conforme informado pelo IBGE, na rede pública de ensino, os anos iniciais do ensino fundamental obtiveram Índice de

¹⁴ LEI Nº 6.025, de 5 ABRIL DE 1974. O Poder Executivo autorizado a transformar a Fundação Universidade do Acre, criada pela Lei Estadual nº 318, de 3 de março de 1970, e reformulada pela Lei Estadual número 421, de 22 de janeiro de 1971, em Fundação Universidade Federal do Acre.

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 5,4, enquanto os anos finais do ensino fundamental obtiveram IDEB de 4,7. O número de matrículas no ensino fundamental foi de 153.015 e no ensino médio foi de 40.670, num total de 1.329 e 255 escolas para cada nível de ensino, respectivamente; o número de docentes no ensino fundamental foi de 6.351 e no ensino médio foi de 2.202.

4.1.1 Informações gerais sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado do Acre

Nas paragens acrianas localizamos uma quantidade modesta de sindicatos: SINTEAC, SINPOACRE, SINTEST/AC, SINASEFE/RIO BRANCO e ADUFAC.

O primeiro surge a partir das lutas das professoras primárias no período da ditadura civil-militar, para representar o conjunto dos trabalhadores das redes municipais e estadual da educação básica pública do Acre. O SINPOACRE surgiu em virtude de uma disputa com o SINTEAC. Assim, tem-se ainda hoje dois sindicatos exercendo a representação dos trabalhadores da educação no Acre, com bandeiras distintas de lutas.

Souza (2019) realizou uma pesquisa sobre as políticas educacionais de “(des)valorização” docente do governo acriano de Sebastião Viana (2011-2018) e a atuação dos dois sindicatos. Destaca-se como motivo de antagonismo entre as partes a criação de escolas militares no âmbito da rede estadual de ensino, dado que isso exclui a participação docente e a gestão democrática, deixando essas funções nas mãos dos militares, que não têm qualquer formação pedagógica.

Outra política que cabe destacar surgiu a partir da Lei 3.141/2016, que altera o perfil do diretor de escola, permitindo a participação de todos os servidores, incluindo aqueles que não possuem formação superior específica em matéria pedagógica como nas áreas de administração pública, administração escolar ou técnica em processos escolares (ACRE, 2016). Sobre tal política, os sindicatos divergem. A SINPROACRE se diz contra, conforme entrevista concedida pelo seu dirigente em 2019, que em poucas palavras afirma entender que a função deve ser exercida por docentes (SOUZA, 2019). Já o SINTEAC, segundo o mesmo dirigente, se diz favorável, afirmando ser uma luta histórica da categoria: “agora todos os demais profissionais da escola que têm formação podem concorrer, e quem a comunidade escolar escolher irá assumir essa função” (SOUZA, 2019, p.102).

No estado ainda existem o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Acre (SINTEST/AC), Seção Sindical dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Rio Branco/AC (SINASEFE/RIO BRANCO) e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC). No entanto, devido à dificuldade de coletar informações *in loco*, fornecemos uma descrição sucinta das duas entidades sindicais que representam os trabalhadores da educação básica pública no Acre, o que propiciará uma visão geral sobre os objetivos e bandeiras de luta de cada sindicato.

4.1.2 Informações sobre o nascimento do SINTEAC

A história do SINTEAC remonta à luta dos trabalhadores em educação no período da ditadura civil-militar. Na época, algumas alunas do magistério da Escola Normal Professor Lourenço Filho, diante de dificuldades como baixos salários, resolveram discutir com as professoras do ensino primário a necessidade de organização da categoria.

Em 29 de junho de 1964, conforme informações apuradas nos documentos estatutários dessa entidade, fundou-se a União dos Professores Primários do Estado do Acre (UPPEA). Com o passar do tempo, os professores começaram a repensar os rumos da UPPEA, revendo os princípios do trabalho social que orientavam sua atuação para um contexto de reivindicação, e posteriormente passou a ser uma Associação dos Professores Primários do Estado (ASPAC). Somente em 1989¹⁵ foi criado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre (SINTEAC), que tem em sua base o conjunto dos funcionários públicos que atuam nas redes municipais e estadual de educação básica pública do Acre, incluindo concursados, temporários e terceirizados.

A entidade se organiza em núcleos em várias cidades do estado, declara-se defensora dos planos de carreira, do salário e da educação pública de qualidade num sentido mais amplo. O SINTEAC é filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tem um histórico de disputas com o SINPROACRE, inclusive em nível judicial, pela validação da representatividade e filiação da base que, na atualidade, conta com mais de doze mil sindicalizados.

¹⁵ Os dados foram extraídos do sítio eletrônico da entidade. Disponível em <<https://sinteac.org/news/>> Acesso em: 06. nov. 2022.

4.1.3 Notícias do SINPROACRE

Em 1999, um grupo insatisfeito com a atuação do SINTEAC criou, no dia 15 de dezembro, a Associação dos Professores Licenciados do Acre (APL-AC), tendo como primeira presidente eleita a professora Rosane Castro. Formada como associação, a entidade não possuía autonomia para atuar politicamente nas negociações ou em outras atividades. Então, em assembleia realizada em março de 2005, a categoria decidiu transformar a associação em sindicato. Por conseguinte, a associação foi extinta em 2009 e a entidade passou a ser denominada Sindicato dos Professores Licenciados do Estado do Acre (SINPLAC).

No ano de 2014, esse mesmo sindicato passou por uma nova transformação e tornou-se o Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Acre (SINPROACRE). Essa mudança ocorreu devido a uma determinação da Justiça do Trabalho que questionava o uso da expressão licenciados e a exclusão que ela apresentava em relação aos professores com formação em nível médio. O SINPROACRE anunciou-se como defensor do desenvolvimento do “espírito classista” e da luta dos trabalhadores docentes do Acre, além de buscar uma escola pública de qualidade.

É importante destacar que o SINPROACRE¹⁶ é filiado à Central Sindical Pública – Central do Servidor e à Confederação Nacional dos Servidores e Funcionários Públicos das Fundações, Autarquias e Prefeituras Municipais (CSPM). Durante sua trajetória, o sindicato registrou um histórico de disputas com o SINTEAC, outra entidade representativa dos professores.

4.1.4 SINTEST-AC: defendendo os direitos e valorizando os trabalhadores em educação do 3º grau no Acre

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Acre (SINTEST/AC), fundado em março de 1989, com sede em Rio Branco, capital, desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que atuam nas IES do estado.

Desde sua fundação, o SINTEST-AC tem sido uma voz ativa na luta por melhores condições de trabalho, remuneração justa e valorização dos profissionais da educação. O

¹⁶ A entidade na data pesquisada, outubro de 2022, não dispunha de sítio eletrônico em funcionamento. Os dados foram obtidos por meio das redes sociais da entidade.

Sindicato tem se envolvido de forma direta em ações políticas e sociais voltadas para a universidade e para a vida funcional dos servidores.

Ao longo dos anos, o SINTEST-AC tem buscado fortalecer a participação dos trabalhadores em decisões que afetam suas vidas profissionais, utilizando-se de negociações coletivas, mobilizações e diálogos com as autoridades educacionais e governamentais. Tem se empenhado, também, na defesa da autonomia universitária, da qualidade do ensino e da valorização do trabalho docente e técnico-administrativo.

O SINTEST-AC é filiado à FASUBRA Sindical, federação que representa os trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições federais de ensino superior em todo o Brasil. Essa filiação fortalece a atuação do SINTEST-AC, permitindo o compartilhamento de experiências, estratégias e apoio mútuo com outros sindicatos e trabalhadores da área da educação superior.

Em suma, é importante ressaltar que, devido à escassez de informações disponíveis na internet sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau do Acre (SINTEST-AC), foi necessário recorrer a fontes alternativas, como redes sociais e o sítio eletrônico da UFAC, para obter informações sobre a entidade.

4.1.5 SINASEFE/RIO BRANCO: em defesa dos servidores

A história da Seção Sindical dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Rio Branco/AC (SINASEFE/RIO BRANCO) tem início em 18 de setembro de 2012. Nessa data foi realizada uma assembleia geral no Campus Rio Branco que contou com a participação de servidores dos campi Rio Branco, Sena Madureira e Reitoria. (SINASEFE/RIO BRANCO, 2012)

Nessa assembleia, os servidores aprovaram a constituição da Seção Sindical, seguindo as disposições do Estatuto do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal (SINASEFE) estabelecidas nos artigos 8º e 37º, inciso VI da Constituição Federal. A Seção Sindical é a instância organizativa de base da entidade nacional, possuindo autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial.

A SINASEFE/RIO BRANCO (AC) foi criada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. Sua autonomia patrimonial abrange o patrimônio afeto ao Sindicato. A sede jurídica e administrativa da

SINASEFE/RIO BRANCO - AC está localizada no município de Rio Branco, capital do estado, mas sua seção Sindical tem jurisdição em todo o Estado do Acre.

Uma característica importante da SINASEFE/RIO BRANCO é a prática de não distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa. Todos os servidores ativos e inativos do Instituto Federal do Acre, *campi* Rio Branco, Sena Madureira e Reitoria, fazem parte da Seção Sindical (SINASEFE/RIO BRANCO, 2012).

A principal função da SINASEFE/RIO BRANCO (AC) é a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria filiada, incluindo a atuação em questões judiciais ou administrativas. Essa atuação visa garantir melhores condições de trabalho e benefícios para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

4.1.6 ADUFAC: união e luta em defesa dos direitos e interesses dos docentes na UFAC

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Acre (ADUFAC) é uma instância organizativa e deliberativa territorial vinculada ao ANDES-Sindicato Nacional, fundada com o propósito de representar e organizar os docentes da Universidade Federal do Acre (UFAC). A entidade possui autonomia política, administrativa, financeira e patrimonial garantida pelo estatuto do ANDES/SN.

A ADUFAC conta com um regimento próprio, aprovado pela assembleia geral dos docentes a ela vinculados, respeitando os princípios e diretrizes estabelecidas pelo estatuto do ANDES/SN. Esse regimento define as normas e diretrizes internas da ADUFAC, orientando seu funcionamento e a tomada de decisões. (ADUFAC, 2008)

Dentre os princípios que norteiam a ADUFAC, destaca-se o fato de que os cargos diretivos, em todas as instâncias, incluindo o Conselho Fiscal, são exercidos de forma voluntária, sem remuneração. Essa característica reflete o compromisso dos membros da ADUFAC com a causa sindical e a defesa dos interesses dos docentes. (ADUFAC, 2008)

O objetivo básico da ADUFAC é a organização sindical dos docentes da UFAC e de seu Colégio de Aplicação. A filiação à ADUFAC requer a aprovação da proposta de filiação pela diretoria, e os filiados desfrutam das prerrogativas asseguradas pela Constituição Federal, incluindo a representação dos interesses dos filiados ligados à base

territorial, tanto em âmbito judicial quanto extrajudicial. Ela ainda exerce o papel de substituto processual na defesa dos docentes vinculados à sua base territorial (ADUFAC, 2008).

Com base nessas características, a ADUFAC tem desempenhado um papel fundamental na luta pela valorização dos docentes, na defesa de seus direitos e interesses, bem como na promoção de melhorias nas condições de trabalho e ensino na UFAC. Portanto, como entidade representativa dos docentes da Universidade Federal do Acre, contribui para a valorização da categoria e a busca de melhorias nas condições de trabalho e ensino nessa universidade.

4.2 Raízes e desenvolvimento do estado do AMAPÁ

O Amapá tem sua origem social e histórica ligada ao fluxo migratório induzido pela descoberta de ouro e pelo crescimento da exploração da borracha na região Norte do país, processo que fez com que o desenvolvimento do seu território ganhasse intensidade a partir da segunda metade do século XIX.

Em virtude da presença dessas riquezas naturais, uma incursão francesa na região em 1895 acirrou as disputas territoriais. Em 1º de maio de 1900, a Comissão de Arbitragem de Genebra deu posse do território ao Brasil, que foi então incorporado ao estado do Pará com o nome de Araguari. O território federal do Amapá¹⁷ só foi criado em 1943, tornando-se estado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CARNEIRO, 2017).

O estado tem por capital a cidade de Macapá e conta com uma população de 669.526 pessoas, de acordo com o Censo 2010 do IBGE (2010). Faz divisa com o estado do Pará e fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname.

A história da educação no Amapá remonta ao final do século XIX, quando a região era território francês. Os missionários capuchinhos foram os primeiros a criar escolas para a população local. Estabelecendo suas primeiras missões religiosas na região do rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, ali fundaram diversas escolas com o

¹⁷ O território do Amapá, assim como Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguassú, passam a ser territórios confederados por meio do Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.

objetivo de ensinar aos indígenas e caboclos as primeiras letras, bem como a religião católica. (TOLEDO; BARBOZA, 2017)

Somente em 1900 o território passou a ter controle brasileiro, logo, a educação foi incorporada ao sistema nacional de ensino. Em 1946, foi fundado o Grupo Escolar Barão do Rio Branco¹⁸, antigo Grupo Escolar de Macapá, que se tornou o primeiro estabelecimento público de ensino da região. Em 1957, é criada a Universidade Federal do Pará (UFPA)¹⁹, quando são criados os primeiros cursos superiores no então território federal do Amapá. A universidade abriu uma extensão nos anos seguintes, que se transformou em campus, e a partir daí a oferta de cursos de graduação e pós-graduação começou a crescer.

Ao longo das décadas seguintes, o governo do estado investiu em políticas de expansão e melhoria da educação, criando escolas e ampliando a oferta de vagas em todos os níveis de ensino. Hoje, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2019) mostram que o estado do Amapá possui uma taxa de escolarização, de 6 a 14 anos, precisamente de 94,5 %.

Em 2021, conforme informações fornecidas pelo IBGE, os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino obtiveram um IDEB de 4,7, enquanto o ano final do ensino fundamental obteve 3,9. O número de matrículas no ensino fundamental foi de 133.839 e no ensino médio, de 34.129. O número de docentes no ensino fundamental foi de 7.214 e no ensino médio, de 2.391. No total, havia 714 escolas que ofereciam ensino fundamental e 153 escolas que ofereciam ensino médio.

¹⁸ Inaugurado em 1946, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, antigo Grupo Escolar de Macapá, foi a primeira escola em alvenaria de Macapá. O Cine Teatro Territorial, primeiro cinema oficial de Macapá, localizava-se aos fundos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o Jardim de Infância, primeiro do município, funcionou anexado à sua direita. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440366>> Acesso em: 18.abr. 2023.

¹⁹ A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

4.2.1 Informações sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação do estado do AMAPÁ

No estado em questão, existem quatro entidades sindicais que representam diferentes setores da educação: SINSEAPEAP, SINDIFAP, SINDUFAP e o SINDUEAP. Embora as informações sobre essas entidades sejam escassas, é possível identificar seus objetivos e focos de atuação.

O SINSEAPEAP é uma entidade sindical que representa os trabalhadores em educação do estado. Isso inclui professores, diretores, coordenadores, orientadores educacionais, entre outros profissionais que atuam nas escolas da rede pública estadual. O Sindicato tem como objetivo principal defender os interesses desses trabalhadores e lutar por melhorias nas condições de trabalho e na qualidade da educação oferecida à população.

Por sua vez, o SINDIFAP e o SINDUEAP são seções sindicais do ANDES/SN que representam os docentes do ensino superior. O SINDIFAP é a seção sindical da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), enquanto o SINDUEAP representa os docentes da Universidade do Estado do Amapá (UEAP).

Sobre o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP), não tínhamos informações disponíveis, seria necessário realizarmos uma pesquisa presencial para obter dados atualizados. Não encontramos sítio eletrônico com atualização de dados nem documentos relacionados à entidade na internet. Nas consultas ao Google Acadêmico e ao BDTD da CAPES, não obtivemos resultados. Os dados da pesquisa foram obtidos valendo-se do sítio eletrônico das entidades e das redes sociais.

4.2.2 Nota abreviada do SINSEPEAP

No dia 02 de fevereiro de 1952, poucos anos após a criação do Território Federal do Amapá, foi fundada em Macapá a Associação dos Professores Primários do Amapá (APPA)²⁰ por um grupo de docentes. Na época, o Amapá era um território recentemente criado, em 1943, e a educação enfrentava muitos desafios como a falta de recursos e de estrutura adequada para as escolas (DIAS, 2014).

²⁰ As informações sobre a entidade estão disponíveis em: <https://sites.google.com/site/delegaciamicregionalsjp/estatuto-sinsepeap>: Acesso em: 07. nov. 2022.

A APPA teve um papel importante na luta pelos direitos dos professores e na busca por melhorias na educação no estado. Entre as principais reivindicações estavam o aumento salarial, a regulamentação da profissão e a realização de concursos públicos para preenchimento de vagas no magistério. Alguns anos mais tarde, a APPA se transformou em Associação dos Professores do Amapá (APA). A necessidade de organização em sindicato, para granjear poder reivindicatório e capacidade jurídica para impetrar ações judiciais, levou à mudança na natureza jurídica da APA, que passou, em 02 de setembro de 1989, a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Amapá (SINTEAP).

Em 1991, o SINTEAP transformou-se em Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá (SINSEPEAP), passando a congregar, além de professores, os demais servidores públicos em educação atuantes no estado, tanto no funcionalismo federal quanto no estadual e no municipal. Com essa transformação, o Sindicato passou a ter uma atuação mais forte e efetiva na defesa dos interesses dos trabalhadores da educação, promovendo negociações com o governo e outras entidades, além de participar ativamente de movimentos sociais em defesa da educação pública e gratuita.

Desse modo, ao longo dos anos o movimento sindical dos trabalhadores da educação no Amapá passou por diferentes transformações, mas sempre mantendo seus objetivos de representar e defender os interesses dos profissionais que atuam no estado, buscando melhores condições de trabalho e uma educação de qualidade para toda a população.

A entidade é filiada à CUT e à CNTE. A partir dessas filiações, o Sindicato pode participar de negociações e mobilizações em nível nacional, além de ter acesso a informações e estratégias para a defesa dos direitos dos trabalhadores da educação. Trata-se de mais uma estratégia de fortalecimento do movimento sindical dos trabalhadores da educação do Amapá, por possibilitar a atuação em rede que qualifica e amplifica a luta coletiva por melhores condições de trabalho e uma educação pública e de qualidade.

4.2.3 Abordagem genérica do SINDIFAP

A Seção Sindical do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (SINDIFAP)²¹, filiada ao ANDES/SN, foi fundada em 29 de agosto 2011 para atender à necessidade de representatividade e defesa dos direitos dos docentes do Instituto de

²¹ As informações sobre a entidade estão disponíveis em < <https://sindifap7.webnode.page/>> Acesso em: 07. nov. 2022.

Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) – Campus Laranjal do Jari. Em 2013, a SINDIFAP ampliou seu campo de atuação para todo o estado do Amapá.

Na atualidade, a SINDIFAP possui representantes nos dois campi do IFAP, localizados, respectivamente, em Laranjal do Jari e Macapá, e apresenta como missão a defesa dos interesses dos docentes para que tenham condições dignas de trabalho. É filiada à CSP-Conlutas, uma central sindical que reúne diversas entidades de trabalhadores em todo o país e que tem como objetivo a construção de uma luta unificada pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pela transformação da sociedade. A filiação à CSP-Conlutas propicia à SINDIFAP a participação em mobilizações e negociações em âmbito nacional, além de possibilitar a troca de experiências e a construção de ações conjuntas com outras entidades sindicais.

4.2.4 Localização do SINDUEAP

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá (SINDUEAP)²² é a entidade sindical que representa os professores da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), com o objetivo de lutar pelos direitos e interesses dos docentes dessa universidade estadual.

Filiada ao ANDES/SN, trouxe como principal bandeira, entre 2013 e 2014, a luta pela eleição do reitor da Universidade do Estado do Amapá. Entretanto, o governador do estado, passando por cima da comunidade universitária, nomeou como reitor o candidato derrotado no pleito. De todo modo, preconizando a eleição democrática do reitor da UEAP, o SINDUEAP tem se destacado na defesa dos direitos dos professores da universidade, buscando a valorização profissional, a melhoria das condições de trabalho e a equiparação salarial; da mesma forma, a entidade atua na defesa dos direitos dos estudantes da UEAP, buscando garantir o acesso à educação e a melhoria das condições de ensino na universidade.

Em articulação política com outras entidades sindicais e movimentos sociais, o SINDUEAP participa de diversas atividades e mobilizações em defesa da educação pública e de qualidade. Com sua filiação à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-

²² As informações sobre a entidade foram obtidas em consulta ao seu sítio eletrônico disponível <<http://www.sindueap.com.br>> Acesso em: 02. set. 2014. No momento, em novembro de 2022, a entidade não possui sítio eletrônico ativo.

CONLUTAS), que é uma das principais centrais sindicais do país, fortalece seus objetivos de luta pelos direitos dos professores da universidade e se soma às reivindicações de várias outras categorias de trabalhadores.

4.3 Informações básicas sobre o estado do Amazonas

O estado do Amazonas, cujo nome deriva do rio que corta a região, o rio Amazonas, possui uma extensão territorial de 1.559.161,682 km², configurando-se como o maior estado brasileiro em extensão territorial. Com capital na cidade de Manaus, cortada pela linha do Equador, o estado está situado na região mais quente do país, fazendo fronteira com Venezuela, Colômbia e Peru, e divisa com os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Roraima. O nome do estado foi dado pelo capitão espanhol Francisco Orellana em 1541, quando ao descer o rio teria avistado as lendárias mulheres guerreiras, as Amazonas (CAMPOS, 2011). Sua população em dados estimados pelo IBGE²³ é de 4.269.995 pessoas.

A história da educação no Amazonas remonta ao período colonial, quando as primeiras iniciativas de educação formal foram implantadas pelos jesuítas. Em decorrência disso, o processo de construção do sistema educacional no estado só ganhou força a partir do final do século XIX, quando a economia da região começou a se desenvolver. O desenvolvimento do estado, ao longo do século XIX e dos primórdios do XX, esteve ligado às riquezas naturais da região, sobretudo a exploração da borracha.

A partir de 1890, com a exploração da borracha, houve um forte desenvolvimento econômico e financeiro no estado do Amazonas, atraindo grandes investimentos estrangeiros, principalmente ingleses. Isso resultou em grandes transformações na cidade de Manaus, com a construção de novas instalações portuárias, modernização do sistema de navegação, implantação de novos sistemas de transporte urbano e fornecimento de energia elétrica e saneamento básico (FÁVERO, 2000).

Nesse contexto de mudanças, em dezembro de 1906 foi criado o Clube da Guarda Nacional do Amazonas, que tinha como objetivo o desenvolvimento profissional de seus associados, fornecendo-lhes acesso à arte da guerra e à formação militar. Em 10 de

²³ São dados estimados, já que o último censo foi realizado em 2010 e, atualmente, o novo censo encontra-se em andamento. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html> > Acesso em: 08. nov. 2022.

novembro de 1908, o clube criou a Escola Militar Prática do que tinha dois cursos: o preparatório e o superior. Ambos visavam a instrução militar dos oficiais da guarda nacional e outras milícias, bem como a formação de qualquer brasileiro. Cada curso tinha duração de três anos. Seis dias após a criação dessa escola militar, em 16 de novembro de 1908, ela foi transformada em Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, a fim de ter maior amplitude (FÁVERO, 2000). Em 17 de janeiro do ano seguinte, essa Escola livre de instrução militar foi transformada em Escola Universitária Livre de Manaus, oficialmente reconhecida em 8 de outubro de 1909.

Cabe ressaltar que o ensino superior no Brasil teve início em 1808 com a criação de cursos de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia em Salvador, que originou a Faculdade de Medicina da Bahia. Durante o período imperial, outras faculdades foram criadas, e com a República, instituições de ensino superior surgiram em vários estados. A Escola Universitária Livre de Manaus, instituída em 1909 e considerada a primeira universidade brasileira, foi uma iniciativa de particulares que antecedeu a criação da Universidade do Rio de Janeiro, de 1920 (CUNHA, 2007). Posteriormente, três outras universidades surgiram fora do poder central: no Amazonas, em São Paulo e no Paraná.

Todavia, em 1926 a universidade foi fechada, deixando apenas unidades isoladas de ensino superior. Recriada em 1962, por Artur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, em 2002 a universidade é renomeada como Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e passa a fazer parte do sistema nacional. Na atualidade, é uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão que atua em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural (FÁVERO, 2000).

Durante as décadas seguintes, houve avanços significativos na educação do Amazonas, com a criação de escolas técnicas, escolas rurais, escolas de enfermagem e expansão do ensino superior. Isso apesar de momentos de retrocesso, como durante a ditadura civil-militar, quando a educação foi marcada pelo autoritarismo e pela repressão e um forte viés tecnicista.

Na atualidade, o sistema educacional do Amazonas enfrenta desafios como a falta de infraestrutura adequada em muitas escolas, a baixa qualidade do ensino em algumas regiões do estado e a baixa valorização dos professores. Dados estimativos do IBGE de 2021 sobre a rede pública de ensino do Amazonas dão conta de que os anos iniciais do ensino fundamental obtiveram IDEB de 5,3, enquanto os anos finais desse mesmo nível

de ensino obtiveram IDEB de 4,6. O número de matrículas no ensino fundamental foi de 702.763 e no ensino médio, de 211.302. O número de docentes no ensino fundamental foi de 33.399 e no ensino médio foi de 9.986. No total, 4.685 escolas ofereciam ensino fundamental e 487 ofertavam ensino médio.

Esses dados são importantes para avaliar a qualidade da educação no estado do Amazonas e auxiliar na elaboração de políticas públicas para melhorar o ensino e a formação dos alunos na região.

4.3.1 Sindicalismo dos trabalhadores em educação do estado do Amazonas

No estado do Amazonas, localizamos importantes entidades de trabalhadores em educação: a ADUA, que é a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas; o SINTESAM, que é o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do estado do Amazonas; o SINTEAM, que é a entidade que congrega todos os trabalhadores em educação do estado; e a ADUFRA, que é uma seção sindical do ANDES/SN que reúne os docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia. Somando-se às entidades listadas, temos ainda a Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Manaus (SINASEFE/MANAUS) e o Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas (SIND-UEA).

As entidades surgiram em um contexto histórico e político marcado pela luta pela democracia, defesa dos direitos dos trabalhadores e expansão do ensino superior na Região Amazônica. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como vimos anteriormente, o Brasil vivia sob um regime ditatorial civil-militar que reprimia duramente as liberdades democráticas e sindicais. Nesse período, houve uma intensa mobilização da sociedade civil e dos trabalhadores em defesa da democracia, dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas.

Ao mesmo tempo, a região passava por uma série de transformações econômicas e sociais, com a instalação da Zona Franca de Manaus em 1957 e a criação da Universidade do Amazonas em 1962. Esses processos impulsionaram a necessidade de se criar entidades representativas dos trabalhadores e docentes da área da educação, a fim de garantir melhores condições de trabalho, salários e benefícios, bem como defender a expansão do ensino superior na região amazônica.

Apesar de serem entidades de grande relevância na área da educação, informações detalhadas sobre elas são escassas. Uma pesquisa realizada no catálogo de dissertações e teses da CAPES não encontrou resultados.

4.3.2 A criação da ADUA

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) foi fundada em 1979, em Manaus, com o propósito de representar e defender os interesses da categoria docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Em 1990, transformou-se em Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), como consta em seu regimento:

Art. 1º – A ADUA (Associação dos Docentes da Fundação Universidade do Amazonas), fundada em 28 de outubro de 1979, em Manaus - Amazonas, como Pessoa Jurídica de Direito Privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, transforma-se a partir da Assembleia Geral Permanente, instalada em 22 de novembro de 1990, em ADUA–Seção Sindical do ANDES–Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, para fins de defesa e representação dos docentes da UFAM, por prazo indeterminado.

§ 1º – A ADUA–Seção Sindical goza de autonomia política, administrativa e financeira garantida por este Regimento e pelo Estatuto do ANDES–Sindicato Nacional. (ADUA, 1991, p.1)

Desde os seus primeiros anos de existência, a ADUA²⁴ participa de diversas greves nacionais empreendidas pelo Sindicato Nacional, inclusive em conjunto com outras associações de docentes. Na greve de 1989, houve perda do período letivo, enquanto na greve de 2001, considerada uma das maiores da história do movimento docente, houve uma grande mobilização da categoria docente. Com isso, na greve de 2003, que ocorreu contra a reforma da previdência do governo Lula, a adesão dos professores foi reduzida em virtude das políticas neoliberais inseridas no serviço público, especialmente na universidade pública brasileira.

Em 2012, a ADUA foi uma das primeiras seções sindicais do ANDES/SN a deflagrar a maior greve da história das instituições públicas de ensino superior, que durou 120 dias. A mobilização visava a defesa da educação pública de qualidade, da carreira docente e de melhores condições de trabalho na universidade. Embora a greve tenha sido

²⁴ Informação consultada no sítio eletrônico da ADUA. Disponível em:<
<https://www.adua.org.br/frame.php?pagina=textos.php&DESTINO=Quem%20Somos#localizador>>
Acesso: 01.mai. 2023.

suspensa em setembro do mesmo ano, a categoria docente continuou vigilante no combate às tentativas de retirada de direitos desses trabalhadores por parte do governo e à precarização das instituições públicas.

4.3.3 Origem do SINTESAM

O Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (SINTESAM) foi fundado em 08 de fevereiro de 1991, em Manaus (AM), constituindo-se como organização representativa da categoria profissional dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas vinculados às instituições de ensino superior do estado do Amazonas, com base territorial no estado, como consta em seu estatuto:

Art. 1. O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS - SINTESAM, fundado em 08 de fevereiro de 1991, inscrito no CNPJ sob o nº 63.656.433/0001-10, é uma organização sindical representativa da categoria profissional dos (as) trabalhadores (as) ativos (as), aposentados (as) e pensionistas vinculados (as) às Instituições de Ensino Superior do Estado do Amazonas, com base territorial no estado do Amazonas, com sede e foro na cidade de Manaus, à Rua Francisco José Furtado n. 9, Bairro São Francisco, CEP 69079-200, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação vigente.

Art. 2 - O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS - SINTESAM é uma entidade jurídica de direito privado, de natureza e fins não lucrativos, com duração indeterminada, com autonomia política, patrimonial e financeira; e tem personalidade jurídica distinta dos membros da Coordenação Executiva e demais sindicalizados (as), que não respondem ativa, passiva, subsidiária ou solidariamente pelas obrigações por eles assumidas, sendo representado ativa e passivamente, em juízo ou fora dele pela sua Coordenação Geral, que poderá constituir mandatários na forma prevista neste Estatuto (SINTESAM, 2019, p.1).

O SINTESAM é uma instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia política, patrimonial e financeira. A Coordenação Executiva e os sindicalizados não respondem por obrigações assumidas pelo Sindicato, que é representado pela Coordenação Geral e pode constituir mandatários de acordo com o Estatuto.

Sua luta advém de um contexto histórico em que a organização sindical estava proibida, durante a ditadura civil-militar. Com o fim desse período e a redemocratização do país, a nova Constituição permitiu a criação de sindicatos novamente. Inicialmente, dentro das universidades, surgiram associações com foco em atividades sociais e de lazer.

A luta começou a ganhar força nas associações e, posteriormente, foi fundado o SINTESAM²⁵, com maior foco na atuação política e jurídica.

O objetivo do sindicato é lutar pelos direitos e interesses da categoria profissional dos trabalhadores do ensino superior do estado do Amazonas. A entidade busca melhorias nas condições de trabalho, melhores salários e benefícios, bem como na qualidade do ensino e da pesquisa nas instituições de ensino superior do estado; atua também na defesa da educação pública e gratuita e na promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação.

O SINTESAM continua atuando na defesa dos direitos dos trabalhadores em geral, com foco na categoria que representa. De acordo com informação consultada no sítio eletrônico do Sindicato em 2023, Francisco Viana, um dos fundadores da entidade e atual Coordenador Geral, relata que sua criação foi a melhor decisão tomada, pois até hoje os benefícios conquistados não vieram por iniciativa dos governos, mas, sim, se valendo da luta dos trabalhadores. O Sindicato é a principal ferramenta, dentro das universidades do Amazonas, na luta pelos direitos dos trabalhadores dessas instituições.

4.3.4 Ciência do SINTEAM

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM) apresenta-se como fruto do esforço coletivo da categoria que, em suas lutas diárias, nas escolas e nas ruas, sentiu necessidade de construir um instrumento capaz de organizar e de ampliar sua intervenção política.

Nascido como Associação Profissional dos Professores de Manaus (APPM)²⁶, transformou-se em SINPRO, abrigando somente professores universitários da rede particular de ensino. Para atender aos professores das redes municipal e estadual, foi criada, em 1979, a Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM), transformada, em 1989, em Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas (SINTEAM).

²⁵ Informação consulta no sítio eletrônico do SINTESAM. Disponível em: <<https://www.sintesam.org.br>> Acesso em: 01 maio 2023.

²⁶ Dados disponíveis no sítio eletrônico da entidade. Disponível em: <<http://sinteam.org.br/?u=historia>> Acesso em: 15.nov. 2022.

Em seu estatuto²⁷, apresenta como prerrogativas não apenas a defesa dos interesses da categoria, mas a solidariedade a outras categorias da classe trabalhadora, com um item destinado exclusivamente ao apoio às lutas pela reforma agrária contra o latifúndio. A entidade é filiada à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

4.3.5 Fundação da ADUFRA

A Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia (ADUFRA-SSIND) foi fundada em 30 de setembro de 1977. Surgiu a partir da necessidade dos docentes da instituição de se organizarem para lutar por seus direitos e pela valorização da carreira docente.

A criação da ADUFRA-SSIND ocorreu em um contexto histórico de efervescência política e social no país, com a luta pela redemocratização e por melhores condições de vida e trabalho para a população. Nesse contexto, os professores da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) sentiam-se desvalorizados e com pouca representatividade frente à administração da universidade. Diante desse quadro, os docentes se organizaram e fundaram a ADUFRA-SSIND, que se tornou a entidade representativa da categoria na universidade.

Ao longo de sua história, a ADUFRA-SSIND tem desempenhado um papel importante na defesa dos direitos dos docentes da UFRA, promovendo mobilizações, greves e outras formas de luta para conquistar avanços na carreira docente e na universidade como um todo. A entidade tem participado ativamente de debates e discussões sobre temas relevantes para a educação e para a sociedade como um todo, como a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, a luta contra a privatização da educação e a valorização da pesquisa e da extensão universitárias.

Em 10 de setembro de 2009, a Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia (ADUFRA-SSIND) se constituiu como seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), passando a utilizar a sigla ADUFRA-SSIND. Essa transformação ocorreu a partir de uma Assembleia Geral Extraordinária dos Docentes vinculados à UFRA (ADUFRA-SSIND - ESTATUTO,

²⁷ Dados disponíveis no site eletrônico da entidade. Disponível em: <http://www.sinteam.org.br/ohs/data/docs/1/Estatuto_Sinteam_2014_pdf.pdf> Acesso em: 15.nov. 2022.

2021). Com essa mudança, a ADUFRA-SSIND passou a ter o reconhecimento legal como sindicato e representante legítimo dos docentes da universidade. Sua sede e foro ficam localizados na cidade de Belém, capital do estado do Pará.

A partir de então, a ADUFRA-SSIND passou a atuar como entidade representativa da categoria docente da UFRA, tendo como objetivo principal a defesa dos interesses dos professores e a valorização da carreira docente, valendo-se da promoção de ações e atividades que visem melhorias nas condições de trabalho, salários, formação e qualificação profissional.

Desde a sua constituição como seção sindical do ANDES/SN, a ADUFRA-SSIND passou a integrar uma rede nacional de sindicatos que representam os docentes das instituições de ensino superior do país. De tal forma que a entidade passou a contar com maior representatividade e articulação política em nível nacional, fortalecendo sua luta pela defesa da universidade pública e pela valorização da carreira docente em todo o país.

Em síntese, a ADUFRA-SSIND é uma entidade importante na defesa dos interesses dos docentes da UFRA e na luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento do estado.

4.3.6 Existência do SINASEFE/MANAUS

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Manaus (SINASEFE/MANAUS)²⁸ foi fundada em 24 de setembro de 1992, com o propósito de representar os servidores das instituições federais de ensino da educação básica e profissional localizadas na cidade de Manaus, AM. Essas instituições incluíam a antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus-AM (EAFM), o Centro Federal de Tecnologia (CEFET) e as Unidades de Educação Descentralizadas (UNEDS) do Distrito Industrial (município de Coari-AM) e São Gabriel da Cachoeira-AM (SINASEFE, 2023).

Essas instituições de ensino foram integradas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), abrangendo todo o território do estado. Além das instituições mencionadas, o IFAM está em processo de implantação dos *campi*

²⁸ SINASEFE. Seção Sindical de Manaus-Am do SINASEFE. Disponível em: <<https://sinasefe.org.br/memoria/2011/06/21/manaus-am/inserir>>. Acesso em: 3 de junho de 2023.

Presidente Figueiredo, Maués, Parintins, Lábrea e Tabatinga, ampliando a atuação do SINASEFE/Seção Manaus-AM.

A Seção Sindical de Manaus (AM) do SINASEFE desempenha um papel importante na defesa dos interesses dos servidores da educação básica e profissional, buscando melhores condições de trabalho, valorização profissional e qualidade da educação oferecida. Igualmente, o Sindicato promove a união e a participação ativa dos seus filiados, visando fortalecer a luta coletiva por direitos e garantias.

4.3.7 A trajetória do SIND-UEA

O Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas (SIND-UEA)²⁹ registrou a sua fundação em 17 de abril de 2007, durante uma assembleia convocada pelo ANDES-Sindicato Nacional, representado pelo Vice-Presidente da Regional Norte I, Prof. Antônio Jacob Paiva da Silva, e pela Prof.^a Maria das Graças Barreto. Nesse momento, foi aprovado o regimento de criação do SIND-UEA pelos professores da UEA, que na época eram contratados em regime temporário de trabalho.

A primeira gestão do sindicato, liderada pelo Prof. Carlos Sandro Albuquerque, teve como principal objetivo a constituição legal do SIND-UEA e a luta pela realização dos primeiros concursos públicos para o cargo de professor do magistério superior da UEA. Durante a segunda gestão, sob a liderança do Prof. Ricardo Serudo, as primeiras unidades acadêmicas da UEA realizaram concursos públicos para professores efetivos, o que trouxe um fortalecimento significativo ao sindicato.

Nesse período, o SIND-UEA atuou em prol de um novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos docentes da UEA, bem como pela democratização da universidade, com a realização de eleições para cargos de coordenação, direção e reitoria. Em setembro de 2011, uma lei foi aprovada trazendo avanços para a categoria como o fim da gratificação de fidelização e o pagamento da Gratificação de Produtividade Acadêmica, que precisava ser regulamentada. A terceira gestão, liderada pela Profa. Márcia Medina empenhou-se na luta pelo pagamento do adicional noturno e pela regulamentação da

²⁹ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da SIND-UEA. Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www.sinduea.org/historia/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

Gratificação de Produtividade Acadêmica, conforme previsto na Constituição do estado do Amazonas.

A quarta e atual gestão, autodenominada de “Autonomia Sindical”, teve início em 2015, com a Profa. Lúcia Puga como presidente e o Prof. Roberto Mubarac como vice-presidente. Nesse período, foram tomadas iniciativas para interiorizar as ações do Sindicato, estabelecendo diálogo com os docentes dos centros de estudos superiores de Itacoatiara, Parintins, Tefé e Tabatinga. Adicionalmente, houve ampliação da estrutura do SIND-UEA, visando aprimorar o atendimento aos docentes sindicalizados, bem como o enfrentamento da crise política e econômica.

Ao longo de sua história, o SIND-UEA tem desempenhado um papel importante na defesa dos direitos dos docentes da Universidade do Estado do Amazonas, conquistando avanços significativos e promovendo melhorias na qualidade do ensino.

4.4 Características do estado do Pará

O estado do Pará³⁰ tem uma extensão territorial de 1.245.870,700km² e população estimada de 8.777.124 pessoas, conforme dados do IBGE de 2021. Sua capital é Belém e o estado faz divisa com Amapá, Roraima, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e fronteira com Suriname e Guiana, no extremo norte. O povoamento na região é considerado baixo, uma vez que o estado é o segundo maior do país em extensão territorial, com uma densidade demográfica de 6,07hab/km² IBGE (2010).

No estado do Pará, a situação educacional revela dados significativos para o ano de 2021, conforme informações estimadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, o IDEB foi de 4,8, enquanto para os anos finais foi de 4,3. O número de matrículas no ensino fundamental foi de 1.389.983, e no ensino médio, de 391.603. Em relação aos docentes, havia 58.873 no ensino fundamental e 15.367 no ensino médio. Já o número de estabelecimentos de ensino fundamental contava com 9.168 escolas, e os estabelecimentos de ensino médio somavam 866 escolas.

As informações apresentadas são importantes para avaliar a qualidade da educação no estado do Pará e identificar possíveis áreas de melhoria. Apesar de o IDEB

³⁰ Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa> > Acesso em: 08. nov. 2022.

para os anos finais do ensino fundamental estar abaixo da média nacional, é possível perceber muitas matrículas no ensino fundamental, indicando uma ampla oferta de ensino na região. Igualmente, o número de docentes é significativo, o que pode ser um fator positivo para o desenvolvimento da educação no estado.

Cumprе salientar que é importante que o estado do Pará continue investindo em políticas públicas e ações que visem à melhoria da educação, tanto em relação à formação dos docentes quanto à infraestrutura das escolas e à qualidade do ensino oferecido. Desse modo será possível garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes do estado do Pará.

4.4.1 Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado do Pará

O estado do Pará é palco de uma grande diversidade de entidades sindicais que representam os trabalhadores em educação. Entre as cinco organizações presentes no estado, destaca-se o SINTEPP/PA, que representa todos os trabalhadores em educação pertencentes às redes estadual e municipais de ensino.

A criação do SINTEPP/PA remonta à década de 1980, período em que o Brasil passava por profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Naquele momento, o país estava sob um regime civil-militar que controlava todos os aspectos da vida política e social do país. As entidades sindicais eram duramente reprimidas e muitas vezes proibidas de atuar livremente. Foi somente após o processo de redemocratização do país, iniciado no final da década de 1980, que as entidades sindicais puderam atuar livremente e lutar pelos direitos dos trabalhadores em educação. Nesse contexto, o SINTEPP/PA foi criado com o objetivo de unificar a luta dos trabalhadores em educação do estado do Pará, que até então estavam fragmentados em diversas entidades menores.

Outra entidade importante é o SINPRO/PA, que congrega os professores da rede particular de ensino, oferecendo suporte e representatividade para essa categoria de trabalhadores. A criação do SINPRO/PA se deu em um contexto mais específico, relacionado à expansão do ensino particular no país. Com a crescente demanda por ensino privado, especialmente na década de 1990, os professores que atuavam nesse setor passaram a se organizar em entidades sindicais próprias, como forma de garantir os seus direitos profissionais e melhores condições de trabalho.

Existem três seções do ANDES/SN no estado, sendo elas a ADUFPA, a SINDUFOPA e a SINDUNIFESSPA. Essas organizações são responsáveis por representar os docentes das universidades públicas da região, garantindo a defesa dos direitos e interesses desses profissionais. A criação foi motivada pela necessidade de defesa desses direitos num momento de grandes mudanças na política educacional do país. Isso porque, na década de 1990, houve uma forte pressão pela privatização do ensino superior, o que gerou um clima de insegurança e instabilidade para os docentes das universidades públicas. A criação das entidades, portanto, foi uma forma de resistir a essas mudanças e garantir a qualidade e a relevância da educação pública.

Por fim, temos o SINPROIFES/PA, que representa os docentes dos municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Bragança e Cametá; o SINDTIFES/PA, que representa os trabalhadores em educação das instituições federais de ensino superior do estado do Pará, a Seção Sindical do Instituto Federal do Pará (IFPA), da Escola Tenente Rêgo Barros (ETRB), do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar/PA (CIABA) (SINASEFE/PA) e da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará (SINDUEPA-UEPA).

Em conclusão, as entidades sindicais surgiram em momentos de grandes transformações políticas, sociais e econômicas no país e no estado do Pará, com o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores em educação e garantir melhores condições de trabalho, além de lutar pela qualidade da educação em todas as esferas.

4.4.2 Histórico da ADUFPA

Em 18 de maio de 1979, foi criada a Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), quando um grupo de quarenta e oito docentes se reuniu, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros estados, para discutir a importância de organizar uma entidade que defendesse os direitos dos professores e lutasse pela democracia no interior da universidade (MARQUES et al., 2021). Em 1981, ajudou na fundação da ANDES, e em 1988, do ANDES/SN, mesmo ano em que a ADUFPA se tornou sua seção sindical. Na atualidade, a entidade pertence ao CSP-CONLUTAS, porém, fez parte da construção da CUT (MARQUES et al., 2021).

A entidade acumula mais de quatro décadas de luta e desempenhou um papel essencial na elaboração do texto sobre educação incorporado à Constituição Federal atual.

Portanto, sua perspectiva sobre educação difere substancialmente das premissas neoliberais, que encaram a educação como mercadoria. Em vez disso, a entidade defende a visão da educação como responsabilidade do Estado e direito universal.

Com a retomada da democracia no país, a Constituição de 1988 surgiu como um instrumento jurídico para legislar sobre a educação, já que antes disso ela era algo

restrito àqueles que podiam pagar ou que comprovassem carência de recursos. O próprio conceito de escolarização obrigatória foi ampliado e o dever se tornou mais claro, explícito e abrangente, pois embora a garantia de uma vaga na escola pública pudesse estar pressuposto nas Constituições de 1934 e 1946, o texto de 1988 explicitou para o cidadão uma ferramenta jurídica para o seu cumprimento. A árdua luta que culminou com a inclusão de avanços significativos no texto sobre a Educação da nova Constituição brasileira faz parte da história da Associação de Docentes da UFPA (ADUFPA) e Associação Nacional de Docentes da Educação Superior (ANDES/SN). A concepção de educação defendida por ambos os sindicatos, é que esta “deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado” (ADUFPA, 2021.p.5).

A ADUFPA também exerceu papel fundamental na elaboração da LDB de 1996 e do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, firmando o seu compromisso como uma entidade que esteve sempre na luta em defesa da carreira da categoria e em oposição a medidas retrógradas que atacam a autonomia universitária e a qualidade de ensino. Ao longo dos últimos anos, a entidade atuou com mobilizações e greves em defesa da educação e das universidades públicas.

A entidade publica a revista Reexistimos, disponível em seu sítio eletrônico, a partir de 2021, na atualidade com duas publicações.

4.4.3 Raiz da SINDUFOPA

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei Federal nº 12.085, de 05 de novembro de 2009. No ano seguinte, a partir de um grupo docente que buscava superar o autoritarismo e a burocracia nas relações universitárias, nasceu a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Para (SINDUFOPA). A seção está vinculada ao ANDES/SN e é filiada à CSP-CONLUTAS.

A criação do sindicato se deu devido à falta de diálogo e de uma política democrática por parte da administração *pró-tempore* da UFOPA que pouco refletia os

valores éticos que fundamentam a humanidade e o projeto que fundamenta a construção de uma instituição universitária. Essa prática autoritária gerou um crescente inconformismo da categoria, que buscou esferas legais que propiciassem aos professores o fortalecimento de suas lutas históricas e a formação de um espaço de resistência a todas as práticas autoritárias. A única esfera existente naquele momento era a ADUFPA, que resguardava apenas os “antigos” professores remanescentes da extinta UFPA (*campi* Santarém e Oriximiná) e UFRA (*campus* Santarém). A criação da Comissão Pró-ADUFOPA contou com a participação de professores “novos” e “antigos” que trabalhavam há muito tempo pela organização sindical da categoria na instituição (SINDUFOPA, 2010).

O SINDUFOPA representa uma conquista importante para os professores da universidade, permitindo que eles fortaleçam suas lutas históricas e defendam seus direitos de forma mais efetiva. A seção está vinculada ao ANDES/SN e é filiada à CSP-CONLUTAS.

As informações sobre a entidade são escassas. Encontramos apenas um blog com última atualização em 2010, não havendo um sítio eletrônico oficial da entidade.

4.4.4 Apontamentos sobre a SINDUNIFESSPA

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (SINDUNIFESSPA) foi criada em 2014, pouco depois da instalação da própria universidade, que fora criada em 06 de junho de 2013 pela Lei Federal nº 12.824³¹.

A ideia de formar um sindicato próprio dos docentes da UNIFESSPA surgiu no final de 2013, em meio a diversas questões trabalhistas que precisavam ser resolvidas. Inicialmente, o SINDUNIFESSPA contou com o apoio da Associação dos Docentes da UFPA (ADUFPA) e de outros sindicatos da região, que auxiliaram na formação da entidade e na elaboração do seu estatuto. No dia 29 de março de 2014, foi realizada a

³¹ Como descrito na referida Lei, em seu Art. 1º: “fica criada a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Parágrafo único. A UNIFESSPA, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, terá sede e foro no Município de Marabá, Estado do Pará” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112824.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.824%2C%20DE%205,UFPA%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.> Acesso em: 17.nov. 2022.

assembleia de fundação do sindicato, que contou com a presença de cerca de 50 docentes da UNIFESSPA.

A partir desse momento, o SINDUNIFESSPA passou a atuar em defesa dos direitos dos docentes da UNIFESSPA: luta por melhores condições de trabalho, valorização salarial, planos de carreira, entre outros temas. O Sindicato também se engajou em diversas lutas sociais e políticas da região como a defesa da educação pública, a luta contra a mineração predatória e a defesa dos direitos indígenas.

O Sindicato em questão é afiliado ao ANDES/SN e à CSP-Conlutas. Contudo, é importante mencionar que a entidade não dispõe de um *website* oficial, o que dificulta o acesso a informações detalhadas sobre sua história e trajetória. Nos dias atuais, as principais fontes de informação disponíveis são as redes sociais do Sindicato, onde podem ser encontradas algumas informações sobre suas atividades, posicionamentos e eventos.

4.4.5 Visão abreviada do SINPRO/PA

O Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará (SINPRO/PA) tem suas origens mais remotas no ano de 1952, quando se estabeleceu como associação de professores. Após todo um trabalho de organização, já em 1959 transformou-se em Sindicato dos Professores no Ensino Secundário e Primário de Belém.

Em 2008, recebeu a denominação de Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará, de acordo com a reformulação do seu Estatuto Social. Conforme reza esse documento³², o SINPRO/PA agrega todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica e superior atuantes na rede particular de ensino, constituindo uma categoria profissional diferenciada na forma da legislação em vigor. Mantém filiação à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Rondônia e do Distrito Federal (FATRAEEP/Centro-Norte), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

³² Disponível em < <http://www.sinpro-pa.org.br/sinpro2020/index.php/o-sinpro-pa/estatuto>> Acesso em: 15.nov. 2022.

4.4.6 Informe conciso do SINTEPP/PA

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP/PA) tem uma história marcada por lutas e mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação no estado do Pará.

A entidade pioneira que deu origem ao SINTEPP/PA remonta à época da ditadura civil-militar. Em meio às adversidades e pressões enfrentadas durante esse período, foi constituída a Associação dos Professores do Estado do Pará (APEPA). Apesar das dificuldades, a APEPA se manteve mobilizada e ativa na defesa dos interesses dos docentes e demais profissionais da educação.

Com a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu garantias e direitos fundamentais para os trabalhadores, incluindo o direito à livre associação sindical, os funcionários públicos puderam se organizar em sindicatos. Nesse contexto, em 1989 foi fundado o SINTEPP/PA, uma importante conquista para os trabalhadores em educação do Pará (OLIVEIRA, 2019). O SINTEPP/PA surge como entidade representativa dos trabalhadores em educação pública do estado, com o objetivo de defender seus direitos, melhorar as condições de trabalho e lutar por uma educação de qualidade. Desde a sua criação, o Sindicato tem desempenhado um papel fundamental na articulação e mobilização da categoria, buscando garantir a valorização profissional, melhores salários, condições dignas de trabalho e os interesses dos profissionais da educação.

Conforme consta em seu Estatuto³³, a entidade representa todos os trabalhadores em educação pertencentes às redes estadual e municipais de ensino. Ele é responsável por coordenar as diferentes subunidades presentes em diversos municípios paraenses. Desde 1983, o SINTEPP é afiliado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Naquele ano, a entidade se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas em 2008 a sua base decidiu desfiliar-se.

4.4.7 O SINPROIFES/PA: representando e fortalecendo os professores das instituições federais de ensino superior do Pará

O Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de Ananindeua, Abaetetuba, Belém, Bragança e Cametá (SINPROIFES/PA)

³³ Disponível em: < <http://sintepemigarapemiri.blogspot.com/p/estatuto.html> > Acesso em: 15.nov. 2022.

é uma entidade sindical que representa os professores das instituições federais de ensino superior localizadas nessas regiões do estado do Pará. O Sindicato é filiado ao PROIFES-Federação, entidade que congrega os sindicatos de docentes das instituições federais de ensino superior em todo o país.

O SINPROIFES/PA tem como objetivo principal a defesa dos interesses e direitos dos professores das instituições federais de ensino superior, buscando melhores condições de trabalho, remuneração adequada, valorização profissional e qualidade na educação. Adicionalmente, atua na luta pela democratização das instituições de ensino, garantia da autonomia universitária e ampliação do acesso e permanência de estudantes no ensino superior público (SINDPROIFES/PA, 2023).

A entidade é filiada ao PROIFES-Federação, passando a integrar uma rede nacional de sindicatos de docentes, o que amplia sua capacidade de atuação e representatividade. A filiação à PROIFES-Federação possibilita a participação em negociações coletivas de âmbito nacional, visando a conquista de melhorias para os professores das instituições federais de ensino superior em todo o país.

4.4.8 SINDTIFES-PA representante dos servidores técnicos-administrativos em educação das instituições federais de ensino superior do Pará

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará (SINDTIFES/PA) é uma entidade sindical que representa os servidores da carreira técnica-administrativa de educação (TAE) das instituições federais de ensino superior situadas no estado do Pará.

Os servidores compreendidos na base de representação do SINDTIFES/PA incluem aqueles da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), empregados públicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e empregados privados das fundações de apoio: FADESP e FUNPEA, incluindo ativos, aposentados e pensionistas dessas instituições (SINDTIFES/PA, 2016).

Fundado em 21 de agosto de 2008, o SINDTIFES/PA foi precedido pelo Sindicato dos Trabalhadores da UFPA (SINTUFPA), instituição fundada em 21 de outubro de 1971 como Associação dos Servidores da Universidade Federal do Pará. Em outubro de 1995,

por deliberação do III CONSINTUFPA, tornou-se um sindicato e, posteriormente, nos anos de 2001 e 2004, nos IV e VI CONSINTUFPA, ocorridos em 06 de dezembro de 2001 e de 05 a 07 de maio de 2004, respectivamente, foram realizadas assembleias para fortalecer e organizar o Sindicato (SINDTIFES/PA, 2016).

As prerrogativas do SINDTIFES/PA incluem a representação e substituição processual da categoria dos trabalhadores em educação das instituições públicas federais de ensino do Pará, tanto em demandas judiciais quanto extrajudiciais, a celebração de convenções e acordos coletivos, a eleição ou designação de representantes da categoria, a criação de seções sindicais nas instituições e empresas contratadas situadas na base territorial do sindicato, além da promoção de eventos, cursos de formação e da participação em atividades de outras instituições afins.

O Sindicato busca manter relações com outras associações e sindicatos de categorias profissionais, organizações não governamentais e a entidades sindicais de caráter federativo nacional e internacional, conforme aprovado em assembleia geral (SINDTIFES/PA, 2016).

O SINDTIFES/PA tem como princípios lutar pela solidariedade entre os povos, pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pela justiça social, pelos direitos fundamentais do ser humano e contra todas as formas de exploração e opressão.

4.4.9 SINASEFE/PA: origem e presença social

A Seção Sindical do Instituto Federal do Pará (IFPA), Escola Tenente Rêgo Barros (ETRB) e Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar/PA (CIABA) (SINASEFE/PA) foi fundada em 24 de novembro de 1989, com sede jurídica e administrativa na cidade de Belém-PA e jurisdição em todo o estado do Pará (SINASEFE/PA, 2021).

É uma organização que tem como princípios a defesa dos servidores da educação em relação ao Estado, bem como a garantia da democracia interna e da liberdade de expressão. O Sindicato solidariza-se com outros movimentos da classe trabalhadora e defende o princípio político e social das instituições federais de ensino serem públicas, gratuitas, laicas e de qualidade para o conjunto da população.

No que diz respeito aos compromissos, o SINASEFE/PA se empenha em desenvolver, organizar e apoiar ações que visem a melhoria das condições de vida e trabalho dos servidores da educação e busca a unificação internacional da classe

trabalhadora para construir uma sociedade mais justa (SINASEFE/2021). O SINASEFE/PA combate pelos direitos e interesses dos servidores, promovendo atos democráticos, formação política e sindical, e estabelecendo ações de interesse do conjunto da classe trabalhadora.

4.4.10 SINDUEPA: defendendo os direitos e valorizando o ensino público

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Pará (UEPA) (SINDUEPA) foi fundada em 19 de dezembro de 2000 como Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional. O Sindicato é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos e com duração indeterminada. Sua sede, administração e foro estão localizados na cidade de Belém, no estado do Pará.

Desde sua fundação, a história do SINDUEPA tem sido marcada por diferentes momentos de sua trajetória (SINDUEPA, 2008), mantendo sua principal missão que é de representar os interesses dos docentes da UEPA. Esse grupo é composto de professores que exercem cargos/funções de ensino, pesquisa e/ou extensão nos *campi* da universidade, estendendo sua atuação aos docentes não estáveis, aposentados e em disponibilidade.

Dentre suas finalidades, destaca-se a busca por autonomia em relação à estrutura administrativa da UEPA e de outros órgãos públicos ou privados. O Sindicato tem como objetivo defender e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico regional e nacional, promovendo o intercâmbio entre docentes, técnicos, funcionários administrativos e estudantes (SINDUEPA, 2008).

O SINDUEPA se posiciona perante os problemas gerais e específicos da vida universitária, buscando equacionar as relações ensino, pesquisa e extensão e sociedade em geral, bem como as relações da universidade com o Estado. O Sindicato valoriza a construção de parcerias e vínculos com outras associações e sindicatos congêneres, tanto no ensino público quanto no privado, desde que estejam alinhados com os princípios e interesses dos trabalhadores.

A história do SINDUEPA é marcada por sua atuação constante na defesa dos direitos dos docentes, na promoção de ações democráticas e na formação política e sindical; busca sempre a melhoria das condições de trabalho e vida dos professores, além de lutar pela valorização do ensino público, gratuito, laico e de qualidade.

4.5 Nota explicativa do estado de Rondônia

A formação do território de Rondônia possui relações com a divisão de terras nos estados do Amazonas e do Mato Grosso. Em 1943, o primeiro nome dado ao estado foi a de Território de Guaporé³⁴, porém, em 1956, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon³⁵, a localidade recebeu o nome Rondônia e sua capital passou a ser Porto Velho.

O estado de Rondônia³⁶ tem uma extensão territorial de 237.765,347km² e uma população estimada de 1.815.278 pessoas, conforme o IBGE (2021). Faz divisa com Mato Grosso, Amazonas e Acre, e fronteira com a Bolívia. O desenvolvimento do estado acompanhou a exploração de borracha e riquezas naturais da região.

Segundo os dados mais recentes do IDEB divulgados em 2021 e os dados estimados do IBGE, o estado alcançou a média de 5,3 nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública, e de 4,8 nos anos finais do mesmo ciclo. Em 2021, o número de matrículas no ensino fundamental chegou a 244.815, e no ensino médio, a 69.117 matrículas. O estado conta com 10.519 docentes no ensino fundamental e 3.821 no ensino médio. Em relação aos estabelecimentos de ensino, Rondônia possui 954 escolas de ensino fundamental e 249 escolas de ensino médio em 2021.

4.5.1 Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Rondônia

No estado de Rondônia, localizamos algumas entidades sindicais que representam os trabalhadores em educação. Entre elas, destacam-se o SINPRO/RO, SINTEEP/RO, SINTERO, SINPROF/RO, ADUNIR, SINTUNIR e as seções sindicais do SINASEFE de Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena e Porto Velho.

O SINPRO/RO representa os professores das instituições de ensino superior em todo o estado. Em 2021, o SINTEEP/RO anunciou uma fusão com o SINPRO/RO em suas redes sociais, porém, não há informações concretas sobre esse processo. O SINTERO é o sindicato que representa os trabalhadores em educação de Rondônia,

³⁴ Por meio do Decreto-Lei Nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, são criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm > Acesso em: 17. nov. 2022.

³⁵ Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, oficial do Exército brasileiro no período de 1881 a 1930. Apoiou o projeto de Estado relacionado com a missão civilizadora dos grupos indígenas no Norte e Centro-Oeste do Brasil (RODRIGUES, 2017).

³⁶Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama> > Acesso em: 15.nov. 2022.

desempenhando um papel fundamental na luta pelos direitos e pela melhoria das condições de trabalho desses profissionais. A ADUNIR representa os docentes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), buscando defender os interesses dos professores universitários e melhorar as condições de ensino e pesquisa na instituição. O SINPROF/RO é uma entidade sindical que representa os professores do ensino fundamental e médio da rede pública de Rondônia; fundado em 14 de dezembro de 2009, é a entidade mais recente entre as que representam os trabalhadores em educação no estado. Por fim, o SINTUNIR representa os trabalhadores em educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Não localizamos informações disponíveis sobre a SINASEFE/COLORADO DO OESTE, SINASEFE/JI-PARANÁ, SINASEFE/PIMENTABUENO e SINASEFE/VILHENA, uma vez que não foram encontrados sítios eletrônicos nem documentos relacionados a essas entidades na internet, sendo necessário o estabelecimento de consultas presenciais para serem produzidos dados atualizados.

As entidades sindicais desempenham um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação. Por essa razão, ao pesquisar no catálogo de dissertações e teses da CAPES e no BDTD, constatou-se a escassez de estudos sobre o papel dessas organizações na sociedade rondoniense.

Obtivemos informações abrangentes sobre o SINTERO. Em contraste, não encontramos estudos acadêmicos que abordem o papel das outras entidades sindicais que representam os trabalhadores em educação em Rondônia. As informações sobre essas organizações foram obtidas diretamente de seus sítios eletrônicos e redes sociais. Isso ressalta a importância dessas plataformas de comunicação na divulgação das ações e reivindicações dos sindicatos em prol dos trabalhadores em educação.

Em resumo, é fundamental reconhecer a relevância das entidades sindicais na defesa dos direitos dos profissionais da educação e na busca por melhores condições de trabalho e de vida. A falta de estudos acadêmicos sobre esse tema destaca a necessidade da continuidade desta investigação e de discussão sobre o papel dos sindicatos na luta pelos direitos dos trabalhadores em educação em todo o país.

4.5.2 Nota abreviada do SINPRO/RO

O Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado de Rondônia (SINPRO-RO) foi fundado em 2004, após uma disputa pela carta sindical. Por muito tempo, a entidade não teve nenhuma filiação, mas a partir de 2014 empenhou-se na ampliação da base e hoje conta com quatrocentos sindicalizados e novas sedes (dados de 2014).

Na atualidade, o SINPRO-RO mantém filiação com a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Pará, Rondônia e do Distrito Federal (FATRAEEP/Centro-Norte), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), demonstrando sua preocupação de estar conectado com outras entidades sindicais em prol dos direitos dos trabalhadores em educação. A ampliação da base de sindicalizados e a filiação a entidades nacionais são indicativos da importância e do crescimento do SINPRO-RO na defesa dos interesses dos professores de instituições de ensino superior privadas em Rondônia.

De acordo com matéria divulgada no sítio eletrônico do SINPRO/RO (2023)³⁷, após diversas rodadas de negociação o Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas do Estado de Rondônia conseguiu fechar a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2023-2025 dos professores e trabalhadores em educação dos estabelecimentos de ensino particular. As negociações envolveram, além do SINPRO-RO, o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia (SINTEEP-RO) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia (SINEPE). Inicialmente, as escolas e faculdades particulares ofereceram uma reposição de apenas 70% da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o que foi considerado insuficiente pelos sindicatos dos trabalhadores em educação. Além do mais, o SINEPE tentou reduzir direitos conquistados pelos trabalhadores, como a inclusão de cláusula de proporcionalidade no auxílio-alimentação de acordo com a carga horária do professor, revisão do plano de saúde e odontológico, exclusão da cláusula de homologação e não renovação das demais cláusulas antes de uma autorização da assembleia geral patronal.

³⁷ Disponível em: < <https://www.sinpro-ro.org.br/Noticias/Exibir/9342> > Acesso em: 29.abr. 2023.

Diante da postura intransigente do SINEPE, o presidente do SINPRO/SINTEEP afirmou que isso caracterizou uma verdadeira agressão aos direitos e conquistas dos trabalhadores das escolas e faculdades particulares, o que levaria a uma resposta firme e corajosa da categoria. Nesse caso específico, os sindicatos dos professores e trabalhadores em estabelecimentos de ensino particular tiveram que lutar arduamente para garantir a manutenção de direitos já conquistados como a cláusula de proporcionalidade do auxílio-alimentação e o plano odontológico.

A postura intransigente do SINEPE mostra a importância da organização dos trabalhadores em torno dos seus sindicatos para a garantia de seus direitos. Como aparece registrado em seus documentos institucionais, é preciso estar sempre vigilante e unido para garantir que as conquistas não sejam perdidas.

4.5.3 História do SINTEEP/RO

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia (SINTEEP/RO) foi fundado em Porto Velho, capital do estado de Rondônia. A entidade nasceu com o objetivo de defender os interesses e direitos dos trabalhadores da rede privada de ensino do estado.

Desde a sua criação, o SINTEEP/RO tem sido um importante interlocutor dos trabalhadores em educação com os patrões e as autoridades governamentais. O Sindicato já participou de diversas lutas e campanhas em defesa da valorização dos profissionais da educação, como a luta pela jornada de trabalho de seis horas diárias e a campanha pelo piso salarial nacional para os professores da rede privada.

O SINTEEP/RO tem se destacado na defesa dos direitos dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino particular em relação às condições de trabalho e à qualidade do ensino oferecido. A entidade realiza frequentes ações de fiscalização nas escolas e faculdades particulares para garantir que os direitos trabalhistas sejam respeitados e que a qualidade do ensino seja mantida.

A diretoria do SINTEEP/RO, eleita no início de 2021, declarou no ato de posse a intenção e o compromisso de concretizar o processo de fusão da entidade com o SINPRO/RO, com a intenção de fortalecer a luta unificada dos trabalhadores do ensino superior privado.

Até o fechamento deste trabalho, não havíamos obtido retorno aos questionamentos por nós enviados à entidade nem localizamos um sítio eletrônico oficial. Em uma rede social, percebemos que as fotos do Sindicato demonstram que ele está em funcionamento na nova sede do SINPRO/RO, mas não há texto que confirme tal condição, embora o número de telefone das duas organizações seja o mesmo.

Não obstante, o cadastro do SINTEEP/RO permanece ativo no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com processo atualizado em julho de 2021 e declaração de uma base de vinte trabalhadores sindicalizados. O Sindicato é filiado à União Geral dos Trabalhadores (UGT), importante passo na busca de ampliação das conquistas e direitos dos trabalhadores em educação no estado.

4.5.4 Informações sobre a recente história do SINPROF/RO

O Sindicato dos Professores e Professoras no Estado de Rondônia (SINPROF/RO)³⁸ surgiu com a finalidade de representar a categoria de professores do ensino fundamental e médio da rede pública do estado. Fundado em 14 de dezembro de 2009, obteve sua Carta Sindical em 11 de março de 2013, valendo-se da Portaria nº326 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e passou a existir com legitimidade a partir de 17 de abril de 2015.

O foco do Sindicato é a defesa dos direitos e interesses dos professores, abrangendo a luta pela valorização salarial, plano de saúde e qualidade de ensino. Por intermédio de ações como negociações coletivas, manifestações e diálogos com autoridades governamentais, a entidade busca a melhoria das condições de trabalho e o aprimoramento da educação em Rondônia.

Para o sindicato, a construção de uma sociedade justa passa pela valorização dos professores, que desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes. Por isso, o SINPROF/RO trabalha incansavelmente para garantir que os professores sejam bem remunerados, estejam saudáveis e atuem em um ambiente que estimule seu desenvolvimento pleno.

A existência do SINPROF/RO é de extrema importância para a luta pelos direitos dos professores em Rondônia e seu papel é imprescindível para a construção de uma

³⁸ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em:<<https://sinprof.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 30.abr. 2023.

sociedade mais justa e igualitária, na qual a educação seja vista como prioridade e os professores sejam valorizados como merecem.

4.5.5 Sobre a origem do SINTERO

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (SINTERO) foi fundado nos dias 25 e 26 de fevereiro de 1989, durante uma Assembleia Geral convocada por edital publicado no Diário Oficial do Estado e em outros órgãos de imprensa escrita, conforme indicado na primeira Ata de Fundação. A Comissão Pró-Sindicato mobilizou os trabalhadores em educação em todo o estado antes da fundação.

Naquele ano, o SINTERO foi estabelecido como uma entidade classista autônoma e democrática, com o propósito de representar legalmente os profissionais da educação que atuam na rede oficial de educação infantil, ensino fundamental e médio dos sistemas de ensino estadual e municipais do estado de Rondônia. O Sindicato surgiu da antiga Federação de Professores do Estado de Rondônia (FEPER) e tem como objetivo a melhoria da educação pública e das condições de vida e trabalho dos trabalhadores representados (CRUZ, 2017).

Nas palavras de Cruz (2017), a associação de professores, que era um sindicato intermunicipal, não representava todos os trabalhadores da educação, levando à decisão de fundar o SINTERO. O ex-presidente Nereu Klosinsky, que é filiado desde a fundação do Sindicato e na atualidade representa a Diretoria Executiva como Secretário de Assuntos Jurídicos, observou que a aprovação da Constituição Federal em 1988 incentivou os trabalhadores em educação a iniciarem discussões para criar o SINTERO.

Em entrevista concedida, em 2017, pelo então presidente da instituição Manoel Rodrigues, o SINTERO é visto como um instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Ele destaca que ao longo da história do Sindicato, foram realizados movimentos grevistas em prol dos direitos dos profissionais da educação e da melhoria das condições de trabalho. Essas greves foram importantes para conscientizar a sociedade e o governo sobre as demandas da categoria e para garantir conquistas importantes como melhores salários e condições de trabalho mais adequadas. O SINTERO continuará sendo um agente de mudança e de luta pelos direitos dos trabalhadores da educação em Rondônia, de acordo com seu presidente (CRUZ, 2017).

Em sua trajetória no Sindicato, o referido entrevistado revela ter participado de grandes movimentos grevistas como a greve de 1989 durante o governo de Jerônimo Santana e outra em 1994, na qual os trabalhadores ficaram acampados dentro da

Assembleia Legislativa por 15 dias, sendo expulsos pela polícia militar. Durante essas lutas, o entrevistado enfrentou consequências físicas, como o inchaço no braço por 30 dias. O Sindicato sempre manteve uma postura ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores da educação, e esses movimentos são considerados grandes marcos da história da instituição.

Manoel Rodrigues menciona o ano 2000, quando o governo Bianco demitiu 10 mil trabalhadores da educação, um ato que ele considera uma injustiça social. Ele protestou em frente ao palácio do governo e chegou a dizer que o maior bandido estava no poder. Apesar disso, ele não xingou o governador e foi absolvido de um processo na corregedoria de polícia. Os ativistas sindicais não se intimidaram e ficaram 59 dias acampados em frente ao palácio do governo, além de ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal.

Ao longo dos testemunhos apresentados, é possível perceber a importância do SINTERO na luta pelos direitos dos trabalhadores da educação em Rondônia. O depoimento do presidente do SINTERO em 2017 destaca a importância desses movimentos grevistas na história do Sindicato, demonstrando a sua constante luta pelos direitos dos trabalhadores. De igual modo, a luta contra as injustiças sociais e a defesa dos direitos humanos se destaca nos depoimentos, mostrando a preocupação do Sindicato, não apenas com a categoria que representa, mas com a sociedade em geral.

Em suma, o SINTERO é uma importante entidade classista que representa os profissionais da educação em Rondônia, atuando nas esferas municipal, estadual e federal. Ao longo de sua história, realizou diversas greves e manifestações em defesa dos direitos dos profissionais da educação, tendo sido protagonista de grandes mobilizações no estado. Filiado a diversas entidades, como a CNTE e a CUT, o SINTERO tem grande representatividade na luta pelos direitos dos trabalhadores em educação em Rondônia, contando com um expressivo número de filiados e representantes em todo o estado.

4.5.6 Conhecimento da ADUNIR

Em 08 de outubro de 1983, foi criada a Associação de Docentes da Universidade Federal de Rondônia (ADUNIR)³⁹, quando um grupo de vinte e nove docentes se reuniu, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros estados, para discutir a importância de se

³⁹ Dados obtidos por meio do sítio eletrônico da entidade. Disponível em: < <https://adunir.com.br/>>
Acesso em: 08.out. 2022.

organizar uma entidade que defendesse seus direitos e lutasse pela democracia no interior da universidade.

Fundada com o objetivo de representar os professores da instituição e lutar por seus direitos e interesses, a criação da associação se deu em um contexto de reorganização das lutas sindicais no país, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que garantiu a liberdade de associação e sindicalização dos trabalhadores.

Os primeiros anos de existência da ADUNIR foram marcados por intensas mobilizações e negociações com o governo federal e a administração da universidade. A luta pela valorização salarial e pelas condições de trabalho dignas para os professores estavam entre as principais bandeiras da entidade. Adicionalmente, a ADUNIR se engajava em campanhas em defesa da universidade pública e gratuita, da autonomia universitária e da democracia.

O Sindicato participou de diversas mobilizações e greves nacionais dos professores universitários, em defesa de seus direitos e contra os ataques do governo às universidades públicas. A associação tem uma trajetória de defesa dos direitos humanos, da diversidade e da inclusão social, com ações e campanhas voltadas para a promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual.

Na atualidade, a ADUNIR é uma das principais entidades representativas dos docentes da Universidade Federal de Rondônia, com atuação em todos os *campi* da instituição. Mantém uma agenda de lutas e reivindicações em defesa da educação pública e dos direitos dos professores, além de promover atividades culturais e científicas para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

A ADUNIR é filiada à CSP-CONLUTAS, uma central sindical que se posiciona de forma independente em relação a governos e empresários. Além do mais, a ADUNIR é parte integrante do ANDES/SN, o sindicato nacional que representa os docentes das universidades públicas brasileiras. Por meio dessas filiações, a ADUNIR fortalece sua luta e representa os interesses dos professores da Universidade Federal de Rondônia em nível regional e nacional.

4.5.7 SINTUNIR: em defesa dos trabalhadores em educação da fundação universidade federal de Rondônia

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (SINTUNIR)⁴⁰ foi criado em 9 de outubro de 1987, em resposta à necessidade de representação e defesa dos trabalhadores dessa universidade. Desde então, tem sido uma organização sindical de caráter classista, autônomo e democrático, dedicada à luta pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora (SINTUNIR, 2023).

Seus princípios e prerrogativas incluem a busca por melhores condições de vida, trabalho e meio ambiente, bem como a defesa do direito à educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos. O SINTUNIR atua na defesa dos direitos individuais e coletivos da categoria, tanto em âmbito administrativo quanto judicial e extrajudicial, representando-a perante as autoridades e podendo propor ações coletivas em defesa dos direitos trabalhistas. Adicionalmente, celebra convênios, convenções e acordos coletivos, defende a autonomia sindical e luta pela justiça social, pelas liberdades individuais e coletivas e pelo fim de qualquer forma de opressão e exploração (SINTUNIR, 2023).

O SINTUNIR é filiado à FASUBRA e busca fortalecer a solidariedade entre as entidades sindicais em nível nacional e internacional. Sua estrutura organizacional é composta por órgãos como o Congresso Estadual, Assembleia Geral, Conselho de Representantes, Coordenação Estadual, Coordenações Seccionais e Conselho Fiscal. Com sua atuação incansável, o SINTUNIR pretende garantir a independência e autonomia dos trabalhadores e advogar pelos direitos e interesses corporativos dos trabalhadores que representa.

4.5.8 O papel da seção sindical de Porto Velho do SINASEFE

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Porto Velho (SINASEFE/PORTOVELHO) foi fundada em 27/07/2011 e desempenha um papel fundamental como uma instância organizadora de base da entidade nacional. Sua criação

⁴⁰ SINTUNIR. Disponível em: <https://sintunir.webnode.page/>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

está respaldada nos artigos 8º e 37º, inciso VI da Constituição Federal, além de ser regida pelo capítulo V do Estatuto do SINASEFE.

Como sindicato, o SINASEFE/PORTOVELHO possui autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial, em conformidade com seu Estatuto. Trata-se de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada (SINASEFE/PORTOVELHO, 2011).

Um princípio fundamental da Seção Sindical de Porto Velho é o da igualdade, pois ela não faz distinção com base em raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, ou concepção política, filosófica ou religiosa. Todos os filiados têm seus direitos e oportunidades assegurados.

É importante destacar que a autonomia patrimonial da seção sindical abrange o patrimônio que lhe é vinculado, garantindo sua gestão e utilização conforme os interesses e necessidades dos filiados. A Seção Sindical de Porto Velho é constituída pelos servidores ativos e inativos da educação federal de 1º e 2º graus da educação tecnológica. Dentre suas atribuições, a Seção Sindical de Porto Velho tem o papel de defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria filiada, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

No Título II do Estatuto, que trata dos Objetivos, Princípios e Compromissos Fundamentais, destaca-se que a Seção Sindical de Porto Velho tem como objetivos fundamentais organizar, representar sindicalmente e dirigir, de forma classista, autônoma e democrática, as lutas dos servidores da educação federal de 1º e 2º graus do IF de Porto Velho, buscando melhores condições de vida para a categoria (SINASEFE/PORTOVELHO, 2011).

Em suma, a luta incansável por melhores condições de vida e trabalho para a categoria, de forma democrática e em consonância com os princípios estabelecidos em seu estatuto, tem sido uma das premissas da seção sindical. Com uma base sólida e comprometida, segue firme em sua missão de enfrentar desafios, defender direitos e promover avanços para os servidores da educação pública federal.

4.6 Caracterização do estado de Roraima

A ocupação do atual estado de Roraima teve início com a exploração e ocupação de fazendas estabelecidas nas margens do Rio Branco, durante o período de colonização

da região amazônica. Em 1830, com a fundação da Fazenda Boa Vista, a pecuária foi impulsionada, passando a abastecer o mercado das regiões dos rios Amazonas e Negro (VERAS, 2009). Posteriormente, em 1943, foi criado o Território Federal de Rio Branco⁴¹, que é resultado de um processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia Setentrional.

Em 1988, com a Constituição Federal, é criado o Estado de Roraima e Boa Vista se torna capital do estado. O estado, de acordo com os dados de 2021 estimados pelo IBGE, hoje tem uma população de 652.713 pessoas. Faz divisa com os estados do Pará e Amazônia, e tem fronteira com Venezuela e Guiana. O território do estado possui uma densidade demográfica de 2,01 hab./km², conforme o Censo do IBGE de 2010, a menor média do Brasil.

Segundo os dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgados em 2021, o estado alcançou a média de 5,3 nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública e de 4,6 nos anos finais do mesmo ciclo; em relação às matrículas, registra um total de 103.123 alunos no ensino fundamental e 26.708 no ensino médio; abriga 5.479 professores no ensino fundamental e 2.283 no ensino médio, com um total de 630 escolas e 168 escolas em cada um desses níveis de ensino, respectivamente.

4.6.1 Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Roraima

No estado de Roraima, existem importantes entidades sindicais que representam os trabalhadores em educação: o SINTER/RR, SESDUF/RR, SINASEFE/IFRR e a SINDUERR. O SINTER/RR é responsável por congregar todos os trabalhadores em educação do estado, incluindo professores, técnicos-administrativos, entre outros profissionais, enquanto o SESDUF/RR é uma seção sindical do ANDES/SN, que representa os docentes da Universidade Federal de Roraima. A Seção Sindical do SINASEFE/IFRR é responsável pela representação dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica de Roraima. Por sua vez, o SINDUERR é uma seção do ANDES/SN que representa os docentes da Universidade Estadual de Roraima (UERR), entidade esta última sobre a qual não foi possível encontrar informações, sítios

⁴¹ Por meio do Decreto-Lei Nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Art. 1º São criados, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

eletrônicos ou documentos, e para obter dados atualizados seria necessário realizar uma pesquisa presencial.

Informações sobre essas entidades são escassas, e não foi possível encontrar estudos acadêmicos sobre o papel dessas organizações na sociedade de Roraima. As buscas realizadas no catálogo de dissertações e teses Capes e no BDTD não retornaram resultados, o que evidencia a necessidade de se investigar e discutir o papel dos sindicatos na luta pelos direitos dos trabalhadores em educação em todo o país.

4.6.2 Existência do SINTER

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER) originou-se da Associação dos Professores de Roraima (APAIMA), transformação operada com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que deliberou o direito aos funcionários públicos de filiação a entidades sindicais.

A APAIMA teve origem durante um período de mobilização nacional de professores em que se buscava condições de trabalho melhores e salários dignos. Em seus primeiros anos de existência, a entidade desempenhou um papel crucial na organização da categoria e na luta pelos direitos trabalhistas, promovendo manifestações em favor dos professores e conseguindo avanços significativos nas condições de trabalho.

A influência da APAIMA na história da educação em Roraima foi especialmente notável durante a ditadura civil-militar. Representando os professores do estado, a Associação desempenhou um papel fundamental na unificação da classe trabalhadora da educação, na defesa dos direitos trabalhistas e da liberdade de expressão.

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, a APAIMA transformou-se em SINTER, conforme consta em seu Estatuto. O Sindicato passou a representar todos os trabalhadores em educação do estado na lutando por melhorias nas condições de trabalho e nos salários.

Art. 10. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (SINTER), filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundado em 12 de novembro de 1988, com sede e foro na cidade de Boa Vista-RR, situado na Avenida Santos Dumont, no. 2018, bairro 31 de março, é uma entidade democrática, autônoma, desvinculada do Estado e sem fins lucrativos.

Art. 1. O sindicato se constitui em pessoa jurídica de direito privado, com duração indeterminada e representação sindical de âmbito estadual, destinada a representar os interesses dos trabalhadores do regime estatutário vinculados à área de educação e que integram a administração pública direta e indireta dos poderes da União, oriundos do ex Território Federal de Roraima, bem como os

servidores efetivos da educação do Estado de Roraima, independente de suas convicções políticas e partidárias. (SINTER, 2013, p.1)

De acordo com o artigo 1º. do Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (SINTER/RR), o Sindicato tem como objetivo “a defesa dos interesses dos trabalhadores em educação no estado de Roraima, visando sempre à promoção da melhoria das condições de trabalho e de vida dos mesmos.” (SINTER/RR, 2013). Em vista disso, a APAIMA foi desativada, criando-se o SINTER.

A entidade é filiada à CUT e à CNTE, o que amplia sua representatividade e fortalece sua atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores.

4.6.3 SESDUF/RR: representatividade e luta na UFRR

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (SESDUF/RR) tem uma história de luta e representatividade. Fundada em julho de 1990, a entidade surgiu logo após o início das atividades acadêmicas na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e, desde então, tem sido uma instância organizada e deliberativa importante para os docentes da universidade.

Representante do ANDES/SN, a SESDUF/RR tem um regimento próprio aprovado em assembleia geral dos seus associados. Sem ferir o Estatuto do ANDES/SN, a entidade é filiada à CSP-CONLUTAS, uma central sindical que representa trabalhadores de diversas categorias em todo o país.

Conforme apareceu publicado no jornal Roraima em Tempo, recentemente, o SESDUF-RR realizou suas eleições para a escolha da nova diretoria, que estará à frente do Sindicato pelos próximos dois anos (2023-2025). A votação ocorreu em todos os *campi* da universidade (RORAIMA EM TEMPO, 2023). A Comissão Eleitoral Local homologou apenas uma chapa, denominada “Candeeiro: Para manter acesa a luta sindical!”, composta de professores que ocuparão os cargos de presidente, vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro, além de outros membros que ocuparão a diretoria de relações sindicais, diretoria de comunicação e suplentes. “É fundamental que todos os sindicalizados aptos a votar exerçam esse direito, para escolher quem estará à frente da defesa dos direitos e interesses da categoria” (RORAIMA EM TEMPO, 2023).

Com as eleições da nova diretoria da SESDUF/RR, ressalta em importância a representatividade do Sindicato em meio aos docentes da UFRR. É fundamental que

todos os sindicalizados aptos a votar exerçam essa faculdade de escolher quem estará à frente da defesa dos direitos e interesses da categoria. A SESDUF/RR tem um histórico de lutas em prol da educação pública, gratuita e de qualidade, além de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Com a nova diretoria eleita, espera-se que essas lutas continuem e que novas conquistas sejam alcançadas para a classe trabalhadora.

4.6.4 SINASEFE/IFRR: defesa dos servidores e da educação

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Roraima (SINASEFE/IFRR) foi fundado em 06 de setembro de 2001, com base nos dispositivos do Artigo 8º e Artigo 37º, inciso VI da Constituição Federal. Sua criação ocorreu em conformidade com o Título III, Capítulo IV, Artigos 23 a 31 e parágrafos do Estatuto do SINASEFE. Esse Sindicato se estabelece como a instância organizativa de base dentro da estrutura da entidade nacional, e possui ampla autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial (SINASEFE/IFRR, 2014).

A Seção Sindical IFRR, como parte integrante do SINASEFE, exerce papel fundamental na defesa dos interesses e direitos dos servidores federais da educação, atuando de forma independente e representativa. Seu principal objetivo é garantir a valorização e a proteção dos profissionais que atuam na educação básica, profissional e tecnológica, promovendo melhores condições de trabalho, remuneração justa e qualidade do ensino (SINASEFE/IFRR, 2014). O Sindicato se compromete a buscar a unidade e a solidariedade entre os servidores, fortalecendo a luta coletiva em torno de suas demandas e por uma educação pública de qualidade. De igual modo, defende a manutenção dos princípios democráticos e da liberdade de expressão, assegurando a participação ativa dos seus filiados na tomada de decisões.

Com base no Estatuto do SINASEFE, a Seção Sindical IFRR é constituída como pessoa jurídica de direito privado, possuindo natureza e fins não lucrativos, e sua duração é por tempo indeterminado (SINASEFE/IFRR). A sede do Sindicato está localizada em Boa Vista, mas sua atuação abrange os servidores lotados nos diversos *campi* e unidades do Instituto Federal de Roraima.

4.7 Caracterização do estado de Tocantins

O estado do Tocantins emergiu da divisão da porção norte do estado de Goiás, conforme estabelecido na Constituição de 1988, tendo designado sua capital como Palmas. Faz divisa com os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Conforme dados do IBGE (2021), o estado possui uma população de 1.607.363 pessoas e uma densidade demográfica de 4,98 hab/km².

Sua formação histórica remonta ao século XII, período em que o território “foi desbravado por missionários católicos chefiados por Frei Cristóvão de Lisboa, que em 1625 percorreram a área do rio Tocantins, fundando ali uma Missão religiosa.” (BRASIL, 2022.p.2). Nos séculos seguintes, a ocupação foi efetivada devido a correntes migratórias vindas do Norte e Nordeste.

O estado do Tocantins tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação. Dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgados em 2021 pelo IBGE, nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública o Tocantins alcançou a média de 5,1, enquanto nos anos finais do mesmo ciclo a média foi de 4,8. Havia 227.743 matrículas no ensino fundamental e 68.479 no ensino médio em 2021. O estado tem investido na formação dos seus docentes, que somam 12.118 no ensino fundamental e 4.863 no ensino médio. Quanto às escolas, o estado possuía 1.247 escolas de ensino fundamental e 347 escolas de ensino médio.

Apesar dos avanços, o Tocantins enfrenta desafios significativos na área da educação. A evasão escolar é um problema que precisa ser enfrentado, assim como a melhoria da infraestrutura das escolas e a oferta de recursos didáticos e tecnológicos. Mostra-se necessário garantir uma formação continuada para os docentes que possa prepará-los para os desafios do ensino frente aos avanços da política neoliberal na educação. É fundamental que o estado invista na valorização da carreira docente e na oferta de formação de qualidade.

O acesso desigual à educação básica é resultado da estruturação desigual do sistema econômico. Nesse contexto, os índices preocupantes de evasão escolar e baixa qualidade de ensino no estado são reflexos da falta de investimento na educação pública e da priorização do lucro em detrimento do acesso universal e igualitário à escola. A falta de infraestrutura adequada e de formação continuada para os docentes são os resultados dessa lógica de precarização do ensino público.

Para construir uma educação mais justa e igualitária no Tocantins, confiamos que é preciso lutar pela socialização dos meios de produção e pela superação da lógica capitalista, que impede a construção de uma sociedade em que o acesso aos bens sociais, como a educação, seja um direito universal. É necessário investir em uma educação crítica, que respeite a diversidade cultural e valorize a história e a cultura dos povos originários e das comunidades tradicionais; que possibilite a formação de cidadãos críticos e conscientes da realidade em que vivem e que tenham disposição de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

4.7.1 Sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Tocantins

No estado do Tocantins, diversas entidades desempenham um papel fundamental na representação dos trabalhadores em educação, tais como SESDUFT, SINTEPP, SINTET/TO, SINTEPET/TO, SINASEFE/ARAGUATINS, SINASEFE/IFTO e a APUG.

A SESDUFT congrega os docentes da Universidade Federal do Tocantins, enquanto o SINTET/TO representa os trabalhadores em educação da rede pública estadual e municipal. Já o SINTEPET/TO congrega os trabalhadores em educação das escolas particulares de todo o estado, e o SINTET/TO representa os trabalhadores em educação das escolas particulares de Palmas e região. E, por fim, a Seção Sindical do SINASEFE/ARAGUATINS representa servidores federais da educação básica e profissional do instituto federal de educação, ciência e tecnologia e a APUG, entidade representativa dos professores universitários de Gurupi/TO.

Existem outras entidades, localizadas no sítio eletrônico do SINASEFE. No entanto, devido à escassez de informações disponíveis (não localizamos sítio eletrônico nem documentos relacionados à entidade na internet) sobre as seções SINASEFE/ARAGUATINS e SINASEFE/IFTO não as arrolamos nesta pesquisa. Seria necessária uma pesquisa presencial para obter dados atualizados. Embora tenhamos buscado informações sobre essas entidades em fontes acadêmicas, como o Google Acadêmico, o catálogo de dissertações e teses da CAPES e o BDTD, não foram encontrados resultados.

Devido a isso, as informações sobre as entidades foram obtidas com a assistência de análise documental em seus próprios sítios eletrônicos na internet.

4.7.2 Nota abreviada da SESDUFT

A Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins (SESDUFT)⁴² é uma entidade com quase duas décadas de existência, tendo sido criada logo após o início das atividades da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2003. A SESDUFT tem como finalidade organizar sindicalmente os docentes da UFT e tem como premissa principal a representatividade dos sindicalizados. A entidade é filiada ao ANDES/SN e tem autonomia política, patrimonial, administrativa e financeira garantida pelo Estatuto do ANDES/SN, assim como a não vinculação a partidos políticos ou órgãos da administração pública.

Além de representar os docentes da UFT, a SESDUFT promove o intercâmbio científico, cultural e social entre os docentes. A entidade busca estabelecer relações com outras entidades representativas de professores, trabalhadores em geral e diversos setores da sociedade civil na luta pela democracia e em defesa dos interesses do povo brasileiro, conforme consta em seu *blog*.

A SESDUFT já dirigiu várias greves da categoria, demonstrando seu engajamento na defesa dos direitos dos docentes. Acrescentando a isso, a entidade é filiada à CSP-CONLUTAS, o que fortalece sua atuação ao lado dos demais sindicatos e movimentos sociais.

4.7.3 Observação do SINTEPP

O Sindicato dos Trabalhadores das Escolas Particulares de Palmas e Região (SINTEPP) não possui um sítio eletrônico com informações, apenas uma página em rede social com postagens esporádicas. A entidade representa os trabalhadores em educação privada de Palmas, incluindo docentes e técnicos-administrativos. É filiada à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FTRAE-BC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e à Força Sindical.

São poucas as informações oficiais sobre a entidade, além de seu Estatuto e das postagens no sítio eletrônico oficial e outros documentos emitidos pelo Sindicato. O que existe são duas publicações do jornal Gazeta do Cerrado sobre a atuação da entidade. A

⁴²Dados obtidos por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em: <<https://sesduft.wordpress.com/sobre-a-sesduft/>> Acesso em: 29.nov. 2022.

primeira matéria, *Polêmica: sindicato patronal tenta acabar com direitos dos trabalhadores na educação*, aborda a luta do Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Particulares de Palmas (SINTEPP) para garantir os direitos dos trabalhadores da educação privada. A convenção coletiva de trabalho, que regula a classe, está prestes a expirar, e o SINTEPP busca renová-la para manter os direitos conquistados ao longo dos anos. Em virtude disso, nas reuniões com o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado do Tocantins (SINEP), a proposta apresentada pelo sindicato patronal coloca em risco esses direitos trabalhistas, representando um retrocesso na educação (GAZETA DO CERRADO, 2018).

A segunda matéria, *Projeto que prevê desconto em mensalidades vai assassinar instituições, dispara sindicato das escolas particulares no TO*, versa sobre a reação do SINTEPP em relação a um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do estado. Esse projeto propõe a redução nas mensalidades das instituições privadas de ensino durante e após 30 dias da vigência do Decreto Estadual de Calamidade Pública ao tempo da pandemia do novo coronavírus. O Sindicato critica o projeto, afirmando que a medida pode “assassinar” as instituições de ensino, argumentando que o Estado não tem poder para interferir na autonomia dessas instituições e que não foram realizadas pesquisas com dados técnicos para embasar a proposta (EURILIO, 2020).

O SINTEPP desempenha um papel fundamental na representação dos trabalhadores da educação privada. Apesar da falta de informações oficiais disponíveis, o Sindicato busca garantir os direitos dos trabalhadores com a assistência da renovação da convenção coletiva de trabalho, conforme abordado na primeira matéria da Gazeta do Cerrado. Nessa direção, a proposta apresentada pelo sindicato patronal coloca em risco esses direitos conquistados e significa retrocesso na área da educação.

A entidade se posiciona diante de questões relevantes para a educação privada, como demonstrado na segunda matéria: critica um projeto de lei que propõe a redução nas mensalidades das instituições privadas de ensino durante a pandemia, argumentando que tal medida pode prejudicar gravemente as instituições, e questiona a interferência do Estado na autonomia das entidades.

Diante dessas situações, fica evidente a importância do SINTEPP na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação privada e na busca por melhores condições para a categoria.

4.7.4 Concisa notícia do SINTET/TO

Antes de 1988, os professores e funcionários da educação em Goiás estavam organizados no Centro de Professores de Goiás (CPG). Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, os trabalhadores em educação decidiram fundar uma nova entidade para representá-los: o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (SINTET), para representar tanto os professores quanto os funcionários da educação do estado, numa abordagem sindicalista classista e cutista. A entidade foi fundada durante o seu primeiro Congresso, realizado nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 1988 na cidade de Paraíso do Tocantins, como consta em seu⁴³ Estatuto.

A entidade nasceu com a missão de lutar pela liberdade e autonomia sindical, garantindo que os trabalhadores em educação tivessem uma voz forte e unida na defesa de seus direitos e interesses. Desde então, a entidade tem trabalhado incansavelmente para melhorar as condições de trabalho e remuneração dos professores e funcionários da educação em todo o estado do Tocantins. Para fortalecer a luta no âmbito nacional e ampliar sua capacidade de representação, o SINTET é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Na atualidade (2022), o SINTET conta com quase treze mil filiados, representando professores e funcionários da educação de todo o estado do Tocantins. A entidade tem sido reconhecida por sua atuação incansável na defesa dos direitos e interesses desses trabalhadores, bem como na luta por uma educação pública de qualidade e acessível a todos.

O Sindicato possui uma estrutura organizacional sólida, contando com uma Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e delegados regionais, que trabalham em conjunto para fazer a representação da categoria e dirigir suas lutas no estado do Tocantins. De igual modo, a entidade promove uma série de atividades e eventos como seminários, congressos e cursos de formação, visando a capacitação e atualização dos seus filiados.

⁴³ O Estatuto da entidade encontra-se disponível em: https://sintet.org.br/media/estatuto_sintet_2016.pdf. Acesso em: 29.nov.2022.

4.7.5 Informações parciais do SINTEPET

O Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Particulares do Tocantins (SINTEPET/TO) possui uma história marcada pela defesa dos direitos dos trabalhadores da educação privada na região. Desde a sua fundação, tem desenvolvido papel significativo na negociação e renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que regula as condições de trabalho e os direitos da categoria.

O SINTEPET/TO está filiado a importantes entidades representativas como a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FTRAE-BC), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Essas filiações fortalecem a atuação do sindicato e proporcionam uma maior representatividade em âmbito regional e nacional.

No cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o SINTEPET/TO possui registro de cento e cinquenta e três sindicalizados, conforme informações que foram registradas em 2014. Esses sindicalizados são os trabalhadores da educação privada que se filiaram ao Sindicato em busca de proteção e defesa de seus direitos trabalhistas.

Não encontramos um sítio eletrônico oficial do SINTEPET/TO que trouxesse informações atualizadas; identificamos apenas a existência de uma página em uma rede social, embora esta não tenha sido atualizada desde 2013. É importante ressaltar que a disponibilização de informações atualizadas e acessíveis aos trabalhadores é fundamental para a transparência e efetividade da atuação sindical.

4.7.6 APUG: luta e representatividade na educação superior de Gurupi

A Associação dos Professores Universitários de Gurupi (APUG)⁴⁴ foi fundada em 15 de maio de 1988 por um grupo de 23 professores da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH), que posteriormente se transformou na Universidade de Gurupi (UNIRG). A APUG é filiada ao ANDES/SN e tem sua abrangência restrita aos professores do Centro Universitário UNIRG.

Ao longo de sua história, a APUG tem sido protagonista de importantes batalhas pelos direitos dos professores e da sustentabilidade do ensino superior em Gurupi e

⁴⁴ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da APUG. Disponível em: <http://apugssind.com.br/a-associacao>. Acesso em: 03 jun. 2023.

região. Entre suas principais conquistas, destacam-se a consolidação do Plano de Carreira Docente, valendo-se da Lei Municipal nº 1.755/2008; a aquisição de uma sede própria; o enquadramento docente no Regime de Trabalho em 2010 e a manutenção do caráter público do Centro Universitário UNIRG.

A APUG, registrada no Cartório do 20º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Gurupi, possui regimento próprio aprovado em assembleia geral dos docentes a ela vinculados, em conformidade com o Estatuto do ANDES/SN. Sua sede e foro estão localizados na cidade de Gurupi, estado do Tocantins. A APUG possui autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, conforme garantido pelo Estatuto do ANDES/SN (APUG, 2012).

4.8 Algumas considerações sobre o associativismo e sindicalismo educacional na região Norte

Como vimos ao longo das páginas desta Seção, a transformação das antigas associações docentes em entidades sindicais públicas na região Norte, em sintonia com o que ocorreu no restante do país, se deu em fins da década de 1980, com a nova Constituição, mas, efetivamente, seu protagonismo sindical foi anterior a essa data. Já a existência de entidades sindicais docentes nas instituições privadas de ensino é bastante remota, como foi caso do Sindicato dos Professores do Pará (SINPRO/PA), criado em 1952.

No setor público, as primeiras associações remontam a 1964, como a União dos Professores Primários do Estado do Acre (UPPEA). Seu protagonismo se evidencia em fins da década de 1970 e durante a década de 1980 nas lutas contra os efeitos perversos da crise econômica e nas mobilizações pela redemocratização do país.

A atuação das associações, tanto no ensino básico quanto no superior, está igualmente vinculada a uma pauta educacional que pode ser assim pontuada: universalização do acesso à educação pública básica e superior; ampliação do investimento público na educação; defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; profissionalização da atividade docente com a instituição de planos de carreira e de estatutos do magistério, e melhoria das condições de trabalho e de ensino.

A ação dessas entidades está relacionada aos conflitos próprios da região Norte. Desde o período colonial, essa região registra um histórico de violência, inicialmente

contra os povos indígenas e, posteriormente, em relação aos nordestinos que para lá migraram durante os ciclos da borracha e da mineração, resultado da ocupação territorial estimulada pela ditadura civil-militar. O avanço da fronteira agrícola e da mineração configurou-se, não apenas como uma ameaça para o meio ambiente, mas igualmente para os trabalhadores locais e seu tradicional meio de subsistência, agravando a desigualdade social e a concentração de renda.

O sindicalismo docente, tanto da educação básica quanto do ensino superior, desponta como integrante da vanguarda da organização dos trabalhadores urbanos, com crescente influência política e sindical por força da ramificação em outras entidades sindicais e associativas e movimentos sociais como dos sem-terra, dos atingidos pelas barragens, dos ambientalistas e dos indígenas.

Os resultados indicam que o atual mapa político das associações e dos sindicatos de trabalhadores em educação da região Norte expressa indefinições e a trajetória das diferentes correntes que se expressaram na história do sindicalismo brasileiro. Para nós, a utilização de mapas para compreensão do associativismo e do sindicalismo na região Norte do país revela-se de extrema importância. Essa abordagem permite uma visão mais abrangente e aprofundada da atuação dessas entidades sindicais na região. Portanto, é válido ressaltar que sua influência política e sindical tem se expandido para além dos limites das entidades sindicais de professores, estendendo-se para outros setores do movimento sindical.

Com esse propósito, a análise das dinâmicas territoriais e políticas torna-se essencial para uma compreensão mais completa das transformações, desafios e potencialidades do movimento sindical e associativo no contexto regional. Por via dessa análise, torna-se possível identificar as diferentes correntes e tendências que influenciaram a história do sindicalismo na região Norte.

Logo, compreender as especificidades e peculiaridades do associativismo e do sindicalismo na região Norte é fundamental para uma visão mais abrangente do movimento sindical brasileiro como um todo. Essa compreensão contribui para fortalecer as lutas e reivindicações dos trabalhadores, ajudando a promover melhores condições de trabalho e ampliando os espaços de participação e representação no âmbito do movimento sindical e associativo.

federais, os trabalhadores técnico-administrativos das universidades públicas e privadas, bem como as entidades privadas e públicas da educação básica. Essa variedade de entidades reflete a diversidade do sistema educacional na região Norte.

É deveras importante destacar que essa região apresenta características geográficas distintas que impactam no adensamento populacional. A preservação do bioma amazônico exerce uma grande influência na distribuição da população na região: a vasta extensão de florestas e a presença de áreas protegidas dificultam o estabelecimento de grandes centros urbanos e a concentração populacional em determinadas áreas. Isso contribui para um menor adensamento populacional em comparação com outras regiões do país.

Essa particularidade geográfica da região Norte se reflete na estrutura educacional. A presença de comunidades remotas e de difícil acesso torna desafiador o estabelecimento de instituições de ensino e a oferta de educação de qualidade em toda a região. Tendo em consideração essa finalidade, é justamente nessas áreas que se faz necessário maiores investimentos em políticas públicas voltadas para a educação, buscando garantir o acesso igualitário à educação e promover o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades.

A representação cartográfica das entidades da região Norte revela não apenas a diversidade do sistema educacional presente na região, mas também a importância de considerar as características geográficas e ambientais no planejamento e nas políticas educacionais. É essencial que haja um olhar atento para as particularidades regionais, de forma a garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todas as pessoas da região Norte, respeitando e valorizando a preservação do bioma amazônico.

5 ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Na região Centro-Oeste a história do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação está intimamente ligada à história do movimento sindical no país como um todo, que, como já vimos, surge a partir do movimento operário, e, no campo educacional, na década de 1930, com as primeiras entidades do setor privado.

A história das entidades, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao processo de industrialização ocorrido no início do século XX, que resulta no aumento da demanda por educação. Com o crescimento do número de professores e funcionários de escolas, surgiram as primeiras organizações sindicais na área da educação, formadas principalmente por professores do ensino primário que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

Na região Centro-Oeste, a formação de sindicatos de trabalhadores em educação teve início na década de 1960, com as associações de professores primários. A entidade mais antiga na região é o Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO/GO), fundado em 1961, com sede e foro em Goiânia, e Carta Sindical expedida em 27 de dezembro de 1963, como consta em seu Estatuto.

Esse Sindicato foi criado com o intuito de lutar por melhores condições de trabalho para os professores, bem como por uma educação de qualidade para os alunos. Todavia, logo no ano seguinte de sua fundação ocorreu o golpe de 1964. Durante a ditadura civil-militar, a atuação sindical foi fortemente reprimida, muitas lideranças foram perseguidas, presas ou exiladas. No entanto, mesmo em um período de intensa repressão, a entidade não deixou de lutar fortemente em prol dos trabalhadores.

Mais tarde, surgem outras entidades como o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO/DF), criado em 1979, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), fundado em 1988, e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), fundado em 15 de julho de 1988. Essas entidades têm desempenhado um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação e na luta por uma educação pública de qualidade.

Em termos objetivos, podemos dizer que os sindicatos da região Centro-Oeste têm atuado ainda mais intensamente em razão dos desafios da precarização do trabalho dos professores e da falta de investimentos na educação pública.

5.1 Associações, sindicatos e o panorama educacional em Brasília

A história de Brasília, capital federal do país, tem suas raízes na década de 1950. Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, foi tomada a decisão histórica de fundar uma nova capital no Planalto Central do país, em substituição ao Rio de Janeiro. Assim, em 1960, Brasília foi oficialmente fundada.

A história das associações e sindicatos na cidade remonta ao mesmo período de criação da capital federal. Inicialmente, eram entidades predominantemente de representação dos trabalhadores da construção civil, devido ao rápido desenvolvimento da cidade. Com o tempo, no entanto, outras categorias profissionais também começaram a se organizar.

Na década de 1970, o Brasil enfrentou um período de intensa repressão política, o que resultou na perseguição e prisão de muitos trabalhadores envolvidos em atividades sindicais. Apesar dessas adversidades, as entidades sindicais em Brasília permaneceram combativas. Já os anos 1980 marcaram uma virada significativa na história sindical brasileira. Com a abertura política, houve um aumento expressivo na criação de novos sindicatos e associações, em Brasília e em todo o país. Esse progresso foi impulsionado pela garantia do direito à livre associação sindical e à negociação coletiva estabelecidos na Constituição de 1988.

A história das associações e sindicatos nos leva a uma análise da situação da educação em Brasília. A cidade abriga inúmeras associações e sindicatos que representam trabalhadores de diversas categorias profissionais. Com base nos dados estimados do IBGE⁴⁵ (2021) e do Censo Demográfico do IBGE (2010), apresentamos os últimos dados sobre a educação em Brasília: a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade atingiu 97,5% em 2010, evidenciando o compromisso com a inclusão escolar obrigatória; os dados de 2021 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais e finais do ensino fundamental na rede pública, indicaram valores de 5,9 e 4,9, respectivamente, refletindo o desempenho educacional da cidade; as matrículas de alunos somaram 369.128 no ensino fundamental e 116.843 no ensino médio, evidenciando a demanda educacional em Brasília e a necessidade de infraestrutura adequada; a cidade

⁴⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama Brasília. Da dos estimados referentes ano de 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

contava com um contingente de 18.193 docentes no ensino fundamental e de 5.912 no ensino médio, identificando a essencialidade de profissionais docentes para o processo de ensino-aprendizagem do Distrito Federal. Adicionalmente, é de suma relevância atentar para a densidade da rede de estabelecimentos de ensino: Brasília abrigou um total de 856 instituições de ensino fundamental e 256 instituições de ensino médio, oportunizando acesso à educação em diferentes regiões da cidade.

Esses dados oferecem uma visão abrangente do sistema educacional de Brasília ao destacar aspectos como taxa de escolarização, desempenho no IDEB, quantidade de matrículas, número de docentes e presença de estabelecimentos de ensino. Tais informações são fundamentais para analisar e avaliar o estado da educação na cidade, direcionando políticas e ações para aprimorar a qualidade do ensino e garantir oportunidades educacionais para todos os estudantes brasilienses.

Atualmente, Brasília abriga diversas associações e sindicatos representativos dos trabalhadores de diferentes categorias profissionais. Nas seções seguintes, exploraremos as particularidades de cada uma dessas entidades.

5.1.1 O papel das associações e sindicatos em Brasília

A abertura política da década de 1980 trouxe consigo um aumento significativo na criação de sindicatos e associações em todo o país, garantindo o direito à livre associação sindical e à negociação coletiva, consolidado com a promulgação da Constituição de 1988. Em Brasília (DF), capital do Brasil, essa realidade não foi diferente.

Hoje, o DF abriga uma grande quantidade de associações e sindicatos que representam trabalhadores de diversas categorias profissionais, cujo papel é fundamental na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, na promoção de condições de trabalho dignas e na busca por melhores condições de vida. Dentre as várias associações e sindicatos presentes em Brasília, podemos destacar algumas importantes entidades: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB), que representa os professores dessa instituição de ensino superior e cujo objetivo principal é lutar pela qualidade da educação e por melhores condições de trabalho dos docentes; o Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINPROEP) concentra seus esforços na valorização dos professores que atuam em escolas privadas, na busca por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas como

principais bandeiras; o Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB) dedica-se à defesa dos interesses dos trabalhadores dessa instituição, com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho, remuneração adequada e benefícios sociais para esses profissionais; o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE) representa os trabalhadores das escolas públicas da capital, pondo foco na defesa dos direitos dos profissionais da educação e na busca da melhoria da qualidade do ensino público. Há também as seções sindicais do SINASEFE/BRASÍLIA e SINASEFE/COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA, que representam servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica, e a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Católica de Brasília (ADUCB). Contudo, não obtivemos informações sobre o SINASEFE/COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA e sobre a ADUCB nem sítio eletrônico e documentos relacionados à entidade na internet. Complementando essa relação, temos o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF) que é responsável por representar os professores da rede pública de ensino no Distrito Federal na luta por melhores condições de trabalho, salários justos e educação de qualidade.

Essas associações e sindicatos têm um papel crucial na busca por condições de trabalho justas, na proteção dos direitos dos trabalhadores e na melhoria do sistema educacional. Esperamos que ao representar e defender os interesses dos trabalhadores, essas organizações promovem um ambiente laboral mais saudável e justo. Por adição, desempenham um papel importante na melhoria das condições de vida e no desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

Em um contexto em que os desafios e demandas dos trabalhadores estão em constante evolução, a presença ativa dessas associações e sindicatos é fundamental para garantir que os direitos sejam protegidos, os interesses sejam representados e as melhorias sejam alcançadas. Logo, a existência e atuação dessas associações e sindicatos em Brasília são essenciais para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e para a promoção do bem-estar dos trabalhadores em diversas áreas profissionais.

5.1.2 História e apontamentos sobre a ADUNB

A Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB) foi fundada em 24 de maio de 1978 como fruto da luta dos trabalhadores em educação durante a ditadura civil-militar. Foi uma das principais entidades que lutaram pela manutenção do

ensino superior público de qualidade no país, lema que permanece em suas bandeiras no período e se fez presente em virtude da truculência do regime autoritário.

Em 27 de novembro de 1975, em assembleia geral dos docentes, a ADUNB constituiu-se em Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Brasília – Seção Sindical ANDES, em cujo regimento consta, no art. 5º, os seus objetivos:

I - Representar os interesses dos filiados da ANDES sindicato nacional sob sua jurisdição junto aos órgãos diretivos da UNB bem como junto a qualquer instância administrativa ou judicial;

II - Defender a educação enquanto bem público e uma política educacional que atenda às necessidades populares assegurando o direito ao ensino público, gratuito democrático, laico e de qualidade para todos;

III - Analisar a política educacional, científica e cultural brasileira e sobre ela manifestar-se, principalmente no que se refere ao peculiar interesse da educação superior e ao desenvolvimento da cultura científica, intelectual, física e artística;

IV - Lutar por melhores condições de trabalho e por um padrão elevado de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão para as instituições de ensino superior do país;

V - Buscar a integração das entidades representativas de professores estudantes servidores técnicos administrativos e trabalhadores em geral;

VI – Divulgar e debater com a comunidade as questões relativas à educação (ADUNB, 1995.p. 3).

Como consta em seu sítio eletrônico, a ADUNB⁴⁶ atua pelo desenvolvimento de uma sólida política educacional, científica e cultural no Brasil. Representa a instituição de ensino mais importante do Centro-Oeste: a Universidade de Brasília (UNB), fundada em 1962, pela liderança política e educacional de Heron de Alencar, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

Um fato importante envolvendo a UNB ocorreu em 2004, com a adoção das cotas raciais na universidade. É válido ressaltar que as cotas têm sido objeto de debate e controvérsia ao longo dos anos, opinião com a qual discordamos, pois consideramos que são necessárias para corrigir desigualdades históricas e garantir a representatividade

⁴⁶ Disponível em < <https://adunb.org/pagina/adunb/historia> > Acesso em: 03.abr.2023.

desses grupos na universidade. Nesse sentido, durante esse período, grupos contrários manifestaram-se de forma negativa à sua efetivação.

De acordo com matéria publicada na revista da UNB, é possível perceber que esse modelo foi desenvolvido no Brasil, não sendo importado de fora, e é resultado da articulação de movimentos sociais que exigem maior igualdade e mecanismos de acesso mais equitativos:

De autoria da professora emérita do Departamento de Saúde Coletiva Rita Segato e do professor do Departamento de Antropologia José Jorge de Carvalho, o Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB em junho de 2003. O documento previa reserva de 20% das vagas do vestibular para negros. “A origem das cotas no Brasil foi local. Nós não copiamos modelos. Foi um processo de crítica ao racismo acadêmico no país”, relembra a emérita. [...] Em 2012, a partir da sanção da Lei de Cotas, a UnB passou a reservar 50% das vagas para alunos de escolas públicas, com base nos critérios de renda e raça. Foram mantidas ainda 5% das vagas exclusivas para negros. (MELLO, 2022)

Na atualidade, a UNB reserva 50% das vagas em seus cursos de graduação para estudantes de escolas públicas, sendo metade delas destinadas a estudantes negros ou pardos, conforme denominações adotadas pela instituição.

Em tempos de ataques à educação pública e aos direitos trabalhistas, a ADUNB se mostra como uma organização importante na defesa dos interesses dos docentes e da qualidade do ensino superior público. A atuação do Sindicato é fundamental para garantir que a UNB continue sendo uma universidade pública, gratuita, democrática e de excelência. Ela atua na defesa dos direitos dos professores e da educação em âmbito nacional, por via da participação em organizações como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN).

5.1.3 SAE/DF: representatividade e conquistas em defesa dos trabalhadores em escolas públicas

O Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal (SAE/DF) foi fundado em 1983, para representar os trabalhadores em administração escolar. Ao longo dos anos, a entidade passou a ter representatividade regional, apresentando um crescimento relevante no que diz respeito a conquistas para uma melhoria nas condições de trabalho e salários mais justos.

Na contemporaneidade, como consta em seu sítio eletrônico⁴⁷, o SAE/DF tem a finalidade de defender e representar legalmente os servidores públicos integrantes da base territorial do Distrito Federal, tais como: Analista de Gestão Educacional, Técnico de Gestão Educacional, Monitor de Gestão Educacional, Agente de Gestão Educacional, inclusive dos aposentados e pensionistas, bem como qualquer tipo de contrato que venha a ser criado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

5.1.4 SAEP/DF: fortalecendo os direitos dos auxiliares de administração escolar da rede privada de ensino do Distrito Federal

O Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal (SAEP/DF) foi fundado no dia 18 de novembro de 2005, em razão do desmembramento do SAE, sindicato que representa os auxiliares da escola pública. Somente em 2007 foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), após disputa judicial com o SAE.

A entidade representa os interesses dos auxiliares de administração escolar que trabalham nos estabelecimentos de ensino do setor privado da base territorial do Distrito Federal. Como consta em seu ⁴⁸sítio eletrônico:

O SAEP/DF preocupado em estar cada vez mais perto do auxiliar tem percorrido os estabelecimentos de ensino esclarecendo dúvidas jurídicas, trabalhistas e divulgando a mais eficaz forma de luta que o trabalhador organizado dispõe: o Sindicato. Daí porque é necessário fortalecê-lo sempre com a participação e consciência de sua imperiosa necessidade. (SAEP-HISTÓRICO)

Como consta em seu Estatuto, o SAEP/DF é uma organização preocupada com o bem-estar e os direitos dos trabalhadores do setor de educação do Distrito Federal. A entidade tem oferecido aos estabelecimentos de ensino orientações jurídicas e trabalhistas e incentivado a participação no Sindicato como uma forma eficaz de lutar pelos direitos dos trabalhadores.

⁴⁷ Disponível em <https://www.saedf.org.br/index.php/o-sindicato/> Acesso em: 03.abr. 2023.

⁴⁸ Disponível em: [http://www.saepdf.org.br/sítio eletrônico/institucional/historico.asp](http://www.saepdf.org.br/sítio_eletrônico/institucional/historico.asp) Acesso em: 03.abr. 2023.

O Estatuto destaca a importância de fortalecer o Sindicato para conscientização dos trabalhadores sobre a necessidade de participar de suas atividades. O Sindicato é uma organização que pode atuar como um defensor dos interesses dos trabalhadores, negociando acordos coletivos, defendendo seus direitos e protegendo-os contra práticas abusivas dos empregadores.

5.1.5 História e luta do SINPRO/DF

A história da luta dos trabalhadores em educação no Distrito Federal, em especial dos professores, remonta às primeiras reivindicações feitas anteriormente à inauguração de Brasília, antes dos anos 1960, portanto. Esse processo incluiu a criação da Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília (APPESPB) em 1961; posteriormente, ocorreu a primeira greve de professores do Distrito Federal, uma das primeiras realizadas durante o governo militar, em 1962 (SOUZA, 2019).

A criação da entidade ocorreu em um contexto histórico desafiador, no qual um grupo de professores e educadores se uniu com o objetivo de fundar uma organização que pudesse representar a categoria docente do Distrito Federal. Esse período foi marcado pelo regime civil-militar que governava o país, caracterizado pela perseguição a sindicatos e associações. Naquela época, a organização era uma associação de professores no Distrito Federal. Com a consolidação do regime ditatorial, todas as formas de organização dos trabalhadores foram sufocadas, transformando os sindicatos que estavam em funcionamento em meras agências assistencialistas estatais. Como resultado, os militantes sindicais mais conscientes tiveram que escolher entre a informalidade ou a clandestinidade.

Ocorre que, mesmo diante do arcabouço repressivo imposto pelo regime, os trabalhadores encontraram brechas e se mostraram criativos e dispostos a lutar. Apesar de a correlação de forças ser amplamente desfavorável para os trabalhadores, isso não foi suficiente para inibir a determinação das categorias mais combativas como a dos professores do Distrito Federal (SINPRO/DF, 2022).

Foi somente em 20 de setembro de 1978 que a associação recebeu o registro do Ministério do Trabalho e passou a ser conhecida como Associação Profissional dos Professores do DF (APPDF). No ano seguinte, em 14 de março de 1979, o Ministério do Trabalho, em conformidade com o artigo 515 da Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), autorizou a mudança do nome para Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF) (SOUZA, 2017).

Apenas dois meses depois, em maio, ocorre uma intervenção federal no Sindicato que durou nove meses. A diretoria eleita foi destituída e uma junta interventora foi instalada até a eleição e posse da nova diretoria (SOUZA, 2017). Apesar das restrições impostas pelo governo, os professores decidiram criar uma entidade que lutasse pelos seus direitos e interesses, enfrentando as adversidades e a repressão do regime militar.

Até o ano de 2005, o SINPRO/DF representou os professores das escolas públicas e privadas. A partir desse ano, foi fundado um sindicato exclusivo para os educadores das escolas particulares, o Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINPROEP-DF), que passou a representá-los em questões trabalhistas e sindicais. Essa mudança ocorreu porque as demandas e necessidades dos professores das escolas públicas e privadas são diferentes e porque cada grupo precisava de uma representação mais específica, direcionada às suas particularidades.

Em consulta realizada em abril de 2023 no sítio eletrônico da entidade, o SINPRO/DF⁴⁹ informa que possui aproximadamente 32 mil filiados, entre professores e orientadores da ativa e aposentados da Secretaria de Educação do DF.

5.1.6 Gênese do SINPROEP/DF

O Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINPROEP/DF) foi criado em 2005 como resultado do desmembramento do SINPRO/DF. A necessidade de uma entidade sindical específica para os educadores do setor privado foi reconhecida devido à constatação de que esses profissionais vivenciam uma realidade singular, diferente daquela experimentada pelos educadores do setor público. Conforme descrito em seu ⁵⁰sítio eletrônico, em pesquisa realizada em 2023.

⁴⁹ Informação consultada no sítio eletrônico do SINPRO/DF. Disponível em <<https://www.sinprodf.org.br/secretarias/#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Professores%20no,colegiada%2C%20formada%20por%20treze%20secretarias.>>> Acesso em: 05.04.2022.

⁵⁰ Informação consultada no sítio eletrônico do SINPRO/DF. Disponível em <<http://www.sinproepdf.org.br/institucional/historico/#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sinproep%20se,pe los%20educadores%20do%20setor%20p%C3%BAblico.>>> Acesso em: 05.04.2022.

A criação do SINPROEP se deu pelo expresso desejo dos professores das escolas particulares de se organizarem em um sindicato específico deste setor. Constatou-se que os educadores do setor privado têm uma realidade singular, diferente da vivida pelos educadores do setor público. (SINPROEP, 2023)

O SINPROEP/DF desempenha um papel crucial na representação dos professores da rede privada de ensino. Ao longo de sua história, tem lutado por diversas pautas de grande relevância para a categoria, entre as quais se destacam: reajuste salarial, valorização do magistério, melhoria das condições de trabalho e outras questões que impactam diretamente a vida e a carreira dos professores.

A busca pelo reajuste salarial é uma demanda constante do SINPROEP/DF, visando garantir remunerações justas e condizentes com a importância e o compromisso dos professores na formação dos estudantes. A valorização do magistério é uma pauta prioritária, envolvendo a promoção de políticas que reconheçam o papel essencial dos educadores e incentivem a formação continuada e o aprimoramento profissional.

5.1.7 SINTFUB: em defesa dos trabalhadores da Universidade de Brasília

O Sindicato dos Trabalhadores da Fundação da Universidade de Brasília (SINTFUB) nasce em um contexto de resistência, na medida em que a UNB estava sob a intervenção militar e os trabalhadores da universidade sofriam com a repressão política e condições de trabalho precárias. Nesse período, não havia entidade que representasse a categoria, pois somente em 1985 surgiria a Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade de Brasília (ATA-FUB).

No ano de 1992, torna-se sindicato, passando agora a se chamar SINTFUB; no mesmo ano, tornou-se filiada à CUT e à FASUBRA. Como consta em seu ⁵¹sítio eletrônico,

Em 1999 houve mais uma mudança. O significado da sigla SINTFUB deixou de ser Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade de Brasília para Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília, abrangendo o conjunto da categoria (ativos, aposentados, terceirizados e pensionistas). (SINTFUB, 2023)

⁵¹ Disponível em < <https://www.sintfub.org.br/quem-somos/> > Acesso em: 06.abr. 2023.

O Sindicato representa os trabalhadores técnico-administrativos da UNB, com o compromisso de promover melhores condições de trabalho, salários justos e reconhecimento da importância do trabalho técnico-administrativo na universidade.

Desde sua fundação, o SINTFUB desempenha um papel importante na defesa dos direitos dos trabalhadores da UNB e na luta por uma universidade mais justa e democrática. O Sindicato já organizou diversas greves e mobilizações em prol dos direitos dos trabalhadores, bem como da qualidade do ensino e da pesquisa nessa universidade.

5.1.8 SINASEFE/BRASÍLIA: representação dos servidores do instituto federal de Brasília

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Brasília (SINASEFE/BRASÍLIA)⁵² representa os servidores sindicalizados do Instituto Federal de Brasília. Sua fundação ocorreu em abril de 2009, resultado de lutas e anseios dos servidores. Desde então, a Seção tem se dedicado diariamente à defesa dos interesses dos servidores e servidoras desse IF (SINASEFE/BRASÍLIA, 2016).

A Seção Sindical do SINASEFE/Brasília é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. Constitui uma instância organizativa de base da entidade nacional dotada de autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial, respeitando sempre as disposições estabelecidas no Estatuto do Sindicato (SINASEFE/BRASÍLIA, 2016).

A visão amplamente compartilhada pela Seção é de que apenas a mobilização coletiva representa o verdadeiro princípio dos movimentos sociais, sendo fundamental para conquistar legitimidade e respeito. Como integrante da rede federal de ensino, o SINASEFE/Brasília tem participado ativamente de diversas iniciativas e ações. Podemos dizer que a Seção Sindical do SINASEFE/BRASÍLIA desempenha uma atuação fundamental na representação dos servidores sindicalizados do Instituto Federal de Brasília. Sua criação em 2009 foi resultado de uma longa trajetória de lutas e anseios por melhores condições de trabalho e valorização dos servidores.

⁵² SINASEFE/BRASÍLIA. História do SINASEFE-Brasília. Disponível em: <https://sinasefebrasil.org.br/historia/>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

5.2 Breve história da educação em Goiás e a origem das primeiras associações e sindicatos no estado

A história da educação de Goiás, como em outros estados brasileiros, tem suas raízes no período colonial, quando a região era predominantemente habitada por povos originários e colonizadores portugueses. Vale ressaltar que a colonização de Goiás teve início no século XVIII (VALDEZ; BARRA, 2012).

Não obstante, a educação formal só começou a se desenvolver no final do século XIX, com a chegada de algumas escolas particulares. Isso ocorreu uma vez que, até a época da primeira república (1889-1930), Goiás era um estado isolado e de difícil acesso, devido principalmente à sua localização geográfica distante das principais rotas comerciais e dos grandes centros urbanos do país (SILVA; SOUZA, 1874). Além disso, as condições de transporte eram bastante precárias, com poucas estradas e caminhos que ligavam Goiás a outros estados e regiões do país.

De tal forma, as mudanças mais profundas na área da educação começaram a ocorrer na região somente na primeira metade do século XX. Araújo (2009, p. 7) ressalta que:

A priori é possível inferir que as mudanças em curso ao longo da primeira metade do século XX no Estado de Goiás, tais como a substituição de uma economia mineradora por uma de base agropastoril, implantação da estrada de ferro, a transferência da capital, a Marcha para Oeste, e o incentivo governamental à ocupação das terras do Centro-Oeste contribuíram para uma transformação no que concerne às políticas voltadas à instrução pública no Estado de Goiás.

Igualmente, no início do século XX, foram instituídas as primeiras escolas públicas em Goiás, mas o acesso à educação era restrito a uma pequena parcela da população. Nos anos seguintes, houve um maior avanço na educação em Goiás, com a criação de escolas técnicas, escolas rurais e a ampliação do ensino fundamental e médio. Na década de 1960, foi criada a Universidade Federal de Goiás (UFG), que se tornou um importante centro de ensino superior no estado. A partir da década de 1980, houve uma expansão significativa do ensino superior em Goiás, com a criação de diversas universidades e faculdades privadas.

No cenário atual, a educação em Goiás avançou consideravelmente. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais está abaixo da média nacional. O ensino

superior tem avançado nos últimos anos, sobretudo com a expansão das universidades privadas. Houve avanços qualitativos das universidades públicas, principalmente com a criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em 1999, a criação de novos cursos e vagas pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e a expansão dos institutos federais de educação (IFs) (SANTOS; OLIVEIRA, 2022).

Todavia, recentemente tivemos um preocupante aumento da militarização de escolas no estado.⁵³ Goiás conta com 60 escolas militares, o maior número do país, como consta no sítio eletrônico oficial da Escola de Civismo e Cidadania, como é chamado o programa no estado. Em matéria produzida com dados do CNTE, uma professora “denuncia que a rotina dos profissionais de educação e alunos tem mudado de alguns anos para cá após atos “antidemocráticos e autoritários” dentro da instituição de ensino conduzida pela direção” (RICARDO, 2022). O paradoxo do ensino militarizado, considerado positivo por alguns, é motivo de muitas críticas dos educadores. Freitas (2018) argumenta que a militarização da educação é uma forma de controle social que reforça a lógica da disciplina e da hierarquia, em detrimento da formação crítica e cidadã dos estudantes. O autor aponta que o modelo militarizado não resolve os problemas estruturais do sistema educacional nem melhora a qualidade da educação, além de promover uma visão autoritária e antidemocrática da escola e do papel do professor.

Consideramos a educação militar limitadora da autonomia e da liberdade do educando, dada a rigidez de suas práticas pedagógicas que tende a inibir a criatividade e, especialmente, extinguir o pensamento crítico dos estudantes, semeando comportamentos belicistas na vida social. Por essas razões, não representa solução efetiva para melhorar a qualidade do ensino, a qual depende de diversos fatores como a qualidade dos materiais didáticos, infraestrutura e formação dos professores. Acrescentamos a isso a restrição à liberdade dos professores na escolha de metodologias e na elaboração de atividades pedagógicas quando uma escola é gerida por militares e não por profissionais da educação.

O sindicalismo em Goiás tem uma história rica e variada, que remonta ao início do século XX quando muitos trabalhadores rurais começaram a se organizar em

⁵³

Disponível

em<

<https://www.cepmggn.com/colegios-militares?lang=pt#:~:text=Goi%C3%A1s%20E2%80%9320Conta%20hoje%20com%2060%20escolas%20administradas%20pela%20PMGO.>> Acesso em: 06.abr. 2023.

sindicatos para lutar por melhores condições de trabalho, salários mais justos e outros direitos trabalhistas. A história do sindicalismo na educação em Goiás está intimamente ligada à história do sindicalismo no estado como um todo. Durante a década de 1950, os professores começaram a se organizar em associações, posteriormente convertendo-se em sindicatos.

Em 1965, foi criado o SINPRO/GO, que se tornou uma das principais entidades sindicais do estado. Nos anos seguintes, o sindicato desempenhou um papel importante na luta por melhores salários e condições de trabalho para os professores, realizando greves e manifestações em defesa dos direitos da categoria. Durante a ditadura civil-militar no Brasil, o SINPRO-GO teve um papel importante na luta contra a repressão e pela democratização do país. Nos anos seguintes, o SINPRO-GO⁵⁴ continuou a lutar pelos direitos dos professores e pela melhoria da educação em Goiás. Em 1987, nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte realizou-se a primeira greve geral da história da categoria, culminando com expressiva vitória, política e econômica. Pouco tempo depois, em 1989, seus diretores lideraram 51 dias de greve na então Universidade Católica de Goiás (UCC), hoje PUC Goiás, reivindicando melhores condições na educação do estado.

O Sindicato no estado continua a lutar pelos direitos dos professores e pela melhoria da educação em Goiás, realizando ações como campanhas salariais, protestos e mobilizações em defesa da valorização dos docentes e da qualidade da educação.

Nas próximas subseções, apresentaremos um panorama das entidades representativas encontradas no estado de Goiás.

5.2.1 Associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de Goiás

Em Goiás, encontramos diversas associações e sindicatos que desempenham papéis importantes na representação e defesa dos direitos dos trabalhadores da educação. Essas entidades são responsáveis por lutar por melhores condições de trabalho, salários justos, benefícios adequados e pela valorização dos profissionais do setor.

Entre os sindicatos e associações localizados em Goiás, podemos destacar o Sindicato dos Professores de Goiás (SINPRO/GO), o Sindicato Municipal dos Servidores

⁵⁴ Disponível em < <https://sinprogoias.org.br/sinpro-goias/historia/>> Acesso em: 06.abr.2023.

da Educação de Goiânia (SIMSED), o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESGO), o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), o Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar do Estado de Goiás (SINAEE/GO), o Sindicato dos Servidores em Instituições Federais de Educação Tecnológica no Município de Goiânia (SINTEF-GO), a Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão (ADCAC) e a Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Estadual de Goiás (ASTUEG).

Existem ainda seções sindicais do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica em várias cidades do estado como Águas Lindas, Formosa, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Morrinhos, Rio Verde, Uruaçu, Urutaí e Valparaíso de Goiás. De igual modo, há seções sindicais de docentes em diversas instituições: na Universidade Estadual de Goiás (ADUEG), na Universidade Estadual de Anápolis (SESDUEG), no CEFET – Goiás (SINDCEFET-GO), no Centro Universitário de Goiatuba (SESDUNICERRADO), na Universidade Federal de Goiás - Campus Avançado de Jataí (ADCAJ) e na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior na Cidade de Mineiros (SESDFIMES). Sobre esse conjunto de entidades, esclareça-se que só obtivemos informações sobre a Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Luziânia-GO (SINASEFE/LUZIÂNIA).

Em relação às demais entidades, não havia informações disponíveis, uma vez que não foram encontrados sítios eletrônicos ou documentos relacionados a elas na internet. Seria necessário realizar uma pesquisa presencial para obter dados atualizados.

Ainda temos a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FITRAE/BC), o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Anápolis e Região (SINTEEA), o Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis (SINPMA), o Sindicato dos Professores de Anápolis e Região (SINPROR) e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde (SINTEERV).

Essas entidades agem de forma articulada e em colaboração para garantir os direitos e interesses dos profissionais da educação em suas respectivas áreas de atuação. Com a ajuda de negociações, mobilizações, ações sindicais e diálogo com as autoridades competentes, essas entidades buscam promover melhorias nas condições de trabalho, avanços na carreira, valorização dos profissionais e uma educação de qualidade em todo o estado de Goiás.

A atuação dessas associações e sindicatos é fundamental para fortalecer a categoria e assegurar que os trabalhadores da educação sejam ouvidos e representados em questões relacionadas às suas atividades laborais.

5.2.2 Presença da ADUFCAT

A Associação Docente do Campus Avançado de Catalão (ADCAC) foi fundada em 2006 para representar os docentes do *campus* avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás (UFG). O *campus* foi criado em 2004 para atender à demanda de ensino superior na região e oferecer cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Agrárias e Tecnologia.

Com a criação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em 2018, a ADCAC foi incorporada a essa nova universidade, tornando-se, no ano seguinte, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Catalão (ADUFCAT), para refletir sua nova condição como associação de docentes da UFCAT.

Em linhas gerais, a ADCAC desempenhou um papel significativo na representação dos docentes da UFG. As informações sobre a entidade são limitadas, pois só foi possível localizar registros em uma rede social com informações até o ano de 2019.

5.2.3 ADUFG: história e existência

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (ADUFG) é uma entidade que representa os professores da Universidade Federal de Goiás (UFG), uma das maiores instituições de ensino superior do estado. É filiada à PROIFES-Federação. Foi fundada em 21 de dezembro de 1978, num momento em que a legislação não permitia a existência de sindicatos, por isso criou-se uma associação.⁵⁵ O movimento reuniu professores insatisfeitos com as condições precárias de trabalho e da própria universidade.

⁵⁵ Disponível em < <https://www.adufg.org.br/o-sindicato> > Acesso em: 08.abr.2023.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), a ADUFG enfrentou diversos desafios, lutou contra a repressão, as tentativas de desmonte da educação pública e os ataques à autonomia universitária.

Na década de 1990, torna-se seção do ANDES, período em que se mostrou muito combativa contra o projeto Collor, as reformas do governo Fernando Henrique Cardoso e as ameaças à autonomia das universidades. Nos anos 2000, ajudou a fundar o PROIFES, desfilando-se do ANDES, num período marcado por grandes debates e aproximação com a sociedade.

Em 2011, depois de uma assembleia docente, ela mudou sua nomenclatura e quadro de abrangência para se tornar um sindicato local. Desde 1993, ela é hegemônica pelo mesmo grupo político. Em 2012, a Comissão de Mobilização Docente - *Campus Goiás* foi criada porque a ADUFG não atendia aos anseios de um sindicato combativo e classista. A greve de 2012 foi a maior da história do IF e a UFG aderiu a ela. O movimento docente se reorganizou e se uniu em oposição sindical. Os professores recém-ingressos na universidade pública tiveram um papel importante, na medida em que a greve se espalhou por todo o estado. Mas um episódio emblemático aconteceu durante uma assembleia geral em junho, quando a diretoria da ADUFG alegou que somente os professores filiados poderiam participar, expulsando os demais. (VIEIRA; ARAÚJO, 2022).

A ADUFG tem atuado na defesa dos interesses dos professores da UFG, tanto no que diz respeito às questões trabalhistas e salariais quanto às questões acadêmicas e de políticas públicas relacionadas ao ensino superior.

5.2.4 Surgimento e importância da ASTUEG

A Associação dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Estadual de Goiás (ASTUEG)⁵⁶ foi fundada em 10 de setembro de 2005, congregando todos os servidores técnico-administrativos em cargo efetivo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Tendo surgido para defender os direitos dos servidores técnico-administrativos, suas pautas abarcam questões trabalhistas, salariais e de condições de trabalho.

⁵⁶ As informações sobre a entidade foram obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em <https://www.astueg.com/p/institucional.html> Acesso em: 12.abr. 2023.

Entre as atividades desenvolvidas pela ASTUEG está a negociação coletiva com a UEG, a participação em fóruns e conselhos internos da universidade, a realização de eventos de capacitação e formação para os servidores, além de atividades de lazer e cultura para seus associados. É assim que a ASTUEG se põe como importante instituição de defesa dos direitos dos servidores técnico-administrativos da UEG, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade do ensino e pesquisa na universidade.

Conforme informações no sítio eletrônico da entidade, seus objetivos pautam a valorização da carreira e dos servidores em cargo efetivo da UEG; a defesa de interesses, individuais ou coletivos, nas esferas administrativas, judicial e extrajudicial, assessorando seus filiados na solução de problemas relacionados ao exercício profissional e à situação funcional, nos termos de seu Estatuto.

Pelo que podemos apurar, a ASTUEG tem papel fundamental na defesa dos direitos dos servidores técnico-administrativos da UEG, dedicando-se a questões trabalhistas, salariais e de condições de trabalho, na busca de melhorias na carreira e de valorização dos profissionais efetivos da universidade. E o faz por meio de atividades relevantes como a negociação coletiva, a participação em fóruns e conselhos internos da universidade e a promoção de eventos de capacitação e formação. Sua atuação se preocupa com aspectos laborais de forma ampla, proporcionando momentos de lazer e cultura aos associados. Com seus objetivos claros e estatuto bem definido, a ASTUEG contribui para a resolução de problemas e para a melhoria das condições de trabalho, bem como para a qualidade do ensino e da pesquisa na Universidade Estadual de Goiás.

5.2.5 SIMSED: representatividade e luta pelos trabalhadores em educação municipal em Goiânia

O Sindicato Municipal dos Servidores da Educação (SIMSED)⁵⁷ foi fundado em 2010, na cidade de Goiânia, Goiás, com o objetivo de representar os servidores da educação que atuam na rede municipal de ensino. A entidade foi criada por professores e outros profissionais da área da educação que se desvincularam do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), que representa os trabalhadores da educação em todo o estado.

⁵⁷ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em <http://simsed.blogspot.com/p/historia-do-sindicato.html> Acesso em: 12.abr.2023.

O SIMSED proclama como objetivo a promoção de eventos e atividades culturais, a formação e qualificação dos profissionais da educação, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da educação em Goiânia, defender os interesses dos trabalhadores da educação municipal e lutar por melhores condições de trabalho e pela valorização profissional.

No ano de 2022, o SIMSED estabeleceu uma forte atuação na luta pelos servidores da educação, reivindicando o piso nacional dos professores e a data base do administrativo, e, juntamente com o SINTEGO, declarou greve na rede municipal de Goiânia. De acordo com a categoria,

reivindica o pagamento imediato da data-base referente a 2020 e 2021, cujo percentual anunciado pela Prefeitura é de 9,32%, a discussão de um plano de carreira para os servidores administrativos, a inclusão da data-base de 2022 no projeto de lei que será enviado à Câmara Municipal de Goiânia e o pagamento do piso dos professores no percentual de 33,24%, de acordo com o que foi anunciado pelo governo federal. (XIMENES, 2022, s/p)

Durante a mobilização houve um empasse entre as duas entidades: o SINTEGO argumentava que o SIMSED dividiu a categoria, enquanto esta entidade alegava ser responsável por “puxar a luta”. Dessa forma, pode-se perceber a nítida disputa entre as entidades, gerando uma divisão sindical que não foi superada.

5.2.6 SINAAE/GO: defesa e conquistas para os auxiliares de administração escolar em Goiás

O Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás (SINAAE/GO)⁵⁸ foi fundado em 21 de julho de 1988 com o objetivo de lutar pelos direitos e interesses desses profissionais. Tem como base territorial o estado de Goiás e está filiada à CONTEE. Sobre a entidade e sua abrangência, temos a seguinte definição estatutária:

Art. 1º O SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DO ESTADO DE GOIÁS – SINAAE – GO, com sede e foro na Rua 21, nº 516, Centro, Goiânia, Estado de Goiás, é constituído, por tempo indeterminado, para fins de estudo, coordenação, proteção e representação

⁵⁸ Informações extraídas do sítio eletrônico da entidade. Disponível em <<https://sinaaego.com.br/institucional/#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Auxiliares%20de,difusos%20da%20categoria%20profissional%20dos>> Acesso em: 14.abr. 2023.

legal da categoria profissional Auxiliar de Administração Escolar, com base territorial no Estado de Goiás, exceto Anápolis, Jaraguá, Ceres, Rialma, Goianésia, Uruaçu e Niquelândia (SINAAE/GO – Estatuto).⁵⁹

O artigo 1º do Estatuto do SINAAE/GO estabelece a sua constituição com sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, para representar legalmente a categoria profissional dos auxiliares de administração escolar, além de promover estudos, coordenação e proteção da categoria profissional. É importante destacar que o Sindicato é uma entidade que representa os interesses de uma determinada categoria profissional e que, por isso, a sua constituição é regida por leis específicas. O SINAAE/GO, em particular, tem como finalidade a defesa dos direitos dos trabalhadores auxiliares de administração escolar no estado de Goiás, exceto nas cidades de Anápolis, Jaraguá, Ceres, Rialma, Goianésia, Uruaçu e Niquelândia.

O Sindicato é uma importante ferramenta de luta pelos direitos dos trabalhadores, pois atua em defesa de seus interesses e busca melhorias em suas condições de trabalho. Pelo uso de negociações coletivas e ações judiciais, o Sindicato pode conquistar benefícios para a categoria profissional que representa.

Cumprе ressaltar que a construção de um sindicato é um direito garantido pela Constituição Federal e a participação dos trabalhadores na vida sindical é fundamental para o fortalecimento do movimento sindical e a garantia de seus direitos.

O Estatuto contém vários artigos, dos quais destacamos três. O Artigo 2º estabelece que, por se tratar de uma entidade sindical e por sua própria natureza, os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais. Em outras palavras, os membros do Sindicato não serão responsabilizados individualmente pelas dívidas ou obrigações da entidade. O Artigo 3º define que a representação da entidade inclui a categoria profissional dos auxiliares de administração escolar. Isso significa que o Sindicato será responsável por representar os interesses desse grupo de trabalhadores. O Artigo 4º estipula que, no caso de um membro decidir se dissociar do sindicato, essa decisão deve ser tomada em uma assembleia geral específica, na qual serão observados as formalidades e o quórum estabelecidos no artigo 46 do Estatuto, isto é, a

⁵⁹ Estatuto do SINAAE/GO. Disponível em: < <https://sinaaego.com.br/institucional/estatuto/>> Acesso em: 22.abr. 2023.

dissociação não pode ser feita de forma arbitrária ou individual, mas sim pelo uso de um processo formal e coletivo.

Em linhas gerais, pode-se dizer que desde a sua criação o SINAAE-GO⁶⁰ tem sido um forte defensor dos direitos dos trabalhadores da administração escolar de Goiás. Sua fundação ocorre em um momento político difícil do país, quando a luta pelos direitos era vista com desconfiança pelo regime e as organizações sindicais eram obrigadas a seguir regras rigorosas para obter autorização para operar. Desde essa fundação, muitos anos se passaram e o sindicato tem muitos motivos para comemorar, rememorando as batalhas históricas por direitos e aumento salarial em nome da categoria e o fato de que, em 1997, adquiriu sua própria sede.

5.2.7 História do SINPRO/GOIÁS: da repressão à luta pela liberdade de ensino

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO/GOIÁS) foi fundado em 20 de outubro de 1962, numa época em que o movimento sindical brasileiro estava em plena expansão e ganhava força em diversas categorias profissionais. Por essa lógica, logo no ano seguinte à sua criação ocorreu o golpe militar de 1964, quando as forças conservadoras do país instauraram uma ditadura. Esse período ficou marcado pela forte repressão ao movimento sindical brasileiro, dado que o Estado, por meio do Ministério do Trabalho, controlava as organizações sindicais, perseguia políticos e líderes sindicalistas e intervinha nas entidades.

Até o ano de 1980, o SINPRO/GOIÁS⁶¹ não era uma entidade empenhada na luta geral do povo brasileiro, restringindo-se a questões corporativas. Nessa lógica, com uma nova diretoria empenhada nas lutas pela redemocratização do país, houve uma guinada na linha de atuação da entidade em direção a uma política sindical classista e de lutas.

O primeiro grande embate foi com o extinto Colégio Carlos Chagas, em janeiro de 1981, quando ocorreu a demissão de dez professores. O movimento perdurou por mais de um mês, forçando a readmissão de alguns dos demitidos. A firmeza e a força da

⁶⁰ SINAAE-GO completa 30 anos na defesa dos Auxiliares de Administração Escolar de Goiás. Disponível em: <https://sinaaego.com.br/2017/06/05/sinaae-go-completa-30-anos-na-defesa-dos-auxiliares-de-administracao-escolar-de-goias/> Acesso em: 21.abr. 2023.

⁶¹ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico do SINPRO/GO história. Disponível em: <https://sinprogoias.org.br/sinpro-goias/historia/#:~:text=Sinpro%20Goi%C3%A1s%3A%2057%20anos%20de,mais%20justa%2C%20fraterna%20e%20igualit%C3%A1ria.>> Acesso em: 22.abr. 2023.

categoria docente se destacaram, dando credibilidade à entidade, que passou a ser mais respeitada e reconhecida pela sociedade goiana.

A partir dos anos 1980, o SINPRO/GOIÁS passou a participar ativamente do movimento social brasileiro, com ênfase nas áreas dos direitos sociais e, particularmente, da educação. O Sindicato se faz presente em órgãos de Estado, como Conselho Estadual de Educação, conselhos Municipais de Educação, Fórum Estadual de Educação, Fórum Municipal de Educação, Fórum Goiano de Educação Infantil e Fórum Goiano de Mulheres, Conselho Estadual da Mulher e Conselho Estadual de Igualdade Racial.

Recentemente, grupos têm ameaçado e intimidado professores com o intuito de limitar a liberdade de ensino e de expressão, violando os direitos constitucionais dos educadores. Em resposta a esse aumento do ultraconservadorismo em Goiás, o SINPRO/GO tomou medidas contra a crescente onda de acusações infundadas de doutrinação feitas por alguns deputados aos professores. Segundo matéria do jornal “Opção”, o SINPRO/GO afirmou que não permitirá qualquer perseguição aos professores, advertindo aos incautos que o

Sindicato dos Professores de Goiás (SINPRO) se prepara para tomar medidas legais contra o deputado federal Gustavo Gayer, acusando-o de perseguir a categoria. De acordo com comunicado enviado à imprensa, sindicato começou a redigir documento nesta quinta-feira, 23, depois que o influencer bolsonarista lançou sítio eletrônico para que os pais pudessem denunciar a suposta ‘doutrinação ideológica’ (BOUHID, 2023.s/p).

O SINPRO/GOIÁS está levando a sério as acusações de perseguição da categoria feitas pelo deputado federal Gustavo Gayer, do Partido Liberal, e está se preparando para tomar medidas legais. Em um comunicado divulgado à imprensa, anunciou que está redigindo um documento para ser apresentado contra o deputado depois que ele lançou um sítio eletrônico para que os pais possam denunciar a suposta “doutrinação ideológica”. A entidade reitera seu compromisso com a liberdade de expressão e com a educação de qualidade, e está disposta a lutar pelos direitos dos professores e pela preservação do ambiente escolar livre de perseguições políticas (BOUHID, 2023).

É assim que o Sindicato tem se posicionado publicamente contra as tentativas de cercear a liberdade de expressão e o direito dos professores de ensinarem de acordo com suas convicções e conhecimentos técnicos. Do mesmo modo, tem promovido campanhas

de conscientização sobre a importância da liberdade de ensino e da autonomia pedagógica dos professores. A entidade oferece assessoria jurídica e acompanhamento dos casos de professores que enfrentam processos administrativos ou jurídicos por suposta doutrinação, com o intuito de garantir que eles possam se defender num processo justo e transparente. Além disso, promove continuamente a qualificação profissional dos docentes pelo uso de cursos de formação continuada, oferece oportunidades de lazer e entretenimento e incentiva a participação em atividades culturais como mostras de cinema, teatro e eventos literários.

O SINPRO/GOIÁS publica livros com regularidade para apoiar e difundir o conhecimento e contribuir com a formação política e cultural dos seus filiados.

5.2.8 Nascimento do SINT-IFESGO

O Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESGO)⁶² nasceu da transformação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Goiás (ASUFEGO), fundada em 18 de agosto de 1973 como entidade de representação dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Goiás (UFG), o que durou mais de uma década.

Nos anos de 1990, a ASUFEGO se transformou em SINT-IFESGO, expandindo sua atuação para representar os trabalhadores técnico-administrativos das demais instituições federais de ensino superior no estado de Goiás. Desde então, tem atuado na defesa dos direitos e interesses desses trabalhadores, bem como na promoção da educação pública, gratuita e de qualidade em todo o estado de Goiás.

O SINT-IFESGO surgiu como uma evolução da ASUFEGO e expandiu sua atuação para representar os trabalhadores técnico-administrativos de todas as instituições federais de ensino superior em Goiás. Ao longo de mais de uma década, o SINT-IFESGO tem trabalhado incansavelmente na defesa dos direitos e interesses desses trabalhadores, ao mesmo tempo que busca promover a educação pública, gratuita e de qualidade em todo o estado. Essa trajetória exemplar demonstra o compromisso e a dedicação do Sindicato

⁶² Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. SINT-IFESGO. História. Disponível em: <<https://sintifesgo.org.br/historia/#:~:text=Nasceu%20da%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Associa%C3%A7%C3%A3o,Na%20d%C3%A9cada%20de%201973.>> Acesso em: 22.abr. 2023.

em busca de melhorias tanto para os trabalhadores quanto para o sistema educacional de Goiás.

5.2.9 Origem do SINTEF-GO

Fundado em 1993, o Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Goiás (SINTEF-GO)⁶³ surgiu a partir da reestruturação estatutária da antiga Associação dos Professores da Escola Técnica Federal de Goiás (APETEFEGO), que havia sido criada em 1977. Tem se dedicado a lutar pelos direitos dos trabalhadores em educação de Goiás incluindo docentes e técnicos-administrativos, ativos, aposentados e pensionistas que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O objetivo principal do SINTEF-GO é organizar, representar e direcionar a luta sindical dos seus filiados em busca de melhores condições de trabalho e de vida, sempre respeitando os interesses imediatos e históricos e os limites estatutários, acreditando que a disposição sindical é crucial para combater as propostas e perspectivas que violam os direitos trabalhistas e as lutas por conquistas que beneficiam os seus servidores.

O SINTEF-GO reconhece que enfrenta muitos desafios impostos pelo cenário sociopolítico atual, que muitas vezes converge para ideias e projetos que vão contra os interesses da classe trabalhadora. Por isso, a organização dos servidores é fundamental para atuar e resistir, garantindo a autonomia, a liberdade e o exercício da democracia. Preconizando a unidade da categoria, a entidade batalha em defesa dos direitos dos seus servidores, reforçando a sua força sindical para continuar em uma trajetória de lutas e conquistas. Nos seus primeiros anos de existência, o Sindicato concentrou seus esforços na reivindicação de melhores salários, condições de trabalho e respeito à jornada de trabalho dos profissionais da educação.

Com o tempo, o Sindicato ampliou suas pautas para incluir questões relacionadas à formação e qualificação dos trabalhadores da educação, além de lutar por uma educação pública de qualidade e inclusiva. Ao longo das últimas décadas, participou ativamente de diversas mobilizações e greves em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação e da educação pública. Tem se empenhado em ampliar a participação dos trabalhadores da

⁶³ As informações foram obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em:<<https://sintef.org.br/wp/institucional/>> Acesso em: 22.abr. 2023.

educação em processos de decisão que afetam suas vidas profissionais e a educação como um todo. Na atualidade, o SINTEF-GO representa milhares de trabalhadores da educação em todo o estado de Goiás e continua lutando incansavelmente por melhores condições de trabalho e por uma educação pública de qualidade, inclusiva e democrática.

A entidade é filiada ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos dos educadores e na promoção de políticas educacionais justas e igualitárias. Mediante sua filiação ao SINASEFE, o SINTEF-GO fortalece sua atuação a nível nacional, contribuindo para a articulação e troca de experiências entre os sindicatos e trabalhadores da educação em todo o país. Essa união em prol de uma educação pública transformadora reflete a importância do trabalho coletivo.

5.2.10 União e resistência: a trajetória do SINTEGO em defesa dos trabalhadores em educação de Goiás

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO)⁶⁴ é uma entidade sindical que representa os trabalhadores da educação básica do estado de Goiás, incluindo professores, funcionários de escolas e trabalhadores administrativos.

Sua origem remonta aos anos 1960, período em que os professores de Goiás já se organizavam em associações: a Associação dos Professores Primários (APP) foi fundada para oferecer assistência social aos professores e, posteriormente, em fins da década de 1960, surge a Associação dos Professores do Ensino Médio (APEM).

Durante a década de 1970, a APP e a APEM se unem para criar o Centro de Professores de Goiás (CPG), que mantinha uma linha assistencialista, com casa, consultórios médicos e odontológicos e toda uma estrutura mantida pelo governo do Estado. Nessa época, a política dura da ditadura civil-militar controlava a política e a economia em todo o país, e a direção do CPG, que era controlada pelo governo, contraiu enormes dívidas no comércio e começou a desviar os recursos recebidos. Em 1977, o Conselho de Professores, representantes do CPG, insatisfeitos com a situação, promoveu uma auditoria na entidade e, com base nos resultados obtidos, afastou a presidência. Com

⁶⁴ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em: <<https://sintego.org.br/quemsomos#:~:text=Logo%20ap%C3%B3s%20a%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da,27%20de%20novembro%20de%201988.>> Acesso: 23.abr. 2023.

poder legal de destituição, essa Comissão administrou o CPG até convocar eleições diretas para a nova direção.

No final da década de 1970, com os primeiros sinais da abertura política apontando para o final da ditadura civil-militar, surgiram oportunidades para a organização dos trabalhadores. Em todo o país, greves eclodiam, principalmente no ABC paulista. Nesse contexto, o CPG iniciou sua organização em todo o estado, embora ainda não houvesse sido criado o estado de Tocantins. As lideranças do CPG visitavam todas as cidades, utilizando recursos financeiros próprios ou com a ajuda dos professores das localidades. Realizavam reuniões de mobilização desses profissionais para reivindicar melhores salários e condições de trabalho, bem como para lutar pela instituição efetiva da democracia (ATAÍDE, 2005).

Entre 1979 e 1989 ocorreu a primeira greve de professores do estado de Goiás, que reivindicavam aumento salarial, criação de um estatuto para a categoria e democratização das escolas. É importante destacar que, ao longo da história das entidades de professores no Brasil, incluindo Goiás, o salário tem sido o principal fator motivador para a realização de greves. Desde a primeira greve em 1979 até a última em 2002, a defasagem salarial foi a principal reivindicação da categoria (ATAÍDE, 2005).

A partir dos anos 1990 e 2000 ocorreu um processo de reestruturação produtiva do capital que causou mudanças significativas na produção e na organização do trabalho assalariado, resultando na precarização do trabalho e, como consequência, na reorganização da classe trabalhadora. Especificamente no que diz respeito à organização sindical dos professores da rede básica pública de Goiás, a crise sindical vivida pelas organizações sindicais brasileiras afetou o SINTEGO, resultando em sua reorganização (PASSOS, 2018).

Em meio a esse contexto de crise sindical e avanço do neoliberalismo, surgiu um movimento de oposição à direção do SINTEGO conhecido como “Mobilização de professores de Goiás”⁶⁵. Esse movimento teve início nas redes sociais e foi motivado pela preocupação com as implicações da matriz curricular da rede estadual de educação para os estudantes. Como consta em seu sítio eletrônico, trata-se de um movimento apartidário que busca congrega pessoas de diferentes perspectivas e filiações políticas, sem vínculo

⁶⁵ Disponível em: <<https://mobilizacaoprofessoresgo.webnode.page/sobre-nos/>> Acesso em: 22.abr. 2023.

com nenhum partido e que não se prestava a promover campanhas eleitorais em nenhum nível. Conforme apregoado pela entidade, essa mobilização é “anti-eleitoreira e não se sujeita a campanhas partidárias ou de ONGs e sindicatos”, se colocando como autônoma e não vinculada a nenhum sindicato ou ONG, mas “mantém o diálogo com essas entidades” e, em caso de necessidade, “a mobilização buscará apoio financeiro, jurídico e diálogo com o SINTEGO” (MOBILIZAÇÃO DOS PROFESSORES DE GO, 2011), embora reivindique sua plena independência organizativa.

Durante o ano de 2011, a entidade fez diversas tentativas de diálogo com o governo estadual, mas mesmo com a ajuda do Secretário de Educação suas reivindicações não foram atendidas. As principais demandas eram a efetivação do piso salarial, a reformulação do plano de carreira e a criação de uma gratificação para todos os trabalhadores. Diante das mudanças no trabalho pedagógico e desconfiado das intenções do governo, o Sindicato permaneceu mobilizado e, no início de 2012, inicia uma greve que se estendeu por 51 dias (ARAÚJO JUNIOR, 2013). A justificativa da direção do SINTEGO para a deflagração da greve foi que o Secretário de Educação havia promovido mudanças no trabalho pedagógico que prejudicaram os trabalhadores e não havia atendido às demandas da categoria ao longo do ano anterior (ARAÚJO JUNIOR, 2013).

O SINTEGO é afiliado à CNTE e à CUT, e essas organizações têm incluído em suas campanhas a ideia de que a união de forças, a incorporação e articulação dos sindicatos na luta pelos interesses de todos os trabalhadores é uma das soluções para enfrentar os desafios atuais impostos à organização sindical e trabalhista. Nos documentos aprovados nos congressos de educação, é perceptível que as propostas de reorganização apresentadas pelo SINTEGO refletem as mudanças conjunturais promovidas pelo neoliberalismo e que têm gerado indefinições e incertezas para o movimento sindical brasileiro (RODRIGUES, 2006).

No tempo presente, o SINTEGO enfrenta grandes desafios para fortalecer sua legitimidade sindical em meio ao cenário de desregulamentação das relações de trabalho, aumento da participação das organizações não governamentais na sociedade e flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

5.2.11 FITRAE/BC: representando e defendendo os trabalhadores em estabelecimentos de ensino privados na região central do Brasil

A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central (FITRAE/BC) é uma entidade sindical que representa os trabalhadores de instituições privadas de ensino da região central do Brasil. A história da FITRAE/BC remonta ao início do movimento sindical dos trabalhadores em educação no Brasil (SINPRO/GOIÁS, 2023).

A criação da FITRAE/BC ocorreu em resposta à necessidade de fortalecer a representação e a defesa dos interesses dos trabalhadores do setor privado de ensino nessa região central do país. Com o objetivo de unir os sindicatos estaduais e promover a união e solidariedade entre os trabalhadores, a Federação foi fundada por um grupo de sindicatos que compartilhavam das mesmas preocupações e desafios enfrentados pela categoria.

No presente, os sindicatos vinculados à entidade são: SINPRO Goiás, Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Privados de Ensino de Anápolis e Região (SINPROR), Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Anápolis e Região (SINTEEA), Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Particulares de Tocantins (SINTEPET), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP) e Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde (SINTEERV) (SINPRO/GOIÁS, 2023).

A FITRAE-BC busca garantir melhores condições de trabalho, salários justos, benefícios e direitos trabalhistas para os profissionais da educação que atuam nos estabelecimentos de ensino privados da região central do Brasil. Além disso, desempenha um papel importante na negociação de acordos coletivos de trabalho, na promoção de campanhas por melhorias salariais e nas lutas por uma educação de qualidade.

A Federação tem trabalhado em estreita colaboração com os sindicatos filiados, fortalecendo a representatividade da categoria e buscando soluções para os desafios enfrentados pelos trabalhadores das instituições privadas de ensino, atuando como um canal de comunicação entre os sindicatos e na promoção da troca de experiências e conhecimentos entre os profissionais da educação. Seu papel tem sido fundamental na luta pelos direitos desses trabalhadores da região central do país, posto que contribui para a valorização da categoria e a melhoria das condições de trabalho no setor.

A história da Federação é marcada pelo empenho e dedicação em representar e defender os interesses dos trabalhadores da educação, buscando sempre o avanço e a conquista de melhores condições de vida e trabalho para esses profissionais.

5.2.12 Breve história do SINTEEA

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino de Anápolis e Região (SINTEEA) foi fundado em 1989, tornando-se a primeira entidade representativa dos professores e servidores administrativos da educação municipal de Anápolis. A primeira diretoria foi empossada em 2 de dezembro de 1989, tendo como presidente Egmar José de Oliveira, e como vice a professora Jocilene dos Santos das Neves (SINPMA, 2022).

Em 25 de setembro de 1991, por meio do desconto de um dia de trabalho dos professores e servidores da Rede Municipal de Ensino, o Sindicato adquiriu a sua sede atual, localizada na Rua Engenheiro Portela nº 897, no Centro de Anápolis, Goiás.

No ano de 1993, o SINTEEA enfrentou uma batalha judicial contra a recente criação do Sindicato dos Professores de Anápolis e Região (SINPROR), resultando em dois sindicatos representando a mesma base. Em decorrência do descontentamento com a criação do SINPROR, alguns professores da rede municipal e privada desligaram-se do SINTEEA e fundaram, em 1995, o Sindicato dos Professores de Anápolis (SINPROANA), assumindo como presidente Ibrantina Pinheiro de Souza, seguida por Nádia Maria Farias Vaz em 1998. No entanto, em 2003 a justiça de Anápolis cancelou o registro sindical do SINPROANA (SINPMA, 2022).

5.2.13 SINPMA: trajetória de lutas e conquistas pela valorização dos professores da rede municipal de Anápolis

Fundado em 20 de agosto de 2003, o Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis (SINPMA) teve sua origem em uma assembleia geral dos professores realizada no Colégio Estadual Professor Faustino. A criação desse Sindicato foi coordenada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE), com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do SINPRO (SINPMA, 2021).

Na ocasião, foi eleita por aclamação uma junta governativa com mandato de três anos, presidida pela professora Jocilene dos Santos das Neves, responsável por legalizar

a entidade no Ministério Público do Trabalho e realizar a primeira eleição direta, que ocorreu em 2006. A junta governativa apresentou as reivindicações da categoria ao interventor do município, o então vice-governador do estado Alcides Rodrigues (SINPMA, 2021).

Ao longo dos anos, o SINPMA mobilizou a categoria em diversas lutas por melhores condições salariais e de trabalho, conquistando reposições salariais, gratificação de titularidade, progressão vertical e licenciatura plena parcelada. O Sindicato fortaleceu os órgãos que compõem o sistema municipal de ensino como o Conselho Municipal de Educação.

Em 2006, ocorreu uma paralisação geral da categoria conhecida como Dia D da educação pública municipal. Nesse mesmo ano, foi divulgada a primeira versão do Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, sendo estabelecido o compromisso de realizar eleições diretas para os gestores das unidades de ensino.

Em 2007, houve a primeira greve geral liderada pelo SINPMA, em busca de reposição salarial. No ano seguinte, os servidores municipais realizaram uma greve geral pela reposição salarial para todos os servidores. Foram abertos processos administrativos e judiciais contra professores, mas muitos foram arquivados posteriormente. Dois anos depois, em 2009, ocorreram importantes conquistas para o SINPMA como o arquivamento dos processos administrativos contra os professores, a aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional e a aprovação do Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Nos anos seguintes, o SINPMA continuou lutando pela valorização dos professores, reposição salarial, avanços na carreira e outras conquistas; foram realizadas eleições do Sindicato, manifestações, greves e paralisações em defesa dos direitos trabalhistas e da qualidade da educação.

Ao longo de sua história, o SINPMA se fortaleceu como representante dos professores da rede municipal de ensino de Anápolis, buscando garantir seus direitos e melhorias nas condições de trabalho, em parceria com outras entidades e com o apoio da categoria.

5.2.14 SINPROR: representando e fortalecendo os professores da rede municipal de Anápolis

O Sindicato dos Professores de Anápolis e Região (SINPROR) teve sua origem em um contexto em que havia dois sindicatos representando a mesma base de professores. Diante dessa situação, alguns professores da rede municipal e privada decidiram se desligar do SINTEEA e fundaram, em 1995, o Sindicato dos Professores de Anápolis (SINPROANA), tendo como sua primeira presidente a professora Ibrantina Pinheiro de Souza, posteriormente sucedida, em 1998, pela professora Nádia Maria Farias Vaz (SINPMA, 2021).

Entre os anos de 1993 e 2003, nenhum sindicato tinha permissão para reivindicar ou agir em benefício dos professores, sob a pena de prisão. Por essa lógica, em 27 de abril de 2003, a justiça de Anápolis cancelou o registro sindical do SINPROANA. A partir desse momento, num acordo entre as partes, o SINPROR renunciou à base de professores da rede municipal, permitindo a criação de uma entidade que representasse exclusivamente os professores dessa rede (SINPMA, 2021). Esse processo possibilitou a formação do SINPROR como um sindicato dedicado a representar os interesses e direitos dos professores da rede municipal de Anápolis e região. Ao renunciar à base dos professores da rede privada, o SINPROR concentrou seus esforços em defender e promover os interesses específicos dos professores municipais públicos. O SINPROR se tornou uma importante entidade sindical, atuando em defesa de direitos trabalhistas, condições de trabalho, plano de carreira, remuneração e demais questões relacionadas aos professores municipais de Anápolis e região.

5.2.15 Presença do SINTEERV

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Rio Verde (SINTEERV) representa a categoria de professores e auxiliares administrativos que trabalham em estabelecimentos de ensino privados da região. Embora as informações sobre a entidade sejam escassas, é possível identificar sua existência e seu campo de atuação.

Em um momento recente, o Sindicato chamou a atenção ao se posicionar contrariamente às propostas de reforma da previdência. Essa posição gerou uma mobilização nas ruas de Rio Verde organizada pelos professores, com manifestações e protestos, durante os quais os professores expressaram sua insatisfação e preocupação em

relação às mudanças propostas, utilizando faixas e cartazes para transmitir suas mensagens (DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO, 2017).

Embora o Diagnóstico Participativo de 2017 mencione a mobilização do SINTEERV em relação à reforma da previdência, é importante ressaltar que as informações sobre a história e as atividades do Sindicato são limitadas. Foi enviado um e-mail solicitando informações sobre a entidade, mas não obtivemos resposta.

5.2.16 Existência da Seção Sindical SINASEFE/LUZIÂNIA

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica de Luziânia-GO (SINASEFE/LUZIÂNIA) foi fundada em 28 de abril de 2011 por um grupo de servidores da educação básica, profissional e tecnológica que acreditavam na importância da organização sindical para a defesa dos direitos da categoria nessa cidade.

A criação da Seção Sindical estava respaldada nos artigos 80 e 370, inciso VI da Constituição, que estabelecem a liberdade de associação sindical, além do Capítulo V do Estatuto do SINASEFE, que define a organização das seções sindicais como instâncias de base da entidade nacional. A Seção Sindical possui autonomia política, administrativa, econômica, financeira e patrimonial, de acordo com as diretrizes do Estatuto do SINASEFE (SINASEFE/LUZIÂNIA, 2011).

Com sede jurídica e administrativa em Luziânia-GO, a Seção Sindical abrange todos os servidores ativos e inativos da educação básica, profissional e tecnológica. Seus objetivos fundamentais são organizar, representar e dirigir, de forma classista, autônoma e democrática, a luta dos servidores federais desses níveis de ensino por melhores condições de trabalho (SINASEFE/LUZIÂNIA, 2011).

5.3 Conciso histórico sobre a educação no Mato Grosso

A história da educação no estado do Mato Grosso reporta-se ao descobrimento de veios auríferos na região, ainda durante o período colonial: os jesuítas impulsionaram as primeiras iniciativas educacionais na região, aproximadamente na primeira metade do século XVIII (OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, foi apenas no século XIX que a educação se tornou uma prioridade para o estado. O Liceu Cuiabano foi a primeira instituição pública de ensino secundário

no Mato Grosso, criado pela Lei nº 536 de 03 de dezembro de 1879 e fundado em 7 de março de 1880. No período, manifestou-se a adoção de uma pedagogia baseada na disciplina e na ordem, com ênfase na formação moral e cívica dos indivíduos. Segundo Saviani (2011), essa pedagogia estava voltada para a formação de uma elite republicana que pudesse consolidar o novo regime político e social instalado no país.

Durante a República Velha, a educação foi marcada por contradições e desigualdades em razão das dificuldades financeiras e da falta de investimentos em políticas educacionais. Embora o acesso à escola pública tenha sido ampliado, permanecia restrito a uma pequena parcela da população, o que revelava a persistência de desigualdades sociais e educacionais no país. Ademais, havia uma forte influência da pedagogia positivista, a qual, para Saviani (2011), defendia uma educação voltada ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia e com o objetivo de promover o progresso e o desenvolvimento da sociedade. Essa abordagem pregava a disciplina, a hierarquia e a autoridade do professor, valorizando o conhecimento científico em detrimento do conhecimento humanístico.

Em contraposição, esse autor propõe uma pedagogia crítica de tais processos, para formar indivíduos capazes de compreender a realidade social em que estão inseridos e para nela atuar de forma crítica e transformadora. Para isso, recomenda uma educação baseada nas relações dialéticas teoria e prática, conhecimento e ação, e que leve em conta as contradições e desigualdades presentes na sociedade (SAVIANI, 2001).

Todavia, na região Centro-Oeste do Brasil, de forma mais acentuada que em outras regiões, predomina uma educação voltada para o agronegócio, que se manifesta em diferentes aspectos, geralmente tratados de forma acrítica, como a busca de produtividade, eficiência e lucratividade por meio da aplicação de técnicas e tecnologias avançadas. O agronegócio tem forte influência na economia de Mato Grosso, sendo responsável por grande parte do PIB⁶⁶ do estado.

⁶⁶ A cada ano Mato Grosso ganha mais destaque na produção nacional agrícola. Em quatro anos, o estado apresentou crescimento de 69% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), segundo dados do governo federal. Em 2018, quando alcançou o 1º lugar brasileiro, obteve VBP de R\$ 114,5 bilhões, no ano seguinte chegou a R\$ 124,1 bi, em 2020 alcançou a marca de R\$ 175 bi e fechou 2021 com R\$ 193 bi. Atualmente o Estado detém mais de 17% da produção agrícola nacional, seguido pelo Paraná na 2ª posição, São Paulo na 3ª colocação, Minas Gerais em 4º lugar e o Rio Grande do Sul em 5º no ranking. Disponível

Lamosa (2016) argumenta que, nas últimas décadas, a lógica do agronegócio tem se expandido para além dos limites da produção agrícola, estendendo-se para o campo da educação. O agronegócio tem investido na criação de programas e materiais didáticos que promovem uma visão positiva e acrítica do setor como forma de legitimar sua atuação e consolidar sua hegemonia em diferentes níveis, da educação básica à formação de profissionais de nível superior. A atuação de organizações e empresas ligadas ao agronegócio na produção de materiais didáticos e na criação de programas de formação de professores tem afetado a educação, cabendo desenvolver uma educação que promova a reflexão crítica sobre os modelos de produção agrícola que valorize a diversidade cultural e ambiental do país.

Na tese *A educação dos trabalhadores em Mato Grosso no tempo do agronegócio: contradições e perspectivas no capitalismo periférico*, Arruda (2017) analisa a situação educacional-escolar das massas trabalhadoras mato-grossenses no período de 1980 a 2010. A pesquisa verificou que tal perspectiva foi adotada “no sentido de cumprir com uma função ideológica ou de conformação dessas massas no processo produtivo estadual, tal escolarização foi positiva para o *status quo*” (ARRUDA, 2017, p. 303).

Não é de outra maneira que se percebe que a formação dos estudantes é fortemente influenciada pelas necessidades e exigências do agronegócio, materializando um processo de educação escolar da classe trabalhadora conformado à lógica egoísta desse setor da produção econômica. Estamos cientes de que, muitas vezes, a educação é utilizada como instrumento para disseminar a ideologia dominante no meio social, particularmente na sociedade mato-grossense que se expressa na lógica do “agro”, como é chamado em programadas de televisão. Em síntese, trata-se de uma forma de perpetuar a hegemonia da classe dominante sobre os aparelhos ideológicos de Estado para reprodução da dominação de classe (ALTHUSSER, 2022).

5.3.1 Associações e sindicatos em Mato Grosso na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação

O associativismo e o sindicalismo têm uma história significativa no estado de Mato Grosso, dada a presença de várias entidades que representam os trabalhadores em educação. Essas organizações têm desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos e interesses dos profissionais da área, buscando melhorias nas condições de trabalho e na qualidade da educação no estado.

Entre as entidades localizadas em Mato Grosso, destacam-se a Associação dos Docentes da UNEMAT (ADUNEMAT) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (ADUFMAT), que representam os professores das respectivas instituições de ensino superior. Essas associações têm como objetivo principal a valorização e a defesa dos direitos dos docentes, promovendo ações e debates relacionados à educação, em particular ao ensino superior.

Outras importantes entidades são o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Mato Grosso (SINTRAE/MT), a Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso (SINASEFE/MT) e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da UFMT (SINTUF/MT). Esses sindicatos representam os trabalhadores em educação em geral, englobando professores, funcionários técnicos-administrativos e demais profissionais que atuam nas instituições educacionais do estado.

Há, ainda, as seções sindicais do ANDES/SN: SESDIFMT, ADUFMAT-ROO, e as seções do SINASEFE: SINASEFE/CÁCERES-MT, SINASEFE/ RONDONÓPOLIS-MT, SINASEFE/SÃO VICENTE DA SERRA-MT. Não havia informações disponíveis para uma pesquisa mais acurada, pois não encontramos sítio eletrônico nem documentos relacionados à entidade na internet.

Temos a presença da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (FITRAE/MTMS) que atuam na defesa dos trabalhadores em educação nos dois estados, buscando a união e a articulação de esforços em prol dos interesses da categoria. De igual modo, existem sindicatos regionais como o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Vale do Araguaia, Estado de Mato Grosso

(SINTRAE/VAMT) e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sudeste do Mato Grosso (SINTRAE-SEMT), que representam os profissionais da educação em suas respectivas áreas geográficas.

Essas entidades têm desempenhado um importante papel na negociação de direitos trabalhistas, na defesa das condições de trabalho dignas e na busca por uma educação de qualidade em Mato Grosso. Por meio de mobilizações, ações sindicais e diálogo com as autoridades competentes, essas organizações têm contribuído para a valorização dos profissionais da educação e para o fortalecimento do setor educacional no estado.

5.3.2 ADUNEMAT: lutas e conquistas em defesa da educação pública e dos professores

A Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (ADUNEMAT) surge em 1989 com o objetivo de representar e defender os interesses dos professores da instituição.

Desde a sua criação, tem se dedicado a lutar por melhores condições de trabalho e remuneração para os docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a promover a defesa da universidade pública e gratuita. A entidade tem sido fundamental na luta pela valorização da educação superior em Mato Grosso e no Brasil, participando ativamente de debates e mobilizações em defesa da universidade pública e de qualidade.

A trajetória da ADUNEMAT⁶⁷ é marcada por grandes lutas e conquistas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade em Mato Grosso. Ao longo dos anos, tem atuado em diversas frentes, negociando acordos coletivos de trabalho, organizando greves e manifestações, defendendo a autonomia universitária e promovendo o diálogo com outras entidades sindicais e movimentos sociais. Graças a esses esforços, foram conquistados avanços significativos na valorização dos docentes e na garantia de uma educação pública de qualidade para toda a sociedade.

A história da ADUNEMAT é uma inspiração, não apenas para os professores, mas para a classe trabalhadora em geral, dedicando-se incansavelmente à defesa dos direitos dos docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso, lutando por melhores condições de trabalho e remuneração. Assim, o papel da ADUNEMAT continua fundamental na

⁶⁷ Consultas no blog da ADUNEMAT com última atualização em 2016. Disponível em: <<https://adunemat.wordpress.com/>> Acesso em: 23.abr. 2023.

defesa da universidade pública e gratuita, erguendo sua voz em debates e mobilizações em prol de uma educação superior de qualidade em Mato Grosso e em todo o Brasil.

5.3.3 ADUFMAT: em defesa dos professores e da universidade pública

A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (ADUFMAT)⁶⁸ foi fundada em 1978 e sempre lutou pela categoria e pela defesa da universidade pública. No ano de 1992, conquistou sua própria sede com um projeto arquitetônico que homenageia a arquitetura indígena e suas etnias.

Desde o final dos anos 1970 até o início da década de 1980, a Associação teve papel ativo na luta pela redemocratização do país e pelo reconhecimento dos movimentos sociais. E a ADUFMAT não desanimou diante dos desafios que surgiram. Graças à mobilização da categoria, conseguiu conquistas importantes como a Carreira Única (1979, 1980, 1985 e 1987), a Dedicção Exclusiva (1979, 1980, 1987 e 1991), os Reajustes Lineares (1985 e 1987), a Titulação (1987 e 1991), o Tempo de Serviço (1985, 1987 e 1991) e o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) (1998).

No ano de 2015, a UNEMAT realizou uma greve que durou 139 dias. A paralisação dos docentes incluía a reivindicação de reajuste salarial de 27% e a reestruturação de carreiras. A proposta do governo federal de um aumento salarial de 10,8% dividido em dois anos foi rejeitada pelos professores, pois a ADUFMT considerou que isso representaria um retrocesso para a categoria porque o acordo apenas previa a discussão salarial, o que não atenderia às demandas mais amplas dos docentes (G1, 2015).

Para os dirigentes da ADUFMAT, a greve proporcionou aos professores um avanço político significativo, já que a categoria se uniu para refletir sobre sua situação durante o período de paralisação.

A história da ADUFMAT é um exemplo de luta e resistência em defesa dos direitos da categoria e da universidade pública. A Associação conquistou importantes vitórias para os professores da UFMT como a carreira única e a dedicação exclusiva, além de ter participado ativamente da luta pela redemocratização do país e pelo reconhecimento dos movimentos sociais. A greve de 139 dias em 2015, mesmo que não tenha conseguido

⁶⁸ Disponível em: < <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/quem-somos/historia#:~:text=Criada%20em%201978%2C%20a%20Associa%C3%A7%C3%A3o,arquitetura%20ind%C3%ADgena%20e%20suas%20etnias.>> Acesso em: 23.abr. 2023.

todas as reivindicações, foi vista como um avanço político significativo para os professores.

Em seus boletins, a entidade ressalta a importância de continuar lutando pelos direitos da categoria e mantendo o diálogo com a reitoria para resolver as questões pendentes, argumentando que é preciso valorizar sua história e seguir em frente na defesa da universidade pública e da educação de qualidade para todos.

5.3.4 A história da organização do SINTEP/MT

Nesta Subseção, será apresentado um breve histórico sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT). A história de organização desse Sindicato foi construída por meio de diversas ações como marchas, greves e lutas, envolvendo muitas pessoas. Sua gênese remonta ao período em que os professores se organizavam em associações de professores primários (SILVA, 2019).

A entidade embrionária foi criada em Cuiabá em 1965, a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), fundada um ano após o início da ditadura civil-militar. Após o golpe de 1964, as organizações sindicais tradicionais da estrutura varguista e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), onde os comunistas eram ativos, foram desmantelados pela repressão. Os dirigentes e apoiadores dessas organizações, nas universidades e em alguns órgãos de Estado, sofreram forte perseguição (GREGÓRIO, 2006). Nesse contexto, a AMPP adotou uma postura “bem-comportada”, focando na afirmação da categoria e na reivindicação de direitos, mas sem qualquer intenção de mobilizar os professores para greves ou manifestações que pudessem desagradar as autoridades. Consequentemente, as autoridades eram respeitadas e até mesmo elogiadas, como forma de sensibilizá-las para a valorização da classe dos professores, que já havia sido atingida pela onda geral de desvalorização.

No ano de 1967, a AMPP⁶⁹ experimentou um momento de destaque e granjeou prestígio institucional quando Cuiabá foi escolhida para sediar o 8º Congresso Nacional da CPPB. A abertura do evento, que contou com a presença de professores e intelectuais

⁶⁹ Informações obtidas por meio do sítio eletrônico do SINTEP/MT. Disponível em: <<https://sintep.org.br/sintep/Institucional/historia/menu:2/submenu:1/#:~:text=1988%20a%202010%3A%20SINTEP%20FMT,de%20livre%20associa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sindicaliza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 25.abr. 2023.

de todo o país, atraiu uma grande multidão para o auditório do Liceu Cuiabano, em um acontecimento que colocou Mato Grosso em evidência no cenário cultural nacional.

Já em 1970 ocorreu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, resultando na fusão do ensino primário e ginásio no ensino obrigatório de oito anos, conhecido como 1º grau, o que tornou desnecessária a existência de uma associação exclusiva para professores da 1ª a 4ª série. Por essa razão, a AMPP foi renomeada como Associação Mato-grossense de Professores (AMP).

Conforme o sítio eletrônico do SINTEP/MT (2023), a entrada dos professores do antigo ginásio e colégio no Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso teve dois impactos significativos. Primeiramente, houve um aumento considerável no número de associados, uma vez que ginásios foram fundados em grande parte dos quase cem municípios do estado. Em segundo lugar, ocorreu uma renovação na composição do quadro de associados e na diretoria, com a inclusão de pessoas com formação universitária que, supostamente, estariam mais preparadas e seriam mais críticas para exercer a função sindical.

O período compreendido entre 1971 e 1979 foi marcado pelo desenvolvimento lento da AMP, num cenário influenciado por dois fatores: o primeiro fator foi o aumento da população de Mato Grosso, por causa da abertura de novas frentes de colonização no oeste e no norte do estado, o que resultou na dispersão do movimento que antes tinha Cuiabá como seu epicentro; o segundo fator foi a perda dos municípios do sul do estado, em 1977, para a formação de um novo estado, Mato Grosso do Sul, o que levou a AMP a reduzir-se à metade de seus associados contribuintes (MONLEVADE, 2007).

Por essas razões, os mandatos das diretorias sucessivas ocorriam sem a tomada de decisões combativas frente aos governos estaduais. Em todo caso, algumas mudanças começaram a acontecer. Vários fatores criaram condições para uma mudança no grupo de dirigentes da AMP, tais como a não regulamentação do Estatuto do Magistério, a não realização de concursos públicos e o aumento do número de professores interinos. Durante o Congresso Estadual de 1987, a AMP passou por uma mudança significativa, tornando-se a Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (AMPE). Essa alteração ocorreu após a aprovação da filiação e representação de funcionários administrativos, o que resultou em aumento do número de filiados.

A partir dessa mudança, a entidade ampliou a sua atuação em defesa da valorização de todos os trabalhadores de equipamentos escolares, reconhecendo que todo o espaço é educativo e todo trabalhador do espaço da escola é um educador. Esses fatores foram fundamentais para a posterior profissionalização e valorização desses trabalhadores (SILVA, 2019).

Durante o congresso realizado na cidade de Cáceres, em 1988, a Associação Mato-Grossense dos Profissionais da Educação (AMPE) tomou duas decisões importantes: a filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a transformação em Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT). Essas medidas foram cruciais para a organização e o fortalecimento da entidade, que passou a atuar de forma mais efetiva na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação pública no estado.

Com mais de cinco décadas de existência, o SINTEP/MT se consolidou como uma importante entidade representativa dos profissionais da educação no estado. Em 2023, como consta em seu sítio eletrônico, a entidade conta com mais de 25 mil filiados, representando todos os profissionais da educação das esferas municipais e estadual. A participação dos filiados em todas as instâncias deliberativas e não deliberativas é um dos pilares da organização, sendo escolhidos pelos seus pares em assembleias locais. Nos últimos anos, a direção do SINTEP/MT tem buscado promover a participação paritária da categoria, englobando professores e funcionários de ambas as redes, estadual e municipais (ALENCAR, 2013).

A história de luta e organização da entidade continua sendo construída diariamente, em busca de uma educação pública de qualidade e da valorização dos profissionais da área.

5.3.5 Os primórdios do SINTRAE/MT

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de Mato Grosso (SINTRAE/MT)⁷⁰ é uma entidade sindical de classe trabalhadora que representa os interesses e direitos dos trabalhadores que atuam nos estabelecimentos de ensino privado em todos os níveis do estado do Mato Grosso. Como entidade representativa dos trabalhadores, sua principal função é defender os direitos trabalhistas desses

⁷⁰ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico do SINTRAE/MT. Disponível em: <<https://www.sintraemt.com.br/>> Acesso em: 23.abr. 2023.

profissionais: questões de salário, carga horária, condições de trabalho, entre outras que são próprias do universo corporativo.

Desde a sua criação, o SINTRAE/MT tem sido um importante agente na luta pelos direitos trabalhistas dos profissionais da educação de Mato Grosso. A entidade tem participado de negociações coletivas em busca de melhores condições de trabalho, salários justos e valorização da profissão.

O SINTRAE/MT tem sido atuante em questões sociais e políticas, participando de debates e ações em defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. Nesse sentido, tem promovido atividades e eventos que visam o aprimoramento profissional e a formação cidadã dos trabalhadores da educação. A história do SINTRAE/MT é marcada pela luta e atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação privada em Mato Grosso, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

O SINTRAE/MT é filiado ao CONTEE, CTB e Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino nos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (FITRAE MTMS), o que fortalece a luta por direitos dos trabalhadores da educação em Mato Grosso. A filiação permite troca de informações e experiências com outros sindicatos e amplia a capacidade de mobilização em ações coletivas de defesa da categoria.

5.3.6 História e luta do SINTUF/MT

O Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso (SINTUF-MT)⁷¹ tem uma história de lutas e conquistas que começa com a criação da Associação dos Servidores da Universidade Federal de Mato Grosso (ASSUMT), em 17 de junho de 1977.

Inicialmente, a Associação tinha como objetivo ser uma entidade apenas ligada ao esporte, à promoção de festas e encontros sociais, sem nenhuma pretensão política. Na época, o Brasil experimentava os chamados anos de chumbo da ditadura civil-militar e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) havia sido criada pelos governantes como

⁷¹ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico do SINTUF/MT. Disponível em: <https://www.sintufmt.org.br/hist_rico> Acesso em: 24.abr. 2023.

um ponto estratégico da região Centro-Oeste do país, mais precisamente, na cidade de Cuiabá.

Foi apenas em meados da década de 1980 que essa máxima foi dilacerada na UFMT. Em 14 de agosto de 1985, aconteceu no ginásio de esportes da instituição de ensino uma assembleia geral histórica com a participação de mais de dois mil técnicos-administrativos. Foi nessa reunião que a categoria, nos resquícios da ditadura civil-militar, aprovou por unanimidade a primeira greve geral na universidade. Foram dias e meses difíceis, com ameaças de demissões em massa, mas a greve foi forte e participativa.

Os trabalhadores da educação da UFMT iniciaram o movimento sozinhos no Centro-Oeste, orientados pela FASUBRA; em menos de duas semanas todas as 14 universidades fundacionais estavam em greve. Na época, foi reivindicado o primeiro plano de carreira das universidades fundacionais, após dois meses de greve. Em 14 de outubro de 1985, a categoria encerrou o movimento vitorioso.

Poderes foram enfrentados na universidade, pois era um período em que não havia o direito de se ter um sindicato. A ASSUMT liderou a primeira greve em 1985, seguida de outras grandes greves nos anos seguintes, em 1986, 1987, 1988, 1989, 1990 e 1992. Desde então, é necessário verificar qual foi o ano em que não houve greve na universidade. É importante ressaltar que cada uma dessas greves tem sua própria história de como começou e terminou, com vitórias, conquistas, decepções, frustrações e derrotas.

Com o tempo e as mudanças nas leis, a ASSUMT se tornou o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos da Universidade Federal de Mato Grosso (SINTUF-MT).

As informações disponíveis sobre a entidade são limitadas, não tendo sido encontrados artigos, dissertações ou teses. Em todo caso, conseguimos localizar uma reportagem de jornal que abordava a entidade e que nos auxiliou a relatar um pouco mais sobre a luta do SINTUF. Em matéria do jornal “FolhaMax”, *Trabalhadores da limpeza na UFMT denunciam atraso salarial*, matéria de 15 de fevereiro de 2023, o SINTUF-MT denunciava a administração da UFMT e a empresa terceirizada *Prime Clean* pelo atraso superior a 10 dias no pagamento dos salários dos trabalhadores que atuam na limpeza da universidade. Em conjunto com o Diretório Central dos Estudantes, o Sindicato protocolou um ofício na administração da UFMT solicitando uma notificação

recomendatória no Ministério Público do Trabalho para apurar responsabilidades e a eventual existência de dano moral coletivo. Uma reunião foi marcada para discutir a situação dos trabalhadores terceirizados, a ser realizada na Secretaria de Infraestrutura da universidade (FOLHAMAX, 2023).

Conclui-se que o SINTUF-MT é uma importante entidade de representação dos trabalhadores. Mesmo que haja limitações na disponibilidade de informações sobre a entidade, uma reportagem recente do jornal “FolhaMax” mostra que o Sindicato continua atuante na denúncia de atrasos salariais e na busca de soluções, em conjunto com outros grupos como o Diretório Central dos Estudantes. Essa ação demonstra o compromisso do SINTUF-MT de continuar sua luta pelos direitos dos trabalhadores da UFMT e promover melhores condições de trabalho para todos.

5.3.7 O nascimento da FITRAE/MTMS

A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (FITRAE MTMS) é uma entidade sindical que representa os trabalhadores de unidades privadas de ensino dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A Federação possui filiação dos seguintes sindicatos: SINTRAE/MT, SINTRAE/VAMT, SINTRAE/SEMT, SINTRAE/MS, SINTRAE/SUL e SINTRAE/PANTANAL⁷².

As informações sobre a entidade foram obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade e da análise da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o n. 24230,001080 de 1986 (SINEPE, 2022).

A Federação é uma organização sindical que atua como representante coletivo dos trabalhadores de um determinado setor ou categoria profissional. Ela desempenha um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores, na negociação de acordos coletivos de trabalho, na busca por melhores condições de trabalho e na luta por direitos trabalhistas. Seu escopo de atuação se concentra nos trabalhadores de estabelecimentos de ensino privados dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Isso inclui

⁷² Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da FITRAE/MTMS. Disponível em: <<http://www.fitrae.com.br/>> Acesso em: 30 de mai. de 2023.

professores, funcionários administrativos, auxiliares de educação e outros profissionais que trabalham nesse setor.

As atividades da FITRAE/MTMS podem envolver a negociação de acordos coletivos de trabalho, a representação dos trabalhadores em questões trabalhistas, a promoção de ações em prol dos direitos dos trabalhadores da educação, a organização de eventos e debates relacionados à área educacional, entre outras ações.

A Federação pode ter vínculos e atuar em conjunto com outras entidades sindicais, como sindicatos de base e outras federações estaduais ou nacionais. Essas parcerias fortalecem a representatividade dos trabalhadores e ampliam sua capacidade de negociação.

5.3.8 O papel do SINTRAE/VAMT na defesa dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino do Vale do Araguaia

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Vale do Araguaia, Estado de Mato Grosso (SINTRAE/VAMT), é uma organização sindical com sede na Rua Mato Grosso. Foi registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) “sob o número 46000.002334/94, conforme publicado no Diário Oficial da União, em 8 de junho de 1994, seção I, página 8221” (SINEPE/MT, 2021).

A entidade não possui sítio eletrônico ou disponibiliza documentos. Entramos em contato com a entidade via *e-mail*, porém, até o momento não obtivemos resposta. A coleta de informações foi realizada por meio de análise documental das convenções coletivas de trabalho de 2013/2014 e 2019/2021, obtidas no sítio eletrônico do SINEPE/MT.

O SINTRAE/VAMT representa os trabalhadores em estabelecimentos de ensino da região do Vale do Araguaia, estado de Mato Grosso. Seu objetivo é defender os interesses e direitos desses trabalhadores. Desenvolve um trabalho importante na negociação coletiva com os empregadores, visando estabelecer acordos e convenções que protejam os direitos dos trabalhadores e melhorem suas condições de trabalho, como também oferece serviços e benefícios aos seus membros como assistência jurídica, apoio em questões trabalhistas e programas de capacitação.

A entidade é composta de sedes nos municípios a seguir: Barra do Garças, Água Boa, Alto Boa Vista, Araguaiana, Campinápolis, Cana Brava do Norte, Canarana,

Cocalinho, Confresa, General Carneiro, Nova Xavantina, Pontal do Araguaia, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Torixoréu, Vila Rica, Novo São Joaquim, Querência, Nova Nazaré, Novo Santo Antônio, Bom Jesus do Araguaia, Serra Nova Dourada, Luciara, Santa Terezinha, Santa Cruz do Xingu e Primavera do Leste (SINEPE/MT, 2014).

5.3.9 Origem e abrangência do SINTRAE-SEMT

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sudeste do Mato Grosso (SINTRAE-SEMT) possui uma história fundamentada na defesa dos direitos da categoria profissional. Está devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob o número 46000.002333/94, conforme publicado no Diário Oficial da União em 08/06/1994 (SINEPE/MT, 2019).

A entidade não dispõe de um sítio eletrônico e as informações sobre ela são escassas. Foi encaminhado um *e-mail* à entidade, mas não recebemos resposta até o momento. As informações foram obtidas por meio de análise documental realizada em consulta ao sítio eletrônico do SINEPE/MT.

A base territorial do SINTRAE-SEMT abrange os seguintes municípios: Alto Araguaia, Alto Graças, Alto Taquari, Araguainha, Campo Verde, Dom Aquino, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Ponte Branca, Poxoréu, Primavera do Leste, Ribeirãozinho, Rondonópolis, Santo Antônio do Leste, São José do Povo, São Pedro da Cipa, São Vicente e Tesouro.

5.3.10 SINASEFE/MT: arguindo os direitos dos servidores da educação em Mato Grosso

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Mato Grosso (SINASEFE/MT) é uma entidade autônoma administrativa e juridicamente, dedicada à defesa dos direitos corporativos dos servidores das diversas categorias desse nível de ensino federal. Composto de docentes e técnicos administrativos, o SINASEFE/MT abrange diversos *campi*, incluindo Cuiabá, Octayde Jorge da Silva, Bela Vista, Reitoria, Várzea Grande, Pontes e Lacerda, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Juína, Primavera do Leste, Barra do Garças, Confresa, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Guarantã do Norte e Alta Floresta,

contando com aproximadamente 770 sindicalizados, entre ativos e aposentados (SINASEFE/MT, 2023).

Ao longo de sua existência, o SINASEFE/MT tem se dedicado a promover discussões relevantes sobre precarização, estadualização, formação sindical e gestão participativa. O Sindicato atua de forma abrangente, oferecendo suporte administrativo, jurídico, funcional e pessoal, recebendo e acompanhando causas e ações que violem a dignidade humana e trabalhista dos servidores federais técnicos e/ou docentes (SINASEFE/MT, 2017).

A missão do SINASEFE/MT é defender os direitos dos servidores sindicalizados em todos os aspectos trabalhistas de sua vida corporativa, tendo por base a Constituição Federal, legislações específicas, normativas, código de ética e a carta sindical do SINASEFE nacional. O Sindicato incentiva a organização independente dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, assegurando autonomia em relação ao Estado e às instituições de ensino, bem como o direito de decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação material.

O SINASEFE/MT preza pela ampla democracia em todas as instâncias, garantindo a liberdade de expressão aos seus sindicalizados e promovendo a unidade de ação. Solidariza-se com outros movimentos da classe trabalhadora, desde que seus objetivos e princípios estejam em consonância com seu regimento interno. Defende que as instituições de ensino sejam públicas, oferecendo uma educação gratuita, laica e de qualidade, voltada aos interesses legítimos da classe trabalhadora. A liberdade de pensamento é vista como um direito inalienável do cidadão e do trabalhador, aplicável nas contratações, nomeações e no exercício das funções e atividades acadêmicas nas instituições federais de ensino.

5.4 A educação no Mato Grosso do Sul: desafios e perspectivas

A história da educação no Mato Grosso do Sul remonta à época colonial, quando a região fazia parte do estado de Mato Grosso. Durante esse período, a educação estava voltada principalmente para a formação de padres e a catequização dos povos indígenas. Com a chegada da República, em 1889, o governo passou a investir mais em educação, especialmente no ensino primário.

O estado do Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977⁷³, e instalado em 1º de janeiro de 1979. A divisão do estado remonta a uma disputa que teve início nas primeiras décadas do século XX, redundando na sua separação do estado de Mato Grosso. Com a criação do novo estado em 1977, houve um grande impulso na educação em todo o território mato-grossense. Foram criadas universidades, escolas técnicas e outras instituições de ensino superior, além de programas de alfabetização e educação básica.

No estado recém-criado, o magistério público estadual foi pioneiro no movimento reivindicatório e sindical. Os professores estavam engajados no descontentamento geral dos trabalhadores brasileiros devido ao arrocho salarial que motivou diversas greves a partir de 1978, com destaque para aquelas que eclodiram no ABC paulista. Isso implica dizer que, como os demais trabalhadores, os professores estavam contagiados por esse clima de insatisfação e se organizaram como um movimento de vanguarda na formação da história da educação do Mato Grosso do Sul.

Devido à história recente do estado, todo arcabouço educacional do Mato Grosso do Sul está intrinsecamente ligado à educação escolar no estado, como mencionado anteriormente. Nessa conjuntura, é fortemente influenciado pela expansão do agronegócio e pelo forte apelo de uma educação voltada para a produção agrícola. Com base nas informações censitárias do IBGE, de 2010, o estado do Mato Grosso do Sul possuía uma taxa de taxa de escolarização de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de 98%. Entretanto, há desafios a serem enfrentados como a redução da evasão escolar, sobretudo no ensino médio⁷⁴, a melhoria da infraestrutura das escolas e a valorização dos profissionais da educação.

Com relação ao número de estabelecimentos de ensino, pode-se observar que a rede municipal é a que possui a maior quantidade de escolas, seguida pela rede estadual.

⁷³ Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. Art. 1º - É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm> Acesso em: 16.abr. 2023.

⁷⁴ Segundo a Secretaria de Educação, em todo o ano de 2021, 1.266 alunos deixaram a Rede Estadual; em 2020, foram 516 estudantes que interromperam os estudos. O percentual de estudantes que abandonaram as instituições da Rede Estadual de Ensino mais que dobrou de um ano para o outro, passando de 0,6% em 2020, o equivalente a 516 pessoas, para 1,4% em 2021, referente a 1.266 alunos. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/abandono-escolar-no-ensino-medio-mais-que-dobrou-em-409394/#:~:text=O%20porcentual%20de%20estudantes%20que,2021%2C%20referente%20a%201.266%20alunos.>>> Acesso em: 18.abr.2023.

Quando se compara o número de escolas em áreas urbanas e rurais, percebe-se que há um número maior de escolas urbanas em todo o estado de Mato Grosso do Sul, dado que ao longo dos últimos seis anos a rede estadual perdeu quatro escolas urbanas, mas criou cinco escolas rurais, resultando em um aumento líquido de uma escola. Contrariamente, a rede municipal aumentou em 21 o número de suas escolas. É importante lembrar que, em 2019, o estado de Mato Grosso do Sul contava com um total de 79 escolas (CORREA, 2022). A rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul oferece uma variedade de níveis de ensino, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos.

Esses subsídios indicam que há diferenças significativas na distribuição de escolas entre as redes de ensino e entre áreas urbanas e rurais, o que pode ter impacto na qualidade e acessibilidade da educação oferecida em diferentes regiões do estado.

5.4.1 Sindicalismo educacional no Mato Grosso do Sul

A história do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Mato Grosso do Sul está intrinsecamente ligada às lutas que ocorriam no país no final da década de 1970. Havia a necessidade de um novo modelo sindical que não fosse subordinado ao Estado, diferente daquele que havia sido implantado no país desde a década de 1940.

O Novo Sindicalismo⁷⁵ foi criado por vários atores sociais, de diferentes lugares. Em Mato Grosso do Sul, o magistério público estadual foi um movimento pioneiro na formação do movimento sindical e reivindicatório do estado recém-criado. A insatisfação dos trabalhadores brasileiros em geral com as atitudes dos governos estaduais que negligenciam o cumprimento dos direitos trabalhistas, especialmente no que diz respeito aos servidores públicos, gerava um descontentamento significativo. Isso foi particularmente problemático para o magistério público sul-mato-grossense que, até 1979, estava sob a autoridade do governo de Mato Grosso e enfrentava uma situação caótica (TOALDO, 2000).

⁷⁵ O Novo Sindicalismo, também conhecido como “sindicalismo autêntico”, desafiou as leis antigrevistas e começou a romper com o modelo sindical subordinado ao Estado que havia sido implantado no país desde a década de 1940. Os trabalhadores impulsionaram a luta pela redemocratização, não apenas por meio de greves, mas também criaram seu próprio partido, o PT, em 1980, e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Em conjunto com outros movimentos sociais, o Novo Sindicalismo levou as demandas dos trabalhadores às ruas e à Assembleia Constituinte (1987-1988), o que deu uma nova qualidade à luta política durante a transição do regime ditatorial para o democrático. Consulta ao Memorial da Democracia. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo> > Acesso em: 22.abr. 2023.

Em 1979, nasce a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), que manteve esse nome até 1989, quando foi renomeada como Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS). De acordo com Ferreira Jr (2009), a FEPROSUL deixou de representar apenas os antigos professores de 1º e 2º graus em 1989. No XVI Congresso Estadual, realizado em Amambaí (MS), foram aprovadas duas propostas: transformar a Federação, não só em representante dos professores, mas também dos funcionários técnico-administrativos das escolas públicas, e substituir o nome de FEPROSUL para FETEMS.

A FETEMS é a maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul nos dias de hoje (2023): reúne 74 sindicatos municipais filiados e representa mais de 25 mil trabalhadores em sua base. No ano de 2023, essa representação alcançava mais de 50% do funcionalismo público do estado, conforme informações presentes em seu sítio eletrônico oficial.

A presente pesquisa, devido a dificuldades empíricas e a definições de recorte temporal, não tratará especificamente dos 74 sindicatos filiados à FETEMS. Traremos um quadro com a existência das entidades, abrangência e sua representação (Quadro 3).

Quadro 3 - Sindicatos dos docentes da Educação Básica de MS

Cidade/ Sigla	Ano de criação	Representação - Abrangência (município/s que representa)
SIMTED Aquidauana	1963 (27/02)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Aquidauana.
SIMTED Ponta Porã	1970 (10/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Ponta Porã
SIMTED Dourados	1978 (07/05)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Dourados
SIMTED Itaporã	1978 (27/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Itaporã
SIMTED Caarapó	1978 (07/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Caarapó
SIMTED Três Lagoas	1978 (10/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Três Lagoas e Serviria
SIMTEIV Ivinhema	1978 (21/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Ivinhema
SIMTED Nova Andradina	1978 (13/11)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Nova Andradina

SIMTED Paranaíba	1978 (13/11)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Paranaíba
SIMTED Rio Brillhante	1979 ((24/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Rio Brillhante
SIMTED Naviraí	1979 (07/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Naviraí
SIMTED Antônio João	1979 (21/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Antônio João
SIMTED Corumbá	1979 (29/05)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Corumbá
SIMTED Bela Vista	1979 (06/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Bela Vista e Caracol
SIMTED Guia Lopes da Laguna	1979 (07/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Guia Lopes da Laguna
SIMTED Bataguassu	1979 (26/09)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Bataguassu
SIMTED Amambai	1979 (06/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Amambai
SIMTED Coxim	1979 (09/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Coxim
SIMTED Aparecida do Taboado	1979 (15/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Aparecida do Taboado
SIMTED Anastácio	1979 (20/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Anastácio
SIMTED Miranda	1979 (03/11)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Miranda
SIMTED Anaurilândia	1979 (12/11)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Anaurilândia
SIMTED Cassilândia	1979 (26/11)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Cassilândia
SIMTED Ribas do Rio Pardo	1980 (04/02)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Ribas do Rio Pardo
SIMTED Bandeirantes	1980 (18/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Bandeirantes
SIMTED Batayporã	1980 (01/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Batayporã
SIMTED Iguatemi	1980 (10/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Iguatemi
SIMTREMA Maracaju	1981 (23/06)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Maracaju

ACP Sindicato Campograndense dos Profissionais da Educação Pública. (Manteve o nome "fantasia" de ACP que era do período das Associações	1982 (18/05)	Professores da Rede Estadual e Municipal de Campo Grande.
SIMTED Terenos	1983 (07/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Terenos
SINTEN Nioaque	1983 (15/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Nioaque
SIMTED Taquarussu	1984 (12/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Taquarussu
SIMTED São Gabriel do Oeste	1984 (05/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de São Gabriel do Oeste
SINTED Sidrolândia	1984 (05/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Sidrolândia
SIMTET Tacuru	1985 (14/12) 1990	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Tacuru. 1985-Fundação da associação/ 1990 - Transforma em Sindicato
SIMTED Pedro Gomes	1985 (31/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Pedro Gomes
SIMTED Coronel Sapucaia	1988 (27/06)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Coronel Sapucaia
SIMTED Sete Quedas	1989 (15/02)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Sete Quedas.
SIMTED Fátima do Sul	1989 (11/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Fátima do Sul
SIMTED Vicentina	1989 (11/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Vicentina
SIMTED Eldorado	1989 (14/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Eldorado
SIMTED Itaquiraí	1989 (27/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Itaquiraí
SIMTED Mundo Novo	1989 (31/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Mundo Novo
SIMTED Jatei	1989 (04/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Jatei
SIMTED Glória de Dourados	1989 (04/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Glória de Dourados
SIMTED Deodópolis	1989 (14/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Deodópolis
SIMTED Brasilândia	1989 (17/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Brasilândia

SIMTED Douradina	1989 (17/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Douradina
SIMTED Angélica	1989 (21/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Angélica
SIMTED Rio Verde de MT	1989 (03/06)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Rio Verde de Mato Grosso
SINTED Bodoquena	1989 (14/06)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Bodoquena
SIMTED Rio Negro	1989 (17-02)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Rio Negro
SIMTED Camapuã	1989 (13/07)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Camapuã
SIMTEJA Jaraguari	1989 (08/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Jaraguari
SIMTED Santa Rita do Pardo	1989 (10/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Santa Rita do Pardo
SIMTED Costa Rica	1989 (18/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Costa Rica
SIMTED Bonito	1989 (26/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Bonito
SIMTED Inocência	1989 (01/09)	Professores e Administrativos da Rede Estadual de Inocência
SIMTEJ Jardim	1989 (21/09)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Jardim
SIMTED Porto Murtinho	1990 (06/07)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Porto Murtinho
SIMTEDE Campo Grande	1994 (10/02)	Administrativos da Rede Estadual de MS de Campo Grande
SIMTED Água Clara	1995 (15/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Água Clara
SIMTED Dois Irmão do Buriti	1995 (23/08)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Dois Irmãos do Buriti
SIMTED Ladário	1995 (16/12)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Ladário
SIMTED Nova Alvorada do Sul	1999 (06/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Nova Alvorada do Sul.
SIMTED Paranhos	2005 (25/07)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Paranhos
SIMTED Aral Moreira	2009 (21/03)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Aral Moreira
SIMTED Laguna Carapã	2011 (16/04)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Laguna Carapã
SIMTED Corguinho/Rochedo	2012 (19/10)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Corguinho e Rochedo
SIMTED Paraíso das Águas	2014 (29/11)	Professores e Administrativos da Rede Estadual e Municipal de Paraíso das Águas
SIPREMS Sidrolândia	2017 (28/04)	Professores e Administrativos da Rede Municipal de Sidrolândia

Fonte: Correa (2022)

O quadro elaborado por Correa (2022) nos oferece um conjunto de preciosas informações de caráter cronológico, nomenclatura e localização socioespacial das entidades filiadas a FETEMS.

Há também a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - Região Leste Sul-Matogrossense (ADLeste). Em última análise, não obtivemos informações, não tendo localizado sítio eletrônico nem documentos relacionados à entidade na internet.

Trataremos na próxima subseção, além da FETEMS, das seguintes entidades: Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Mato Grosso do Sul (SINTRAE/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTED), Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Aquidauana (SIMTED de Aquidauana), Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (SIMTED de Dourados), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Institutos Federais de Ensino do Mato Grosso do Sul (SISTA/MS), Seção Sindical Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS), Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul do Mato Grosso do Sul (SINTRAE/SUL), Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS), Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Mato Grosso (ADUEMS), Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (SINTEF), Sindicato das Professoras e Professores da Universidade Federal da Grande Dourados (ADUFDOURADOS), Associação dos Servidores da Universidade Federal da Grande Dourados (ASSUFGD), Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS) e o Sindicato dos Trabalhadores de Ensino da Região Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul (SINTRAE/PANTANAL).

Sem dúvida alguma, um dos principais problemas, que não atinge somente o Mato Grosso do Sul, é a contratação precária dos trabalhadores em educação e a inserção de políticas que objetivam mercantilizar a educação pública. O sindicalismo educacional tem lutado pela realização de concursos públicos para aumentar o número de professores efetivos em ambas as redes de ensino.

5.4.2 Nascimento do ACP-MS

O surgimento do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP-MS) está intimamente ligado ao contexto histórico da região em que foi criado. Na época de sua fundação, não havia ocorrido o desmembramento do estado de Mato Grosso, o que se deu somente em 1977, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

A entidade nasce antes mesmo da criação da Secretaria Municipal de Educação pela prefeitura, quando os professores e professoras se reuniram para criar sua própria organização, a qual, apesar de ter nascido como Associação Campo-grandense de Professores⁷⁶, sempre atuou como um sindicato. Entretanto, foi no final dos anos de 1970 que esses trabalhadores se organizaram para enfrentar a expressão do estado sul mato-grossense (RODRIGUEZ; FERNANDES, 2013).

Na atualidade, essa organização é constituída de professores e especialistas em educação da rede pública, estadual e municipal, ativos e inativos, tendo por finalidade o estudo, a defesa e a coordenação dos interesses profissionais da categoria. O acervo audiovisual da ACP, como consta em consulta ao sítio eletrônico da entidade (2023), contém depoimentos de duas das pioneiras da instituição: as professoras Maria Garcia, falecida em 2020; e Maria da Glória Sá Rosa (Glorinha), falecida em 2016. Elas narram como era a educação pública de Campo Grande quando a ACP surgiu como uma instituição que se comprometia a lutar pela dignidade da profissão de magistério em seus pilares.

Partimos da premissa de que o surgimento do Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Pública (ACP-MS) pode ser entendido como um importante marco na história da luta dos trabalhadores da educação de Campo Grande e região, que encontraram na organização sindical um meio para defender seus direitos e contribuir para a melhoria da educação pública.

⁷⁶ ACPMS. Campo Grande 121 anos: ACP constrói a história da educação e da sociedade campo-grandense há 68 anos. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/campo-grande-121anos-acp-construi-a-historia-da-educacao-e-da-sociedade-campo-grandense-ha-68-anos/#:~:text=1%20%E2%80%93%20Fundada%C3%A7%C3%A3o%20da%20ACP%20em%20Campo%20Grande%20foi%20fundada>. Acesso em: 26 abr. 2023.

5.4.3 O surgimento da ADUEMS

A Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS)⁷⁷ surgiu em 1994, um ano após a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Sua formalização como Seção Sindical do ANDES ocorreu em 1996. Desde o início, a pauta fundamental da atuação da Associação tem sido a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, conforme pode ser observado nos documentos e arquivos, bem como pelas narrativas e memórias dos filiados.

Nos primeiros anos, os professores da UEMS reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e buscavam apoio nos congressos do ANDES/SN para estruturar o movimento sindical. Em meio a dificuldades de manutenção do local do sindicato e dos embates relacionados à tentativa do governo de Wilson Barbosa Martins de fechar a UEMS em 1995, a ADUEMS surgiu antes mesmo de ser formalizada. As manifestações organizadas pelos servidores e estudantes dessa Universidade resultaram na dissolução do intento do governador de reavaliar a conveniência de mantê-la em funcionamento devido aos recursos financeiros demandados.

Nos primeiros anos, o Sindicato operava sem recursos, uma vez que não havia uma contribuição estabelecida. O processo de filiação ocorria por vontade própria do professor a partir do momento em ingressava na universidade; para obter contribuições, era necessário um esforço constante de persuasão em todos os espaços do *campus*.

No segundo semestre de 2000, a ADUEMS registrou sua primeira greve, que contou com o envolvimento expressivo do Diretório Central de Estudantes e apoio do ANDES/SN ao processo de reivindicações, especialmente em relação à autonomia financeira. Havia uma lei que determinava que 4% da receita do Estado fosse destinada à UEMS. Em última análise, o governo considerava a legislação ambígua e afirmava não ter recursos para repassar tal percentual da receita total de Mato Grosso do Sul. Durante a greve, que durou 30 dias, várias notas foram distribuídas à comunidade com o objetivo de esclarecer e alertar sobre a posição dos professores e do governo.

A trajetória da ADUEMS é marcada pela luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Desde sua criação em 1994, tem enfrentado diversos desafios, desde a busca por melhorias nas condições de trabalho até a defesa da autonomia

⁷⁷ ADUEMS. História. Disponível em: <https://www.aduems.org/historia>. Acesso em: 15 abr. 2023.

financeira da universidade. A primeira greve, em 2000, foi um marco importante na história da ADUEMS, evidenciando a força e a união da categoria em prol de seus direitos. Apesar dos obstáculos enfrentados ao longo dos anos, a ADUEMS segue atuante na defesa dos interesses dos docentes da UEMS e na promoção da educação de qualidade em Mato Grosso do Sul.

5.4.4 A trajetória da ADUFMS-Sindicato em Mato Grosso do Sul

O Sindicato surge em um período em que a repressão da ditadura civil-militar estava em seu auge. Com a decretação do inescrupuloso AI-5 em 1968, um grupo de docentes da então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) decidiu fundar a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS)⁷⁸. Esse momento histórico marcou o início da organização dos professores em defesa de seus direitos e interesses.

Com o passar do tempo, a ADUFMS cresceu, tornando-se o embrião do que hoje é o Sindicato dos Professores das Universidades Federais Brasileiras dos Municípios de Campo Grande, Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul (ADUFMS-Sindicato).

Após a divisão de Mato Grosso, em 1974, e a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT) foi federalizada em 1979, tornando-se a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o que trouxe novos desafios para o movimento sindical de professores. O campus da UEMT em Campo Grande havia estruturado o movimento sindical, mas agora era necessário adaptar-se à nova realidade da UFMS, instituída como fundação. Esse período coincidiu com o início da distensão política nacional na segunda metade dos anos 1970, marcada pela redução gradual do aparato repressivo do regime militar, mas que permanecia em atividade em escala diferenciada.

A atuação da ADUFMS-Sindicato tem sido fundamental na defesa dos direitos dos professores das universidades federais da região, promovendo mobilizações, negociações e ações judiciais em busca de melhores condições de trabalho e salários mais

⁷⁸ ADUFMS. Institucional. Disponível em: <https://adufms.org.br/institucional/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

justos. Para além disso, o Sindicato tem sido um importante agente na luta pela garantia da qualidade do ensino e da pesquisa nas universidades federais de Mato Grosso do Sul.

Em 2004, durante uma Assembleia Geral de docentes, a ADUFMS, que na época era a Seção Sindical do ANDES/SN, deliberou pela filiação da entidade ao Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES, posteriormente transformado em PROIFES-FEDERAÇÃO). E no dia 28 de março de 2011, a categoria decidiu, em assembleia geral realizada em Campo Grande, Aquidauana, Corumbá e Três Lagoas, transformar a ADUFMS-Seção Sindical do Andes e filiada ao PROIFES em ADUFMS-Sindical, com base intermunicipal. Em seguida, no dia 1º de abril de 2011, foi criado um grupo de trabalho para revisar o estatuto da ADUFMS-Sindical, que é o Sindicato dos Professores das Universidades Federais Brasileiras dos municípios de Campo Grande, Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas no estado de Mato Grosso do Sul. Isso ocorreu no início da década de 2010.

Em linhas gerais, a história da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ADUFMS), de forma processual, até se tornar o ADUFMS-Sindical, é um exemplo da importância da organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos e interesses, especialmente em momentos de grandes desafios políticos e sociais como ocorreu durante a ditadura civil-militar no Brasil.

5.4.5 FETEMS: breve história da federação de trabalhadores do Mato Grosso do Sul

A Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS)⁷⁹ nasceu em 1979, por meio de esforços coletivos da entidade embrionária existente no estado, a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), que representava os professores do estado à época.

A entidade passou a existir na conjuntura da instalação do primeiro governo de Mato Grosso do Sul, como preposto da ditadura civil-militar. Houve uma mobilização do movimento de professores do ensino público de 1º e 2º graus para criar sua própria

⁷⁹ FETEMS. Disponível em: < <https://fetems.org.br/fetems/historico/> > Acesso em: 24.abr. 2023.

entidade representativa. Dessa forma, em Campo Grande, capital do novo estado, foi realizada uma assembleia geral de delegados municipais com o objetivo de fundar a FEPROSUL. A entidade tornou-se então uma estrutura associativista do movimento de professores desde a separação de Mato Grosso em dois estados distintos (FERREIRA JR, 2009).

A partir da fundação da FEPROSUL, foi criada a FETEMS, que se tornou filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1989, durante o Congresso Estadual realizado em Amambai, dez anos após sua criação. Nesse contexto desafiador, os docentes lutavam por políticas públicas que suprissem a carência de escolas e a ausência de concursos públicos para a contratação de professores. A defesa de salários justos e a busca por uma educação de qualidade sempre estiveram no centro das lutas da Federação (ROCHA et al, 2014).

A FETEMS é composta dos sindicatos de trabalhadores em educação da rede pública municipal do estado de Mato Grosso do Sul e pelos filiados dos respectivos sindicatos. A entidade é regida por um estatuto próprio, garantindo a plena democracia em todos os seus organismos e instâncias, e a ampla liberdade de expressão e opinião na luta pela autonomia econômica, política e organizacional do trabalhador (FETEMS, 2023).

Assim, nos dias de hoje, a FETEMS⁸⁰ é a maior entidade sindical de Mato Grosso do Sul, reunindo 74 sindicatos municipais filiados e representam mais de 25 mil trabalhadores em sua base. Além disso, a FETEMS representa mais de 50% do funcionalismo público do estado, conforme informações de seu sítio eletrônico oficial.

De acordo com os documentos dessa Federação, suas principais bandeiras são a valorização dos trabalhadores em educação, a efetivação do Piso Salarial Profissional Nacional, a promoção da gestão democrática, a destinação de gastos com educação fora do superávit primário, o cumprimento da lei do Fundef, o aumento progressivo dos recursos para a educação pública, a reposição salarial periódica dos trabalhadores em educação da rede estadual e o desenvolvimento de uma política salarial de longo prazo. Essas questões estão sempre presentes nas lutas e ações promovidas pela Federação.

⁸⁰ FETEMS. Histórico. Disponível em: <https://fetems.org.br/fetems/historico/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

A entidade tem se empenhado incansavelmente na luta pelos direitos dos professores e pela melhoria da educação no estado. Ao longo dos anos, tem registrado em suas atas importantes avanços e conquistas, o que demonstra o compromisso e a determinação dessa organização sindical.

Em consulta à pesquisa de Rocha *et al* (2014), os autores examinaram as atas da entidade. Em uma das atas selecionadas, destaca-se a reunião da Assembleia Geral realizada em 5 de maio de 2011, na qual foi discutida a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à integralidade da Lei do Piso Salarial. A FETEMS defendeu a proposta de que o piso é constitucional e que a categoria deveria debater e negociar com o governo e as prefeituras. Essa decisão do Supremo Tribunal Federal permitiu que a FETEMS negociasse com o governo do estado de Mato Grosso do Sul e as prefeituras, visando o cumprimento da lei.

Outro momento significativo foi registrado na ata da Assembleia Geral realizada em 6 de março de 2012. Nessa ocasião, foi organizada a participação da FETEMS nos atos públicos da greve nacional, que ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de março de 2012. A greve reivindicava pontos fundamentais como a Lei do Piso Salarial Nacional, a garantia de 1/3 de hora-atividade, a adoção de um Plano de Cargos e Carreiras e a destinação de 10% do PIB para a educação. Essa mobilização demonstrou a união e a determinação da FETEMS de buscar melhores condições de trabalho para os professores (ROCHA *et al*, 2014). No final de 2012, a FETEMS obteve um importante acordo com o governo, resultando em um reajuste de 15% nos salários dos professores para o ano de 2013. Esse aumento salarial foi uma vitória da categoria e refletiu o trabalho incansável da FETEMS na garantia de melhores condições remuneratórias aos profissionais da educação (ROCHA *et al*, 2014).

A ata da Assembleia Geral realizada em 3 de dezembro de 2013 registra o início do encontro com a apresentação da proposta do governo para implementar o Piso Salarial Nacional de 20 horas em oito anos, a partir de 2015. Em última análise, foi destacado que a mobilização deveria continuar, pois o governo não havia avançado nas negociações (ROCHA *et al*, 2014). Só em 19 de dezembro de 2013, o governo sancionou a Lei Complementar nº 183, que concedeu reajuste ao vencimento-base do cargo de professor da Carreira Profissional de Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa conquista foi fruto da atuação da FETEMS, que assinou o Projeto de Lei que estabeleceu

o piso salarial para uma carga horária de 20 horas semanais para os professores da rede pública estadual. Além disso, foi concedido um reajuste salarial de 8,5% para o exercício de 2014, incorporando 20% de adicional de regência de classe e aumentando a gratificação (ROCHA *et al*, 2014).

É assim que a FETEMS tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos professores e na busca por uma educação de qualidade no estado, como pudemos constatar. Desde sua fundação, dedica-se a lutar por políticas públicas que valorizem os profissionais da educação, garantam salários justos e promovam melhorias no sistema educacional.

A decisão do Supremo Tribunal Federal em favor da constitucionalidade da Lei do Piso Salarial foi um marco importante, abrindo caminho para negociações com o governo e as prefeituras a fim de assegurar o cumprimento dessa Lei fundamental para a valorização dos professores.

A FETEMS tem se mostrado uma entidade sindical forte e representativa, sendo a maior do estado de Mato Grosso do Sul. Com seus sindicatos filiados, a FETEMS representa milhares de trabalhadores em educação, buscando sempre a promoção da gestão democrática, o aumento dos recursos destinados à educação e uma política salarial de longo prazo.

5.4.6 A trajetória combativa do SIMTED-Aquidauana

O Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Aquidauana (SIMTED-Aquidauana) foi fundado em 27/02/1963, de acordo com o Estatuto da entidade (SIMTED, 2013, p. 2). Durante seu período de fundação até 11/04/1989 o SIMTED era conhecido como Associação de Professores de Aquidauana (APAL).

A história da APAL começa quando um grupo de professores se reúne na extinta escola modelo Antônio Correia para fundar a Associação de Professores de Aquidauana. Naquele mesmo ano, é criada a primeira diretoria, sob a presidência de Nair Carneiro de Castro. Na ocasião, os professores não recebiam nem décimo terceiro salário. O professor José Alves da Silva, precursor do movimento sindical, envia uma carta ao deputado Edson de Brito Garcia solicitando uma gratificação natalina para os professores. Ele relata: “incrível, mas fui atendido” (SIMTED, 2012).

A entidade sempre procurou se pautar pela combatividade. A seguir, destacamos alguns momentos na história da APAL:

- em 1979, participa ativamente da fundação da FEPROSUL;

- em fevereiro de 1983, o governo atrasa o pagamento e é deflagrada a primeira greve da categoria. Naquela época, ouviam-se palavras de ordem como “vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer.” A música de Geraldo Vandré transformara-se num grito de guerra e a greve passa a ser um grande instrumento de luta (SIMTED, 2012);

- em abril de 1987, os professores paralisam as atividades, por atraso de pagamento. Em outubro do mesmo ano, novamente apoiam a greve como forma legítima de luta. Na pauta de negociações podem-se destacar: a eleição para diretor, o Estatuto do Magistério e o piso salarial de quatro salários-mínimos. No auge da greve, 15 mil professores participaram de uma passeata em Campo Grande. Foram 30 dias de paralisação;

- em 11 de abril de 1989, a APAL se transformou em sindicato. A mudança de associação para sindicato trouxe novas possibilidades de luta e representação dos trabalhadores em educação do município.

A transformação em sindicato implicava em uma mudança de foco, passando da atuação profissional para a defesa dos direitos trabalhistas e da representação dos professores como categoria de trabalhadores. O Sindicato se tornava, então, uma organização de trabalhadores que buscava a negociação coletiva com os empregadores para estabelecer condições de trabalho justas e salários adequados.

5.4.7 A trajetória do SIMTED-Dourados

A Associação Douradense de Professores (ADP) surgiu em 7 de maio de 1978, em um contexto histórico caracterizado pela repressão da ditadura civil-militar e um movimento de contestação liderado por profissionais da educação. A primeira Assembleia Geral da ADP aconteceu no anfiteatro do Centro Pedagógico de Dourados (CPD), com a presidência da diretoria provisória composta dos professores Wilson Biasotto, Laerte Tetila, Antônio Biffi e Sultan Rasslan. Na Assembleia, participaram 104 professores e foi eleita, por unanimidade, a chapa única, com Wilson Biasotto como presidente (AGORA MS, 2018).

Com o passar dos anos, a ADP se consolidou como uma importante entidade representativa dos professores da região de Dourados, realizando diversas ações em defesa da categoria. Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, os servidores públicos adquiriram o direito de se sindicalizar. Em 14 de março de 1989, a ADP se transformou no Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (SIMTED-Dourados), presidido à época pelo professor Lauro Sérgio Davi.

Grosso modo, o SIMTED tem promovido diversas ações em prol da categoria, tais como campanhas salariais, mobilizações, greves, manifestações e negociações com as autoridades locais e estaduais. Em 2008, o SIMSED foi um dos sindicatos que lideraram a luta pela implantação do piso salarial nacional para os professores da rede pública de ensino (ARANDA *et al*, 2016).

O SIMTED expandiu sua base de representação para incluir servidores administrativo, considerando-os parte da categoria de educadores, e continuou lutando pelos direitos dos professores e por uma educação de qualidade para todos os estudantes. Vários professores já presidiram o Sindicato, entre eles Rudimar Zachert, Ricardo Anzoategui, José Carlos Brumatti, Eliza Cristaldo Romero Ogima, João Vanderley Azevedo, Gleice Jane Barbosa, e desde o ano de 2018 o Sindicato é presidido por Juliano Meneghetti Mazzini, eleito para o triênio 2018-2021.

Na atualidade, o SIMTED é uma das principais entidades sindicais do estado do Mato Grosso do Sul, representando os interesses de milhares de professores da região de Dourados. A história da Associação que deu origem ao Sindicato é marcada pela luta e pela união dos professores em defesa de seus direitos e por uma educação de qualidade para todos os estudantes.

5.4.8 SINASEFE/MS: fortalecendo a voz dos servidores da educação em Mato Grosso

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical de Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS)⁸¹ foi fundado em 2 de junho de 2012, em assembleia realizada na cidade de Campo Grande. O objetivo do Sindicato é representar os servidores públicos federais da educação básica e profissional

⁸¹ Informação consultada no sítio eletrônico do SINASEFE. Disponível em: https://sinasefe.org.br/sítio_eletrônico/secoes-sindicais/#ifmatogrossodosul. Acesso em: 03 maio 2023.

em todo o estado de Mato Grosso do Sul, incluindo docentes, técnicos-administrativos e trabalhadores terceirizados.

Desde a sua criação, o SINASEFE-MS tem se dedicado à luta pela valorização dos servidores da educação, pela defesa da educação pública de qualidade e por melhores condições de trabalho. O Sindicato tem sido ativo em diversas mobilizações, incluindo greves, manifestações e campanhas salariais.

Embora as informações sobre a entidade sejam escassas, é possível destacar que, em 2022, o SINASEFE/MS convocou a 4ª Assembleia Extraordinária, que ocorreu em 17 de maio. A Assembleia foi convocada com base nas atribuições estatutárias do Sindicato, com o fim de proporcionar um espaço para que filiados e servidores do IFMS e do Colégio Militar de Campo Grande pudessem discutir e deliberar sobre assuntos relevantes para a categoria. Entre as pautas discutidas estavam condições de trabalho, salários, carreira, defesa da educação pública de qualidade e outras questões importantes para os trabalhadores da educação federal.

O papel do SINASEFE/MS tem sido fundamental na defesa dos servidores públicos federais da educação em Mato Grosso do Sul. Por meio de mobilizações, negociações e ações coletivas, tem buscado melhores condições de trabalho, salários dignos e uma educação pública de qualidade. Por via de suas assembleias e das pautas discutidas, proporciona um espaço democrático para que filiados e servidores possam expressar suas preocupações e necessidades.

Conforme apregoadado em seus materiais institucionais, a luta continua, e o Sindicato permanece firme na defesa dos direitos e interesses da categoria, trabalhando incansavelmente por uma educação cada vez melhor para todos.

5.4.9 SINTED: uma história de luta e compromisso com a educação

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica de Três Lagoas e Selvíria (SINTED) foi fundado há mais de quatro (4) décadas e tem uma história de luta em prol dos direitos dos trabalhadores da educação.

Poucas informações estão disponíveis sobre a criação do Sindicato, mas em uma matéria do jornal Hoje Mais (2018) sobre a comemoração dos seus 40 anos, a presidente do SINTED, Maria Laura Castro dos Santos, destacou a importância do papel da entidade na construção de um mundo melhor, e se disse orgulhosa de fazer parte dessa luta. O

evento de lançamento do selo dos 40 anos contou com a presença de Jaime Teixeira, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), que ressaltou a batalha de todos os trabalhadores da educação pela qualidade na educação brasileira. Ele destacou a importância do SINTED na luta por uma escola pública de qualidade para todos os brasileiros e enfatizou que os 40 anos do Sindicato representam um momento de resistência e luta pela educação.

O SINTED tem uma importância indiscutível como entidade representativa dos trabalhadores da educação na região. Apesar das poucas informações disponíveis sobre sua história, os dados disponíveis mostram que o Sindicato tem se empenhado em lutas e mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação, como melhores condições de trabalho, salários dignos e defesa da educação pública de qualidade. O papel fundamental do SINTED na luta por uma educação mais justa e igualitária é evidente, e a entidade seguirá representando e defendendo os interesses dos trabalhadores da educação na região.

Embora o sítio eletrônico da entidade esteja fora do ar, em consultas realizadas até o dia 03 de maio de 2023, as redes sociais continuavam ativas, fornecendo informações relevantes. Na manhã do mesmo dia, a delegação do SINTED Três Lagoas e Selvíria participou de uma mobilização na Assembleia Legislativa de Campo Grande, juntamente com a FETEMS e os 74 SINTED's. Entre as pautas de luta, destacam-se a definição da Política de Recuperação Salarial para professores e convocados, o cumprimento integral da Lei 277, a publicação imediata da tabela salarial dos professores, a reestruturação da carreira dos administrativos e a valorização salarial e profissional.

Portanto, evidencia-se que o SINTED, ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, vem se dedicado incansavelmente a melhorar as condições de trabalho, garantir salários dignos e promover uma educação justa e igualitária para todos.

Apesar da escassez de informações sobre sua história, a importância do SINTED como representante dos trabalhadores da educação na região é indiscutível. Por meio de mobilizações, manifestações e negociações, o Sindicato mantém-se ativo na busca por melhores condições para os profissionais da educação.

5.4.10 Papel do SINTRAE-MS na organização dos trabalhadores

Na década de 1970, professores e auxiliares de administração escolar de Mato Grosso do Sul do setor privado perceberam a necessidade de ter uma representação legal que defendesse os interesses da categoria. Nessa conjuntura, fundaram a Associação Profissional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul (APTEE-MS)⁸², com sede em Campo Grande.

Com a criação do novo estado de Mato Grosso do Sul, tornou-se essencial ter um órgão oficial que representasse e lutasse pelos interesses dos trabalhadores da educação na região junto à classe patronal e às autoridades educacionais. Foi então que surgiu o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Mato Grosso do Sul (SINTRAE/MS), com o objetivo de promover a solidariedade social e defender os direitos da categoria. A partir daí, o Sindicato tem tido papel fundamental na luta por uma educação de qualidade e na defesa dos trabalhadores da educação no estado.

O SINTRAE/MS é uma entidade importante e ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores da educação na região. Ademais, ela é filiada a três organizações de grande porte: a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (FITRAE-MTMS), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Essas filiações representam um importante respaldo para o Sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores, já que essas entidades oferecem maior representatividade, apoio e recursos para que o SINTRAE/MS possa lutar por melhores condições de trabalho e salários dignos para a categoria. Por meio dessas parcerias, o Sindicato tem acesso a informações importantes e pode estabelecer alianças estratégicas em níveis estadual e nacional, fortalecendo mais sua atuação em defesa dos interesses dos trabalhadores em educação.

Na atualidade, o objetivo principal do Sindicato é estabelecer condições equilibradas para a negociação entre trabalhadores e empresários, que garantam a justiça e a paz no ambiente de trabalho e preservem os direitos inalienáveis dos trabalhadores. A negociação salarial é conduzida de forma profissional pelo Sindicato, levando em

⁸² Informações consultadas no sítio eletrônico da entidade. Disponível em: <<http://www.sintraems.org.br/index.php/diretoria/historico#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Trabalhadores%20em,do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso>> Acesso em 03 de mai. 2023.

consideração índices e indicadores econômicos, bem como a análise do desempenho das empresas, sua lucratividade, custos e outros fatores relevantes.

5.4.11 O SINTRAE/SUL em combate pelos trabalhadores da educação no Mato Grosso do Sul

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul do Mato Grosso do Sul (SINTRAE/SUL) foi fundado em 06 de outubro de 1996, a partir da vontade de professores e auxiliares de administração escolar que se conscientizaram da necessidade de representação legal para a defesa dos interesses da categoria e da solidariedade social. A entidade surgiu em meio à preocupação com os rumos da educação na região Sul do estado de Mato Grosso do Sul e tem como objetivo representar os trabalhadores da educação básica.

Para garantir maior representatividade, o SINTRAE/SUL é filiado a três importantes entidades: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (FITRAE-MTMS).

Com o intuito de representar e defender os direitos dos trabalhadores da educação do setor privado, o SINTRAE/SUL busca criar condições para que eles possam negociar com os empregadores em igualdade de condições, garantindo uma relação de justiça e paz. Uma prova da transparência e comprometimento com os trabalhadores é o Edital de Convocação de Eleições Sindicais SINTRAE/SUL (2022), que informa aos filiados as normas e procedimentos para a eleição dos seus representantes.

A filiação do SINTRAE/SUL a entidades como CUT, CONTEE e FITRAE-MTMS fortalece mais sua representatividade e capacidade de luta. Essas parcerias estratégicas permitem ao Sindicato ter acesso a informações relevantes, apoio e recursos para atuar em defesa dos trabalhadores da educação.

5.4.12 SISTA/MS: em defesa dos trabalhadores

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Institutos Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul

(SISTA/MS)⁸³ tem uma história marcada por lutas e conquistas em prol dos trabalhadores das universidades e institutos federais do estado.

Fundado em 30 de junho de 1989, inicialmente era conhecido como Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (SISTA-UFMS). Com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) em 2005, altera seu nome para Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado de Mato Grosso do Sul (SISTA/MS). Posteriormente, em 2008, com a criação da Universidade Técnica, o nome foi alterado para ⁸⁴Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul (SISTA/MT, 2017).

No entanto, no ano de 2014, com a saída dos trabalhadores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o Sindicato passou por mais uma mudança de nome, tornando-se o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Institutos Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul (SISTA/MS). A entidade mantém sua filiação à CUT e à FASUBA, visando representar e defender os interesses dos trabalhadores da educação no estado e repercutir e orientar suas lutas pelo Brasil.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e dos Institutos Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul (SISTA/MS) possui uma trajetória de lutas e conquistas em defesa dos trabalhadores das universidades federais do estado. Progressivamente, tendo passado por diversas mudanças de nome para abranger diferentes instituições, sempre manteve seu compromisso com a representação e defesa dos interesses da categoria. Com filiações importantes, o SISTA/MS continua unindo forças em prol da valorização dos trabalhadores da educação, melhores condições de trabalho, salários dignos e educação pública de qualidade.

⁸³ Informações consultadas por meio do site do SISTA/MS. Disponível em:< <https://www.sistams.org.br/institucional#:~:text=O%20SISTA%2DMS%20foi%20fundado,para%20Sindicato%20dos%20Trabalhadores%20das>> Acesso em: 03. mai. 2023.

⁸⁴ Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1rehZtn6UNW_T3qh6b6_nDnyEcp8y6Q4H/view. Acesso em: 03 mai. 2023.

5.4.13 O SINTEF na articulação dos trabalhadores em educação das instituições federais de Mato Grosso do Sul

Em 2005, com a criação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (SISTA-UFMS) alterou seu nome para Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do Estado de Mato Grosso do Sul⁸⁵ (SISTA-MS), para fins de representar as duas instituições federais de ensino superior do estado. No entanto, em 10 de junho de 2014, um novo sindicato foi fundado com sede e foro na cidade de Dourados, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais (SINTEF), que representa os trabalhadores em educação das universidades federais em todo o estado.

Desde a sua fundação, o SINTEF tem lutado pelos direitos dos trabalhadores em educação, incluindo questões como salários justos, condições de trabalho adequadas e valorização profissional. E tem se posicionado em relação a políticas educacionais e outras questões relacionadas ao ensino superior no país.

O SINTEF é uma importante organização sindical na região de Dourados e tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores em educação das instituições federais do estado de Mato Grosso do Sul.

5.4.14 O papel atuante da ADUFDOURADOS na defesa dos interesses dos docentes da UFGD

O Sindicato das Professoras e Professores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) inicia-se com a criação e implantação da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), conforme a Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005 (ADUF, 2017). Com a formação dessa nova instituição de ensino superior, os docentes perceberam a necessidade de estabelecer uma entidade que representasse e defendesse seus interesses. Em conformidade com a legislação vigente e com o objetivo de unificar os docentes da UFGD, a Associação se transformou na Associação dos Docentes da Universidade Federal da Grande Dourados, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), abreviada como ADUFDOURADOS/S. Sind. Como consta em seu Estatuto:

⁸⁵ Informações obtidas por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível:<<https://portalsintef.com.br/historia/>> Acesso em: 03. mai. 2023.

Parágrafo Único - A ADUFDOURADOS/S. SIND. goza de autonomia política, administrativa e financeira garantida por este Estatuto e pelo Estatuto do ANDES Sindicato Nacional.

ART. 2 - A ADUFDOURADOS/S. SIND. tem por objetivo sindicalmente os docentes da UFGD gozando, para tanto, das prerrogativas sindicais asseguradas na Constituição Federal, inclusive a de representação dos interesses dos sindicalizados ligados à sua base territorial, em juízo ou fora dele, sobretudo na qualidade de substituto processual (ADUF, 2017. p. 3).

Esses trechos do Estatuto destacam o papel e a autoridade da ADUFDOURADOS como entidade sindical autônoma que tem como objetivo principal representar e defender os interesses dos docentes da UFGD, exercendo suas prerrogativas sindicais garantidas pela legislação.

Ao longo dos anos, a ADUFDOURADOS⁸⁶ consolidou-se como uma entidade representativa e atuante, dedicada a defender os direitos e as demandas dos docentes da UFGD. Ela trabalhou incansavelmente em questões como salários, carreira docente, condições de trabalho, formação continuada, políticas de inclusão e diversidade, entre outros temas relevantes para a comunidade acadêmica.

5.4.15 A trajetória da ASSUFGD

A Associação dos Servidores da Universidade Federal da Grande Dourados (ASSUFGD) foi fundada em 1º. de agosto de 1998, na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. A ideia de criar a Associação surgiu da necessidade de promover a aproximação e solidariedade entre os servidores da universidade, além de oferecer assistência e apoio em diversas áreas. Conforme seu Estatuto:

Art. 1 2 - A Associação dos Servidores da Universidade Federal da Grande Dourados, fundada em 12 de agosto de 1998, na cidade de Dourados/MS, será regida pelo presente estatuto e constitui-se em órgão de representação social dos servidores da Universidade Federal da Grande Dourados (IJFGD), ativos e inativos, que a ela se associarem.

Parágrafo único — No texto deste Estatuto a sigla ASSUFGD e a expressão "associação" se equivalem como denominação da entidade. (ASSUFGD, 2014. p.1)

⁸⁶ Informação obtida por meio de consulta ao site da entidade. Disponível em: < <http://adufdourados.org.br/> > Acesso em: 25. mai. 2023.

Esse artigo do Estatuto da ASSUFGD define a natureza e o propósito essencial da instituição: atuar como órgão representativo dos servidores, englobando tanto aqueles que estão em atividade quanto os aposentados, desde que optem por se associar à Associação.

Desde sua criação, a ASSUFGD definiu seus principais objetivos. Um deles é promover a aproximação entre os associados, criando um ambiente de convivência saudável e solidário. A Associação incentiva a união e a troca de experiências entre os servidores da universidade, fortalecendo os laços de amizade e camaradagem, como consta em seu sítio eletrônico⁸⁷.

5.4.16 Fundação do SINTRAE/PANTANAL: luta e representatividade em defesa dos trabalhadores em educação

O Sindicato dos Trabalhadores de Ensino da Região Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul (SINTRAE/PANTANAL) foi fundado em 28 de outubro de 1995, na cidade de Corumbá. Na ocasião, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária que marcou a sua fundação. A reunião foi presidida pelo professor Sandro Niciani, que ocupava a presidência do SINTRAE/MS na época (SINTRAE/MS, 2013). O objetivo principal da Assembleia foi a aprovação dos estatutos do SINTRAE/PANTANAL, a constituição de sua diretoria e a filiação à CONTEE e à CUT. Tais filiações tinham o propósito de fortalecer a atuação do novo Sindicato, proporcionando representatividade e apoio aos trabalhadores em educação da região (SINTRAE/MS, 2013).

Após a criação e eleição da primeira diretoria, os trabalhadores dos estabelecimentos de ensino representados iniciaram uma nova fase de luta em defesa e promoção dos direitos e da dignidade dos membros do magistério da rede privada, passando a atuar como representante desses profissionais na busca de melhores condições de trabalho, remuneração justa, benefícios sociais e valorização da educação na região.

5.4.17 O compromisso do SINASEFE/MS pelos servidores da educação

A Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS) foi fundada em 2 de junho de 2012. A entidade

⁸⁷ Informação obtida por meio de consulta ao sítio eletrônico da entidade. Disponível em: <<https://assufgd.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 25. mai. 2023.

representa todos os servidores federais da educação básica e profissional do referido Instituto.

Essa agremiação, conforme estabelecido em seu Estatuto, é uma entidade sindical sem fins lucrativos, com sede na Rua Doutor Nicolau Fragelli, n.º 86, Bairro Amambai, no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, possuindo legitimidade para representar judicial ou extrajudicialmente os interesses individuais e coletivos da categoria de servidores públicos federais do IF de Mato Grosso do Sul em todas as unidades, sedes ou *campus*, inclusive como substituto processual, de acordo com o artigo 80, III, da Constituição Federal (SINASEFE/MS, 2013).

A base territorial de abrangência para determinação da jurisdição do SINASEFE-MS corresponde aos municípios onde estão instalados a Reitoria e os *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (SINASEFE/MS, 2013).

5.5 Exposição geral sobre o associativismo na região Centro-Oeste

O associativismo e o sindicalismo na região Centro-Oeste do país têm início, como em várias outras partes do país, a partir de associações de professores primários. As entidades pioneiras na região desempenharam um papel fundamental na organização e mobilização dos professores naquele período. Essas primeiras associações geralmente possuíam uma abordagem mais profissional, concentrando-se em questões relacionadas à formação de professores e ao desenvolvimento curricular.

Na sociedade capitalista, ao longo do tempo, a luta por melhores condições de trabalho e remuneração tornou-se cada vez mais urgente, levando muitas dessas associações a se transformarem em sindicatos. Essa transformação foi impulsionada pelo contexto político e social da época, que incluía uma maior conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos e a necessidade de união para alcançá-los.

A transformação em sindicato implicava uma mudança de foco, passando da atuação profissional para a defesa dos direitos trabalhistas e da representação dos professores como trabalhadores. O Sindicato, então, tornava-se uma organização de trabalhadores que buscava a negociação coletiva com os empregadores para estabelecer condições de trabalho justas e salários adequados.

Podemos destacar algumas entidades pioneiras na região, tais como a Associação dos Professores Primários de Goiás (APP), criada em 1956, presentemente denominada Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO); a Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), fundada em 1965, nos dias de hoje chamada de Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT); e a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), inaugurada em 1979, neste momento conhecida como Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul (FETEMS).

Em Brasília e no Mato Grosso do Sul, a origem das entidades é mais recente devido ao desmembramento e à transformação em estados. No entanto, os trabalhadores em educação já se mobilizavam mesmo antes dessas mudanças. No caso de Brasília, já existia uma intensa mobilização das entidades em Goiás, que passaram a atuar de forma independente após a criação da capital federal. No Mato Grosso do Sul, após o desmembramento do estado, algumas entidades se dividiram, dando origem a novas organizações.

Outro fator catalisador para a mobilização dos trabalhadores em educação é a criação de universidades, que frequentemente ocorre, mas não só, com o surgimento de novos estados. À medida que uma nova universidade é estabelecida, surge a necessidade de mobilização, não apenas dos professores, mas dos trabalhadores técnicos administrativos. Muitas vezes, isso resulta na formação de entidades separadas para representar os interesses dos professores e dos funcionários técnicos administrativos.

Ao somar-se aos elementos mencionados anteriormente, a municipalização da educação também desempenha um papel relevante no contexto do associativismo e do sindicalismo na região Centro-Oeste do país. A municipalização refere-se ao processo de transferência da responsabilidade da gestão educacional do governo estadual para as prefeituras, o que implica a criação de sistemas municipais de educação e a necessidade de mobilização dos trabalhadores nesse nível.

Essa fragmentação nas entidades reflete a diversidade de papéis desempenhados pelos profissionais da educação, bem como a necessidade de abordar questões específicas de cada grupo. No contexto da municipalização, geralmente os trabalhadores em educação passam a organizar-se em federações, por exemplo, a FETEMS, que congrega 74 sindicatos. As federações podem ser fundamentais para promover a troca de

experiências e o compartilhamento de informações entre os trabalhadores em educação dos diferentes municípios. Elas podem contribuir para fortalecer a atuação sindical e promover ações conjuntas em defesa dos direitos e interesses dos profissionais da educação, independentemente de estarem vinculados a redes estaduais ou municipais.

Portanto, as federações de trabalhadores em educação desempenham um papel relevante tanto na representação dos profissionais da educação das redes municipais quanto das redes estaduais, contribuindo para a defesa de seus direitos e para a busca por melhorias na educação, incluindo-se aí os impactos decorrentes da municipalização.

Ao lado dos aspectos mencionados anteriormente, é importante destacar a forte influência do agronegócio na região Centro-Oeste do país e como essa influência acaba impactando a área da educação. O Centro-Oeste é conhecido como uma das principais regiões agrícolas e pecuárias do Brasil, com uma economia fortemente baseada na produção agropecuária. Essa realidade econômica e a influência do agronegócio acabam refletindo nas políticas educacionais da região, em geral para pressionar os sistemas educacionais para atender às demandas de formação de interesse do setor agropecuário, seja fornecendo mão de obra qualificada para o campo seja promovendo a disseminação de técnicas e conhecimentos relacionados à agroindústria.

Isso pode resultar em um direcionamento curricular que privilegia aspectos técnicos e produtivos em detrimento de uma formação mais ampla e abrangente. A formação humanística, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a reflexão crítica sobre questões sociais e ambientais podem ficar em segundo plano diante da valorização do conhecimento técnico ligado ao agronegócio. Diante desse cenário, é essencial que os sindicatos e associações de trabalhadores em educação estejam atentos e atuantes na defesa de uma educação de qualidade, que vá além dos interesses econômicos imediatos.

Mapa 8 - Entidades da região Centro-Oeste



Fonte: CNTE, 2022. Organização dos dados e elaboração do mapa: GOMES, Jônatas e IAMONTI, V. Z. (2023)

O **Mapa 8 – Entidades da região Centro-Oeste** – apresenta a distribuição geográfica das entidades sindicais pelos estados da região. Acreditamos que a representação cartográfica desempenha um papel fundamental nos estudos educacionais, permitindo uma análise mais aprofundada da distribuição e representatividade das entidades atuantes nos mais diferentes segmentos da educação na região.

Ao analisarmos o **Mapa 8**, é possível identificar as entidades que representam os docentes do ensino superior, dos institutos federais de ciência e tecnologia, das escolas federais; os trabalhadores técnico-administrativos das universidades públicas e privadas e as entidades da educação básica, tanto públicas quanto privadas. Essa diversidade de entidades reflete a amplitude e a complexidade do sistema educacional presente na região Centro-Oeste.

É interessante notar a presença expressiva das entidades sindicais, em especial a predominância de entidades municipais. Essa característica está associada ao processo de municipalização da educação, que tem sido mais evidente em alguns estados. Um exemplo disso é o estado do Mato Grosso do Sul, onde a quantidade de entidades é tão expressiva que a sobreposição dos símbolos no Mapa dificulta a visualização clara das informações. Nesse estado verifica-se uma alta capilaridade das entidades sindicais, demonstrando a mobilização e a representatividade dos profissionais da educação nessa região.

Estados como Goiás, Mato Grosso e o Distrito Federal são exemplos de localidades com uma relevante presença de entidades sindicais na área educacional. Esses estados apresentam uma rede diversificada de instituições de ensino superior, escolas federais e estaduais, acompanhada de uma forte atuação de sindicatos e associações de trabalhadores da educação. Essa representatividade sindical contribui para a defesa dos interesses dos profissionais da área e para a promoção de uma educação de qualidade nessas localidades.

A representação cartográfica das entidades da região Centro-Oeste nos fornece um panorama abrangente da distribuição geográfica e da representatividade das entidades sindicais da área educacional. Essas entidades desempenham um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação e na busca por melhorias nas condições de ensino e aprendizagem, contribuindo para o fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema educacional da região Centro-Oeste do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliamos que a construção da cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, objetivo maior deste trabalho, desempenha um papel inicial e modesto na localização, compreensão e análise das entidades regionais, estaduais e nacionais. Consideramos que, por meio do diagnóstico da trajetória histórica e do perfil sucinto dessas entidades, bem como da construção de um banco de dados abrangente e em permanente atualização, nos possibilita oferecer um estímulo objetivo à realização de pesquisas no tempo presente e investigações futuras sobre essa temática de estudo.

Não podemos desprezar, na construção do conhecimento geográfico, sua íntima relação com o conhecimento histórico educacional, nem o entender como uma ciência que trabalha com o espaço físico como algo eterno e imutável, desconsiderando o seu permanente intercâmbio com as diferentes áreas das humanidades e a mutabilidade permanente dos espaços geográficos. Nesse sentido, a interação entre a Geografia e as questões relacionadas aos trabalhadores em educação oferece uma perspectiva profícua e necessária para compreender e analisar os processos de organização e atuação desses profissionais, bem como os impactos dessas dinâmicas no espaço social e educacional do país em que vivemos e labutamos.

Embora a proposta inicial fosse abarcar todas as regiões brasileiras, reconhecemos a complexidade e a extensão dessa tarefa. Portanto, optamos por um recorte regional, concentrando nossos esforços nas regiões Centro-Oeste e Norte. Essa escolha se baseia na constatação de que essas regiões têm sido pouco estudadas, o que aumenta a importância de identificar e localizar as entidades nelas presentes. Ao explorar os catálogos de dissertações e teses, constatamos a escassez de estudos sobre as entidades nessas regiões. Dessa forma, ao buscar identificar estudos existentes e fomentar o conhecimento sobre essas entidades, abrimos oportunidades para que outros pesquisadores interessados na temática possam conduzir novas investigações. Nesse contexto, a cartografia desempenha um papel crucial ao promover a expansão do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento de investigações mais aprofundadas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Ao longo das seções procuramos traçar um diagnóstico sucinto das entidades, em primeiro plano em nível federal, com a localização das entidades nacionais. O surgimento

e a atuação dessas entidades dos trabalhadores em educação no Brasil são aspectos fundamentais para compreender a história da luta por direitos e valorizar esses profissionais.

É importante ressaltar que as entidades surgiram como resposta às demandas e desafios enfrentados pelos trabalhadores em educação. A liderança inicial dos professores primários de escolas públicas em diferentes estados do país foi essencial para o estabelecimento dessas entidades. A criação dos primeiros sindicatos de professores do setor privado veio, posteriormente, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930.

A compreensão histórica do papel dessas entidades é crucial para a valorização e o reconhecimento social dos trabalhadores em educação. Durante as discussões em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), surge a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), que posteriormente se transforma em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entidade que se consolidou como a principal entidade federativa e principal via de organização do sindicalismo docente no final da década de 1990.

No período da ditadura civil-militar, que se desdobrou entre 1964 e 1985, outras entidades ganharam força e se estruturaram de maneira mais organizada. Em um contexto caracterizado por repressão e restrição aos direitos civis, surgiram e se fortaleceram as formas incipientes de luta, dando origem a importantes entidades representativas como a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior do Brasil (FASUBRA) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), representando categorias diferentes. A criação dessas entidades denota sua importância na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação, na luta por melhores condições de trabalho e na resistência ao regime ditatorial.

Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, houve um avanço significativo na garantia dos direitos dos trabalhadores em educação. O SINASEFE foi fundado nesse contexto, representando os servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica. Já a década de 1990 foi marcada por novos desafios, principalmente diante das políticas neoliberais do governo Collor. A CONTEE surgiu nesse período, propondo o intercâmbio e nacionalização das lutas em defesa dos

interesses dos trabalhadores em educação do setor privado e na resistência às reformas que afetavam o setor.

Fundado em 2004, o PROIFES nasce em um contexto de reestruturação do movimento sindical dos docentes universitários. Até então, o ANDES/SN era a principal entidade representativa desses profissionais. No entanto, algumas correntes dentro do movimento docente universitário sentiram a necessidade de criar uma organização sindical que pudesse dar voz a suas demandas específicas. Essas correntes buscavam uma maior autonomia em relação aos partidos políticos e uma abordagem sindical mais centrada nas pautas e reivindicações dos professores.

A diversidade política, econômica e social do Brasil não pode ser ignorada ao analisar a atuação dessas entidades. Um país continental como o nosso apresenta realidades distintas, o que exige um esforço constante para superar as dificuldades enfrentadas no campo do trabalho educacional. No entanto, é fundamental reconhecer o esforço político e organizacional dessas entidades ao longo da história. Seu trabalho está intrinsecamente ligado ao processo de consolidação da democracia, à valorização social da educação e à promoção da cidadania em nosso país.

Parece-nos respeitável ampliar o olhar sobre a atuação dessas entidades para além do contexto nacional. A valorização e o reconhecimento dos trabalhadores em educação são questões globais, que permeiam debates em diferentes países. Ao analisar a história dessas entidades no Brasil, é possível traçar paralelos e identificar tendências em relação à luta por melhores condições de trabalho e à busca por uma educação de qualidade em âmbito internacional.

A análise crítica da atuação dessas entidades deve considerar a complexidade e diversidade do campo do trabalho educacional, levando em conta as disparidades existentes no Brasil. É necessário promover o diálogo e a busca de soluções que contribuam para a valorização e o reconhecimento dos trabalhadores em educação, visando uma educação de qualidade e a consolidação da democracia. Não deixa de ser importante que a sociedade como um todo reconheça a seriedade do trabalho dos profissionais da educação e seu papel fundamental na formação das futuras gerações. Investimentos adequados, valorização salarial, condições de trabalho dignas e oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional são elementos essenciais para fortalecer o sistema educacional e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

A compreensão da história das entidades dos trabalhadores em educação no Brasil nos permite refletir sobre as conquistas alcançadas e os desafios que persistem. Essa reflexão é crucial para a construção de um sistema educacional mais inclusivo, equitativo e de qualidade, que possibilite o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos e contribua para o progresso da sociedade como um todo.

Na seção *Aspectos gerais do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação na região Norte* procuramos tratar das entidades representativas em nível regional, focando na sua localização e na discussão do associativismo e sindicalismo na região. Como pudemos constatar, existe uma constelação de entidades que representam os trabalhadores em educação da educação básica estadual do ensino público. Somado a isso, localizamos as entidades representativas do ensino privado e dos trabalhadores técnico-administrativos, tanto do ensino público quanto do privado, além das entidades representativas dos docentes do ensino superior e tecnológico.

As entidades, em sua maioria, estão filiadas às federações e confederações. Entidades como o SINTEAC no estado do Acre, o SINTERO no estado de Rondônia, o SINTEM no estado do Amazonas, o SINSEPEAP no estado do Amapá, o SINTEPP/PA no estado do Pará, o SINTER no estado de Roraima e o SINTET/TO no estado do Tocantins são filiados a CNTE. Por sua vez, as entidades do ensino básico privado estão filiadas à CONTEE, como o SINPRO/RO em Rondônia e o SINPRO/PARÁ no estado do Pará. Muitos dos sindicatos dos trabalhadores técnico-administrativos em instituições de ensino superior possuem filiação à FASUBRA, como o SINTEST no estado do Acre, SINTUNIR em Rondônia, SINTESAM no Amazonas e o SINDTIFES no Pará. Já as entidades dos trabalhadores em educação da Rede Federal de Educação Básica, Profissional, Científica e Tecnológica são representadas pelo SINASEFE, com seções sindicais espalhadas pelos estados da região Norte. Por fim, os organismos que representam os docentes do ensino superior são, respectivamente, ANDES/SN e o PROIFES, disputando a base da mesma categoria e contando com seções sindicais vinculadas às universidades nos estados.

Com esses exemplos, evidencia-se que a fragmentação sindical tem se intensificado, dividindo cada vez mais a categoria dos trabalhadores da educação. Essa fragmentação, muitas vezes impulsionada por razões ideológicas e pelo acesso ao imposto sindical, resulta no surgimento de sindicatos diversos que abarcam áreas como a educação

básica, a educação superior e, principalmente, os professores das capitais, entre outros grupos.

Essa realidade é evidente não apenas na região Norte do Brasil, mas em outras regiões do país. A multiplicidade de sindicatos que representam os trabalhadores da educação reflete a complexidade do campo educacional e os desafios enfrentados pela categoria. Essa fragmentação sindical pode dificultar a articulação e a união de esforços em prol de demandas comuns e da valorização do trabalho educacional como um todo.

Na região Centro-Oeste do país, é notável a ocorrência de fragmentação, a qual pode ser atribuída ao desenvolvimento mais acentuado e à maior concentração populacional urbana na região. Esses fatores influenciaram a expansão do movimento sindical, resultando em uma maior abrangência, especialmente em relação ao número de entidades sindicais; a fragmentação associativa e sindical, por sua vez, originou o surgimento de entidades sindicais municipais, como uma consequência do processo de municipalização.

Assim como na região Norte, a maioria das entidades sindicais da região Centro-Oeste está filiada às federações e confederações. No que se refere às entidades representativas dos trabalhadores da educação básica do setor público, temos a filiação à CNTE por parte do SINTEP/MT, do estado de Mato Grosso, da FETEMS, no Mato Grosso do Sul, do SINTEGO, em Goiás, e do SINPRO/DF e SAE em Brasília. No que concerne às entidades dos trabalhadores técnico-administrativos do setor público filiadas à FASUBRA temos: o SINTUF, no estado de Mato Grosso; o SISTA, no estado de Mato Grosso do Sul; o SINTFUB, em Brasília e o SINT-IFESGO, em Goiás. Na região Centro-Oeste, os trabalhadores em educação da Rede Federal de Educação Básica, Profissional, Científica e Tecnológica encontram representação sindical no SINASEFE, o qual possui seções sindicais distribuídas pelos estados da região. Adicionalmente, os docentes do ensino superior são representados pelo ANDES/SN e pelo PROIFES.

A fragmentação sindical entre os trabalhadores em educação ocorre devido à diversidade de interesses, necessidades e perspectivas presentes no campo da educação. No contexto dos trabalhadores em educação, é comum encontrar diferentes entidades sindicais que representam grupos específicos como os docentes do ensino superior, os servidores da educação básica, os profissionais técnico-administrativos, entre outros.

Cada entidade sindical busca atender às demandas e reivindicações específicas de sua categoria.

Importante ressaltar que, apesar dessa fragmentação, existem iniciativas de diálogo e cooperação entre os sindicatos e entidades representativas. A busca de maior unidade e articulação se faz necessária para fortalecer a luta por melhores condições de trabalho, salários justos e valorização profissional dos educadores, independentemente da área de atuação ou região geográfica. É fundamental superar as divisões e buscar espaços de convergência para enfrentar os desafios e promover avanços significativos na educação brasileira.

O maior ataque que a classe trabalhadora sofreu nos anos recentes advém da reforma trabalhista de 2017. Uma das mudanças mais nefastas foi introduzir a possibilidade de acordos individuais que, infelizmente, resultaram na diminuição dos direitos trabalhistas. Isso colocou pressão adicional sobre os sindicatos, que historicamente atuam na defesa dos interesses dos trabalhadores. Essa pressão sobre os sindicatos teve um efeito prejudicial na coesão e na influência dessas organizações. Com a possibilidade de negociações diretas entre empregadores e empregados, sem a necessidade de representação sindical, os sindicatos viram sua capacidade de representar efetivamente os trabalhadores deveras enfraquecida.

Outras mudanças preocupantes podem ser sentidas como a ampliação da terceirização, a legitimação do trabalho intermitente e a limitação do acesso à justiça para os trabalhadores que buscam fazer valer seus direitos. Todas essas medidas desequilibraram as relações de trabalho em favor dos empregadores, desafiando as promessas de melhoria feitas pelos defensores da reforma.

Portanto, é evidente que a reforma trabalhista teve um impacto negativo tanto nos sindicatos quanto nas condições de trabalho dos brasileiros, minando a representatividade dos trabalhadores e enfraquecendo seus direitos. Essa realidade se distancia substancialmente das promessas de modernização e benefícios que foram inicialmente anunciadas.

Em conclusão é imprescindível compreender historicamente que o esforço político e organizacional dessas entidades desempenha um papel crucial no fortalecimento da sociedade civil e no processo de consolidação da democracia, no avanço da valorização social da educação e na promoção da cidadania na cotidianidade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Lei nº 3.141, de 22 de julho de 2016. **Dispõe sobre a gestão democrática das unidades escolares da rede pública estadual de educação básica do Acre.** Assembleia Legislativa do estado do Acre. Rio Branco, Acre.
- ACPMS. **Campo Grande 121 anos:** ACP constrói a história da educação e da sociedade campo-grandense há 68 anos. Campo Grande-MS. Disponível em: <http://www.acpms.com.br/campo-grande-121anos-acp-constroi-a-historia-da-educacao-e-da-sociedade-campo-grandense-ha-68-anos/>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- ADUA. **Regimento da ADUA Seção Sindical.** Manaus-AM. 1991. Disponível em: https://www.adua.org.br/userfiles/files/Regimento%20da%20ADUA%2020_04_2022.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.
- _____. **Quem somos.** Manaus-AM. Disponível em: <https://www.adua.org.br/frame.php?pagina=textos.php&DESTINO=Quem%20Somos#localizador>. Acesso em: 01 mai. 2023.
- ADUEMS. **História.** Dourados-MS. Disponível em: <https://www.aduems.org/historia>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ADUFDOURADOS. **O Sindicato.** Dourados-MS. Disponível em: <http://adufdourados.org.br/> Acesso em: 25. mai. 2023.
- ADUFG. **O sindicato.** Goiânia-GO. Disponível em: <https://www.adufg.org.br/o-sindicato>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- ADUFMAT. **História da ADUFMAT.** Sinop-MT. Disponível em: <https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/quem-somos/historia>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- ADUFMS. **Institucional.** Campo Grande-MS. Disponível em: <https://adufms.org.br/institucional/>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- ADUFPA. Reforma administrativa: o plano perverso da extrema direita. **Revista Rexistimos**, nº 2. Belém-PA, dezembro de 2021. Disponível em: <https://adufpa.org.br/2022/08/23/no-2-dezembro-2021/> > Acesso em: 17.dez. 2022, p.1-20.
- _____. **Quem somos:** nossa história. Belém-PA. Disponível em: <https://adufpa.org.br/quem-somos/nossa-historia/>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- _____. **História.** Belém-PA. Disponível em: < <https://adufpa.org.br/quem-somos/nossa-historia/> > Acesso em: 17.nov. 2022.
- ADUNB. **História.** Asa Norte – Brasília. Disponível em: <https://adunb.org/pagina/adunb/historia>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- ADUNEMAT. **Blog da ADUNEMAT.** Cáceres-MT. Docentes da UNEMAT suspendem greve até agosto. Mobilizações e negociações com o governo continuam. 10. jun. 2005. (Última atualização em 2016). Disponível em: <https://adunemat.wordpress.com/>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- ADUNEMAT. **ADUNEMAT:** um sindicato de luta! Cáceres-MT. YouTube, 2022. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=FyNIXHDvPes&ab_channel=ADUNEMAT. Acesso em: 26 de abril de 2022.

ADUNIR. Sobre o Sindicato. **História**. Porto Velho-RO. Disponível em: <https://adunir.com.br/>. Acesso em: 08 out. 2022.

ADUF/Dourados. **Estatuto**. Dourados-MS, 20 fev. 2017. Disponível em: <http://www.adufdourados.org.br/estatutoadufdourados.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

ADUFAC. **Regimento**. 7 de abril de 2008. Rio Branco-AC. Disponível em: <http://www.adufac.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Regimento.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

ADUFRA. **Estatuto**. Belém-PA. Disponível em: < [https://www.adufra.com.br/sítio eletrônico/tema1/includes/estatuto.pdf](https://www.adufra.com.br/sítio_eletrônico/tema1/includes/estatuto.pdf) > Acesso em: 15.nov. 2022.

ADUFRA-SSIND. **Estatuto da ADUFRA-SSIND**. Belém, PA, 2021. Disponível em: [https://www.adufra.com.br/sítio eletrônico/tema1/includes/estatuto.pdf](https://www.adufra.com.br/sítio_eletrônico/tema1/includes/estatuto.pdf). Acesso em: 02 mai. 2023.

ADUNB. **Estatuto**. Brasília, DF: 1995. Disponível em <https://sindicalizi-public.s3.amazonaws.com/adunb/Regimento_da_ADUnB-S.Sind._do_ANDES-SN-compressed.pdf> Acesso em: 03.abr. 2023.

ADUNIR. História. Porto Velho-RO. Disponível em: < <https://adunir.com.br/> > Acesso em: 08.out. 2022.

ANDES/SN. **História**. Brasília-DF. Disponível em [https://www.andes.org.br/sítio eletrônico/historia](https://www.andes.org.br/sítio_eletrônicos/historia) Acesso em: 06. nov. 2022.

AGORA MS. **SIMTED completa hoje 40 anos e tem sua história contada por seus fundadores**. 07 de maio 2018. Dourados-MS. Disponível em: <https://www.agorams.com.br/simted-completa-hoje-40-anos-e-tem-sua-historia-contada-por-seus-fundadores/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

ALENCAR, Jaqueline da Silva. **A atuação do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP/MT: uma análise sócio-histórica (1988-2012)**. Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 13 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo Editorial, 2018.

_____; PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 1, 2019, p. 56-81.

APPMG. **Nossa história**. Belo Horizonte-MG. Disponível em: <<http://www.appmg.org.br/nossa-historia>> Acesso em: 09.mai. 2023.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APUG. **Regimento Geral**. Gurupi-TO, 20 de outubro de 2012. Disponível em: <http://apugssind.com.br/wp-content/uploads/2013/03/Regimento-Geral-APUG.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. **A Associação**. Gurupi-TO. Disponível em: <http://apugssind.com.br/a-associacao>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ARANDA, Flávia Paula Nogueira; DE LIMA, Simone Estigarribia; DA SILVA SCAFF, Elisangela Alves. A valorização docente, PSPN e PCCR - um estudo no município de Dourados-MS. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, 2016, p. 259-27.

ARAÚJO FILHO, José Gonçalves. **O sentido do sindicalismo na tradição marxista: a educação da classe trabalhadora na fronteira das lutas econômicas, políticas e ideológicas**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

ARAÚJO JÚNIOR, João Ferreira de. **O trabalhador da educação e a acumulação flexível do capital: um estudo do posicionamento do SINTEGO frente à política educacional de Goiás**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ARAUJO, J. V. P. Memória e história da educação em Goiás. Campinas: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas**, 2009.

ARRUDA, Elismar Bezerra. **A educação dos trabalhadores em Mato Grosso no tempo do agronegócio: contradições e perspectivas no capitalismo periférico**. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 2017.

ASSUFGD. Associação dos Servidores da Universidade Federal da Grande Dourados. **Estatuto**. Dourados, MS, 1 set. 2014. Disponível em: <https://assufgd.com.br/wp-content/uploads/2014/03/ESTATUTO-ASSUFGD-2014.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

_____. **Quem somos**. Dourados, MS. Disponível em: <<https://assufgd.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

ASTUEG. **Institucional**. Anápolis-GO. Disponível em: <https://www.astueg.com/p/institucional.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ATAIDES, Marcos Augusto Marques. **SINTEGO: lutas, vitórias e derrotas na década neoliberal**. Mestrado em Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

BATISTELLA, Alessandro. A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unoesc & Ciência - ACHS**, v. 6, n. 1, 2015, p. 21-34.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cassio; PAULISTA, Maria Inês. (orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

_____. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Sundermann, 2012.

_____.(orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Volume 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

_____.(orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**: com escritos sobre a Argentina, Colômbia, Inglaterra, Japão e Peru. Volume 3. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____.(orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal. Volume 4. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

_____; GINDIN, Julián. **Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de São Paulo (1978-2017)**. São Paulo: Amazon & Independently published, 2021.

_____; GINDIN, Julián. Rudimentos históricos do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no estado de São Paulo (1978-2017). **Dialogia**, São Paulo, n. 37, jan./abr. 2021, p. 1-22.

BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na primeira república: um olhar comparativo. **LOCUS: Revista de História**, v. 14, n. 2, 2008, p. 41-66.

BOAS, Taylor C.; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From new liberal philosophy to anti-liberal slogan. **Studies in comparative international development**, v. 44, n. 2, 2009, p. 137-161.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica marxista**, v. 17, p. 10-36, 2003, p. 10-36.

_____. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, 2002, p. 16-28.

BOTH, Vilmar José. **A política de formação da CNTE em face aos desafios da luta de Classes**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Biblioteca Central da UFSC, 2016.

BOUHID, Aline. Sinpro deve acionar justiça contra deputado Gustavo Gayer. **Jornal Opção** – Goiânia-GO. Educação. 24 março 2023. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/educacao/sinpro-deve-acionar-justica-contra-deputado-gustavo-gayer-476388/>> Acesso em: 22.abr. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 de junho de 2023.

_____. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. **Dispõe sobre a profissão de jornalista profissional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del5812.htm. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. Lei nº 4.070, de junho de 1962. **Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 1962.

_____. Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112824.htm. Acesso em: 17 nov. 2022.

_____. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. **Cria o estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 16 abr. 2023.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1995.

_____. **Domínio Público**. O estado de Tocantins. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000039.pdf>> Acesso em: 29.nov. 2022.

BRICKER, Charles, **A History of Cartography**. London: Thames and Hudson, 1969.

BUIAR, Rafael Silva. **A produção de conteúdos jornalísticos publicados no facebook e website eletrônico do ANDES/SN, SINDUEPG e SEDUFMS no ano de 2016**. (Dissertação). Mestrado em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

CAMPINHO, Fábio. Sindicalismo de Estado: controle e repressão na era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, 2006, p. 114-135.

CAMPOS, Iolanda Aida de Medeiros. **Territórios conectados pela educação a distância no Amazonas**. (Tese) Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2011.

CARNEIRO, Ana Paula da Silva. **Os critérios de movimentação na carreira de professores da educação básica em estados da região norte do Brasil**. (Dissertação). Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

CEPMGNN. **Colégios Militares**. Goiânia-GO. Disponível em: <https://www.cepmgnn.com/colegios-militares?lang=pt#:~:text=Goi%C3%A1s%20%E2%80%93%20Conta%20hoje%20com%2060%20escolas%20administradas%20pela%20PMGO>. Acesso em: 06 abr. 2023.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Caderno de Resoluções**: Estatuto da CNTE. Brasília, 2022.
Disponível:https://www.cnte.org.br/images/stories/2022/2022_04_26_estatuto_da_cnte.pdf Acesso em: 25 de out. 2022.

CONATAEE. **Caderno de resolução**, 8º Conatee, Educação como prioridade: o desafio para o Brasil que se desenvolve, 2012. Disponível em:
<http://www.contee.org.br/contee/documentos/8CONATEE/8%20Conatee.pdf> Acesso em: 03. nov. 2022.

CONTEE, Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino. CONTEE 30 ANOS. **Revista Conteúdo**. Ano XXX. Edição comemorativa 30 anos, 2021.
Disponível em:
<http://www.contee.org.br/conteudo/Especial%2030%20anos/Revista%20Conteudo%20-%20Especial%2030%20anos.pdf>> Acesso em: 05. nov. 2022.

CORREA, O. L. **Sindicalismo docente em Mato Grosso do Sul**: política salarial da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2013-2019). (Tese). Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em educação. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS, 2022.

CORREA, O. L.; SILVA, Celeida M. C. SOUZA. Federação dos trabalhadores em educação de Mato Grosso do Sul: 40 anos em defesa da valorização dos trabalhadores em educação. **X Seminário Regional Centro-Oeste da ANPAE**. Campo Grande, Mato Grosso do Sul: Universidade Católica Dom Bosco, 2018. Disponível em:
https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero3/1comunicacao/Capitulo02/Onivana_de_Lima_Correa_E2Com.pdf<Acesso em: 22.mar. 2023.

CORREIO DO ESTADO. **Abandono escolar no ensino médio mais que dobrou em MS**. Campo Grande-MS, 03. jan. 2023. Disponível em:
<https://correiodoestado.com.br/cidades/abandono-escolar-no-ensino-medio-mais-que-dobrou-em-ms/409394/#:~:text=O%20percentual%20de%20estudantes%20que,2021%2C%20referente%20a%201.266%20alunos..> Acesso em: 18 abr. 2023.

COSTA, Daianny Madalena. **Tensões e influências no contexto das políticas de avaliação em larga escala**: uma análise da participação das confederações de trabalhadores em educação do Brasil e da Argentina. (Tese). Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010.

COSTA, Jales Dantas da. O jovem Engels: vida e obra. **Germinal**: Marxismo e educação em debate. Salvador, v. 12, n. 3, jan. 2021, p. 8-33. DOI:
<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.39022>. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/39022>. Acesso em: 14. nov. 2021.

CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. *In*: ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008, p.85-111.

CRUZ, Jose Aparecido. **A história do SINTERO e o seu papel no processo da luta de classes no contexto de crise do modo de produção capitalista**. (Dissertação).

Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 150-204.

D'AGOSTINI, S. *et al.* Ciclo econômico da borracha–seringueira *hevea brasiliensis* (HBK) M. ARG. **Páginas do Instituto Biológico**, São Paulo, v. 70, n. 2, 2003, p. 205-206.

DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

_____. Fragmentação sindical. **Educar em Revista**, n. 48, 2013, p. 39-52.

DAMASCENO, Ednaceli Abreu. **O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no estado do Acre**. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Linha de Pesquisa: Educação Escolar: Instituições, Sujeitos e Currículos. Minas Gerais, 2010.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. **Diagnóstico participativo Rio Verde**. Goiás. Maio, 2017. Rio Verde: SESC-GO, 2017. Disponível em: https://v1.sescgo.com.br/public/imagem/gerenciador/transparencia-outrosdocumentos/diagnostico-rio-verde-go-relatorio-versao-final-e-oficial-22_02_2018.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

DIARIOMSNEWS. **SINASEFE-MS** convoca assembleia extraordinária para 17 de maio. Campo Grande-MS. 16. mai.2022. Disponível em: <https://diariomsnews.com.br/noticias/destaque-2/sinasefems-convoca-assembleia-extraordinaria-para-17-de-maio/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

DI BENEDETTO, Roberto. Revendo mais de 70 anos em menos de 7 meses: a tramitação da reforma trabalhista do governo Temer. **Espaço Jurídico: Journal of Law**, v. 18, n. 2, 2017, p. 545-568.

DIAS, Ana Olga da Silva. **A organização da educação no território federal do Amapá: do “ideal” ao real, do liberal ao conservador (1943-1958)**. (Tese). Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

DICIO. **Socialismo científico**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/socialismo-cientifico/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DICIO. **Socialismo utópico**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/socialismo-utopico/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DONATONI, Alaíde. **Trajetória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES**. (Tese). Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

_____, Alaíde. Trajetória do movimento docente do ensino superior: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES. **Educação e Filosofia**, Uberlândia: v. 14, 2000, p. 295–296.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe**. 25 Ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa; CASTIONI, Remi. **Dois sindicatos e uma categoria: o caso dos docentes federais do Brasil**. Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40395/1/EVENTO_DoisSindicatosUmaCategoria.pdf> Acesso em: 07. nov. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Edipro: São Paulo, 2022.

EURILIO, Lucas. Projeto que prevê desconto em mensalidades vai assassinar instituições, dispara sindicato das escolas particulares no TO. **Gazeta do Cerrado**, Palmas, 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/projeto-que-preve-desconto-em-mensalidades-vai-assassinar-instituicoes-dispara-sindicato-das-escolas-particulares-no-to-noticias-do-tocantins/>. Acesso em: 24 maio 2023.

FARIA, Nilton André Batista; TIBÚRCIO, Ana Carolina Alves; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. Valorização docente e luta sindical na rede estadual de ensino básico em Rondônia (2017 a 2020). **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 5, n. 1, 2021.

FASUBRA. Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras. **Estatuto da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras**: Alterado em maio de 2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Registro-do-ESTATUTO-FASUBRA-ALTERADO-EM-MAIO-2018.pdf>. Acesso em: 28.abr. 2023.

FASUBRA, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil. **Estatuto FASUBRA**. Poços de Caldas, Minas Gerais, mai. 2018. Disponível em: <<https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Registro-do-ESTATUTO-FASUBRA.pdf>> Acesso em: 05. nov. 2022.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Vanessa Cristina Meneses. **Organização sindical docente e lutas (inter) nacionais em educação**. (Tese). Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2021.

FERREIRA JR., Amarílio. **Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros**. (Tese). Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

_____; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 27, 2006, p. 1159-1179.

_____. Movimento de professores e transição democrática em Mato Grosso do Sul (1979-1985). **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 9, n. 33, 2009, p. 64-77.

FETEMS. Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul. **Estatuto da FETEMS**. Campo Grande, MS, 2023. Disponível em: https://fetems.org.br/fetems/wp-content/uploads/2023/01/ESTATUTO-DA-FETEMS_2023.pdf. Acesso em: 25.abr. 2023.

FETEMS. **Histórico**. Campo Grande – MS. Disponível em: <https://fetems.org.br/fetems/historico/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FITRAE/MTMS. Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://www.fitrae.com.br/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

FOLHAMAX. Trabalhadores da limpeza na UFMT denunciam atraso salarial. **Folha Max**, Cuiabá, 15 fev. 2023. Disponível em: <https://www.folhamax.com/cidades/trabalhadores-da-limpeza-na-ufmt-denunciam-atraso-salarial/384521>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, S. M. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FREITAS, Viviane. **Conflito, resistência e solidariedade na história da educação pública paulista: um estudo sobre a ocupação da ALESP pelos professores durante a greve de 1993**. (Dissertação). Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, 2019.

_____; BAUER, Carlos. **Memória e história da ocupação da assembleia legislativa do estado de São Paulo pelos professores (1993)**. Coleção Escritos Educacionais. Editora: Amazon & Independently published, 2020.

_____. **Da presença da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras [FASUBRA] na luta por um projeto de universidade para a classe trabalhadora (1978-1995)**. (Tese). Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento-revista de educação**, Niterói: n. 5, 2016, p. 329-332.

GABRIEL, André Luís; BAUER, Carlos. Vestígios históricos do processo de proletarianização dos professores na cidade do Rio de Janeiro (1870-1930). In: MANCIBO, Deise; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira (orgs.). **Associativismo e sindicalismo em educação e crises do capitalismo contemporâneo**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2022. p. 263-278.

G1. **Professores põem fim à maior greve da história da UFMT após 139 dias**. Mato Grosso, 14 de out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato->

grosso/noticia/2015/10/professores-poe-fim-maior-greve-da-historia-da-ufmt-apos-139-dias.html. Acesso em: 24 abr. 2023.

GAZETA DO CERRADO. Polêmica: sindicato patronal tenta acabar com direitos dos trabalhadores na educação. **Gazeta do Cerrado**, Palmas, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://gazedocerrado.com.br/polemica-sindicato-patronal-tenta-acabar-com-direitos-dos-trabalhadores-na-educacao/>. Acesso em: 24 maio 2023.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 228-252.

GINDIN, Júlian José. **Por nós mesmos**: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 300 f. (Tese). Doutorado em Sociologia. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

_____; MELO, Savana Diniz Gomes. A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. In: DAL ROSSO, Sadi. **Associativismo e sindicalismo docente em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo, v. 15, 2011, p. 265-281.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical**. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o golpe de 1964. **AKRÓPOLIS**—Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 12, n. 1, 2004, p. 49-55.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. Saúde como direito social na pauta sindical de professores da rede básica de ensino. 2015. 344 f. (Tese). Doutorado em Educação. PROGRAMA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GREGÓRIO, Mariany. O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos. **Em Debate**, n. 2, 2006, p. 57-70.

GUERRA, Antônio Teixeira; CARVALHO, Eloisa de. **Geografia do Brasil**: roteiro de uma viagem. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1960.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**. v.26, n.2. Toronto: University of Toronto Press, 1989, p.1-20.

_____. A nova história da cartografia. In: **O Correio da UNESCO**. Ano 19, n.8. Paris: UNESCO, 1991. p.4-9.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Trad. Adail Sobral e M^a Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Minas Gerais: Autêntica, 2013.

HIDAKA, Renato Kendy. Sindicalismo docente e reforma neoliberal no estado de São Paulo. *In*: GINDIN, Julián; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; DAL ROSSO, Sadi (orgs). **Associativismo e sindicalismo em educação**: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, v. 15, 2013, p. 207-224.

HISTEDBR. **Reforma Capanema**. Campinas, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/reforma-capanema>. Acesso em: 02 abr. 2023.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOJE MAIS. **Sinted Três Lagoas lança selo em comemoração aos 40 anos**. Três Lagoas. 2018. Disponível em: <https://www.hojemais.com.br/tres-lagoas/noticia/geral/sinted-tres-lagoas-lanca-selo-em-comemoracao-aos-40-anos>. Acesso em: 03 mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Pará. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa>. Acesso em: 08 nov. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de 2021**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 08 nov. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Grupo Escolar Barão do Rio Branco**. Macapá, AP. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440366> Acesso em: 18 abr. 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Brasília**. Dados estimados referentes ano de 2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama: Rondônia**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados de 2021**. Rio de Janeiro. disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>> Acesso em: 08. nov. 2022.

KOZINETS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2019.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris Editora; Livraria Eireli, 2016.

LANÇA, Héliida; BAUER, Carlos. O associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação como objeto dos estudos históricos educacionais. *In*: BAUER, Carlos. (orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal**. Volume 4. Jundiá: Paco Editorial, 2019.

LEHER, Roberto. O ANDES-SN e o autogoverno da universidade pública. O fórum das ADs e o movimento docente. **Universidade e Sociedade**. Edição comemorativa de 30 anos. Ano XXXI, Nº 68, julho de 2021. Disponível em: <https://www.andes.org.br>. Acesso em: 07. nov. 2022.

LEONI, Solange Regina. História e memória do sindicato dos trabalhadores no ensino público de Mato Grosso (1979-1989). (Dissertação). Mestrado em Educação (Qualificação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, 2023.

MARQUES, Gilberto de Souza; MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha; DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Márcia Jucá Teixeira; MIRANDA, Luciene das Graças; CARNEIRO, Medeiros José Queiroz; MARQUES, Mariana Rocha Marques. **UFPA: pública e gratuita**. Belém, Pará: Editora Paka-Tatu, 2021. Disponível em: < <https://adufpa.org.br/2021/05/06/adufpa-lanca-livro-que-conta-a-historia-da-ufpa-e-reforca-a-importancia-da-universidade-publica-e-gratuita/>> Acesso em: 17.nov. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012, p. 39–53.

MELLO, Tarcízio; GOMES, Edmê; MELO, Carolina; SALOMÃO, Mateus. Precursoras da Lei de Cotas, universidades federais reforçam importância das ações afirmativas no ensino. Brasília-DF: UNB/Notícias. Protagonismo. 13.jun. 2022. Disponível em: < <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/5795-precursoras-da-lei-de-cotas-universidades-federais-reforcaram-importancia-das-acoes-afirmativas-no-ensino#:~:text=Em%202012%2C%20a%20partir%20da,das%20vagas%20exclusivas%20para%20negros.>> Acesso em: 04.abr. 2023.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Novo Sindicalismo**. Museu Virtual, S/D. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-sindicalismo>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MIGUEL, Juliana Danielly de Rezende. **Educação e sindicalismo: a FETEMS e a luta pela valorização do magistério do Estado de Mato Grosso do Sul (1980-2010)**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

MOBILIZAÇÃO DE PROFESSORES GO. **Sobre Nós**. Goiás. 23. nov. 2011. Disponível em: <https://mobilizacaoprofessoresgo.webnode.page/sobre-nos/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MONLEVADE, João Antônio Cabral. **História do movimento sindical da educação no Brasil e Mato Grosso**. Cadernos do Programa de Formação Sindical. Brasília-DF, 2007.

MOURA, Viviane. SEDEC. **Mato Grosso lidera produção agropecuária brasileira por 4 anos consecutivos**. Cuiabá-MT, 2022. Disponível em: <https://www.sedec.mt.gov.br/-/18778693-mato-grosso-lidera-producao-agropecuaria-brasileira-por-4-anos-consecutivos>. Acesso em: 16 abr. 2023.

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e prática da educação**, Maringá-PR, v. 15, n. 2, 2012, p. 25-33.

OLIVEIRA, Gabriel de Araujo. A greve de 2012 e os usos do facebook pelo grupo "Mobilização dos professores de Goiás (MPG)". (Dissertação). Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

OLIVEIRA, Fábio Falcão. História da educação: fronteira, missões e rupturas territoriais. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 6, 2016, p. 95-110.

OLIVEIRA, Maria Crisneilândia Bandeira. **História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e Região (SINPROSASCO) (1985-1992)**. (Dissertação). Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Victor Fernando Ramos de. **Sindicalismo docente: a participação sindical dos professores da rede municipal de Castanhal-PA no SINTEPP**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

PAIVA, Luís Roberto Beserra de. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina-história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)**. (Dissertação). Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, 2016.

PASSOS, Eduardo Gomes dos. **Mudanças e permanências na organização dos trabalhadores na rede básica pública em Goiás: O SINTEGO**. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2018.

PAULA, Ricardo Pires de. **Entrevista** concedida ao autor em março/2022. São Paulo: 2022. 1 arquivo, mp4 (44 min 22s).

_____. *et al.* Os impactos da reforma antitrabalhista e da terceirização para o sindicalismo docente: primeiras impressões. *In*: BAUER, Carlos (orgs). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal**. Volume 4. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos. **Da confederação de professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a**

1991). (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019.

PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos; BAUER, Carlos. **Da CPB à CNTE - História da organização político-sindical dos trabalhadores em educação no Brasil (1983 a 1991)**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

PERNAMBUCO. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: CEPE Companhia Editora, 1995.

RÊSES. Erlando da Silva. **De vocação para professor: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. (Tese). Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2008.

RICARDO, Luiz. **Em Goiás, escolas militarizadas têm causado sofrimento e medo entre professores e alunos**. Brasília, DF: SINPRO. 15. jun. 2022. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/em-goias-escolas-militarizadas-tem-causado-sofrimento-e-medo-entre-professores-e-alunos/#:~:text=Uma%20professora%20do%20Col%C3%A9gio%20Estadual,de%20ensino%20conduzida%20pela%20dire%C3%A7%C3%A3o.>> Acesso em: 07.abr. 2022.

ROCHA, P. R.; RODRIGUEZ, M. V.; MONTEIRO, H. C. V. Federação dos trabalhadores de educação de Mato Grosso do Sul: luta pela implantação do piso salarial profissional nacional. In: **XII Encontro de pesquisa em educação- Centro-Oeste**, Goiânia, 2014. Anais do XII Encontro de pesquisa em educação, 2014. Disponível em: https://sítio_eletronicos.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sítio_eletronicos/61/2018/05/Paolla-Rolon-Rocha_-Margarita-Victoria-Rodr%C3%ADguez_-Hellen-Caroline-Valdez-Monteiro.pdf Acesso em: 22.mar. 2023

RODRIGUES, Fernanda Ferreira Belo. As mudanças no mundo do trabalho e a ação sindical dos trabalhadores em educação. (Dissertação). Mestrado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Marechal Rondon e a Trajetória de um Militar Sertanista na Primeira República Brasileira: Investigação sobre a Intervenção do Estado e o Processo Civilizador da População Indígena. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 1, 2017, p. 122-134.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. **Educar em Revista**, 2013, p. 131-147.

RORAIMA. Secretaria de planejamento e desenvolvimento do estado de Roraima. **Plano Plurianual 2012-2015**. Boa Vista: SEPLAN, 2011.

RORAIMA EM TEMPO. **Eleições para nova diretoria da SESDUF-RR ocorrem nesta terça-feira (25)**. Educação. 23. abr. 2023. Disponível em: <https://roraimaemtempo.com.br/educacao/eleicoes-para-nova-diretoria-da-sesduf-rr-ocorrem-nesta-terca-feira-25/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SAEDF. **O Sindicato**. Brasília-DF. Disponível em: <https://www.saedf.org.br/index.php/o-sindicato/>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SAEPDF. **Histórico**. Brasília-DF. Disponível em: [http://www.saepdf.org.br/sítio eletrônico/institucional/historico.asp](http://www.saepdf.org.br/sítio_eletrônico/institucional/historico.asp). Acesso em: 03 abr. 2023.

SALES, Dimas Ribeiro. **Princípios neoliberais na política de expansão do ensino superior**: as posições do ANDES/SN e da ANDIFES sobre o REUNI. (Dissertação). Mestrado em Desenvolvimento. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

SANTOS, Fernando Barbosa dos. **O trabalho docente no campo da educação a distância no ensino superior público**: o discurso do ANDES/SN e de professores sindicalizados. (Dissertação). Mestrado em Educação: Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SANTOS, L. R. O; OLIVEIRA, B. S. **Goiás em dados 2022**. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 21 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1980.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

_____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 34 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. **Escola e democracia**. 41 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina**: Diálogo Entre As Ciências, Vitória da Conquista – BA. 3(2), 11-36, 2020. Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405>

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SESDUFT. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins. Palmas. Disponível em: <<https://sesduft.wordpress.com/sobre-a-sesduft/>> Acesso em: 29.nov.

2022.

SESDUFT. **Sobre a SESDUFT**. Palmas. Disponível em: <https://sesduft.wordpress.com/sobre-a-sesduft/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUSA, Luiz Antônio da Silva e. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 12, 1874, p. 429-510.

SILVA, Edna Bernardo da. **O SINTEP/MT como locus de formação dos profissionais da educação da rede pública de Mato Grosso**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

SILVA, Francisco José da. **Formulação, implementação e resultados do FUNDEF: um estudo acerca das orientações da CNTE**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

SIMSED. **História do sindicato**. Goiânia-GO. Disponível em: <http://simsed.blogspot.com/p/historia-do-sindicato.html>. Acesso em: 12 abr. 2023.

SIMTED. Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Aquidauana. **Estatuto**. Aquidauana, MS, reformulado em 2013. Disponível em: <<https://simtedaquidauana.com.br/quem-somos/estatuto/item/339-capitulo-i-da-constituicao-principios-fins-sede-e-duracao>>. Acesso em: 03.mai. 2023.

SIMTED. Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Aquidauana. **História do SIMTED Aquidauana**. Aquidauana-MS, 2012. Disponível em: <https://simtedaquidauana.com.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 3 mai. 2023.

SINAAEGO. **SINAAE-GO completa 30 anos na defesa dos auxiliares de administração escolar de Goiás**. Goiânia, 2017. Disponível em: <https://sinaaego.com.br/2017/06/05/sinaae-go-completa-30-anos-na-defesa-dos-auxiliares-de-administracao-escolar-de-goias/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SINAAEGO. **Estatuto**. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://sinaaego.com.br/institucional/estatuto/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SINAAEGO. **Institucional**. Goiânia. Disponível em: <https://sinaaego.com.br/institucional/#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Auxiliares%20de,difusos%20da%20categoria%20profissional%20dos>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SINASEFE, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. **Estatuto do SINASEFE**. Brasília, DF. 14 a 17 de novembro de 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/jonat/Downloads/20200929ESTATUTOSINASEFE_33consinasefe.pdf> Acesso em: 06. nov. 2022.

SINASEFE. **Seções Sindicais**. Brasília-DF. Disponível em <https://sinasefe.org.br/sítio-eletrônico/secoes-sindicais/> Acesso em: 06. nov. 2022.

SINASEFE/BRASÍLIA. **História do SINASEFE-Brasília**. Brasília-DF, S/D. Disponível em: <https://sinasefebrasil.wordpress.com/historia/>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

SINASEFE/BRASÍLIA. **Regimento interno da seção sindical de Brasília**. Brasília, DF: Sinasefe/Brasília, 26 de abril de 2016. Disponível em: <https://sinasefebrasil.files.wordpress.com/2013/07/regimento-interno-da-sec3a7c3a3o-sindical-de-brasc3adlia-df.pdf>. Acesso em: 6 de junho de 2023.

SINASEFE/IF/MT. Seções sindicais IF/MATOGROSSODOSUL. Disponível em: https://sinasefe.org.br/sítio_eletrônico/secoes-sindicais/#ifmatogrossodosul. Acesso em: 03 maio 2023.

SINASEFE/IFRR. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Roraima. **Estatuto**. Boa Vista, 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.sinaseferr.org.br/images/Aquivos_Menu/Estatuto/ESTATUTO_2014_-_Seo_IFRR.pdf. Acesso em: 3 de junho de 2023.

SINASEFE/LUZIÂNIA - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical de Luziânia - GO. **Regimento Interno do SINASEFE: seção sindical Luziânia**. Luziânia-GO, 2011. 28 de abril de 2011. Regimento Interno. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7aWjXhiTtrBWIRqeGFkSVpQVvm8/view?resourcekey=0-mzBQFcEcK1PmOLbhq5i5jQ>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SINASEFE/MANAUAS. Seção Sindical de Manaus-Am do SINASEFE. Memória. Manaus-AM. Disponível em: < <https://sinasefe.org.br/memoria/2011/06/21/manaus-am/inserir> >. Acesso em: 3 de junho de 2023.

SINASEFE/MS. **Regimento interno**. Campo Grande, MS: SINASEFE-MS, 11 de novembro de 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1oDD4rU9TZLElvVV_ze01_Z_FyjfFFaJx/view. Acesso em: 06 jun. 2023.

SINASEFE/MT. **Quem somos e por que lutamos**. Cuiabá-MT, S/D. Disponível em: <https://www.sinasefemt.org.br/Quem-somos-e-por-que-lutamos/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SINASEFE/MT. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Sindical de Mato Grosso (SINASEFE-MT). **Regimento interno**. Cuiabá, MT, 11 de outubro de 2017. Disponível em: https://www.sinasefemt.org.br/upload/fotos_admin_publicacoes/285.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

SINASEFE/PA. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica. **Regimento Interno do SINASEFE/PA**. Belém-PA, 2019. 2021. Disponível em: https://sinasefepa.org/sítio_eletrônico/wp-content/uploads/2022/02/REGIMENTO-INTERNO-SINASEFE-REGISTRADO-IFPA-ETRB-E-CIABA.pdf. Acesso em 3 de junho de 2023.

SINASEFE/PORTO-VELHO. **Regimento interno**. Porto Velho, RO, 27 de julho de 2011. Disponível em: <https://sinasefevh.org.br/regimento-interno/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SINASEFE/RIO BRANCO. Seção Sindical dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - RIO BRANCO/AC. **Regimento Interno**. Aprovado em 18 de setembro de 2012. Rio Branco-AC, 2012. Disponível em: <http://www.sinasefeacre.org.br/wp-content/uploads/2018/03/01-Regimento-Interno-18-09-2012.pdf>. Acesso em: 04. mai. 2023.

SINDIFAP, Seção Sindical dos Docentes do Ifap. **Sobre Nós**. Laranjal do Jari-AP, S/D. Disponíveis em < <https://sindifap7.webnode.page/> > Acesso em: 07. nov. 2022.

SINDPROIFES/PA. **Edital de Assembleia Geral**. Brasília-DF, 5 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/SINDPROIFES.PA/photos/a.1636352833317714/3721813818104928/>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

SINDTIFES/PA. Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Pará. **Estatuto**. Documento de 2 de dezembro de 2016. Belém-PA. Disponível em: https://www.sindtifef.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=69:estatuto&id=9:consindtifef&Itemid=300158. Acesso em: 26 mai. 2023.

SIND-UEA. Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas. **História**. Manaus – AM, S/D. Disponível em: <https://www.sinduea.org/historia/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

SINDUEPA. Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Pará. **Regimento Interno da SINDUEPA**. Belém, 19 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://sinduepa.org.br/regimento-do-sinduepa/>. Acesso em 3 de junho de 2023.

SINDUEAP. Belém-PA, S/D. Disponível em: <http://www.sindueap.com.br>. Acesso em: 02 set. 2014.

SINDUFOPA, Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará. . Santarém – PA. Disponível em: < <https://www.facebook.com/sindufopa> > Acesso em: 17.nov. 2022.

SINDUFOPA. Página do SINDUFOPA no Facebook. Santarém-PA. Disponível em: <https://www.facebook.com/sindufopa>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SINDUFOPA. **Histórico da criação da chapa: SINDUFOPA livre!** Santarém-PA. Publicado em 22 de novembro de 2010. Disponível em: <http://sindufopalivre.blogspot.com/2010/05/reuniao-de-docentes-de-2010.html>. Acesso em: 6 de maio de 2023.

SINEPE-MT. **Convenção coletiva de trabalho: 2013/2014**. [online]. Cuiabá-MT, 2013. Disponível em: <https://www.sinepe-mt.org.br/download/?uid=397&modo=download>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINEPE-MT. **Convenção coletiva de trabalho: 2019/2021**. [online]. Cuiabá-MT, 2019. Disponível em: <https://www.sinepe-mt.org.br/download/?uid=397&modo=download>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINEPE-MT. **Convenção coletiva de trabalho**: 2021/2022. [online]. Cuiabá-MT, 2021. Disponível em: <https://www.sinepe-mt.org.br/download/?uid=2621&modo=download>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINEPE-MT. **Convenção coletiva de trabalho**: 2021/2022. Julho de 2019 [online]. Cuiabá-MT, 2021. Disponível em: <https://www.sinepe-mt.org.br/download/?uid=2621&modo=download>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINSEPEAP, Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá. Macapá - AP. Disponível em <<https://site.google.com/site/delegaciamicroregionalsjp/estatuto-sinsepeap>> Acesso em: 07. nov. 2022.

SINPMA. Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Anápolis. **Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal**. Anápolis-GO, 2021. Disponível em< <https://www.sinpma.com.br/wp-content/uploads/2022/08/ESTATUTO.pdf>>Acesso em: 30 mai. 2023.

SINPMA. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Anápolis. **Histórico e conquistas do SINPMA**. Anápolis-GO, 11 de fev. 2022. Disponível em:<https://www.sinpma.com.br/historico/#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Trabalhadores%20em,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20municipal%20de%20An%C3%A1polis>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINPRO/DF. **Secretarias**. Brasília-DF. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/secretarias/#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Professores%20no,colegiada%2C%20formada%20por%20treze%20secretarias>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SINPRO/DF. Sindicato dos Professores do Distrito Federal. **SINPRO-DF: uma história de sonhos, lutas e conquistas**. Brasília, DF: SINPRO, 2022.

SINPROF. **Quem somos**. Porto Velho-RO. Disponível em: <https://sinprof.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SINPRO/GOIÁS. **IV Congresso da FITRAE-BC elege nova diretoria** 2023. Goiânia-GO, S/D. Disponível em: <http://sinprogoias.org.br/iv-congresso-da-fitrae-bc-elege-nova-diretoria/>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINPRO-GO. **História**. Goiânia-GO, S/D. Disponível em: <https://sinprogoias.org.br/sinpro-goias/historia/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SINPRO-PA, Sindicato dos Professores da Rede Particular no Estado do Pará. **Estatuto**. Belém-PA, S/D. Disponível em < <http://www.sinpro-pa.org.br/sinpro2020/index.php/o-sinpro-pa/estatuto>> Acesso em: 15.nov. 2022.

SINPRO-RO. **Notícia**. Porto Velho-RO, ANO. Disponível em: <https://www.sinpro-ro.org.br/Noticias/Exibir/9342>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SINSEPEAP. **Estatuto do SINSEPEAP**. Macapá-AP. Disponível em: <https://site.google.com/site/delegaciamicroregionalsjp/estatuto-sinsepeap>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SINSUEAP. Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amapá.

Macapá-AM. Disponível <<http://www.sindueap.com.br>> Acesso em: 02. set. 2014. (No momento, em novembro de 2022, a entidade não possui sítio eletrônico ativo)

SINTEAC. **Notícias**. Rio Branco-AC. Disponível em: <https://sinteac.org/news/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

SINTEAC. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Acre. **News**. Rio Branco-AC. Disponível em<<https://sinteac.org/news/>> Acesso em: 06. nov. 2022.

SINTEAM. **Estatuto do SINTEAM 2014**. Manaus – AM, 2012. Disponível em: http://www.sinteam.org.br/ohs/data/docs/1/Estatuto_Sinteam_2014_pdf.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas. **História**. Manaus – AM, S/D. Disponível em: < <http://sinteam.org.br/?u=historia>> Acesso em: 15.nov. 2022.

_____. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas. **Estatuto**. Manaus – AM, S/D. Disponível em: < http://www.sinteam.org.br/ohs/data/docs/1/Estatuto_Sinteam_2014_pdf.pdf> Acesso em: 15.nov. 2022.

SINTEF. **Institucional**. Dourados – MS, S/D. Disponível em: <https://sintef.org.br/wp/institucional/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SINTEF/MS. **História**. Dourados – MS, S/D. Disponível:< <https://portalsintef.com.br/historia/>> Acesso em: 03. mai. 2023.

SINTEGO. **Quem somos**. Goiânia-GO, S/D. Disponível em: <https://sintego.org.br/quem-somos#:~:text=Logo%20ap%C3%B3s%20a%20promulga%C3%A7%C3%A3o%20da,27%20de%20novembro%20de%201988.>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SINTEP/MT. **História do SINTEP/MT**. CUIABÁ-MT. Disponível em: <https://sintep.org.br/sintep/Institucional/historia/menu:2/submenu:1/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SINTEPPEMIGARAPEMIRI. **Estatuto**. Belém-PA, S/D. Disponível em: <http://sinteppemigarapemiri.blogspot.com/p/estatuto.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SINTER/RR. Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima. **Estatuto**. Boa Vista, 2020. Disponível em: https://sinterroraima.com.br/wp-content/uploads/2020/02/estatuto_sinter.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

SINTESAM. **História**. Manaus – AM, S/D. Disponível em: <https://www.sintesam.org.br>. Acesso em: 01 mai. 2023.

SINTESAM. Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas. **Estatuto**. Manaus, 2019. Disponível em: <https://www.sintesam.org.br/estatuto>. Acesso em: 01 maio 2023.

SINETET. **Estatuto SINETET**. Palmas – TO, 2016. Disponível em: https://sintet.org.br/media/estatuto_sinetet_2016.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

SINTFUB. **Quem somos**. Brasília – DF, S/D. Disponível em: <https://www.sintfub.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SINTRAE/MS. **Histórico**. Campo Grande – MS, S/D. Disponível em: <http://www.sintraems.org.br/index.php/diretoria/historico#:~:text=O%20Sindicato%20dos%20Trabalhadores%20em,do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso>. Acesso em: 03 de mai. 2023.

SINTRAE/MS. **Fundação do SINTRAE/PANTANAL**: luta e representatividade em defesa dos trabalhadores da educação. Campo Grande – MS, S/D. Publicado em 26 Fevereiro 2013. Disponível em: <http://www.sintraems.org.br/index.php/diretoria/sintrae-pantanal>. Acesso em: 30 maio 2023.

SINTRAE/MT. **História**. Campo Grande – MS, S/D. Disponível em: <https://www.sintraemt.com.br/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SINTRAE/SUL. Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Região Sul do Mato Grosso do Sul. **Edital de Convocação de Eleições Sindicais 2022**. Dourados – MS, S/D. Disponível em: <https://sintraesul.com.br/files/74/51/widget/2017/885107425.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

SINTUF/MT. Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. **Histórico**. CUIABÁ-MT, S/D. Disponível em: https://www.sintufmt.org.br/hist_rico. Acesso em: 24 abr. 2023.

SINTUNIR. **O Sindicato**. Porto Velho – RO, 2014. Disponível em: <https://sintunir.webnode.page/>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

SISTA/MS. **Estatuto**. Campo Grande, MS, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1rehZtn6UNW_T3qh6b6_nDnyEcp8y6Q4H/view. Acesso em: 03 mai. 2023.

SISTA/MS. **Institucional**. Campo Grande, MS. Disponível em: <https://www.sistams.org.br/institucional#:~:text=O%20SISTA%20DMS%20foi%20fundado,para%20Sindicato%20dos%20Trabalhadores%20das>. Acesso em: 03. mai. 2023.

SOUZA, Antonio Carlos Andrade de. **Formação sindical do SINPRO-DF com a CUT**: processo histórico de construção de uma hegemonia. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2019.

SOUZA, Ana Paula de. **As mulheres e o feminismo no movimento sindical**: um estudo das experiências do ANDES/SN. (Dissertação). Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SOUZA, Jhoney Brandão de. **As políticas educacionais de (des) valorização docente do governo acreano Sebastião Viana (2011-2018) e a atuação dos sindicatos**. (Dissertação). Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2019.

SOUZA, João Felipe de. **Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal**. (Dissertação). Mestrado em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa 2: a maldição de Adão**. Trad. Renato Busatto Netto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa 1: a árvore da liberdade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

TOALDO, Ciro José. **O novo sindicalismo e a mobilização dos professores da rede pública estadual sul-mato-grossense: avanços e rupturas (1979/1992)**. (Dissertação). Mestrado. Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; BARBOZA, Marcos Ayres. A missão dos franciscanos da província de Santo Antônio do Brasil no Maranhão e Grão-Pará em meados do século XVII. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 3, 2017, p. 69-97.

UFAC. **Sintest empossa nova diretoria**. Sítio eletrônico da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 10 jan. 2014, 14h13. Disponível em: [http://www2.ufac.br/sítio eletrônico/news/sintest-empossa-nova-diretoria](http://www2.ufac.br/sítio_eletrônico/news/sintest-empossa-nova-diretoria). Acesso em: 26 mai. 2023.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da educação em Goiás: estado da arte. **Revista de Educação Pública**, v. 21, n. 45, 2012, p. 105-126.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista, Roraima**. 2009. 235 f. (Tese). Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário G. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A profissão docente no Brasil do século XX: sindicalização e movimentos**. Histórias e memórias da educação no Brasil - século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____; LUGLI, Rosário G. Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. *In*: DAL ROSSO, Sadi. (org). **Associativismo e sindicalismo docente em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo, v. 15, 2011.

VIEIRA, Luís Augusto; ARAÚJO, Fabiana Itaci Corrêa de. Greve docente 2012 ou quando as bases perderam a paciência: a experiência na UFG. **Revista Linhas**, v. 23, n. 52, 2022, p. 141-161.

WOODWARD, David. **The history of cartography**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

XIMENES, Elisama. Servidores da educação declaram greve na rede municipal de Goiânia. **O Popular**. 15. Mar. 2022. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/servidores-da-educac-o-declaram-greve-na-rede-municipal-de-goiania-1.2419579>> Acesso em: 13.abr.2023.

Apêndice 1

TRANSCRIÇÃO da entrevista: Ricardo Pires de Paula

Ricardo, hoje é dia 18 do 04 de 2022

Introdução

Jônatas Gomes

Para começo de conversa gostaria de agradecer à sua disposição de colaborar com a construção do nosso trabalho acadêmico, que está empenhado em recuperar a história dos movimentos políticos, associativistas e sindicalistas dos trabalhadores em educação, como também, em procurar preservar a memória dos seus ativistas. Também solicitamos, que após a revisão, autorize a utilização do seu nome e a divulgação dos resultados escritos desse registro nas pesquisas acadêmicas e livros que realizamos e publicamos.

Ricardo Pires de Paula

Eu autorizo a utilização do meu nome e a divulgação dos resultados aqui gerados a partir da transcrição desta entrevista.

Jônatas Gomes

Concebido no âmbito do Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (GRUPHIS), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) o projeto Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil (1930-2017), visa localizar, no tempo e no espaço, caracterizar minimamente e indagar sobre o perfil político e social destas entidades. O que você pensa desta proposta e quais sugestões você poderia nos oferecer para levar adiante esse projeto?

Ricardo Pires de Paula

Em primeiro lugar, é importante destacar o trabalho que o GRUPHIS vem desenvolvendo, catalisando uma série de pesquisas em torno do sindicalismo e do associativismo docente. Em segundo lugar, quando a gente fala de cartografia. Eu sou historiador. Mas, trabalho com os geógrafos. Eles sempre nos ensinam. Quando a gente usa a palavra cartografia a

gente tem que imaginar que seja necessário a gente espacializar o nosso objeto de pesquisa. Então, mais uma vez, o GRUPHIS avança sobre uma pesquisa, que tem esse caráter interdisciplinar, que envolve sociologia, educação e a história, e agora, a geografia. Então, é muito importante nós termos isso em mente. Também destacar para uma pesquisa com esse fôlego, tendo este recorte histórico de 1930 a 2017, é importante a gente olhar para essa diversidade que são sindicatos e associações de trabalhadores em educação no Brasil. Já de antemão, sabemos que vai ser um trabalho de peso, dado esse recorte temporal, e, também, por esse recorte espacial. Como sugestões, acho que a gente pode conversar bastante a respeito. Uma primeira sugestão, que me ocorre, é justamente a gente delimitar melhor esse recorte espacial. Então, a gente vai abranger estados. Bom. Ao abranger estados, a gente tem que ter clareza que dentro dos estados há organizações que são municipais ou regionais, sem contar aquelas, né, que envolvem a iniciativa privada. Então aí, além das estaduais, além das municipais e regionais, existem as federações, a própria confederação. Então é um leque bastante grande e variados de entidades que podem ser aqui buscadas analisadas, e situadas nesse recorte espacial e temporal. Então, quando se faz, quando se tem um sindicato, cuja base é municipal, é mais fácil de você mapear isso. Agora, quando você tem uma entidade que ela abrange uma região, conjunto de municípios, aí assim é mais difícil porque você tem que, também, identificar esses municípios. Se você tem uma entidade estadual, ótimo, você tem o estado todo, é mais fácil de ser mapeado, aqui usando o linguajar dos nossos amigos geógrafos. Então, essa perspectiva tem que estar presente quando se arrisca a desenvolver uma pesquisa como essa abrangência toda que se coloca.

Jônatas Gomes

Pergunta: A Cartografia se propõe, portanto, a realizar um diagnóstico da trajetória histórica e perfil sucinto das entidades regionais, estaduais e nacionais, bem como elaborar um banco de dados que permita a realização de pesquisas que dele se desdobrem. Como base em seu conhecimento acadêmico e nas suas experiências na constituição de acervos, quais são as informações cruciais que temos que procurar coletar e reunir?

Ricardo Pires de Paula

Bom, é, por se tratar então da formação de um banco de dados, e ter também, isso como um resultado da pesquisa. Então assim, quando vocês anunciam a intenção de construir uma cartografia histórica das entidades sindicais docentes, sindicais e associativistas, é, a

gente tem que entender que vocês estão lidando, com esse universo todo, e que vocês terão como produto desta pesquisa um conjunto de mapas, por isso o nome cartografia. E aí além da produção cartográfica de mapas, vocês também se propõem a ter como produto um grande banco de dados de informações que podem ser potencializadoras de novas pesquisas. Para este tipo de empreitada, convém, levantar inicialmente os documentos que são, digamos, a certidões de nascimento dessas identidades para vocês irem colocando isso já numa perspectiva temporal e ao mesmo tempo já situando ele nesse espaço que vocês estão querendo dar conta. Então, no primeiro ponto seriam essas certidões de nascimento dessas entidades. É, agora, um segundo ponto, importante, também, para a gente caracterizar essas entidades seria se debruçar sobre as campanhas, porque vocês vão encontrar entidades com caráter bastante variado, desde aquelas que tem um perfil, mas, menos combativo, digamos, mas de colaboração, né, de manutenção de acordos, ou mesmo, de poucas ações efetivas para representar sua base. Mas também, por outro lado, você vai encontrar entidades bastante combativas, vocês vão encontrar, né, entidades que tentam se manter próximo, e lado a lado, né, da categoria que representa. Então, seria legal, buscar, além portanto, dessas desses documentos de origem das entidades as campanhas das quais essas entidades se envolveram. Para caracterizar um pouco o perfil de atuação de cada uma delas. E dentro, lógico, desse arcabouço de ações as greves são aquelas que são mais conhecidas, que dão maior visibilidade. Então, busca as greves, os anos que elas ocorreram, levantar as razões pelas quais elas ocorreram, é, a periodicidade, a duração das greves, o alcance dessas greves são pontos que ajudam, também, nessa caracterização das entidades que vocês vão levantar informações a respeito. E tudo isso sendo reunido para esse grande banco de dados, que a partir desse banco de dados vocês vão ter a produção cartográfica e ao mesmo tempo, ao disponibilizar isso para o público, esse conjunto de dados gerador, também, de novas indagações, de novas perguntas que vão se tornar pesquisas.

Jônatas Gomes

Em sua opinião, como a existência de uma Cartografia histórica do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação no Brasil, poderá colaborar com o avanço e valorização das pesquisas sobre sindicalismo educacional?

Ricardo Pires de Paula

Ah, sem dúvida, na verdade, esse é o trabalho que não temos no Brasil ainda. Então, veja, ele tem uma importância pra que nós pesquisadores consigamos entender melhor, ter esse panorama, histórico, espacial dessas entidades todas, dentro dessa periodicidade que vocês estão propondo, de repente isso pode ser completado para entidades anteriores, anteriores a essa temporalidade que vocês estão propondo, e também, vai servir de referência para os próprios sindicalistas, isso vai servir de referência, é, para os próprios professores, educadores de modo geral, trabalhadores da educação, vão ter a possibilidade de se ver ao longo dessa cronologia que vai ser construída pela própria pesquisa (...) para os próprios trabalhadores em educação se sentirem pertencentes a história da sua luta, da sua categoria, e ao mesmo tempo da luta desta categoria junto a outras categorias, e além disso. Então uma coisa, é, esse conhecimento gerado a partir dessa cartografia que vai ser, digamos, servir então de referência interna. Mas ao elaborar uma cartografia com esse viés, com essa abrangência pretendida a gente também passa a ter instrumentos passíveis de estudos comparativos com outros países. Países talvez de dimensões parecidas com as nossas, países com outras dinâmicas, mas ao se ter uma cartografia das entidades da educação no Brasil a gente pode partir daí, partir daí, para poder, é, propor pesquisas comparativas com outros países de outros continentes, pode se fazer comparações cruzadas, né, não só de um país com outro, mas de países de diferentes continentes, diferentes dinâmicas socioeconômicas. Então eu vejo como muito promissor, é, o resultado que pode sair de uma pesquisa como essa.

Jônatas Gomes

Temos como base uma periodização iniciada com os primeiros sindicatos surgidos nos idos de 1930, passando pelas associações, criadas em 1964, sua transformação em sindicatos, em fins da década de 1980 e se estendendo, até o ano de 2017, momento este marcado por uma reforma trabalhista que alterou drasticamente a legislação que vigorava desde os idos das décadas de 1930-40. Como você caracteriza essa periodização que estabelecemos, quais são seus aspectos mais vulneráveis?

Ricardo Pires de Paula

Então, assim, essa periodização quase, é, você tem quase um século, é, de história, por si só ela é desafiadora, porque você vai abranger etapas da própria história política nossa, que são marcados aí por, é, alguns processos de ruptura, esses processos trazendo consequências para a própria trajetória de algumas dessas entidades. Então quando você

pensa partir dos anos [19]30 você está se reportando a um momento ainda em que a característica das entidades de docentes, nesse momento, é, é uma característica ainda que reúne, professores da defesa de um certo *status quo*, digamos, de uma defesa corporativa no sentido, não tão econômico, mas no sentido da visibilidade social da profissão, tal. Isso vai se modificando ao longo do tempo a partir dos anos [19]40, você tem o surgimento de associações com o perfil um pouco diferenciado em função do processo de ampliação da Educação Básica brasileira que vai abrangendo mais gente. Consequentemente vai ampliando o número de professores, e nesse processo de ampliação, no número de professores, você tem um processo de proletarização desses professores. Os professores que vão, então, ganhar menos do que se ganhava há muito tempo, quando na verdade, a educação era muito mais restrita. E aí, esse perfil vai transformando a própria associação, um perfil mais conciliador, ainda, que reproduz, é, certas imagens da docência como vocação, para um perfil mais militante, um perfil, que torna a luta econômica uma luta mais importante do que a vida, então. E ao mesmo tempo que você tem esse processo, essa dinâmica, que vai transformando o interior dessas entidades você tem os processos políticos. Então quando você está falando de [19]30, você está falando do início da era Vargas, é, quando você chega em [19]45 e você tem 15 anos ininterrupto do governo Vargas, você tem em [19]45, um processo chamado de redemocratização, mas com uma série de problemas. Entidades de esquerda são perseguidas, e coisa e tal, mas de todo modo, é visto pela historiografia de [19]54, é de [19]45 e [19]64, como um período, é, mais democrático do que aquele havido até [19]45. E aí depois veio o golpe de [19]64, e de novo esse processo sendo interrompido. O golpe, digamos, ele, interfere nessa dinâmica interna das entidades e numa conjuntura de grande efervescência. Os anos [19]60 são marcados pela ascensão de diversas entidades e movimentos da classe trabalhadora, e as entidades docentes, elas, não estão distantes disso. Elas começam a acompanhar esse processo também, é, dando aí vazão a movimentos de alguma visibilidade pública. Mas aí o golpe cerceia todo esse tipo de manifestação. O pós ditadura civil-militar, a retomada, o processo de redemocratização a partir do final dos anos [19]70, já dá margem para uma retomada daquela dinâmica a vida do pré [19]64. Agora com outras características, com alguns militantes, é, que sai da luta clandestina, da luta armada e que se envolvem em algumas dessas entidades. E que tem o próprio percurso decorrente das lutas em torno da redemocratização do país. Então, a gente vive uma nova experiência de ascensão, desses setores, dessas identidades, dessas

lutas é de caráter massivo. A luta econômica é uma luta combinada a luta política, em defesa democracia, liberdade, mas, não se renuncia à luta por reposição salarial. A gente está vivendo o auge da inflação crescente, a gente vai virar os anos [19]80 e [19]90, como sendo esse um dos grandes problemas da economia brasileira e isso afetando a classe trabalhadora como todos, afetando as próprias organizações, é, que acabam direcionando um pouco esse embate para essa pauta mais econômica, e aos poucos, sendo abandonada. Abandonada não, mas talvez diminuísse essa luta política. Porque talvez uma interpretação, é, possível, que o Brasil avançou para a democracia então agora vamos lutar pelo que. É curioso, contraditório, porque ao mesmo tempo que a democracia era algo que movia, mobilizava, as lutas políticas... Quando se avança, quando se supera, o entulho autoritário nas eleições diretas, e coisa e tal, esse ânimo é refreado, ainda aqui algumas demandas estejam colocadas na própria pauta salarial em função da inflação crescente. Você tem fases diferentes da própria história que repercutem na trajetória das próprias entidades. Aí como vocês delimitam 2017, o ano da reforma trabalhista. Na verdade, no outro artigo que eu publico com uns colegas a gente está chamando de reforma anti-trabalhista, de 2017. Não é nem uma contrarreforma porque não teve uma reforma antes. A gente pegou uma reforma anti-trabalhista porque ela mira efetivamente na organização dos trabalhadores, ela mira justamente é no papel que essas entidades tiveram nos anos [19]80, [19]90, e mesmo início dos anos 2000, como digamos, empecilhos para esse processo de consolidação dessa ordem neoliberal que passa a vigorar a partir dos anos [19]90. Então é um pouco, é esse cenário...vocês têm...isso que eu estou falando apenas de uma conjuntura brasileira. Mas a conjuntura brasileira é atravessada por esses eventos externos, que a final de contas o Brasil é um país de economia dependente, então... Muita coisa que acontece aqui, na verdade, acontece como um reflexo daquilo que está acontecendo no mundo capitalista, né. E aí, o Brasil com esse perfil subordinado, tende a sentir esses efeitos. E esses efeitos, acabam se reproduzindo nessas escalas e trazendo essas consequências que alteram o perfil e a característica das próprias entidades coletivas.

Jônatas Gomes

A proposta de pesquisa, preocupou-se, prioritariamente, em analisar o movimento sindical docente da educação atinentes ao setor público. Porém, o setor confessional e privados da rede básica, bem como dos professores universitário e dos trabalhadores

técnicos administrativos do sistema educativo também serão retratados. Como você vislumbra esses objetivos e quais são os principais desafios que teremos que vencer para poder alcançá-los?

Ricardo Pires de Paula

Então, é um pouco aquela conversa inicial. É um universo muito diverso e variado, com ritmos bastante diferenciados. Quando você falava de sindicatos, é...do setor público, na verdade a gente está falando apenas daquilo que vem depois de [19]88, mas existiam associações que desde [19]78, assumem um perfil sindical, ainda que não fosse, não ganhasse, digamos, essa carta sindical. Ela só vai ser possível depois. Já na iniciativa privada você tem a organização sindical desde há muito tempo, no setor privado... você tem inclusive movimentos principalmente de...nos grandes centros, então você tem sindicatos em São Paulo, Rio de Janeiro, mesmo na Bahia, é, no Rio Grande do Sul, dá iniciativa privada e consegue principalmente das capitais, e é também, um dos desafios que vocês. Que vão se colocar para vocês. Algo que é mais difícil da gente acompanhar no interior, mas nas capitais a gente consegue buscar um pouco a história dessas organizações. E que elas também assumem perfis muito variados, há sindicatos da iniciativa privada ao longo desse período todo que vocês vão retratar que mobilizam a sua categoria. Ano a ano, se envolvem nas questões que dizem respeito ao dissídio, e que de tempos em tempos, ocorrem algumas mobilizações, greves, não são tão recorrentes, não são tão duradouras, quanto que aquilo que a gente percebe, na iniciativa, no setor público, né. Mas, mesmo assim a gente consegue localizar greves de dois dias, uma semana, em escolas particulares. E quando a gente está falando de escolas particulares, é, eu desconheço, né, aquelas que tem um perfil que abrange apenas o setor profissional. Eu tenho um pouco de conhecimento sobre essas entidades que atuam na iniciativa privada como um todo, escolas particulares não confessionais. Mas, há também aquelas que são originadas, às vezes, essas próprias entidades representam professores que atuam, às vezes são, foram, constituídas associações de professores ou trabalhadores exclusivamente para essas, para esse setor educacional confessional. Então, assim, tem um universo muito variados aí, e daí quando você adiciona também os técnicos-administrativos, o desafio é, é que vocês também vão encontrar municípios, principalmente grandes centros em que esses trabalhadores fazem parte da entidade de professores, e vocês vão encontrar outros que representam apenas técnicos-

administrativos, sindicato de professor é um, sindicato de técnico-administrativo, é outro. Então, isso por si só, já é um desafio. Quando vocês estabelecem essa meta de investigar esses sindicatos com características tão diversas, e nesse recorte espacial tão vasto e cronológico também.

Jônatas Gomes

O mapa político atual dos sindicatos de trabalhadores em educação expressa indefinições e diferentes trajetórias. O que se mostrou dominante foi à tendência à fragmentação, a partir, exemplificando, da criação de novos municípios, o que admite pensar que a criação de novos sindicatos está na ordem do dia. Como você avalia as diversas tensões e os processos de fragmentação que estão em curso no atual período histórico?

Ricardo Pires de Paula

Pois é, aí é um problema de nós vivermos em um país de dimensão continental, a gente ter, aí, mais de cinco mil municípios, e a gente ter uma um conjunto de leis que as vezes não regulam bem o que são as instâncias administrativas de imenso território chamado Brasil. Quando a gente entra no campo da educação, em particular né, a gente está lidando com sistemas de educação que não se conversam, e isso se reproduz não só, a partir das próprias secretarias municipais com a estadual e com o próprio Ministério da Educação, quanto também, com as entidades de trabalhadores que se organizam nessas diferentes escalas. Então, se a gente for partir de baixo para cima, né, a gente tem aí mais de cinco mil municípios, 5.500 municípios, é, todo município tem o seu sistema municipal de ensino, mas nem todo município tem o seu Sindicato de Trabalhadores. As vezes um sindicato acaba reunindo, ou tendo uma base que é regional, até para fortalecer digamos a luta em municípios muito pequenos em que a categoria de servidor público não está tão organizada, e aí isso consegue ganhar um volume, ganhar um poder de barganha maior do que se aquele pequeno município tivesse essa condição. Esse processo... ele acaba sendo inevitável em função dessa desresponsabilização que vêm tendo a própria União, tem havido desde a própria Constituição um processo de descentralização administrativa, então, repassar, né, em níveis de ensino para incumbência dos municípios, outros para a incumbência estados. Então isso acaba sendo, digamos, um processo inevitável frente a essa organização administrativa. O grande desafio, nem tanto nosso de pesquisadores, mas nosso, como militantes desses sindicatos, é construir essa unidade em meio à diversidade, em meio à essa fragmentação. Esse é um desafio que está sendo colocado.

Eu venho analisando aí os últimos 10 anos, um pouco mais de 10 anos, 14 anos aí, o como a aprovação da Lei do piso do magistério impactou fortemente na organização dos sindicatos dos Municípios, e mais, como a própria lei do piso, a aprovação dela, e a defesa que ela fosse aplicada motivou uma série de ações de greves, paralisações, nesses vários municípios tem a gente tem, numa perspectiva histórica aí a gente já atingiu, digamos, um pico de greve que a gente tinha lá nos anos [19]80. Isso porque, aí o que mudou é o perfil, a gente tem mais essas greves ocorrendo no setor público do que no privado, lá nos anos [19]80 era o inverso, até por conta da existência do sindicato forte de metalúrgicos, bancários, de outras categorias da iniciativa privada. Mas, daí os anos [19]90 vieram, desindustrialização, esse negócio todo, no setor público ainda continuou, apesar dos grandes inimigos dessa aplicação do neoliberalismo querendo enxugar o Estado, querendo diminuir a quantidade de servidores e serviços que seriam oferecidos a população ainda se mantém, se sustenta, ninguém sendo, digamos, um polo dinamizador de lutas e enfrentamentos. Então veja, hoje a gente tem um teto de fragmentação como sendo decorrente da organização administrativa do país, da educação, tal. Mas em meio essa fragmentação a gente tem uma intensa mobilização. O que está faltando agora, costurar isso, juntar, aproximar essas muitas frentes de luta em torno de entidades que digamos tenham esse perfil, né, mais classista, mais horizontal e de envolver até mesmo outros setores da própria classe trabalhadora. Então são muitos os desafios, que não só dizem respeito aos educadores, mas nós militantes sindicais, os próprios militantes dessas entidades.

Jônatas Gomes

Você participou do movimento estudantil, quais eram as principais bandeiras do movimento estudantil do seu tempo de estudante?

Ricardo Pires de Paulo

Eu participei no ensino médio, eu fui um dos caras-pintadas, né, no impeachment do Collor, eu estava no ensino médio e eu participei, né, eu morava em Maringá no Norte do Paraná e estudante de escola pública acompanhei, digamos, não era vanguarda, mas me colocava ali como militante do movimento estudantil. Então, na verdade assim: a lembrança que eu tenho dessa época de movimento estudantil era essa pauta, que era uma pauta que não era só dos estudantes, era uma pauta política de todo um conjunto da sociedade, né. A luta contra o governo Collor, né, o que ele representava. Antes disso eu

não tive participação, nem na frente de grêmio estudantil, nem participando de movimento que as próprias entidades tivessem chamado, até porque existia uma certa invisibilidade delas. Agora, o ano de [19]92 acaba sendo marcante até pelo ressurgimento dessas entidades estudantis, não só pelo movimento dos caras-pintadas que tiveram uma grande projeção, mas que também deram um novo gás a essas entidades de estudantes que, digamos, passado a época, lá, das diretas já, aquela efervescência de repente sumiu da pauta, aí ressurgem com força a pauta dos jovens, a pauta dos estudantes, nesse processo de luta em torno do impeachment do Collor.

Jônatas Gomes

No seu período de estudante você já trabalhava? Você sentia alguma diferença em relação com os colegas que não tinham qualquer relação objetiva com o mundo do trabalho?

Ricardo Pires de Paula

A gente sente. Eu, no primeiro ano mesmo do ensino médio...aí são duas realidades, a minha realidade como estudante do ensino médio, durante o período eu trabalhei... então, antes eu estudava à tarde, você tinha então o dia inteiro. Você estuda a tarde você tinha de manhã, você tinha a noite para fazer o que você quisesse. Mas, a partir do momento em que eu comecei a trabalhar, eu mudei para noite. O noturno, assim num primeiro sentimento, é o da mudança, da mudança da qualidade da aula que é oferecida no turno para o estudante que não é trabalhador, e o estudante que é trabalhar. Então você já sente uma defasagem do conteúdo, da carga horária, é um primeiro ponto de vista então. E, sim, essa percepção de quem está inserido no mundo do Trabalho, em relação aos próprios conteúdos, acaba tendo uma outra assimilação. Ainda que o conteúdo fosse enxuto, para quem é o trabalhador, para quem é o estudante trabalhador, a gente percebia que a forma como a gente aprendia era outra. Você tinha uma visão mais prática de certas teorias ou conceitos, que o estudante que só estudava não compreendia. É assim, talvez, pelo lado cognitivo, o estudante que só estuda, ele desenvolve outras potencialidades. O estudante que trabalha, essa vivência do Mundo do Trabalho, das relações de embate, em torno disso, a relação muda. Já durante a faculdade, eu fiz faculdade e durante boa parte da faculdade eu tive bolsa, ainda que estudando numa universidade pública, a Universidade Estadual de Maringá, eu tive bolsa de iniciação científica então eu pude, na verdade, ...eu larguei um emprego quando saiu a minha bolsa de iniciação científica, eu pude então me dedicar a pesquisa. E quando termina a pesquisa, depois, vou conseguir uma bolsa para

atuar em um cursinho para educação de jovens e adultos, na própria Universidade. Então, aí já é um outro contexto, já é uma outra relação, em que você já vai se familiarizando, inclusive com aquilo que você está estudando. Na minha graduação em história eu já pude pesquisar, história, e depois ter uma vivência como professor de educação de jovens e adultos.

Jônatas Gomes

Quando e como se deu o seu ingresso no mundo do trabalho educacional?

Ricardo Pires de Paula

Bom, eu me formei em [19]97, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), curso de história, graduação em história. Em [19]98, eu substituí, tive um contrato precário, uma substituição a uma professora numa escola estadual lá no Paraná, em Maringá. Neste ano, em [19]98, estava sendo lembrado os 10 anos de uma greve que havia acontecido lá no Paraná, e que na época, o governador era o Álvaro Dias, e tinha mandado a cavalaria ir para cima dos Professores. E aí eu, dando aula nessa escola, ...os colegas do sindicato chamaram para participar desse ato. Mas, aí, em [19]97, era um contrato, uma substituição da professora, e aí a professora no outro ano retornou, e aí eu perdi essas aulas. E aí eu prestei um concurso da rede estadual de São Paulo, em [19]98 mesmo, o resultado só saiu em [19]99, e eu só fui entrar em exercício no ano 2000. Então, no ano 2000, eu entro como professor concursado aqui na rede estadual Paulista, no município de Presidente Prudente.

Jônatas Gomes

Eu gostaria de agradecer, em nome do professor Bauer, em meu nome, e vou encerrar a gravação.

Apêndice 2

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado Professor Ricardo Pires de Paula,

Gostaríamos de convidá-lo para participar voluntariamente da pesquisa **“Cartografia Histórica do Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (1930-2017)”**. Este estudo tem como objetivo analisar questões que permeiam as transformações ocorridas na história da organização dos trabalhadores em educação, tendo como base uma periodização iniciada com os primeiros sindicatos surgidos nos idos de 1930, passando pelas associações, criadas em 1964, sua transformação em sindicatos, em fins da década de 1980 e se estendendo, até o ano de 2017, momento este marcado por uma reforma trabalhista que alterou drasticamente a legislação que vigorava desde os idos das décadas de [19]30-40. Os resultados desta investigação poderão contribuir para o aprofundamento de estudos e iniciativas destinadas a valorização e o desenvolvimento educacional no Brasil.

A coleta de dados dessa investigação consiste na realização de entrevistas com personagens que participaram ativamente na construção de associações e sindicatos da história da educação brasileira, considerando questões relacionadas ao objetivo desta investigação. Também é resguardada ao entrevistado a garantia de receber esclarecimentos sobre a metodologia desta pesquisa, antes e durante o seu curso.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, para ter ciência do estudo **“Cartografia histórica do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação (1930-2017)”**, bem como uso dos resultados desta investigação, que poderão contribuir para estudos futuros.

Ressalto que ficou claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos necessários no percurso do estudo. Após o término da pesquisa, as gravações permitidas serão devolvidas aos entrevistados que tiverem interesse em recebê-las.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa, tendo clareza de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o percurso, sem penalidades se for esse o meu desejo, como também autorizo a divulgação pública do meu nome próprio no corpo do trabalho e em suas referências.

Esta pesquisa não resultará em nenhuma despesa financeira aos participantes, assim como também não haverá nenhuma compensação financeira pela sua participação.

Informamos que este TCLE foi elaborado em duas vias. Se forem necessários maiores esclarecimentos, me coloco a disposição dos entrevistados deste estudo por meio do telefone: +55 11 46613649 ou e-mail: carlosbauer@uni9.pro.br

Carlos Bauer e Jônatas Gomes de Oliveira, responsáveis por esta pesquisa.

“Cartografia Histórica do Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (1930-2017)”

ASSINATURA DOS PARTICIPANTES



Ricardo Pires de Paula, entrevistado



Jônatas Gomes de Oliveira, responsável pela pesquisa



Carlos Bauer, responsável pela pesquisa

ANEXOS – MAPAS

Lista de mapas⁸⁸

Mapa 1 - CNTE: entidades e filiadas

Mapa 2 - CONTEE – entidade nacional e filiadas

Mapa 3 – FASUBRA: entidade nacional e filiadas

Mapa 4 - PROIFES: entidade nacional e filiadas

Mapa 5 - ANDES e entidades filiadas

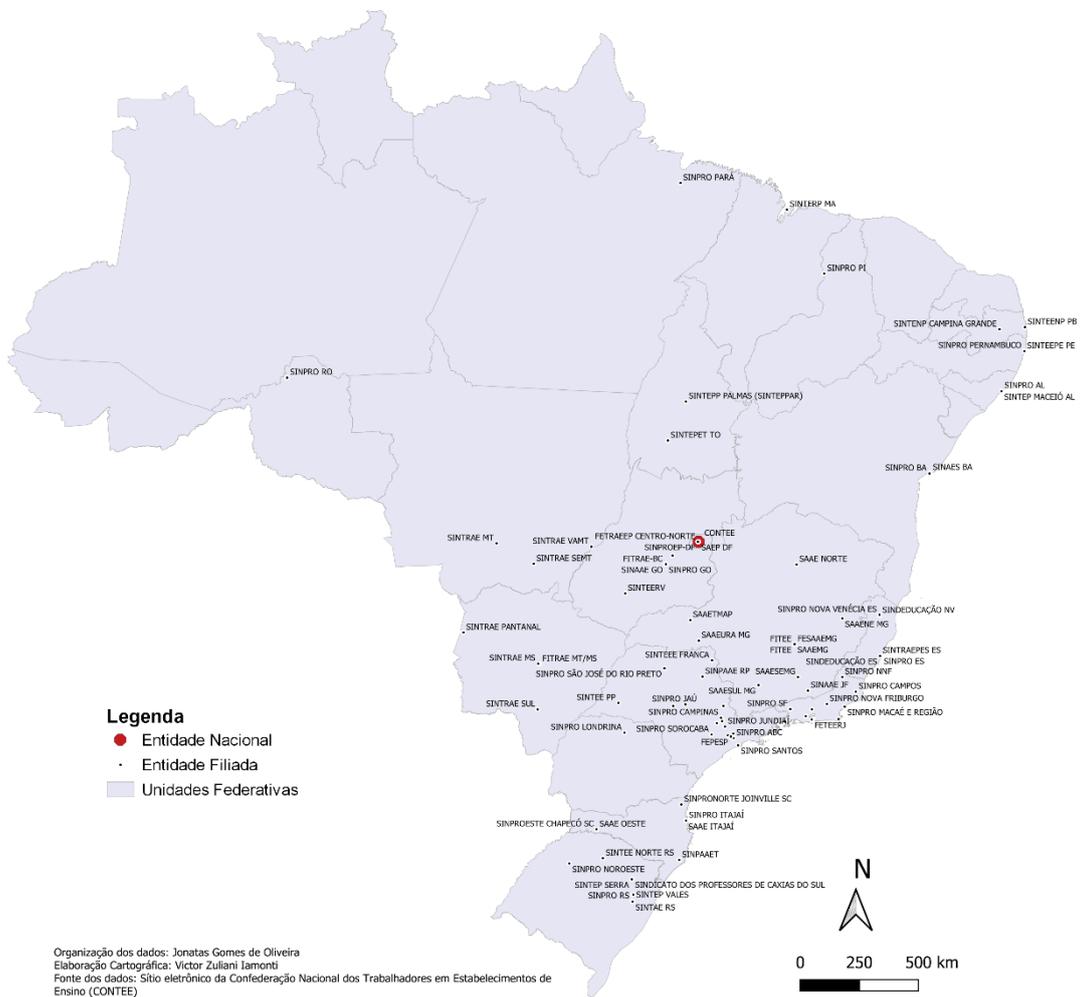
Mapa 6 - SINASEFE entidade nacional e filiadas

Mapa 7 - Entidades da região Norte

Mapa 8 – Entidades da região Centro-oeste

⁸⁸ Para melhor visualização os mapas estão disponíveis para consulta no link:
https://drive.google.com/drive/folders/1oDbHoP0aQXVEk_2bLVcDs6452ngXjZl1?usp=drive_link

CONTEE - ENTIDADE NACIONAL E FILIADAS



FASUBRA - ENTIDADE NACIONAL E FILIADAS



PROIFES - ENTIDADE NACIONAL E FILIADAS

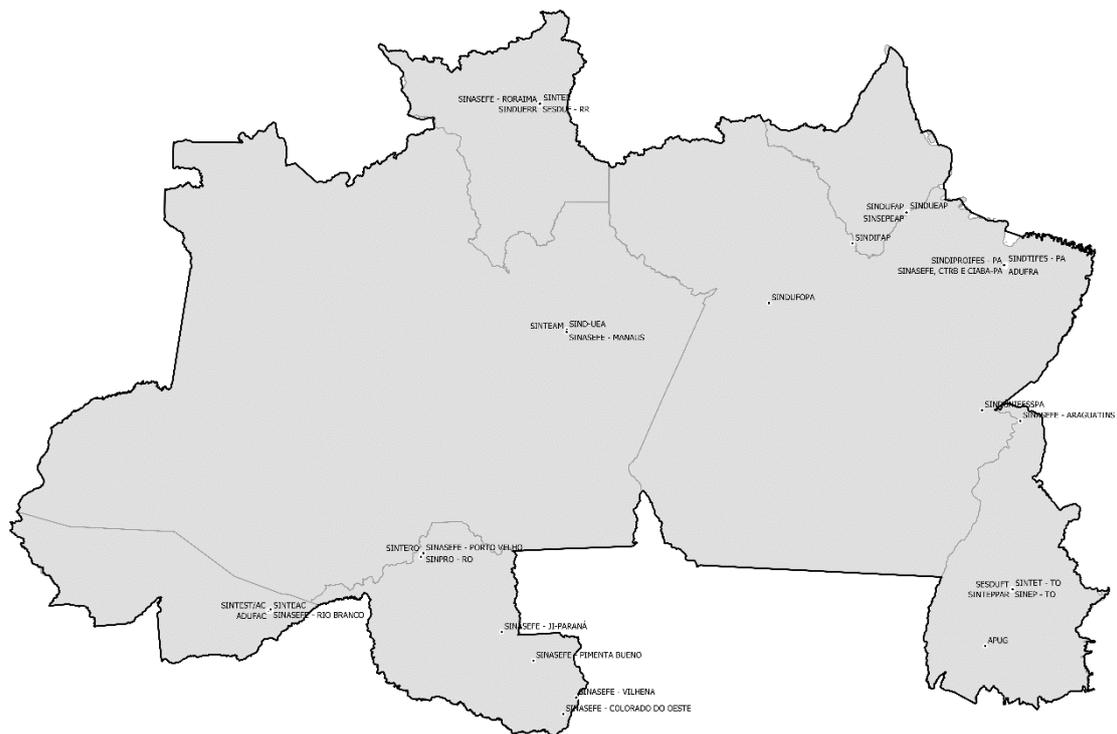
ANDES - ENTIDADE NACIONAL E FILIADAS



SINASEFE - ENTIDADE NACIONAL E FILIADAS



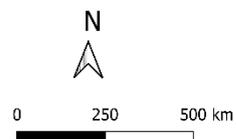
REGIÃO NORTE - ENTIDADES SINDICAIS



Legenda

- Entidades Sindicais - Região Norte
- Limites - Região Norte
- Unidades Federativas - Região Norte

Organização dos dados: Jonas Gomes de Oliveira
 Elaboração Cartográfica: Victor Zúliani Tamontti
 Fonte dos dados: Site eletrônico das entidades sindicais.



REGIÃO CENTRO-OESTE - ENTIDADES SINDICAIS

